



Cânones 2023

Colégio Episcopal da
Igreja Metodista

**CÂNONES DA
IGREJA METODISTA
2023**

Angular
São Paulo, 2023

Esta edição dos Cânones segue a regulamentação da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do Art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona” (CONGRESSO NACIONAL. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998).

COLÉGIO EPISCOPAL 2023-2027

Bispo Adonias Pereira do Lago, 5ª RE, Presidente
Bispo Roberto Alves de Souza, 7ª RE, Vice-presidente
Bispo Bruno Roberto Pereira dos Santos, 4ª RE, Secretário
Bispo Paulo Rangel dos Santos Gonçalves, 1ª RE
Bispo Nelson Magalhães Furtado, 2ª RE
Bispo Marcos Antônio Garcia, 3ª RE
Bispo Fernando César Monteiro, 6ª RE
Bispa Hideide Aparecida Gomes de Brito Torres, 8ª RE
Bispo Fábio Cosme da Silva, 9ª RE
Bispo André Luiz de Carvalho Nunes, REMNE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Livingstone dos Santos Silva, – 1ª RE
Eva Regina Pereira Ramão – 2ª RE
Alexandre Rocha Maia – 3ª RE
Nara Patrícia Torres – 4ª RE
Cleber Pereira Defina, Presidente – 5ª RE
Davis Roberto Daniel – 6ª RE
Aline do Egypto Silva – 7ª RE
Roberto Itajahy – 8ª RE
Darlene de Almeida Ferreira – 9ª RE
Luis Fernando C. Souza Morais – REMNE

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Renilda Martins Garcia, 1ª RE
Margarida Fátima Souza Ribeiro, 2ª RE
Renato de Oliveira, 6ª RE

Secretário executivo do 21º. Concílio Geral
Jonadab Domingues de Almeida

Secretária executiva do Colégio Episcopal
Giselma de Souza Almeida Matos

Secretária executiva para a Vida e Missão
Joana D'Arc Meireles

Editor

Emílio Fernandes Junior

Revisão

Mauren Julião

Projeto gráfico, capa e diagramação
Neriel Lopez

ISBN 978658920438-1

SEDE NACIONAL

Av. Piassanguaba, 3031, Planalto Paulista
04060-004 – São Paulo, SP
(11) 2813-8600
www.metodista.org.br – sede.nacional@metodista.org.br

Angular Editora

www.angulareditora.com.br

SUMÁRIO

APROVAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DOS CÂNONES DA IGREJA METODISTA COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO 21º. CONCÍLIO GERAL.....	13
ALTERAÇÕES CANÔNICAS.....	15
NOVA REDAÇÃO, INCLUSÃO E REVOGAÇÃO DE ARTIGOS CANÔNICOS PARA PUBLICAÇÃO DOS CÂNONES DA IGREJA METODISTA COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO 21º. CONCÍLIO GERAL.....	17
PROCLAMAÇÃO DA AUTONOMIA DA IGREJA METODISTA	21
CONSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA	27
Do Histórico	27
Da Denominação	27
Da Missão.....	28
Das Doutrinas.....	28
Do Governo	29
Do Episcopado	29
Da Administração.....	29
Dos concílios.....	29
Das Restrições do Concílio Geral	30
Das Ordens	30
Da Igreja Local.....	31
Dos Membros.....	31
Da Cooperação com outras Igrejas	31
Da Pessoa Jurídica	31
Das Garantias Legais.....	32
Dos Cânones.....	32
Da Reforma da Constituição.....	32
Da Vigência.....	32
PARTE GERAL DOS ELEMENTOS BÁSICOS DA IGREJA METODISTA.....	33
CAPÍTULO I - DAS DOCTRINAS.....	35
(1) Da fé na Santa Trindade.....	35
(2) Do Verbo ou Filho de Deus que se fez verdadeiro homem	36
(3) Da ressurreição de Cristo.....	36
(4) Do Espírito Santo.....	36
(5) Da suficiência das Santas Escrituras	36
(6) Do Antigo Testamento.....	37
(7) Do pecado original.....	38

(8) Do livre-arbítrio.....	38
(9) Da justificação do ser humano.....	38
(10) Das boas obras.....	38
(11) Das obras de super-rogação.....	39
(12) Do pecado depois da justificação.....	39
(13) Da Igreja.....	39
(14) Do purgatório.....	40
(15) Do falar na congregação em língua desconhecida.....	40
(16) Dos sacramentos.....	40
(17) Do batismo.....	41
(18) Da Ceia do Senhor.....	41
(19) De ambas as espécies.....	42
(20) Da oblação única de Cristo sobre a cruz.....	42
(21) Do casamento dos ministros e ministras.....	42
(22) Dos ritos e cerimônias da Igreja.....	42
(23) Dos deveres civis dos cristãos e cristãs.....	43
(24) Dos bens dos cristãos e cristãs.....	43
(25) Do juramento do cristão e da cristã.....	43
CAPÍTULO II - DOS COSTUMES.....	45
CAPÍTULO III - DO CREDO SOCIAL.....	47
I – Nossa herança.....	47
II – Bases bíblicas.....	48
III – A ordem político-social e econômica.....	49
IV – Responsabilidade civil.....	52
VI – Problemas sociais.....	53
CAPÍTULO IV - DAS NORMAS DO RITUAL.....	59
Seção I - Do Culto.....	59
Seção II - Dos Sacramentos.....	60
Subseção I - Do Batismo.....	61
Subseção II - Ceia do Senhor.....	61
Seção III - Da Recepção de Membros.....	62
Seção IV - Do Matrimônio.....	62
Seção V - Das Bodas.....	63
Seção VI - Do Ofício Fúnebre.....	63
Seção VII - Do Lançamento de Pedra Fundamental ou Angular.....	64
Seção VIII - Dedicção de Templo.....	64
Seção IX - Da Posse de Oficiais, Ministérios e Membros de Órgãos e Comissões.....	65
Seção X - Da Admissão à Ordem Presbiteral.....	65
Seção XI - Da Ordenação de Presbítero ou Presbítera.....	65
Seção XII - Da Consagração de Bispo ou Bispa.....	66
Seção XIII - Da Consagração do Pastor ou da Pastora.....	66
Seção XIV - Da Consagração do Diácono ou da Diaconisa.....	66
Seção XV - Da Consagração de Evangelista.....	66

DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO - Nota Explicativa	67
CAPÍTULO V - DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO	69
A. Herança wesleyana	70
B. Entendendo a vontade de Deus	75
C. Necessidades e oportunidades.....	77
D. O que é trabalhar na Missão de Deus?	78
E. Como participar da Missão de Deus?	79
1 - Cultua a Deus.....	79
2 - Aprende em comunidade	80
3 - Trabalha	81
4 - Usa ferramentas e métodos adequados	81
F. Situações nas quais acontece a Missão	82
G. Os frutos do trabalho na Missão de Deus	82
H. Esperança e vitória na Missão de Deus.....	83
PLANO PARA AS ÁREAS DE VIDA E TRABALHO	85
A. Área de Ação Social	85
B. Área de Comunicação Cristã	88
C. Área de Educação.....	91
C.1. Educação Cristã	91
C.2. Educação Teológica.....	93
C.3. Educação Secular.....	95
D. Área de Ministério Cristão	97
E. Área de Evangelização	99
F. Área de Patrimônio e Finanças	101
G. Área de Promoção da Unidade Cristã	103
CAPÍTULO VI - DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO NA IGREJA METODISTA	107
Prefácio Histórico.....	107
I - O que estamos vendo	109
II - O que nos diz a Bíblia	110
III - Algumas considerações das quais devemos nos lembrar	113
IV - O que devemos fazer.....	114
A – No caso específico da Educação Secular	117
B – No caso específico da Educação Teológica.....	118
C – No caso específico de Educação Cristã	120
CAPÍTULO VII - DO PLANO DIRETOR MISSIONÁRIO	123
I – Objetivo	123
II – Critério do Trabalho Missionário	124
III – Áreas Preferenciais.....	124
IV – O Obreiro Missionário ou a Obreira Missionária.....	125
V - Modelo de Igreja do Campo Missionário	129
VI – Normas de Funcionamento	131
VII – Casos Omissos	133

**CÂNONES DA IGREJA METODISTA
PARTE ESPECIAL**

TÍTULO I - DA IGREJA METODISTA	137
CAPÍTULO I - Do Histórico e Denominação.....	137
CAPÍTULO II - Da Missão.....	137
CAPÍTULO III - Das Doutrinas.....	138
CAPÍTULO IV - Da Pessoa Jurídica e Registro Civil.....	138
CAPÍTULO V - Do Território.....	140
TÍTULO II - DOS MEMBROS DA IGREJA METODISTA	143
CAPÍTULO I - Dos Membros em Geral.....	143
CAPÍTULO II - Dos Membros Leigos.....	144
Seção I - Da Admissão e Recepção de Membro Leigo.....	144
Seção II - Dos Deveres e Direitos do Membro Leigo.....	145
Subseção I - Dos Deveres do Membro Leigo.....	145
Subseção II - Dos Direitos do Membro Leigo.....	146
Seção III - Do Desligamento de Membro Leigo.....	147
Seção IV - Da Readmissão.....	147
Seção V - Da Capacitação do Laicato.....	148
Seção VI - Do Ministério de Evangelista.....	149
Seção VII - Do Ministério do Missionário e da Missionária.....	150
Seção VIII - Da Ordem Diaconal.....	151
Subseção I - Da Formação Profissional.....	151
Subseção II - Da Admissão na Ordem.....	152
Subseção III - Dos Deveres e Direitos.....	153
Subseção IV - Da Manutenção dos Membros da Ordem Diaconal.....	153
Subseção V - Da Perda dos Direitos.....	154
CAPÍTULO III - Dos Membros Clérigos.....	155
Seção I - Do Membro Clérigo.....	155
Subseção I - Da Classificação do Membro Clérigo.....	155
Seção II - Da Ordem Presbiteral.....	157
Subseção I - Do Padrão de Formação Para Ingresso na Ordem Presbiteral.....	158
Subseção II - Da Admissão de Aspirante à Ordem Presbiteral.....	159
Subseção III - Dos Deveres e Direitos dos Presbíteros e Presbíteras.....	162
Subseção IV - Do Afastamento da Ordem Presbiteral.....	165
Subseção V - Do Desligamento da Ordem Presbiteral.....	166
Subseção VI - Da Readmissão na Ordem Presbiteral.....	166
Subseção VII - Da Admissão na Ordem Presbiteral	
de Ministro ou Ministra Ordenado(a) Por Outra Igreja.....	167
Seção III - Do Ministério Pastoral.....	169
Subseção I - Da Formação Para o Ministério Pastoral.....	169

Subseção II - Da Admissão ao Ministério Pastoral.....	170
Subseção III - Dos Deveres e Direitos de Integrantes do Ministério Pastoral.....	173
Subseção IV - Do Afastamento do Ministério Pastoral.....	176
Subseção V - Do Desligamento do Ministério Pastoral.....	176
Subseção VI - Da Readmissão ao Ministério Pastoral.....	177
Seção IV - Dos Missionários e Missionárias das Igrejas Cooperantes.....	178
Seção V - Da Transferência de Região, Cessão e Comissionamento de Membro Clérigo.....	179
Subseção I - Do Processo de Transferência de Membro Clérigo.....	179
Subseção II - Da Nomeação ou Cessão do Membro Clérigo Para Outros Ministérios.....	181
TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA IGREJA.....	183
CAPÍTULO I - Da Estrutura Administrativa.....	183
CAPÍTULO II - Da Administração Básica.....	184
Seção I - Da Igreja Local.....	184
Seção II - Do Reconhecimento de Igreja Local.....	185
Seção III - Do Descredenciamento de Igreja Local.....	186
Seção IV - Do Arrolamento e Cadastramento de Membros da Igreja Local.....	186
Seção V - Da Transferência de Membro Leigo para outra Igreja Local.....	187
Seção VI - Do Concílio Local.....	188
Subseção I - Da Composição do Concílio Local.....	188
Subseção II - Da Competência do Concílio Local.....	188
Subseção III - Das Reuniões do Concílio Local.....	193
Seção VII - Da Mesa do Concílio Local.....	193
Subseção I - Do Pastor e da Pastora.....	194
Subseção II - Do Secretário ou Secretária do Concílio Local.....	199
Seção VIII - Da Nomeação do Pastor e Pastora para a Igreja Local.....	200
Seção IX - Dos Ministérios Locais.....	201
Seção X - Das Instituições Subordinadas ao Concílio Local.....	203
Seção XI - Dos Órgãos do Concílio Local.....	204
Seção XII - Da Coordenação Local de Ação Missionária.....	207
CAPÍTULO III - Da Administração Básica.....	209
Seção I - Do Distrito.....	209
Seção II - Do Concílio Distrital.....	209
Subseção I - Da Composição do Concílio Distrital.....	209
Subseção II - Da Competência do Concílio Distrital.....	210
Seção III - Da Superintendência Distrital.....	210
Subseção I - Da Competência da Superintendência Distrital.....	211
Seção IV - Da Coordenação Distrital de Ação Missionária.....	212
CAPÍTULO IV - Da Administração Intermediária.....	213
Seção I - Do Concílio Regional.....	213
Subseção I - Da Composição do Concílio Regional.....	214
Subseção II - Da Competência do Concílio Regional.....	215
Subseção III - Das Reuniões do Concílio Regional.....	220
Subseção IV - Da Mesa do Concílio Regional.....	220
Subseção V - Das Comissões Regionais.....	224

Subseção VI - Instituições Subordinadas ao Concílio Regional.....	228
Subseção VII - Dos Órgãos Regionais do Concílio Regional.....	229
Subseção VIII - Dos Campos Missionários Regionais.....	230
Subseção IX - Dos Ministérios e Pastorais da Área Regional.....	231
Subseção X - Do Ministério de Ação Episcopal.....	232
Seção II - Da Coordenação Regional de Ação Missionária.....	233
Subseção I - Da Composição da Coordenação Regional de Ação Missionária.....	233
Subseção II - Da Competência da Coordenação Regional de Ação Missionária.....	234
Subseção III - Dos Órgãos Subordinados à Coream.....	237
CAPÍTULO V - Da Administração Superior.....	241
Seção I - Do Concílio Geral.....	241
Subseção I - Da Composição do Concílio Geral.....	241
Subseção II - Da Competência do Concílio Geral.....	243
Subseção III - Das Reuniões do Concílio Geral.....	246
Subseção IV - Da Mesa do Concílio Geral.....	247
Subseção V - Das Comissões do Concílio Geral.....	249
Subseção VI - Das Instituições Subordinadas ao Concílio Geral.....	252
Subseção VII - Dos Órgãos do Concílio Geral.....	253
Subseção VIII - Dos Campos Missionários Internacionais.....	254
Subseção IX - Dos Campos Missionários Nacionais.....	254
Subseção X - Das Regiões Missionárias.....	254
Subseção XI - Da Criação da Região Eclesiástica.....	255
Seção II - Do Colégio Episcopal.....	256
Subseção I - Da Composição do Colégio Episcopal.....	256
Subseção II - Da Competência do Colégio Episcopal.....	256
Subseção III - Das Reuniões do Colégio Episcopal.....	261
Subseção IV - Da Mesa do Colégio Episcopal.....	261
Subseção V - Das Instituições e Órgãos Subordinados ao Colégio Episcopal.....	263
Subseção VI - Das Igrejas Catedrais.....	264
Subseção VII - Do Bispo e da Bispa.....	265
Subseção VIII - Da Eleição do Bispo e da Bispa.....	265
Subseção IX - Da Competência do Bispo e da Bispa.....	269
Subseção X - Da Vacância, Afastamento e Impedimento do Bispo e da Bispa.....	270
Subseção XI - Dos Ministérios e das Pastorais da Área Geral.....	271
Seção III - Da Coordenação Geral de Ação Missionária.....	272
Subseção I - Da Composição da COGEAM.....	273
Subseção II - Da Competência da COGEAM.....	274
Subseção III - Das Reuniões da COGEAM.....	277
Subseção IV - Da Mesa da COGEAM.....	277
Subseção V - Dos Órgãos Subordinados à COGEAM.....	280
TÍTULO IV - DAS INSTITUIÇÕES.....	285
CAPÍTULO I - Do Sistema Metodista de Educação.....	285
CAPÍTULO II - Das Instituições em Geral.....	287
Seção I - Da Assembleia Geral.....	287
Seção II - Do Conselho Diretor.....	287

CAPÍTULO III - Da Rede Metodista de Educação	293
Seção I - Da Assembleia Geral	294
Seção II - Do COGEIME	295
Seção III - Das Instituições Metodistas de Educação	302
Seção IV - Das Instituições de Preparo Bíblico-Teológico	305
Seção V - Das Instituições de Ação Social	307
TÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL	309
CAPÍTULO I - Das Normas de Administração Econômico-Financeira	309
Seção I - Do Planejamento Econômico-Financeiro	309
Seção II - Do Controle da Execução	311
Seção III - Dos Recebimentos, Pagamentos e Guarda de Valores	311
CAPÍTULO II - Das Normas de Administração Patrimonial	313
Seção I - Da Aquisição, Recebimento de Doações e Legados e Troca por Bem de Maior Valor.....	314
Seção II - Da Alienação ou Troca de Bens Imóveis por Outros de Menor Valor.....	315
Seção III - Dos Empréstimos	316
Seção IV - Das Construções	317
Seção V - Do Cadastro de Bens Imóveis	319
CAPÍTULO III - Da Locação	320
CAPÍTULO IV - Da Administração de Pessoal	320
Seção I - Do Sustento dos Membros Clérigos	320
Seção II - Do Afastamento.....	322
Subseção I - Da Aposentadoria com Ônus para a Igreja	323
Subseção II - Da Aposentadoria sem Ônus para a Igreja	324
Subseção III - Da Disponibilidade	325
Subseção IV - Da Licença.....	328
Seção III - Da Previdência Social	330
Subseção I - Dos Membros Clérigos Não Vinculados ao Sistema de Previdência Interna.....	331
Subseção II - Dos Membros Clérigos Vinculados ao Sistema de Previdência Interna	332
CAPÍTULO V - Da Contratação e Prestação de Serviços	334
CAPÍTULO VI - Das Disposições Diversas	335
Seção I - Dos Exercícios Eclesiástico e Contábil.....	335
Seção II - Do Mandato	335
Seção III - Do Impedimento	337
Seção IV - Das Reuniões.....	338
Seção V - Da Representação da Igreja.....	339
Seção VI - Da Delegação de Poderes	340
Seção VII - Da Responsabilidade das Pessoas Ocupantes de Cargos ou Funções.....	340
Seção VIII - Da Centralização e Localização dos Órgãos Gerais.....	340
TÍTULO VI - DAS NORMAS DA DISCIPLINA ECLESIASTICA.....	341
Seção I - Da Aplicação	341

Seção II - Da Ação Disciplinar.....	342
Subseção I - Da Queixa e da Denúncia.....	342
Subseção II - Dos Requisitos da Queixa	345
Subseção III - Dos Requisitos da Denúncia	346
Subseção IV - Da Comissão de Investigação	348
Subseção V - Da Comissão de Disciplina	349
Subseção VI - Da Instrução Processual e Julgamento	351
Subseção VII - Da Prescrição	354
Seção III - Das Disposições Gerais.....	354
Seção IV - Das Penalidades	356
TÍTULO VII - DA ORDEM DO MÉRITO METODISTA	359
TÍTULO VIII - DO PASTOR OU PASTORA SUPLENTE	361
CAPÍTULO I - Da Categoria de Pastor ou Pastora Suplente	361
Seção I - Da Classificação da Categoria de Pastor ou Pastora Suplente	361
Seção II - Dos Deveres e dos Direitos do Pastor ou da Pastora Suplente	362
Seção III - Do Afastamento do Pastor ou da Pastora Suplente.....	364
Seção IV - Do Desligamento do Pastor Suplente ou da Pastora Suplente.....	365
CAPÍTULO II - Da Ordem Diaconal Clériga	365
TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS.....	367
ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2017	368
ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2018	370
ATO COMPLEMENTAR 02/2018	373
ATO COMPLEMENTAR 01/2019	375
ATO COMPLEMENTAR 01/2020 - Reuniões por Vídeoconferência.....	377
ADITIVO DO ATO COMPLEMENTAR 01/2020 - Reuniões por Vídeoconferência.....	381
ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2021 - Concílio Geral on-line.....	382
ATO COMPLEMENTAR Nº01/2022 Eleições das Coordenações Regionais de Ação Missionária ...	384

APROVAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DOS CÂNONES DA IGREJA METODISTA COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO 21º. CONCÍLIO GERAL

Versão final com as modificações feitas pelo 21º. Concílio Geral e aprovada pelo Colégio Episcopal em 29 de dezembro de 2022.

Aprovação para publicação dos Cânones da Igreja Metodista com as alterações introduzidas pelo 21º. Concílio Geral.

O Colégio Episcopal, com base no Art. 119, inciso XXXIII, e considerando os relatórios das comissões de Legislação e de Redação eleitas pelo 21º. Concílio Geral, resolve:

1 - aprovar os relatórios das Comissões de Legislação e Comissão de Redação que expressam as alterações introduzidas nos Cânones da Igreja Metodista pelo 21º. Concílio Geral, realizado de forma on-line, partir da Sala do Edifício Sigma da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, através da Plataforma Zoom e com Sistema VIS de votação remota, no dia 11 de dezembro de 2021 (1ª sessão); de forma presencial, no Salão de Convenções e Eventos do Golden Park Hotel Sorocaba, Sorocaba, SP, nos dias 04 a 10 de julho de 2022 (2ª a 8ª sessões), e nos dias 08 e 09 de outubro de 2022 (9ª e 10ª Sessões) na forma on-line;

2 - autorizar a publicação de nova edição dos Cânones, que leva o nome de “Cânones da Igreja Metodista” e revoga todas as disposições contrárias;

3 - determinar que esta edição dos Cânones entre em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2023.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa
Presidente do Colégio Episcopal

ALTERAÇÕES CANÔNICAS

O Colégio Episcopal, no uso de suas faculdades, conforme o disposto no Art. 119, inciso XXXIII, dos Cânones da Igreja Metodista, considerando:

1 - as propostas aprovadas no 21º. Concílio Geral, realizado de forma on-line, a partir da Sala do Edifício Sigma da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, através da Plataforma Zoom e com Sistema VIS de votação remota, no dia 11 de dezembro de 2021 (1ª sessão); de forma presencial, no Salão de Convenções e Eventos do Golden Park Hotel Sorocaba, Sorocaba, SP, nos dias 04 a 10 de julho de 2022 (2ª a 8ª sessões), e nos dias 08 e 09 de outubro de 2022 (9ª e 10ª Sessões) na forma on-line;

2 - o trabalho de harmonização entre a matéria aprovada e os Cânones (edição 2017), realizado pela Comissão de Legislação, consoante suas atribuições;

3 - a revisão procedida pela Comissão de Redação, no texto consolidado que lhe foi entregue pela Comissão de Legislação, e apresentado ao Colégio Episcopal, nesta data;

4 - a reunião do Colégio Episcopal, realizada de forma on-line no dia 29 de dezembro de 2022, na Sede Nacional, para tomar conhecimento do trabalho desenvolvido pelas Comissões anteriormente referidas,

com as quais teve oportunidade de dialogar e aprovar os Cânones (edição de 2023);

RESOLVE:

1 - acolher o trabalho realizado pelas Comissões de Legislação e de Redação;

2 - homologar todas as modificações introduzidas nos Cânones da Igreja Metodista (edição 2023) e revogar as disposições contrárias, conforme as decisões tomadas pelo 21º. Concílio Geral, bem como aprovar as correspondentes;

3 - promulgar o texto consolidado dos Cânones da Igreja Metodista (edição 2023);

4 - autorizar a sua publicação na forma digital, com entrada em vigência no dia 1º. de janeiro de 2023, bem como a impressão em papel para divulgação do texto, ora promulgado.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa
Presidente do Colégio Episcopal

NOVA REDAÇÃO, INCLUSÃO E REVOGAÇÃO DE ARTIGOS CANÔNICOS PARA PUBLICAÇÃO DOS CÂNONES DA IGREJA METODISTA COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO 21º. CONCÍLIO GERAL

O Colégio Episcopal, com base no artigo 119, XXXIII, dos Cânones, RESOLVE:

1 - autorizar a publicação dos Cânones com as seguintes modificações:

- Das normas do Ritual (Parte Geral):

- Art. 13 – nova redação do § 3º;

- Da Admissão e Recepção de Membro Leigo:

- Art. 8º – nova redação do § 2º;

- Direitos do Membro Leigo:

- Art. 11 – nova redação do inciso VIII e inclusão de dois parágrafos;

- Do Ministério do Missionário e da Missionária:

- Art. 16 – inclusão de parágrafos, conforme Ato Complementar nº 02/2018;

- Dos deveres e direitos dos Presbíteros e das Presbíteras:

- Art. 28 - nova redação do inciso IV e inclusão do inciso X;

- Art. 29 – nova redação do inciso XIII;

- Da admissão ao Ministério Pastoral:
 - Art. 38 – nova redação do § 15;
- Dos deveres pertinentes ao(à) integrante do Ministério Pastoral:
 - Art. 41 – inclusão do inciso X;
- Do Pastor e da Pastora:
 - Art. 61 – nova redação do inciso VII;
- Da composição do Concílio Regional:
 - Art. 84 – nova redação do inciso VII;
- Da competência do Concílio Regional:
 - Art. 85 – inciso XI, alínea “a” – nova redação e inclusão da alínea “j”;
- Dos Campos Missionários Regionais:
 - Art. 97 – inclusão do § 7º e alíneas “a” e “b”;
- Da competência do Concílio Geral:
 - Art. 106 – nova redação do inciso VIII e revogação do inciso IX;
- Da composição do Colégio Episcopal:
 - Art. 118 – nova redação;
- Da competência do Colégio Episcopal:
 - Art. 119, inciso IX – revogado;
- Do Bispo e da Bispa:
 - Art. 126 - nova redação do § 1º, revogação do § 2º e inclusão do § 3º;

- Da eleição do Bispo e da Bispa:
 - Art. 127 – nova redação do inciso III, conforme Ato Complementar nº 01/2019;
 - Art. 128 – nova redação do § 3º, item 1 e revogação do § 4º;

- Da COGEAM:
 - Art. 140 – nova redação do § 2º, alínea “d”; inclusão da alínea “e” e do § 5º;

- Da composição da COGEAM:
 - Art. 141 – nova redação do inciso IIIA;

- Do impedimento:
 - Art. 239 – nova redação do parágrafo único;

- Das normas da disciplina eclesiástica:
 - Art. 249 – nova redação no *caput*;
 - Art. 250 – nova redação;
 - Art. 250-A – inclusão de novo artigo;
 - Art. 251 – nova redação e inclusão de parágrafo único;
 - Art. 251-A – inclusão de novo artigo;
 - Art. 252 – nova redação e inclusão de parágrafos;
 - Art. 253 – nova redação no *caput* e nos incisos I e V, revogação do inciso VI e inclusão de parágrafos;
 - Art. 254 – nova redação e inclusão de parágrafo;
 - Art. 255 – nova redação;
 - Art. 255-A a 255-C – inclusão de novo artigo;
 - Art. 256 – nova redação;
 - Art. 256-A a 256-C – inclusão de novos artigos;
 - Art. 257 a 260 – nova redação;

- Art. 261 – nova redação e inclusão de parágrafo único;
 - Art. 262 – nova redação;
 - Art. 262-A – inclusão de novo artigo;
 - Art. 263 – nova redação no *caput* e inciso III e revogação do inciso IV;
 - Art. 263-A e 263-B – inclusão de novos artigos, além de 2 parágrafos conforme Ato Complementar 01/2018;
 - Art. 264 – nova redação;
 - Art. 265 – nova redação nos incisos I, II e IV;
 - Art. 266 – nova redação no § 2º;
 - Art. 266-A a 266-D – inclusão de novos artigos;
 - Art. 267 – revogação do inciso IV e nova redação nos parágrafos 2º e 3º;
- Da Ordem Diaconal Clériga:
- Art. 280 – revogado.
- 2 - determinar que estas modificações entrem em vigor a partir de sua aprovação, em 1º de janeiro de 2023.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa
Presidente do Colégio Episcopal

PROCLAMAÇÃO DA AUTONOMIA DA IGREJA METODISTA

Considerando que a Conferência Central da Igreja Metodista Episcopal do Sul, no Brasil, reunida na cidade de São Paulo, no mês de agosto do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1929, aprovou e enviou à Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul um memorial pedindo que as três conferências anuais do Brasil fossem organizadas em Igreja autônoma para que, tendo plena liberdade de se desenvolver como instituição nacional, continuasse, contudo, em união íntima com a Igreja Metodista Episcopal do Sul;

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, reunida na cidade de Dallas, Texas, Estados Unidos da América, no mês de maio do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930, estudou, cuidadosamente e com oração, o memorial apresentado pelos delegados do Brasil e decretou:

1º) que a Conferência Geral providencie a nomeação de uma comissão composta de 5 membros, que será chamada Comissão da Igreja Metodista do Brasil, e que essa comissão seja autorizada a ir ao Brasil para conferenciar com uma comissão com idênticas atribuições, composta de 15 membros eleitos, 5 de cada uma das 3 conferências anuais do Brasil, formando ambas uma só comissão;

2º) que essa comissão de 20 membros tenha poderes para estabelecer a Igreja Metodista do Brasil com o grau de relação

orgânica com a Igreja Metodista Episcopal do Sul que a comissão determinar; porém, que essa comissão não tenha poderes para estabelecer uma Conferência Central da Igreja Metodista Episcopal do Sul com autoridade para eleger os seus próprios bispos, mas, sim, para organizar uma Igreja autônoma;

3º) que essa comissão seja instruída para preparar a base da Organização da Igreja Metodista do Brasil, provendo também relação contínua entre a Igreja Metodista do Brasil e a Igreja Metodista Episcopal do Sul;

4º) que, caso seja estabelecida a Igreja autônoma, essa comissão convoque uma reunião do corpo governante (Conferência Geral), o qual, logo que esteja legalmente funcionando, elegerá um bispo e os demais oficiais, conforme o plano preparado pela comissão;

5º) que dos fundos da Conferência Geral se paguem as despesas que houver com a organização da Igreja Metodista do Brasil;

6º) que a comissão organizadora, ao estabelecer a Igreja Metodista do Brasil, tenha cuidado de não violar as limitações constitucionais da Igreja Metodista Episcopal do Sul, e que ela tenha também cuidado de seguir os termos destas recomendações, especialmente no seu espírito, e use de toda a discrição necessária no desempenho das suas atribuições.

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, à vista do memorial que recebeu da Conferência Central do Brasil, estabelecendo a maneira de manter a união com a Igreja Metodista do Brasil, decretou mais:

“Em campos missionários, onde existe uma Igreja Metodista, autônoma ou independente, filiada, organicamente ou de

outra forma, à Igreja Metodista Episcopal do Sul e à Junta de Missões, organizar-se-á um Conselho Central, composto de membros nacionais da Igreja Metodista, autônoma ou independente, e de missionários que trabalham nesses campos, o qual substituirá a Missão. Uma comissão conjunta da Igreja Metodista Nacional e da Missão elaborará uma constituição para o Conselho Central, a qual será submetida à aprovação da Junta Geral de Missões.

Nos campos missionários onde se organizar um Conselho Central em lugar de uma Missão, o referido Conselho terá, na Conferência Geral, direito a dois representantes clérigos, um missionário e um nacional, cujos direitos e privilégios são os mesmos de delegados, menos o direito de voto”.

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul elegeu uma comissão para estabelecer a Igreja Autônoma no Brasil, cujo certificado de eleição reza assim:

“Dallas, Estado do Texas, 27 de maio de 1930. A quem interessar: Certifico que, sábado, 17 de maio de 1930, a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, em sessão quadrienal, legalmente reunida na cidade de Dallas, Texas, por proposta formal, e apoiada, elegeu as seguintes pessoas para constituírem a comissão para estabelecer a Igreja Autônoma no Brasil: Bispo Edwin D. Mouzon, de Charlotte, Carolina do Norte; D^a Esther Case, de Nashville, Tennessee; J. W. Erskine Williams, de Fort Worth, Texas; Rev. J. L. Clark, de Danville, Kentucky; Rev. F. S. Love, de Raleigh, Carolina do Norte. Assinado por L. H. Estes, secretário da Conferência Geral”;

Considerando que, em obediência às instruções anteriormente mencionadas, a referida comissão veio ao Brasil e apresentou o plano de autonomia às três conferências anuais brasileiras que

foram convocadas em sessões regulares pelo Bispo James Cannon Junior, bispo encarregado do trabalho no Brasil;

Considerando que as três conferências anuais do Brasil, a saber: a Conferência Anual Brasileira, reunida na cidade de Petrópolis, de 7 a 9 de agosto; a Conferência Anual Central Brasileira, reunida na cidade de São Paulo, de 13 a 15 de agosto, e a Conferência Anual Brasileira do Sul, reunida na cidade de Passo Fundo, de 21 a 22 de agosto, todas no ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930, unanimemente aprovaram o plano de autonomia adotado pela Conferência Geral na cidade de Dallas, Texas, e que cada uma delas elegeu cinco delegados, a saber:

A Conferência Anual Brasileira: W. H. Moore, César Dacorso Filho, Epaminondas Moura, Otília de O. Chaves e Osvaldo Lindenberg;

A Conferência Anual Central Brasileira: W. B. Lee, Guaraci Silveira, Osvaldo L. da Silva, Elias Escobar Júnior e Francisca de Carvalho;

A Conferência Anual Brasileira do Sul: G. D. Parker, A. M. Ungaretti, João Inácio Cerilhanes, Eunice Andrew e Efraim Wagner;

Considerando que a Comissão Conjunta, composta das pessoas supramencionadas, se reuniu na cidade de São Paulo, na Igreja Metodista Central, nos dias 28, 29 e 30 de agosto a 2 de setembro de 1930, e elaborou a seguinte CONSTITUIÇÃO devidamente assinada pelo presidente e secretários da dita comissão (A CONSTITUIÇÃO aqui mencionada se encontra nos Cânones de 1934 e 1938);

Considerando que a Comissão Conjunta deu todos os passos necessários para a convocação do Concílio Geral da Igreja Metodista

do Brasil e convocou o mesmo para a cidade de São Paulo, em 2 de setembro do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930;

Nós, os membros da Comissão Conjunta, rendendo graças a Deus por Sua direção e pelo espírito de cooperação que reinou em nossas deliberações, declaramos aberto o I Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil; declaramos, mais, que os membros e ministros da Igreja Metodista Episcopal do Sul no Brasil passam, por este ato, a ser membros e ministros da Igreja Metodista do Brasil; que a Igreja Metodista Episcopal do Sul deixa de existir no Brasil, e que a Igreja Autônoma, por esta proclamação, fica constituída.

Cidade de São Paulo, 2 de setembro de 1930.

*(aa.) Edwin D. Mouzon,
Esther Case,
J. W. Erskine Williams,
J. L. Clark, F. S. Love,
W. H. Moore, César Dacorso Filho,
Epaminondas Moura,
W. B. Lee,
Ottília de O. Chaves,
Oswaldo Lindenberg,
Guaraci Silveira,
Oswaldo Luiz da Silva,
Elias Escobar Júnior,
Francisca Ferreira de Carvalho,
G. D. Parker,
M. Ungaretti, J. I. Cerilhanes,
Efraim Wagner, Eunice F. Andrew.*

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA

Aprovada pelo 10º. Concílio Geral da Igreja Metodista, em julho de 1970, na cidade de Belo Horizonte (MG), e alterada pelo 18º. Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em julho e outubro de 2006, respectivamente, nas cidades de Aracruz (ES) e São Bernardo do Campo (SP), e pelo 20º Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em julho de 2016, na IMFORM - Escola de Missões, em Teresópolis (RJ).

DO HISTÓRICO

Art. 1º. Pela proclamação datada de 2 de setembro de 1930 e assinada pelos membros da Comissão Conjunta, composta de delegados e delegada da Igreja Metodista Episcopal do Sul, nos Estados Unidos da América, e pelos delegados e delegadas das Conferências Anual Brasileira, Brasileira do Sul e Central Brasileira, constituiu-se no Brasil uma Igreja Autônoma, ramo da Igreja Universal de Jesus Cristo, continuação do Metodismo, movimento iniciado na Inglaterra por John Wesley, no século XVIII.

DA DENOMINAÇÃO

Art. 2º. A Igreja assim constituída denomina-se Igreja Metodista.

DA MISSÃO

Art. 3º. A missão da Igreja Metodista é participar da ação de Deus no Seu propósito de salvar o mundo.

Parágrafo único. A Igreja Metodista cumpre a sua missão realizando o culto de Deus, pregando a Sua Palavra, ministrando os sacramentos, promovendo a fraternidade e a disciplina cristãs e proporcionando a seus membros meios para alcançarem uma experiência cristã progressiva, visando ao desempenho de seu testemunho e serviço no mundo.

DAS DOCTRINAS

Art. 4º. A Igreja Metodista adota os princípios de fé aceitos pelo Metodismo universal, os quais têm por fundamento as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, testemunho escrito da revelação divina, dado por pessoas movidas pelo Espírito Santo, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação e são suficiente regra de fé e prática para as pessoas cristãs.

§ 1º. A tradição doutrinária metodista orienta-se pelo Credo Apostólico, pelos Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo Histórico e pelos Sermões de John Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento.

§ 2º. A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social.

DO GOVERNO

Art. 5º. A forma de governo da Igreja Metodista é episcopal, e seu sistema, representativo.

DO EPISCOPADO

Art. 6º. O episcopado na Igreja Metodista é encargo de serviço especial.

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º. A divisão administrativa da Igreja Metodista compreende regiões com subdivisões e campos missionários.

DOS CONCÍLIOS

Art. 8º. Os concílios são órgãos jurisdicionais que se reúnem periodicamente para tratar dos interesses das respectivas áreas.

Parágrafo único. O Concílio Geral é o órgão legislativo e deliberativo da Igreja Metodista.

Art. 9º. Na composição dos concílios, observam-se os seguintes princípios:

I. No Concílio Geral, representação paritária de presbíteros(as) e leigos(as), proporcional ao número de membros da Igreja nas Regiões.

II. Em outros concílios, representação leiga na proporção que a lei determina, exceto no Concílio da Igreja Local, composto de todos os membros arrolados nesta.

Parágrafo único. Os presbíteros e as presbíteras são membros natos dos concílios das jurisdições a que pertencem.

DAS RESTRIÇÕES DO CONCÍLIO GERAL

Art. 10. O Concílio Geral não pode:

I. Rejeitar o Credo Apostólico e os Vinte e Cinco Artigos de Religião.

II. Adotar doutrinas que contrariem os princípios de fé aceitos pela Igreja Metodista.

III. Contrariar os princípios das Regras Gerais estabelecidas por John Wesley.

Parágrafo único. O Concílio não se sujeita às restrições supramencionadas quando há recomendação dos concílios regionais por 2/3 (dois terços), no mínimo, da totalidade dos votos apurados em todos eles e confirmação do Concílio Geral imediato, por 2/3 (dois terços) dos votos apurados; ou recomendação do Concílio Geral, por 2/3 (dois terços) dos votos apurados e confirmação dos concílios regionais por 2/3 (dois terços), no mínimo, da totalidade dos votos apurados em todos eles.

DAS ORDENS

Art. 11. Ordens são categorias eclesiásticas nas quais a Igreja Metodista acolhe as pessoas que reconhece vocacionadas para serviços especiais no desempenho de sua missão.

Art. 12. As ordens na Igreja Metodista são duas: a presbiteral e a diacanal, constituídas, respectivamente, de presbíteros(as) e diáconos(as), sem distinção de sexo.

Parágrafo único. As presbíteras ativas e os presbíteros ativos estão sujeitos à itinerância.

DA IGREJA LOCAL

Art. 13. A Igreja Local é a unidade do sistema metodista e compõe-se de membros da Igreja, arrolados num grupo, sob a jurisdição do respectivo Concílio.

DOS MEMBROS

Art. 14. São membros da Igreja Metodista as pessoas que satisfazem os requisitos canônicos para a admissão e são recebidas à sua comunhão.

DA COOPERAÇÃO COM OUTRAS IGREJAS

Art. 15. A Igreja Metodista mantém relações de cooperação com outras Igrejas, na forma estabelecida nos Cânones.

DA PESSOA JURÍDICA

Art. 16. A Igreja Metodista é uma organização religiosa, sem fins econômicos, que adota a denominação genérica Associação da Igreja Metodista como pessoa jurídica de direito privado.

DAS GARANTIAS LEGAIS

Art. 17. O direito de defesa e petição é assegurado a todos os membros da Igreja.

DOS CÂNONES

Art. 18. Esta Constituição e a lei que a regulamenta e complementa são editadas em um livro denominado Cânones da Igreja Metodista.

DA REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Art. 19. Esta Constituição somente pode ser reformada ou emendada pelo Concílio Geral, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, respeitadas as restrições do artigo 10.

Parágrafo único. São competentes para a iniciativa da reforma constitucional:

- a. O Concílio Geral, por proposta subscrita por 1/3 (um terço) de seus membros.
- b. Qualquer Concílio Regional, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

DA VIGÊNCIA

Art. 20. Esta Constituição entra em vigor na data de sua promulgação.

PARTE GERAL

DOS ELEMENTOS BÁSICOS DA IGREJA METODISTA

Art. 1º. A Igreja Metodista, pelos seus vários Concílios Gerais, reconhece ou aprova os seguintes elementos básicos para a sua caracterização, vida e missão:

1. Doutrinas do Metodismo
2. Costumes do Metodismo
3. Credo Social
4. Normas do Ritual
5. Plano para a Vida e a Missão
6. Diretrizes para a Educação
7. Plano Diretor Missionário

Parágrafo único. Em nenhuma circunstância, qualquer Igreja Local, Órgão ou Instituição pode planejar, decidir ou executar, ou, ainda, posicionar-se contra os elementos indicados neste artigo, porque deles decorre a característica Metodista.

CAPÍTULO I

DAS DOCTRINAS

Art. 2º. Doutrinas e costumes são os princípios e normas pelos quais a Igreja Metodista se orienta, e são os mesmos aceitos pelo Metodismo Universal, fundamentados nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento única regra de fé e prática dos cristãos.

§ 1º. A tradição doutrinária metodista orienta-se pelo Credo Apostólico, pelos Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo Histórico e pelos Sermões de John Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento.

§ 2º. Os Sermões de John Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento são publicados em livros.

§ 3º. Os Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo Histórico são os seguintes:

(1) DA FÉ NA SANTA TRINDADE

Há um só Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo nem partes; de poder, sabedoria e bondade infinitos; criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Na unidade dessa divindade, há três pessoas da mesma substância, poder e eternidade – Pai, Filho e Espírito Santo.

(2) DO VERBO OU FILHO DE DEUS QUE SE FEZ VERDADEIRO HOMEM

O Filho, que é o Verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita virgem, de maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para jamais se separar, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, para nos reconciliar com Seu Pai e para ser um sacrifício não somente pelo pecado original, mas também pelos pecados de toda a humanidade.

(3) DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Cristo, na verdade, ressuscitou dentre os mortos, tomando outra vez o Seu corpo com todas as coisas necessárias a uma perfeita natureza humana, com as quais subiu ao Céu e lá está até que volte a julgar o ser humano, no último dia.

(4) DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é da mesma substância, majestade e glória com o Pai e com o Filho, verdadeiro e eterno Deus.

(5) DA SUFICIÊNCIA DAS SANTAS ESCRITURAS

As Santas Escrituras contêm tudo o que é necessário para a salvação, de maneira que o que nelas não se encontre nem por elas se possa provar não se deve exigir de pessoa alguma para ser crido como artigo de fé, nem se deve julgar necessário para a salvação. Entende-se por

Santas Escrituras os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento, de cuja autoridade nunca se duvidou na Igreja, a saber, do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias; e do Novo Testamento: Evangelhos segundo S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João; Atos dos Apóstolos; Epístolas de S. Paulo: aos Romanos, 1 e 2 aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, 1 e 2 aos Tessalonicenses, 1 e 2 a Timóteo, a Tito e a Filemom; Epístola aos Hebreus; Epístola de S. Tiago; Epístolas 1 e 2 de S. Pedro; Epístolas 1, 2 e 3 de S. João; Epístola de S. Judas e o Apocalipse.

(6) DO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento não está em contradição com o Novo, pois, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a vida eterna é oferecida à humanidade por Cristo, que é o único mediador entre Deus e o ser humano, sendo Ele mesmo Deus e Homem; portanto, não se deve dar ouvidos às pessoas que dizem que os patriarcas tinham em vista somente promessas transitórias. Embora a lei dada por Deus a Moisés, quanto às cerimônias e ritos, não se aplique ao povo cristão, tampouco os seus preceitos civis devam ser necessariamente aceitos por qualquer governo, nenhuma pessoa cristã está isenta de obedecer aos mandamentos chamados morais.

(7) DO PECADO ORIGINAL

O pecado original não está em imitar Adão, como erradamente dizem os Pelagianos, mas é a corrupção da natureza de toda a descendência de Adão, pela qual o ser humano está muito longe da retidão original e é de sua própria natureza inclinado ao mal, e isso continuamente.

(8) DO LIVRE-ARBÍTRIO

A condição do ser humano, depois da queda de Adão, é tal que ele não pode converter-se e preparar-se, pelo seu próprio poder e obras, para a fé e invocação de Deus; portanto, não temos forças para fazer boas obras agradáveis e aceitáveis a Deus sem a Sua graça por Cristo, predispondo-nos para que tenhamos boa vontade e operando em nós quando temos essa boa vontade.

(9) DA JUSTIFICAÇÃO DO SER HUMANO

Somos reputados como pessoas justas perante Deus somente pelos merecimentos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por fé, e não por obras ou merecimentos nossos; portanto, a doutrina de que somos justificados e justificadas somente pela fé é mui sã e cheia de conforto.

(10) DAS BOAS OBRAS

Posto que as boas obras, que são o fruto da fé e seguem a justificação, não podem tirar os nossos pecados nem suportar a severidade do juízo de Deus, contudo são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo e nascem de uma viva e verdadeira fé, tanto assim que uma fé viva é por elas conhecida como a árvore o é pelos seus frutos.

(11) DAS OBRAS DE SUPER-ROGAÇÃO

As obras voluntárias que não se achem compreendidas nos mandamentos de Deus, as quais se chamam obras de super-rogação, não se podem ensinar sem arrogância e impiedade; pois, por elas, declaram os seres humanos que não só rendem a Deus tudo quanto lhe é devido, mas também de sua parte fazem ainda mais do que devem, embora Cristo claramente diga: “Quando tiverdes feito tudo o que se vos manda, dizei: somos servos inúteis”.

(12) DO PECADO DEPOIS DA JUSTIFICAÇÃO

Nem todo pecado voluntariamente cometido depois da justificação é pecado contra o Espírito Santo e imperdoável; logo, não se deve negar a possibilidade de arrependimento às pessoas que caem em pecado depois da justificação. Depois de termos recebido o Espírito Santo, é possível apartar-nos da graça recebida e cair em pecado, e pela graça de Deus levantar-nos de novo e emendar nossa vida. Devem, portanto, ser condenadas as pessoas que digam que não podem mais pecar enquanto aqui vivem ou que neguem a possibilidade de perdão a quem verdadeiramente se arrepende.

(13) DA IGREJA

A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis na qual se prega a pura Palavra de Deus e se ministram devidamente os sacramentos, com todas as coisas a eles necessárias, conforme a instituição de Cristo.

(14) DO PURGATÓRIO

A doutrina romana do purgatório, das indulgências, veneração e adoração, tanto de imagens como de relíquias, bem como a invocação dos santos, é uma invenção fútil, sem base em nenhum testemunho das Escrituras e até repugnante à Palavra de Deus.

(15) DO FALAR NA CONGREGAÇÃO EM LÍNGUA DESCONHECIDA

É claramente contrário à Palavra de Deus e ao costume da Igreja Primitiva celebrar o culto público na igreja ou ministrar os sacramentos em língua que o povo não entenda.

(16) DOS SACRAMENTOS

Os sacramentos instituídos por Cristo não são somente distintivos da profissão de fé das pessoas cristãs; são, também, sinais certos da graça e boa vontade de Deus para conosco, pelos quais Ele, invisivelmente, opera em nós, e não só desperta como fortalece e confirma a nossa fé n'Ele. Dois somente são os sacramentos instituídos por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho, a saber: o batismo e a Ceia do Senhor. Os outros cinco, vulgarmente chamados sacramentos, a saber: a confirmação, a penitência, a ordem, o matrimônio e a extrema unção não devem ser considerados sacramentos do Evangelho. Sendo, como são, em parte, uma imitação corrompida de costumes apostólicos e, em parte, estados de vida permitidos nas Escrituras, mas que não têm a natureza do batismo nem a da Ceia do Senhor, porque não têm sinal visível ou cerimônia estabelecida por Deus. Os sacramentos não foram instituídos por Cristo para servirem de espetáculo, mas para serem recebidos dignamente. E somente nas pessoas que participam

deles dignamente é que produzem efeito salutar, mas aquelas que os recebem indignamente recebem para si mesmas a condenação, como diz S. Paulo (1Co 11.29).

(17) DO BATISMO

O batismo não é somente um sinal de profissão de fé e marca de diferenciação que distingue as pessoas cristãs das que não são batizadas, mas é também um sinal de regeneração ou de novo nascimento. O batismo de crianças deve ser conservado na Igreja.

(18) DA CEIA DO SENHOR

A Ceia do Senhor não é somente um sinal do amor que as pessoas cristãs devem ter umas para com as outras, mas, antes, é um sacramento da nossa redenção pela morte de Cristo, de sorte que, para quem reta, dignamente e com fé o recebe, o pão que partimos é a participação do corpo de Cristo, como também o cálice de bênção é a participação do sangue de Cristo. A transubstanciação ou mudança de substância do pão e do vinho na Ceia do Senhor não se pode provar pelas Santas Escrituras e é contrária às suas terminantes palavras; destrói a natureza de um sacramento e tem dado motivo a muitas superstições. O corpo de Cristo é dado, recebido e comido na Ceia somente de modo espiritual. O meio pelo qual é recebido e comido o corpo de Cristo, na Ceia, é a fé. O sacramento da Ceia do Senhor não era, por ordenação de Cristo, custodiado, levado em procissão, elevado nem adorado.

(19) DE AMBAS AS ESPÉCIES

O cálice do Senhor não se deve negar aos leigos e leigas, porque ambas as espécies da Ceia do Senhor, por instituição e mandamento de Cristo, devem ser ministradas a todas as pessoas cristãs igualmente.

(20) DA OBLAÇÃO ÚNICA DE CRISTO SOBRE A CRUZ

A oblação de Cristo, feita uma só vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto o original como os atuais, e não há nenhuma outra satisfação pelo pecado senão essa. Portanto, o sacrifício da missa, no qual se diz geralmente que o sacerdote oferece a Cristo em expiação de pecados pelos vivos e defuntos, é fábula blasfema e engano perigoso.

(21) DO CASAMENTO DOS MINISTROS E MINISTRAS

Os ministros e ministras de Cristo não são obrigados, pela lei de Deus, quer a fazer voto de celibato, quer a abster-se do casamento; portanto, é tão lícito a eles e elas como às demais pessoas cristãs o casar-se à sua vontade, segundo julgarem melhor à prática da piedade.

(22) DOS RITOS E CERIMÔNIAS DA IGREJA

Não é necessário que os ritos e cerimônias das igrejas sejam em todos os lugares iguais e exatamente os mesmos, porque sempre têm sido diferentes e podem mudar-se conforme a diversidade dos países, tempos e costumes dos povos, contanto que nada seja estabelecido contra a Palavra de Deus. Entretanto, toda pessoa que, voluntária, aberta e propositadamente quebrar os ritos e cerimônias da igreja a que pertença – os quais, não sendo repugnantes à Palavra de Deus,

são ordenados e aprovados pela autoridade competente – deve abertamente ser repreendida como ofensora da ordem comum da Igreja e da consciência dos irmãos fracos e irmãs fracas, para que as demais tenham fazer o mesmo. Toda e qualquer igreja pode estabelecer, mudar ou abolir ritos e cerimônias, contanto que isso se faça para edificação.

(23) DOS DEVERES CIVIS DOS CRISTÃOS E CRISTÃS

É dever dos cristãos e cristãs, especialmente dos ministros e ministras de Cristo, sujeitarem-se à autoridade suprema do país onde residam e empregarem todos os meios louváveis para inculcar obediência aos poderes legitimamente constituídos. Espera-se, portanto, que membros clérigos e leigos da igreja se portem como cidadãos e cidadãs moderados(as) e pacíficos(as).

(24) DOS BENS DOS CRISTÃOS E CRISTÃS

As riquezas e os bens dos cristãos e cristãs não são comuns quanto ao direito, título e posse deles, como falsamente apregoam alguns; não obstante, cada um deve dar liberalmente do que possui às pessoas pobres.

(25) DO JURAMENTO DO CRISTÃO E DA CRISTÃ

Assim como confessamos que é proibido aos cristãos e cristãs, por nosso Senhor Jesus Cristo e por Tiago, seu apóstolo, o jurar em vão e precipitadamente, assim também julgamos que a religião cristã não proíbe o juramento quando um magistrado o requer em causa da fé e caridade, contanto que se faça segundo o ensino do profeta, em justiça, juízo e verdade.

§ 4º. O Credo Apostólico, citado no 1º § deste artigo, é o seguinte:

Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, criador do céu e da terra, e em Jesus Cristo, Seu unigênito filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo, nasceu da virgem Maria, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ao terceiro dia, ressurgiu dos mortos, subiu ao Céu e está à direita de Deus Pai, Todo-Poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja de Cristo, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

CAPÍTULO II

DOS COSTUMES

() Redação dada pelo 10º. Concílio Geral,
realizado em 1971 (2ª. Sessão/RJ)*

Art. 3º. Como fez John Wesley, no seu tempo, seu pronunciamento em documento que chamou de Regras Gerais, código de conduta cristã para as pessoas que o procuraram em busca de conforto espiritual, no desejo da salvação e santidade, assim a Igreja Metodista, adaptando a cada época a sua linguagem, conserva os mesmos princípios, os quais recomenda a todos os seus membros, como prática de vida, a saber:

1. Não praticar o mal.
2. Zelosamente, praticar o bem.
3. Atender às ordenanças de Deus.

Fundamentada nesses princípios, a Igreja confia que as pessoas metodistas preservem a sua tradição e continuem a ser reconhecidos como pessoas de vida regrada. As pessoas metodistas são:

- moderadas nos divertimentos;
- modestas no trajar;
- abstinências do álcool como bebida;
- empenhadas no combate aos vícios;
- observadoras do Dia do Senhor, especialmente dedicado ao culto público, ao cultivo espiritual, pelo estudo da Bíblia, e ao descanso físico;

- observadoras dos preceitos da Igreja e dos meios de graça que ela oferece, participando dos ofícios divinos e da Ceia do Senhor;
- praticantes do jejum e da oração individual e em família;
- honestas nos negócios;
- fraternais nas relações de umas com as outras;
- tolerantes e respeitadoras das ideias e opiniões alheias;
- praticantes de boas obras;
- benfeitoras das pessoas necessitadas;
- defensoras das pessoas oprimidas;
- promotoras da instrução secular e religiosa;
- e operosas na obra de evangelização.

CAPÍTULO III

DO CREDO SOCIAL

Art. 4º. A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social, objeto de decisão do 16º. Concílio Geral, conforme segue:

I – NOSSA HERANÇA

1. A *Igreja Metodista* afirma sua responsabilidade cristã pelo bem-estar integral do ser humano como decorrência de sua fidelidade à Palavra de Deus expressa nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento.
2. Essa consciência de responsabilidade social constitui parte da preciosa herança confiada ao povo metodista pelo testemunho histórico de John Wesley.
3. O exercício dessa missão é inseparável do Metodismo Universal ao qual está vinculada a *Igreja Metodista* por unidade de fé e relações de ordem estrutural estabelecidas nos Cânones.
4. A *Igreja Metodista* participa dos propósitos de unidade cristã e serviço mundial, do CMI (Conselho Mundial de Igrejas), do Ciemal (Conselho de Igrejas Evangélicas Metodistas da América Latina e Caribe), do Clai (Conselho Latino-Americano de Igrejas) e do Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs).
5. No presente século de gigantesco progresso científico e tecnológico, a *Igreja Metodista* reafirma a verdade proclamada por John

Wesley, no século XVIII, na Inglaterra: “Vamos unir ciência e piedade vital há tanto tempo separadas”.

II – BASES BÍBLICAS

1. *Cremos em Deus*, Criador de todas as coisas e Pai de toda a família humana, fonte de todo o Amor, Justiça e Paz, autoridade soberana sempre presente.
2. *Cremos em Jesus Cristo*, Deus Filho, que se fez homem como cada um de nós, amigo e redentor dos pecadores e das pecadoras, Senhor e Servo de todos os homens e de todas as mulheres, em quem todas as coisas foram criadas.
3. *Cremos no Espírito Santo*, Deus defensor, que conduz os homens e as mulheres livremente à Verdade, convencendo o mundo do pecado, da justiça e do juízo.
4. *Cremos que o Deus único estava em Cristo*, reconciliando consigo o mundo, criando uma nova ordem de relações na História, perdoadando os pecados dos homens e das mulheres e encarregando-nos do ministério da reconciliação.
5. *Cremos no Reino de Deus e sua Justiça*, que envolve toda a criação, chamando todos os homens e todas as mulheres a se receberem como irmãos e irmãs participando, em Cristo, da nova vida de plenitude.
6. *Cremos que o Evangelho*, tomando a forma humana em Jesus de Nazaré, filho de Maria e de José, o carpinteiro, *é o poder de Deus que liberta completamente todas as pessoas*, proclamando que não existe nenhum valor acima da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus.
7. *Cremos que a comunidade cristã universal é serva do Senhor*; sua missão nasce sempre dentro da missão do seu único Senhor

- que é Jesus Cristo. A unidade cristã é a dádiva de sacrifício do Cordeiro de Deus; viver divididos é negar o Evangelho.
8. *Creemos que são bem-aventuradas as pessoas* humildes de espírito, as pessoas que sofrem, as pessoas mansas, as pessoas que têm fome e sede de justiça, as que praticam a misericórdia, as simples de coração, as que trabalham pela paz, as que são perseguidas pela causa da justiça e do nome do Senhor.
 9. *Creemos que a Lei e os Profetas se cumprem em amar a Deus* com todas as forças da nossa vida e em amar ao nosso próximo como a nós mesmos. Pois ninguém pode amar a Deus e menosprezar a seu irmão e à sua irmã.
 10. *Creemos que ao Senhor pertence a terra e a sua plenitude*, o mundo e cada homem e mulher que nele habitam; por isso proclamamos que o pleno desenvolvimento humano, a verdadeira segurança e ordem sociais só se alcançam na medida em que todos os recursos técnicos e econômicos e os valores institucionais estejam a serviço da dignidade humana na efetiva justiça social.
 11. *Creemos que o culto verdadeiro que Deus aceita dos homens e das mulheres é aquele que inclui a manifestação de uma vivência de amor*, na prática da justiça e no caminho da humildade com o Senhor.

III – A ORDEM POLÍTICO-SOCIAL E ECONÔMICA

1. A natureza social do homem e da mulher procede da ordem da criação e significa que sua plena realização só é alcançada na vida em comunidade.
2. A comunidade familiar, resultante da natureza humana, a ordem econômica, resultante do conjunto das atividades humanas de produção, consumo e comércio de bens, e a ordem política expressam exigências da própria ordem da criação divina.

3. O Estado é exigência básica, não só para a defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem-comum mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social.
4. Os quesitos do bem-estar social (saúde, segurança, educação etc.) são direitos garantidos a todo e qualquer cidadão e cidadã.
5. O ser humano tem o dever de administrar a terra e seus recursos, que Deus lhe confiou, segundo os critérios do Senhor. Um dos caminhos para a efetiva atuação na transformação da sociedade é a participação na elaboração de políticas públicas justas.
6. Em cada época e lugar surgem problemas, crises e desafios através dos quais Deus chama a Igreja a servir. A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo conhecimento competente, busca discernir e obedecer à vontade de Deus nessas situações específicas.
7. A Igreja Metodista considera, na presente situação do país e do mundo, como de particular importância para sua responsabilidade social o discernimento das seguintes realidades:
 - a. Deus criou os povos para constituir uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e irmãs e destrói toda forma de discriminação entre os homens e as mulheres. A Igreja é chamada a conduzir todas as pessoas a se receberem e a se afirmarem umas às outras em todas as suas relações na família, na comunidade, no trabalho, na educação, no lazer, na religião e no exercício dos direitos políticos.
 - b. A reconciliação do mundo em Jesus Cristo é a fonte da justiça, da paz e da liberdade entre as nações; todas as estruturas e poderes da sociedade são chamados a participar dessa nova ordem.

A Igreja é a comunidade que exemplifica essas relações novas do perdão, da justiça e da liberdade, recomendando-as aos governos e nações como caminho para uma política responsável de cooperação e paz.

- c. A reconciliação das nações se torna especialmente urgente num tempo em que países desenvolvem armas nucleares, químicas e biológicas, desviando recursos ponderáveis de fins construtivos e pondo em risco a humanidade.
- d. A reconciliação do homem e da mulher em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com as pessoas necessitadas e as oprimidas, a prioridade da justiça nas Escrituras, proclama que a causa das pessoas pobres do mundo é a causa dos Seus discípulos e discípulas.
- e. A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto dos desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração das pessoas indefesas, da carência de conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus.
- f. As excessivas disparidades culturais, sociais e econômicas negam a justiça e põem em perigo a paz, exigindo da sociedade intervenção competente com planejamento eficaz para vencê-las.
- g. É injusto aumentar a riqueza das pessoas ricas e o poder das pessoas fortes, confirmando a miséria das pessoas pobres e oprimidas. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o ser humano da pobreza.
- h. No individualismo e no coletivismo, tanto quanto em programas de crescimento econômico e justiça social, encontramos os

riscos de humanismos parciais. Urge que se promova o humanismo pleno. A plena dimensão humana só se encontra nas novas relações criadas por Deus em Jesus Cristo.

- i. A Igreja Metodista reconhece os relevantes serviços da Organização das Nações Unidas no aprimoramento e defesa dos Direitos Humanos, assim como seus esforços em favor da justiça e da paz entre as nações. Recomenda como extremamente oportunos a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e o documento sobre *Desenvolvimento e Progresso Social*, adotado pela Assembleia em dezembro de 1969.

IV – RESPONSABILIDADE CIVIL

1. A Igreja Metodista reconhece que é sua tarefa docente capacitar os membros de suas congregações para o exercício de uma cidadania plena.
2. O propósito primordial dessa missão é servir ao Brasil por meio da participação ativa do povo metodista na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades.
3. Essa sociedade desenvolve-se em três níveis básicos:
 - a. de responsabilidade da comunidade perante Deus, especialmente na criação de condições de igual participação de todos os seus membros;
 - b. de responsabilidade do cidadão e da cidadã para com a justiça e a ordem pública na comunidade;
 - c. de responsabilidade das pessoas que exercem o governo quanto ao uso que fazem do poder.

4. Nesse propósito, a Igreja adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirma os critérios definidos no relatório especializado do Conselho Mundial de Igrejas em sua II Assembleia, reunida em Evanston (EUA), em 1954, nos seguintes termos:
 - a. criação de canais adequados de ação política a fim de que o povo tenha a liberdade de escolher seu governo;
 - b. proteção jurídica a todas as pessoas contra prisões arbitrárias e quaisquer atos que interfiram em direitos humanos;
 - c. liberdade de expressão legítima de convicções religiosas, éticas e políticas;
 - d. a família, a igreja, a universidade, associações com fundamentos próprios demandam proteção do Estado e não o controle estatal em sua vida interna.

5. A soberania de Deus revelada na encarnação de Jesus Cristo sobre todas as autoridades e poderes da sociedade é a garantia última, reconhecida ou não, da responsabilidade do ser humano para com seu semelhante.

VI – PROBLEMAS SOCIAIS

Problemas sociais são manifestações patológicas do organismo social; originam-se de situações estruturais da sociedade e da mentalidade das pessoas, conduzindo-as a condições de vida infra-humana e produzindo a marginalização socioeconômica e cultural de indivíduos e populações.

Os problemas sociais são causa e efeito da marginalização passiva ou ativa das pessoas e dizem respeito às carências nos setores básicos de Alimentação, Educação, Habitação, Saúde, Cultura, Carência de Fé Cristã, Recreação, Trabalho, Comunicação Social, Seguro Social e

às manifestações da conduta humana que se opõem às normas estabelecidas por determinada sociedade. Os problemas sociais são próprios de determinada comunidade em determinada época e, por isso, precisam ser analisados no contexto socioeconômico e cultural específico.

A Igreja Metodista considera que:

1. O ser humano como pessoa criada à imagem e semelhança de Deus é a realidade para a qual devem convergir todos os valores e recursos da sociedade.
2. A pessoa humana é membro do corpo social e dele simultaneamente agente e sujeito.
3. A sociedade é um todo social, sujeito permanentemente à influência de fatores que o modificam, que o pressionam impondo mudanças profundas no comportamento humano.
4. Para que uma sociedade traduza o sentido cristão de humanidade é necessário que, a par com a mudança das estruturas sociais, se processe uma transformação da mentalidade humana. O sentido cristão de humanidade só pode ser alcançado em uma sociedade na qual as pessoas tenham vida comunitária, consciência de solidariedade humana e de responsabilidade social.
5. Individualismo e massificação são causas graves de problemas sociais; ambos negam o Evangelho porque despersonalizam o ser humano.
6. A comunidade familiar expressa exigências fundamentais da criação divina. A família está sujeita à insegurança econômica, às tensões e aos desajustamentos que acompanham as mudanças socioculturais. O planejamento familiar é um fator essencial; dele resultam a paternidade e maternidade responsáveis, o compromisso de cada pessoa que compõe a família, o ajustamento entre os cônjuges, a educação dos filhos e filhas, a administração do lar.

- a. A Igreja Metodista aceita e recomenda o uso dos recursos da medicina moderna para o planejamento familiar, quando não contrariam a ética cristã. O sexo, na ética cristã, é considerado dádiva de Deus à vida por Ele mesmo criada. A educação para a vivência da sexualidade é uma responsabilidade da família, da igreja e das instituições educacionais.
7. O Evangelho concede à Igreja recursos de natureza ética para acolher em seu seio casais constituídos sem amparo da legislação vigente.
8. A prostituição é grave alienação da pessoa humana, exigindo tratamento responsável. No tratamento da prostituição, que constitui grave problema na sociedade brasileira, é impossível ignorar um complexo de fatores como fonte causadora dela: limitações de ordem pessoal, estruturas defeituosas da sociedade, carências culturais econômicas, dupla moral sexual, lenocínio, exploração do sexo nos meios de comunicação social, grande contingente de crianças e adolescentes desatendidos em suas necessidades básicas de alimentação, habitação, cuidados com a saúde, amor e compreensão, educação, proteção e recreação. É de inadiável urgência, no Brasil, a tomada de providências que visem ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, proclamado na Constituição Federal.
9. No Brasil, constata-se a existência de grande contingente de crianças desatendidas em suas necessidades básicas de alimentação, habitação, cuidados com a saúde, amor e compreensão, educação, proteção e recreação. Essas carências da primeira infância são, via de regra, irreversíveis. É de inadiável urgência, no Brasil, a tomada de providências que visem ao cumprimento dos Direitos da Criança que foram proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.

10. A juventude é predominante na população brasileira, representando alta potencialidade e dinamismo no processo de desenvolvimento do país. Suas aspirações e seus problemas apresentam exigências imperativas. O desenvolvimento sociocultural, econômico e político do Brasil não pode prescindir do concurso de sua juventude, que é decisivo.
11. Meios de comunicação social – letra, som, imagem e outros que contribuem poderosamente para a educação do povo – estão trazendo também muita influência negativa, que deforma as mentes e agride a sociedade.
12. Entre os problemas que afetam a sociedade estão os chamados vícios, como: o uso indiscriminado de entorpecentes, a fabricação, comercialização e propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, a exploração dos jogos de azar, que devem ser alvo de combate tenaz, tanto pelos efeitos danosos sobre os indivíduos como também pelas implicações socioeconômicas que acarretam ao país.
13. Os presídios devem ser para reeducação e tratamento dos indivíduos e para tal precisam estar devidamente equipados e organizados. É direito da pessoa receber, em qualquer lugar e circunstância, o tratamento condizente com a natureza e a dignidade humanas.

A Igreja Metodista não só deplora os problemas sociais que aniquilam as comunidades e os valores humanos, mas orienta seus membros no tratamento dos problemas dentro das seguintes normas e critérios:

- a. propugnar por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos, grupos e das populações;
- b. trabalhar para obter dos que já desfrutam das oportunidades normais de participação socioeconômica e cultural e dos

- que têm a responsabilidade do poder diretivo da comunidade uma mentalidade de compreensão e de ação eficaz para erradicação da marginalidade;
- c. oferecer às pessoas vitimadas pelos problemas sociais a necessária compreensão, o apoio econômico e o estímulo espiritual para sua libertação, a orientação individualizada, respeitando sempre a sua autodeterminação;
 - d. pautar-se em normas técnicas atualizadas e específicas de cada situação-problema, no tratamento dela, utilizando os recursos comunitários especializados;
 - e. amar efetivamente as pessoas, caminhando com elas até as últimas consequências para a sua libertação dos problemas e sua autopromoção integral.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS DO RITUAL

Art. 5º. O Ritual da Igreja Metodista é a ordem por ela recomendada, por meio do Colégio Episcopal, visando à uniformidade dos ofícios divinos, à correção na administração dos sacramentos e à maior edificação de seus membros.

Parágrafo único. As diferentes regras cerimoniais para cada ato do Ritual são impressas em separado, revistas permanentemente pela Faculdade de Teologia, aprovadas e implantadas por ato do Colégio Episcopal.

SEÇÃO I Do Culto

Art. 6º. O Culto é um serviço devido a Deus pelo Seu povo e se expressa em todos os planos da existência humana.

Art. 7º. O Culto Público, promovido pela Igreja, é uma parcela do serviço total do povo de Deus, no qual o Senhor vem ao seu encontro, requer a sua adoração, mostra-lhe o seu pecado, perdoa-lhe quando se arrepende, confia-lhe a Sua mensagem e espera a sua resposta em fé, gratidão, amor e obediência.

§ 1º. Para edificação dos cristãos e cristãs, a Igreja estimula também a devoção pessoal e o culto doméstico, em que cada pessoa é incentivada à leitura e ao estudo das Sagradas Escrituras, à meditação e à oração.

§ 2º. O Culto Público é realizado pelas igrejas normalmente aos domingos, no horário mais conveniente à comunidade.

§ 3º. Além dos cultos dominicais, as igrejas proporcionam, em outros dias da semana, a experiência do culto, na forma de reuniões de oração, estudos bíblicos e doutrinários, troca de testemunhos e comemorações especiais.

§ 4º. Entre as comemorações especiais, as igrejas realizam, esporadicamente, reuniões de testemunho ou “Festa do Amor”, em que os membros da igreja, reunidos em espírito fraternal, tomam água, comem pão, oram, cantam e narram suas experiências da vida cristã. A Festa do Amor, também conhecida como Ágape, reunia as pessoas cristãs em círculos ou ao redor de uma mesa; o pão era partido em pequenos pedaços, ou um pão comum era passado de mão em mão; o cálice do amor era comum, provido de duas alças laterais, sendo substituído posteriormente por cálices individuais.

SEÇÃO II

DOS SACRAMENTOS

Art. 8º. Sacramentos são meios de graça instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo, sinais visíveis da graça invisível do Espírito Santo na vida das pessoas cristãs: o Batismo e a Ceia do Senhor.

Subseção I DO BATISMO

Art. 9º. O Batismo é o sinal visível da graça de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual nos tornamos participantes da comunhão do Espírito Santo e herdeiros da vida eterna.

§ 1º. O Batismo é aplicável a crianças, a pessoas cristãs de maior idade e a pessoas com deficiência de qualquer idade.

§ 2º. O Batismo de cristãos e cristãs somente se aplica a pessoas que desejam filiar-se à Igreja e assumem os votos de membro, conforme os Cânones.

§ 3º. O Batismo de crianças só será feito com a garantia de que entre pais e testemunhas haja quem possa assumir todas as responsabilidades exigidas pelo cerimonial, para o que serão prévia e devidamente orientados quanto às responsabilidades que assumem.

§ 4º. O Batismo, sendo ato de testemunho comunitário, deverá ser realizado, sempre que possível, durante o Culto Público.

Art. 10. O Batismo é com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, por aspersão, derramamento ou imersão. A Igreja Metodista, embora comumente pratique a aspersão, reconhece como igualmente válido o batismo por derramamento ou por imersão.

Subseção II CEIA DO SENHOR

Art. 11. A Ceia do Senhor é o sinal de nossa redenção em Cristo e o memorial perpétuo de Sua paixão e morte. Nos elementos da Ceia, Cristo se dá aos que são Seus, renovando a comunhão de amor da nova aliança.

Parágrafo único. A Ceia é ministrada, a juízo do pastor ou da pastora e do Concílio Local, com a frequência que, em conjunto, determinarem, visando sempre à edificação espiritual da igreja.

SEÇÃO III

DA RECEPÇÃO DE MEMBROS

Art. 12. Para testemunho de fé e gozo dos plenos direitos de membro da Igreja, o candidato ou candidata, depois de receber as devidas instruções, apresenta-se diante da congregação para assumir os votos de membro dela.

§ 1º. Nenhuma pessoa pode ser recebida como membro da Igreja por processo diferente dos indicados no art. 9º, do Título II, destes Cânones, e sem que tenha sido devidamente instruída numa classe de catecúmenos.

§ 2º. *In extremis*, uma pessoa convertida pode ser batizada sem ser recebida como membro da Igreja.

§ 3º. Sempre que possível, a recepção deverá se dar no contexto de um Culto Público com a Ceia do Senhor, quando os novos membros poderão ter uma expressão concreta de sua integração na comunhão da Igreja.

SEÇÃO IV

DO MATRIMÔNIO

Art. 13. A Igreja Metodista reconhece o direito que assiste ao governo civil de legislar sobre o casamento e exige dos seus membros obediência às leis do país, segundo os princípios do Evangelho; e, ainda que não considere o matrimônio sacramento, exorta os cristãos e as cristãs a pedirem a bênção divina sobre a sua união.

§ 1º. Nenhum(a) ministro(a) ou pastor(a) metodista pode celebrar o rito do matrimônio antes de terem os nubentes satisfeito às exigências das leis do país.

§ 2º. A menos que ocorra situação excepcional, nenhum casal poderá receber a bênção divina sobre o seu matrimônio sem que tenha recebido instrução adequada, conforme orientação do Colégio Episcopal.

§ 3º. Nenhum(a) ministro(a) ou pastor(a) metodista pode celebrar a bênção do matrimônio entre pessoas de mesmo sexo ou transgênero, por ser isso incompatível com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista. Também é vedado participar em qualquer momento da liturgia de tal celebração. (CG 2021/2022)

SEÇÃO V

DAS BODAS

Art. 14. Reconhecendo que o matrimônio feliz é uma bênção de Deus para todos os seus membros, é admitida a comemoração da data em que o enlace se realizou. As bodas geralmente comemoradas são as conhecidas como de prata, ouro e diamante, correspondentes a 25, 50 e 75 anos, respectivamente.

SEÇÃO VI

DO OFÍCIO FÚNEBRE

Art. 15. O ofício fúnebre é cerimônia realizada para o consolo de familiares, amigos e amigas da pessoa falecida, e oportunidade de afirmação de fé e de exortação às pessoas que assistem a ela; deve, pois, ser realizado com reverência e solenidade, evitando-se pronunciamentos exagerados a respeito da pessoa morta.

§ 1º. Para melhor atender às diversas circunstâncias, a Igreja estabelece três ritos: para o enterro de pessoas adultas; de crianças; de jovens ou pessoas adultas que faleceram súbita ou tragicamente.

SEÇÃO VII

DO LANÇAMENTO DE PEDRA FUNDAMENTAL OU ANGULAR

Art. 16. Para maior glória do nome de Deus e no interesse do testemunho do Seu Reino, sempre que um templo, edifício de educação cristã ou qualquer outro, consagrado ao serviço divino ou à sua obra, está para ser levantado, procede-se à cerimônia do lançamento da pedra fundamental, ou angular, conforme a conveniência da ocasião.

Parágrafo único. Pedra fundamental é a pedra-marco, colocada no lugar da futura construção ao ser rasgado o terreno; pedra angular é a pedra de esquina ou do ângulo principal do edifício na qual é costume colocarem-se documentos históricos.

SEÇÃO VIII

DEDICAÇÃO DE TEMPLO

Art. 17. Terminada a construção de um templo, estando ele desembaraçado de quaisquer ônus, é dedicado ao serviço de Deus, em culto solene de ação de graças, para o qual devem ser convidadas as autoridades eclesiásticas e civis.

SEÇÃO IX

DA POSSE DE OFICIAIS, MINISTÉRIOS E MEMBROS DE ÓRGÃOS E COMISSÕES

Art. 18. Oficiais, ministérios e membros de órgãos e comissões são empossados em solenidade pública.

Parágrafo único. No dia e hora marcados para a posse, em culto público e solene, os(as) oficiais, ministérios, membros de órgãos e comissões, previamente avisados(a), vão à frente da Igreja, a fim de serem empossados(as).

SEÇÃO X

DA ADMISSÃO À ORDEM PRESBITERAL

Art. 19. Membros que completam os requisitos para a admissão à Ordem Presbiteral são chamados(as) à presença do Concílio Regional, a fim de que respondam às perguntas regulamentares e o Concílio vote sobre sua admissão.

Parágrafo único. Como preparação para o solene ato da admissão à Ordem, os candidatos e as candidatas são exortados a dedicarem o dia anterior ao jejum e à oração.

SEÇÃO XI

DA ORDENAÇÃO DE PRESBITERO OU PRESBITERA

Art. 20. Eleito um candidato ou uma candidata à Ordem Presbiteral, recebe ordenação como presbítero ou presbítera em solenidade pública.

SEÇÃO XII

DA CONSAGRAÇÃO DE BISPO OU BISPA

Art. 21. Eleita uma presbítera ativa ou um presbítero ativo para o encargo especial do episcopado, é consagrado(a) em solenidade pública, salvo nos casos de reeleição.

Parágrafo único. A consagração se dará a partir da solenidade pública em que se der o encerramento do Concílio Geral ordinário.

SEÇÃO XIII

DA CONSAGRAÇÃO DO PASTOR OU DA PASTORA

Art. 22. O membro leigo, depois de atendidos os dispositivos canônicos, é consagrado Pastor ou Pastora pelo Bispo ou pela Bispa Presidente da Região.

SEÇÃO XIV

DA CONSAGRAÇÃO DO DIÁCONO OU DA DIACONISA

Art. 23. O membro leigo, depois de atendido o disposto no Art. 19, Título I, destes Cânones, é consagrado diácono ou diaconisa pelo Bispo ou Bispa Presidente da Região.

SEÇÃO XV

DA CONSAGRAÇÃO DE EVANGELISTA

Art. 24. O membro leigo, depois de atendido o disposto nos Art. 15, Título II, destes Cânones, é consagrado evangelista pelo pastor ou pela pastora titular.

DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO

NOTA EXPLICATIVA

O Plano para a Vida e a Missão da Igreja foi aprovado pelo 13º. Concílio Geral, realizado em 1982. A partir de então, tem sido um instrumento fundamental para a renovação da prática missionária do povo chamado Metodista em nosso país. O próprio processo de redescoberta e implementação do exercício dos dons e ministérios, na vida da Igreja Metodista no Brasil, é fruto da ação do Espírito Santo, que levou à aprovação do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

Passados cinco anos, o 14º. Concílio Geral determinou que os dons e ministérios, exercidos nos diferentes níveis da vida da Igreja, fossem tomados como elementos básicos para a sua estruturação. A organização da Igreja, portanto, deve ser consequência da descoberta das necessidades e dos desafios missionários e do exercício dos dons e ministérios suscitados pelo Espírito Santo como resposta a tais desafios. Nesse novo contexto estrutural eclesial, o Plano para a Vida e a Missão da Igreja continua como instrumento básico para a prática missionária da Igreja Metodista.

Na presente edição dos Cânones da Igreja Metodista, o Plano para a Vida e a Missão da Igreja é publicado na íntegra de sua versão original por fidelidade histórica ao documento aprovado pelo 13º. Concílio Geral, não cabendo introduzir modificações em seu texto, numa busca de harmonização retroativa.

É necessário, entretanto, notar que as áreas de vida e trabalho mencionadas no Plano não devem ser consideradas normativas e padrão organizacional para a estrutura da Igreja.

A presente publicação da seção contendo o plano específico das áreas de vida e trabalho da Igreja não deve ser entendida como elemento conflitivo com o exercício dos dons e ministérios e com a liberdade de estruturação aprovados pelo 14º. Concílio Geral. As áreas de vida e trabalho devem servir de inspiração para as atividades missionárias que a Igreja desenvolve, mediante o exercício dos diferentes ministérios despertados pela ação do Espírito Santo na vida do povo chamado metodista.

CAPÍTULO V

DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO

Art. 25. O 13º. Concílio Geral aprovou o seguinte plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista:

O “Plano para a Vida e a Missão da Igreja” é continuação dos Planos Quadrienais de 1974 e 1978 e consequência direta da Consulta Nacional de 1981 sobre a vida e a missão da Igreja, principal evento da celebração de seu 50º aniversário da autonomia.

A experiência do Colégio Episcopal e de vários segmentos da Igreja Metodista, nesses últimos anos, indica que o Metodismo brasileiro está saindo da profunda crise de identidade que abalou a Igreja após a primeira metade da década de sessenta.

Essas experiências têm mostrado que a Igreja necessita de um plano geral, que inspire sua vida e programação, e que não será dentro do curto espaço de um quadriênio que serão corrigidos os antigos vícios que nos impedem de caminhar. Esse fato esteve claro na semana da Consulta Vida e Missão e no documento que ela produziu. Ao adotarmos aquele documento como a base do novo plano, estamos propondo ao Concílio não mais um programa de ação para o quadriênio, mas linhas gerais que deverão orientar toda a ação da Igreja nos próximos anos, enquanto necessário, devendo ser avaliadas periodicamente.

Deveremos continuar o processo que permitirá que tudo na Igreja se oriente para a *Missão*. A Igreja deverá experimentar, de modo cada

vez mais claro, que sua principal tarefa é repartir, fora dos limites do templo, o que ela, de graça, recebe do seu Senhor. Por isso, somos convidados e convidadas ao desafio tipicamente wesleyano da *santificação*. Certamente, aqui estamos diante da necessidade de revisar profundamente nossa prática de piedade pessoal e a necessidade de rever nossos atos de misericórdia, entendidos como ação concreta de amor a favor dos outros. Esses são os dois caminhos que traduzem a visão de Wesley sobre a santificação na Bíblia.

Missão e santificação só podem gerar a *unidade*. Deveremos poder encontrar a unidade naquilo que é básico e essencial para que possamos viver a diversidade dos dons que Deus nos concede.

A adoção séria deste Plano nos levará, necessariamente, ao *crescimento* em todas as dimensões de nossa vida de serviço e culto. O novo surto de crescimento que experimentamos será acelerado à medida que fizermos convergir todos os nossos esforços movidos por um plano comum. Movidos por essa esperança, apresentamos à Igreja o Plano que Deus nos inspirou nesses últimos anos de estudos, tentativas concretas de mudança e reexame de nossa tradição.

A. HERANÇA WESLEYANA

Elementos Fundamentais da Unidade Metodista:

- a. O Metodismo, baseado nas Sagradas Escrituras, aceita completa e totalmente as doutrinas fundamentais da Fé Cristã, enunciadas nos Credos promulgados pelos Concílios da Igreja dos primeiros quatro séculos da Era Cristã. Essa aceitação se traduz na vida da pessoa crente, na prática cotidiana do amor a Deus e ao próximo (Jo 13.34-35; Dt 6.5), como resposta à graça de Deus revelada em Jesus Cristo. Ela se nutre em autêntica vida

de adoração ao Senhor e de serviço ao próximo (Jo 4.41-44). De forma alguma o Metodismo confunde a aceitação das doutrinas históricas do cristianismo com as atitudes doutrinárias intelectualistas e racionalistas, nem com a defesa intransigente, fanática e desamorosa da ortodoxia doutrinária. “No essencial, unidade; no não essencial, liberdade; em tudo, caridade” (Jo 17.20-23; Ef 2.14-16).

- b. O Metodismo afirma que a vida cristã comunitária e pessoal deve ser a expressão verdadeira da experiência pessoal da pessoa crente com Jesus Cristo, como Senhor e Salvador (Ef 3.14-19). Pelo testemunho interno do Espírito, sabemos que somos feitos filhos e filhas de Deus, pela fé no Cristo que nos salva, nos liberta, nos reconcilia e nos oferece vida abundante e eterna (Rm 8.1-2, 14-16; Jo 10.10; 2Co 5.18-20).
- c. O Metodismo proclama que o poder do Espírito Santo é fundamental para a vida da comunidade de fé, tanto na piedade pessoal como no testemunho social (Jo 14.16-17). Somente sob a orientação do Espírito Santo a Igreja pode responder aos imperativos e exigências do Evangelho, transformando-se em meio de graça significativo e relevante às necessidades do mundo (Jo 16.7-11; At 1.8, 4.18-20).
- d. O Metodismo requer vida de disciplina pessoal e comunitária, expressão do amor a Deus e ao próximo, a fim de que a resposta humana à graça divina se manifeste por meio do compromisso contínuo e paciente da pessoa crente com o crescimento em santidade (1Pe 1.22; Tt 2.11-15). A santificação da pessoa cristã e da Igreja em direção à perfeição cristã é proclamada pelo povo metodista em termos de amor a Deus e ao próximo (Lc 11.25-28) e se concretiza tanto em atos de piedade (participação na Ceia do Senhor, leitura devocional da Bíblia, prática da oração, do jejum, participação

nos cultos etc. – At 2.42-47) como em atos de misericórdia (solidariedade ativa – junto às pessoas pobres, necessitadas e marginalizadas socialmente – At 2.42-47). Os cristãos e cristãs metodistas, como Wesley, creem que tornar o cristianismo uma religião solitária é, na verdade, destruí-lo (Lc 4.16-19, 6.20-21; Rm 14.7-8).

- e. O Metodismo caracteriza-se por sua paixão evangelística, procurando proclamar as boas-novas de salvação a todas as pessoas, de tal sorte que o amor e a misericórdia de Deus, revelados em Jesus Cristo, sejam proclamados e aceitos por todos os homens e todas as mulheres (1Co 1.22-24). No poder do Espírito Santo, por meio do testemunho e do serviço prestados pela Igreja ao mundo em nome de Deus, da maneira mais abrangente e persuasiva possível, os cristãos e cristãs metodistas procuram anunciar a Cristo como Senhor e Salvador (1Co 9.16; Fp 1.12-14; At 7.55-58).
- f. O Metodismo demonstra permanente compromisso com o bem-estar da pessoa total, não só espiritual, mas também seus aspectos sociais (Lc 4.16-20). Este compromisso é parte integrante de sua experiência de santificação e se constitui expressão convicta do seu crescimento na graça e no amor de Deus. De modo especial, pessoas metodistas se preocupam com a situação de penúria e miséria das pessoas pobres. Como Wesley, combatem tenazmente os problemas sociais que oprimem os povos e as sociedades onde Deus as tem colocado, denunciando as causas sociais, políticas, econômicas e morais que determinam a miséria e a exploração, e anunciando a libertação que o Evangelho de Jesus Cristo oferece às vítimas da opressão. Essa compreensão abrangente da salvação faz com que os cristãos e cristãs metodistas se comprometam com as lutas

que visam a eliminar a pobreza, a exploração e toda forma de discriminação (Tg 5.1-6; Gl 5.1).

- g. O Metodismo procura desenvolver de forma adequada a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes (1Pe 2.9). Reconhece que todo o povo de Deus é chamado a desempenhar com eficácia, na Igreja e no mundo, ministérios pelos quais Deus realiza o Seu propósito, ministérios essenciais para a evangelização do mundo, para a assistência, nutrição e capacitação dos crentes, para o serviço e o testemunho no momento histórico em que Deus os vocaciona (1Co 12.7-11).
- h. O Metodismo afirma que o sistema conexional é característica fundamental e básica para a sua existência, tanto como movimento espiritual quanto como instituição eclesial (Ef 1.22-23). Deus lhe deu essa forma de articulação unificadora para cumprir a vocação histórica de “reformatar a nação, particularmente a Igreja, e espalhar a santidade bíblica sobre toda a terra” (Wesley) (At 17.4-6; Jo 17.17-19).
- i. O Metodismo é parte da Igreja Universal de Jesus Cristo. Procura preservar o espírito de renovação da Igreja dentro da unidade conforme a intenção da Reforma Protestante do século XVI e do Movimento Wesleyano na Igreja Anglicana do século XVIII, que, por circunstâncias históricas, resultaram em divisões. Por isso, dá sua mão a todas as pessoas cujo coração é como o seu e busca no Espírito os caminhos para o estabelecimento da unidade visível da Igreja de Cristo (Jo 17.17-23).
- j. O Metodismo afirma que a vivência e a fé da pessoa cristã e da Igreja se fundamentam na revelação e ação da graça divina. A graça divina é o fundamento de toda a revelação e ação histórica de Deus e se manifesta de forma preveniente, justificadora

e santificadora na vida da pessoa crente e da Igreja, pela fé pessoal e comunitária (Tt 2.11-15). A vivência cristã se fundamenta na fé (Rm 1.16-17). Fé obediente, amorosa e ativa, centralizada na ação histórica de Deus, na pessoa, vida e obra de Cristo e na ação atualizadora do Espírito Santo (Hb 1.1- 3, 12.1-2). A Palavra de Deus, testemunha da ação e da revelação de Deus, é elemento básico para o despertamento e a nutrição da fé (2Tm 3.15; Lc 24.25-27; Gl 3.22).

- k. O Metodismo afirma que a Igreja, antes de ser organização, instituição ou grupo social, é um corpo, um organismo vivo, uma comunidade de Cristo (Ef 1.22-23; 1Co 12.27). Sua vivência deve ser expressa como uma comunidade de fé, adoração, crescimento, testemunho, amor, apoio e serviço (At 2.42- 47; Rm 12.9-21). Nessa comunidade, metodistas são despertados(as), alimentados(as), crescem, compartilham, vivem juntos, expressam sua vivência e fé, edificam o corpo de Cristo, são equipados(as) para o serviço e o expressam junto das pessoas e das comunidades (1Co 12.16-26; 2Co 9.12-14; Ef 4.11-16).
- l. O Metodismo afirma o valor da prática e da experiência da fé cristã. Essa prática e experiência são confirmadas pela Palavra de Deus, pela tradição da Igreja, pela razão e pela comunidade da Igreja (At 16.10). A prática da fé é característica básica do Metodismo, pois ele é um “cristianismo prático”. Esse cristianismo prático tem como fonte de conhecimento de Deus a natureza, a razão, a tradição, a experiência cristã, a vivência na comunidade de fé, sempre confrontadas pelo testemunho bíblico, que é o elemento básico da revelação divina, interpretada a partir de Cristo (2Tm 3.14-17; 2Ts 2.13-15; 1Co 15.1-4).

B. ENTENDENDO A VONTADE DE DEUS

1. A missão de Deus no mundo é estabelecer o Seu Reino. Participar da construção do Reino de Deus em nosso mundo, pelo Espírito Santo, constitui-se a tarefa evangelizante da Igreja.
2. O Reino de Deus é o alvo do Deus Trino e significa o surgimento do novo mundo, da nova vida, do perfeito amor, da justiça plena, da autêntica liberdade e da completa paz. Tudo isso está introduzido em nós e no mundo como semente que o Espírito Santo está fazendo brotar, como lemos em Romanos 8.23: “Nós temos as primícias do Espírito, aguardando a adoção de filhos”, ou ainda em 2 Coríntios 7.21-22: “Mas aquele que nos confirma convosco em Cristo, e nos ungiu, é Deus, que também nos selou e nos deu o penhor do Espírito em nossos corações”.
3. Jesus iniciou a sua Missão no mundo com pregação: “O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo, arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1.15).
4. O propósito de Deus é reconciliar consigo mesmo o ser humano, libertando-o de todas as coisas que o escravizam, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, por meio da ação e do poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua, neste mundo e neste momento histórico, sinais concretos do Reino de Deus.
5. A missão é de Deus – Pai, Filho e Espírito Santo. O objetivo é construir o Reino de Deus. O Seu amor é a força motivadora de Sua presença e ação. “Ele trabalha até agora” (Mt 28.19; Jo 3.16):
 - a. criando as pessoas e comunidades, dando-lhes condições para viver, trabalhar e construir suas vidas como pessoas e como comunidades (Gn 1.26-31; Gn 2; 2Co 5.17);

- b. ajudando as pessoas e comunidades a superar seus conflitos e pecados, trabalhando em conjunto e participando da vida abundante concedida em Cristo por meio da reconciliação (Gn 3.8- 21; Gn 12.1-13; Jo 10.10; 2Co 5.19);
 - c. possibilitando às pessoas e comunidades se encontrarem como irmãos e irmãs; reconhecendo-O e aceitando-O como Pai (Mt 6.8-10);
 - d. abrindo, pela ação do Espírito Santo, novas possibilidades e fontes de vida (At 2.17-21; 1Co 12.4-11; Rm 12.6-8);
 - e. sarando as pessoas e as instituições, podando delas o que não convém, por meio de Seu juízo e graça (Ef 2.11-21; Fp 4.2-9; Jo 15);
 - f. envolvendo todas as pessoas e comunidades e todas as coisas nesse Seu trabalho.
6. Na História, e especialmente na do povo de Israel, Deus revela a Sua ação salvadora a favor das pessoas e do mundo. A concretização plena dessa ação deu-se na encarnação de Jesus Cristo. Ele assumiu as limitações humanas, trouxe as boas-novas do Reino de Deus, confrontou os poderes do mal, do sofrimento e da morte, vencendo-os em Sua ressurreição (Hb 1.1-14).
7. Na construção da vida e na realização dessa obra, as pessoas e comunidades sofrem com o domínio das forças satânicas e do pecado. O pecado e o domínio dessas forças manifestam-se de diferentes maneiras em pessoas, grupos e instituições, impedindo a vida abundante e contrariando a vontade de Deus.
8. Por meio de Jesus Cristo, Sua vida, trabalho e mensagem, Sua morte, ressurreição e ação redentora, podemos compreender a ação de Deus no passado; as oportunidades à esperança da vida plena no futuro que Ele nos oferece no presente e a possibili-

dade de participar da construção desse futuro agora. É de Jesus Cristo que vem o poder para essa participação.

9. A Igreja, fiel a Jesus Cristo, é sinal e testemunha do Reino de Deus. É chamada a sair de si mesma e se envolver no trabalho de Deus, na construção do novo ser humano e do Reino de Deus. Assim, ela realiza sua tarefa de evangelização (Hb 2.18).

A Igreja Metodista no Brasil é parte da Igreja Metodista na América Latina e no mundo, ramo da Igreja Universal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Sensível à ação do Espírito Santo, reconhece-se chamada e enviada a trabalhar com Deus neste tempo e lugar onde ela está. Neste tempo, fazemos uma escolha clara pela vida, manifesta em Jesus Cristo, em oposição à morte e a todas as forças que a produzem.

C. NECESSIDADES E OPORTUNIDADES

Na realização do trabalho de Deus, a Igreja Metodista reconhece grandes necessidades, que são também desafios da missão:

1. Há necessidade de estar em comunhão com Deus, ouvir e atender a Sua voz e de se fortalecer no poder de Deus (1Jo 1.1-4; 1Co 11.17-34).
2. Há necessidade de conhecer a Igreja, especialmente a igreja local, descobrir suas possibilidades e seus dons e valorizar seus ministérios para alcançar a participação total do povo na missão de Deus (1Co 12.1-30; Ef 4.5).
3. Há necessidade de conhecer o bairro, a cidade, o campo, o país, o continente, o mundo e os acontecimentos que os envolvem, porque e como ocorrem e suas consequências. Isso inclui conhecer a maneira como as pessoas vivem e se organizam, são

governadas e participam politicamente, e como isso pode ajudar ou atrapalhar a manifestação da vida abundante.

4. Há necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana (1Sm 2.1-10; Lc 1.46-55).
5. Há necessidade de denunciar, por palavras e pela prática, todas as forças e instrumentos que oprimem e destroem a vida humana (Sl 42.1-9, 49.1-6, 50.13-53.12, 82; Is 1.17, 58.6-7, 61.1-3, 65.20-23; Tg 5.1-6).
6. Há necessidade de entender e unir, no trabalho, de modo positivo, as igrejas locais, a Igreja e as demais Igrejas Cristãs (Jo 17);
7. Há necessidade de entender e superar as tensões existentes entre o ministério pastoral e o ministério leigo, liderança local e demais membros, liderança em todos os níveis. Isso deve dar-se por meio de uma confrontação que expresse amor e justiça, unindo todas as pessoas num trabalho participativo na Missão (1Co 3.4- 11, 3.21-23, 12.4-11).

A Missão acontece quando a Igreja sai de si mesma, envolve-se com a comunidade e se torna instrumento da novidade do Reino de Deus (Mt 4.16-24, 28.18-20). À luz do conhecimento da Palavra de Deus, em confronto com a realidade, discernindo os sinais do tempo presente, a Igreja trabalha assumindo os dramas e esperanças do nosso povo (1Co 5.17-21; Ap 21.1-8; Is 43.14-21; 2Tm 2.9-10).

D. O QUE É TRABALHAR NA MISSÃO DE DEUS?

- É trabalhar para o Senhor do Reino num mundo espremido pelas forças do pecado e da morte, participando, como comunidade, com dons e serviços para o nascer da vida (Jr 1.4-10; Fp 1.18-26, 3.10-11; 2Tm 1.10; 1Jo 3.14);

- É somar esforços com outras pessoas e grupos que também trabalham na promoção da vida (Mc 9.38-41; At 10.28, 15.8-11).

E. COMO PARTICIPAR DA MISSÃO DE DEUS?

A Igreja participa da Missão e cresce em santificação, o que acontece quando produz atos de piedade e obras de misericórdia. Os atos de piedade são, principalmente, o culto e o cultivo da piedade pessoal e comunitária, e as obras de misericórdia são, preferencialmente, o trabalho que valoriza e realiza a pessoa enquanto constrói, em amor e justiça, a nova comunidade e o Reino de Deus. Assim, a Igreja participa da Missão e cresce quando:

1 - *Cultua a Deus*

- no oferecimento de nós mesmos, em comunidade, na adoração, no louvor, na confissão, na afirmação da fé, na consagração e no compartilhar de nossas experiências e dons (Rm 12.1-2; 1Co 14.26);
- no recebimento da palavra de renovação, de alimento, de fortalecimento mútuo e do poder de Deus (Cl 3.16; Is 1.6, 2.13).

Recebemos de Deus a vida e a ofertamos novamente a Deus. A celebração da vida por meio de Jesus Cristo se torna visível no seu início, pelo Batismo, e sua continuidade, pela proclamação da Palavra e da Ceia do Senhor, que são atos centrais do culto, e nele celebramos a vitória do Reino de Deus sobre as forças do mal e da morte (1Co 11.26; Lc 22.18; Mt 26.29; Jo 14.16-18, 25-27; Ap 1).

O Culto deve:

- ser amplamente participativo, em que a comunidade tenha vez e voz;
- ser inserido no dia a dia da comunidade na qual a igreja está localizada;
- expressar as angústias, lutas, alegrias e esperanças do povo, ofertando-as a Deus (1Co 14.26; Cl 3.16-17; Sl 150; Ef 5.19-21; Mt 6; Sl 71; Rm 8.15-39; Ef 3.14-17, 20-21).
- O Culto continua por meio da oração e meditação pessoais, da família e de grupos. Ele se completa no oferecimento da vida em atos de amor e justiça (Ef 6.10-20; Dt 6.4-9; Sl 15).
- Ser uma oportunidade para “apelos” a todos os homens e mulheres para aceitarem a Jesus Cristo como Salvador.

2 - Aprende em comunidade

A Igreja participa da Missão de Deus educando-se a partir:

- da vida prática, aprendendo na experiência de uns com os outros, corrigindo-se e descobrindo a ação de Deus na vida de cada dia;
- do compartilhamento com outras pessoas e grupos que preservam e valorizam a vida (At 2.42-47);
- da Palavra de Deus, buscando em conjunto, no confronto com os acontecimentos, alternativas que renovam a vida (Mt 7.24-27; Jo 5.39, 14, 15.3, 20; At 17.11-13);
- da Doutrina da Igreja, particularmente da herança metodista, descobrindo o valor histórico e atualizado de suas expressões para a nossa situação.

3 - Trabalha

O trabalho é algo próprio do ser humano porque é próprio do Criador. O trabalho pode ser experiência de sofrimento ou de libertação. Nossa participação no Reino de Deus renova a nossa compreensão acerca do trabalho. Seus resultados e seus benefícios tornam-se fontes de realização da vida pessoal e comunitária (Jo 5.17; 2Tm 2.6; 1Co 15.58; 2Co 6.5ss, 11.22-27; Tg 5.4; 1Tm 5.18; Gn 2.15).

Essa experiência nos leva a:

- concretizar nossos dons e ministérios como trabalho a serviço do Reino de Deus, compartilhando com outras pessoas a fé em Jesus Cristo como Senhor, Salvador e Libertador (Mt 25.14-30; 1Co 12.6-7; Rm 12.3-8; Ef 4.7-16; Is 9.1-6; Mc 10.42-43);
- colocarmo-nos a favor de relações justas entre empregadores(as) e empregados(as), estando ao lado das pessoas que são exploradas em seu trabalho e daquelas que sequer conseguem trabalhar (Jr 22.13-19; Dt 24.14-15; Is 65.21-23; Am 2.6-7; Mt 25.40).

4 - Usa ferramentas e métodos adequados

Na experiência do trabalho no Reino de Deus, vamos descobrindo a necessidade de ferramentas apropriadas para a sua execução. Na Igreja e na comunidade, hoje, encontramos novos desafios que exigem ferramentas adequadas. Uma delas, por exemplo, é a participação de todos os membros da Igreja, homens e mulheres, nos diferentes níveis de decisão (At 16.9-10; At 13.1-3; Ef 4.1ss).

F. SITUAÇÕES NAS QUAIS ACONTECE A MISSÃO

A Missão acontece na promoção da vida e do trabalho.

- Para que haja vida, são necessários comunhão e reconciliação com Deus e com o próximo, direito à terra, habitação, alimentação, valorização da família e das pessoas marginalizadas da família, saúde, educação, lazer, participação na vida comunitária, política e artística e preservação da natureza (At 2.42; 2Co 5.18-20; Jo 10.10, 15.5; 1Jo 1.7).
- Para que haja trabalho, é necessário haver humanização do trabalho, melhor distribuição da riqueza, organização e proteção do trabalhador e da trabalhadora, segurança, valorização, oportunidade de salários e empregos para todas as pessoas (Êx 23.12-13, Jr 23.12; Lv 19.13-14, 25.35-38; Dt 24.14-15; Sl 72).

G. OS FRUTOS DO TRABALHO NA MISSÃO DE DEUS

Colhemos a nova vida em Cristo como fruto do trabalho de Deus em nós, por meio de nós e do mundo (Mt 12.33, 13.8, 23, 7.16-17; Jo 15.12-16).

Essa nova vida se expressa:

- na descoberta do novo relacionamento com Deus e com as outras pessoas (Mt 22.36-40);
- na redescoberta contínua do sentido pleno da vida em nosso compromisso com a vontade de Deus na História (Mt 6.10; Mc 3.35; Jo 4.34, 6.40);
- no crescimento – em nós, entre nós e no mundo – da presença do Reino e de suas manifestações de amor, justiça, paz, respeito, sustento mútuo, liberdade e alegria (Gl 5.22-25; Mt 13.33; Rm 14.17; 1Co 4.20).

H. ESPERANÇA E VITÓRIA NA MISSÃO DE DEUS

Nosso trabalho tem sua raiz e força na confiança de que Deus está conosco, vai à frente e é a garantia da concretização do Reino de Deus no presente e no porvir. Ainda que as forças do mal e da morte lutem para dominar o nosso mundo, nossa esperança reside naquele que as venceu, Jesus Cristo, que tornou reais a ressurreição e a vida eterna. A vitória da vida já pode ser percebida na luta que travamos contra as forças da morte, pois já temos os primeiros frutos do Reino (primícias), que nos nutrem e nos levam a perseverar na caminhada orando “venha o Teu Reino” (Êx 3.7-15; Mt 28.20; Sl 2; Rm 8.37-39; Gl 5.5; Ef 4.4; 1Co 15.55-58).

PLANO PARA AS ÁREAS DE VIDA E TRABALHO

(*Ver nota explicativa, p. 67*)

Apresentamos, a seguir, o plano específico para cada área de vida e trabalho da Igreja Metodista.

O que é Missão? Missão é a construção do Reino de Deus, sob o poder do Espírito Santo, pela ação da comunidade cristã e de pessoas, visando ao surgimento da nova vida, trazida por Jesus Cristo, para a renovação do ser humano e das estruturas sociais, marcados pelos sinais da morte.

A. ÁREA DE AÇÃO SOCIAL

1) **Conceito:** A ação social da Igreja, como parte da Missão, é nossa expressão humana do amor de Deus. É o esforço da Igreja para que na Terra seja feita a vontade do Pai. Isso acontece quando, sob a ação do Espírito Santo, nos envolvemos em alternativas de amor e justiça que renovam a vida e vencem o pecado e a morte, conforme a própria experiência e vida de Jesus Cristo.

2) Objetivos

2.1- Conscientizar o ser humano de que a sua responsabilidade é participar da construção do Reino de Deus, promovendo a vida, num estilo que seja acessível a todas as pessoas.

2.2- Cooperar com a pessoa e a comunidade para se libertarem de tudo que as escraviza.

2.3- Participar da solução de necessidades pessoais, sociais, econômicas, de trabalho, saúde, escolares e outras fundamentais para a dignidade humana. Propugnar por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos e das populações pobres.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Ação Social atuando nas seguintes ocasiões:

3.1- em qualquer situação em que a opressão e a morte negaram a realidade da vida com a qual Deus se comprometeu desde o começo do mundo;

3.2- nas estruturas sociais que se tornaram obsoletas e desumanizantes, opressoras e injustas;

3.3- na pessoa, visando à restauração da sua integridade e do seu ambiente de vida;

3.4- nos sofrimentos humanos, participando de soluções para sua superação;

3.5- nos conflitos humanos, buscando promover a paz, combater a guerra e toda a violência;

3.6- na educação integral da pessoa.

4) Meios de Atuação

4.1- exercer a justiça e o amor como sinais da vinda do Reino de Deus;

4.2- praticar os princípios manifestados no Credo Social da Igreja Metodista;

4.3- conhecer a Igreja, especialmente a igreja local, descobrir suas possibilidades e seus dons e valorizar seus ministérios para alcançar a participação total do povo na missão de Deus (1Co 12.1-30; Ef 4.5);

4.4- conhecer o bairro, a cidade, o campo, o país, o continente, o mundo e os acontecimentos que os envolvem, por que e como ocorrem e suas consequências. Isso inclui conhecer a maneira como as pessoas vivem e se organizam, são governadas e participam politicamente, e como isso pode ajudar ou atrapalhar a manifestação da vida abundante;

4.5- apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana (1Sm 2.1-10; Lc 1.46-55);

4.6- denunciar todas as forças e instrumentos que oprimem e destroem a vida humana (Sl 82, 42.1-9, 49.1-6, 50.4-11, 52.13-53.12; Is 1.17, 58.6-7, 61.1-3, 65.20-23; Tg 5.1-6);

4.7- perseverar e zelar no exercício da ética cristã como princípio de toda ação social, principalmente nas relações político-econômicas;

4.8- estimular o desenvolvimento de uma cidadania responsável e o preparo para maior participação nas estruturas e processos de decisões;

4.9- criar estruturas e instrumentos que visem ao desenvolvimento da consciência nacional para promoção das pessoas discriminadas e marginalizadas: negras, indígenas, mulheres, idosas, crianças e adolescentes, com deficiência, aposentadas e outras;

4.10- promover e praticar o uso racional e sadio do lazer;

4.11- empenhar-se pela “liberdade de expressão legítima de convicções religiosas, éticas e políticas”, conforme preceitua o Credo Social (IV, 4c);

4.12- apoiar, incentivar e participar das iniciativas em defesa da preservação do meio ambiente;

4.13- estimular o uso dos meios de comunicação e demais recursos das igrejas locais, como instrumentos de esclarecimento quanto aos males sociais como a exploração da mulher e do sexo, dos jogos de azar e loterias, bebidas alcoólicas e fumo, que contribuem para a destruição da saúde física, mental e espiritual do ser humano e da família;

4.14- identificar-se com o povo das periferias em seus problemas e lutas, empenhando-se em ajudá-lo a se unir em comunidades de reflexão sobre a Palavra de Deus, de ajuda mútua e de ação libertadora em seu próprio favor, pela descoberta de suas próprias possibilidades e direitos.

B. ÁREA DE COMUNICAÇÃO CRISTÃ

1) **Conceito:** Comunicação Cristã, como parte da Missão, é o processo de transmissão da mensagem do Evangelho de Jesus Cristo pelos veículos de comunicação social, visando à transformação da pessoa e da sociedade segundo as exigências do Reino de Deus.

2) Objetivos

2.1- despertar a Igreja e estimulá-la, em todas as suas áreas, a usar os meios de comunicação social como veículos de divulgação, propagação e efetiva realização da Missão;

2.2- orientar a Igreja, em todas as suas áreas, quanto ao uso das comunicações sociais;

2.3- conscientizar a população sobre o uso dos meios de comunicação de massa, esclarecendo-lhe os aspectos positivos e negativos deles e como afetam a própria concepção da vida, podendo ser utilizados como instrumentos de sustentação da atividade;

2.4- produzir ou fazer produzir o material de comunicação social necessário aos programas e atividades da Missão;

2.5- atender às solicitações de prestação de serviço, dentro das prioridades da Igreja, em todos os setores de sua atuação;

2.6- criar ou estimular a criação de programas de comunicação social, especialmente em áreas carentes da presença evangelizante da Igreja.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Comunicação Cristã atuando nos seguintes campos:

3.1- na totalidade da sociedade;

3.2- nos veículos principais da comunicação social, imprensa, rádio, TV, editoras, cinema e outros;

3.3- na Imprensa Metodista;

3.4- nas áreas de comunicação das instituições Metodistas;

3.5- nas igrejas locais.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Comunicação Cristã usando os seguintes meios:

4.1- desenvolvimento da Imprensa Metodista como agência publicadora e divulgadora no contexto da Missão;

4.2- dinamização do *Expositor Cristão* como instrumento da unidade, formação e comunicação visando ao envolvimento da Igreja na Missão;

4.3- dinamização das revistas da Escola Dominical e outros periódicos oficiais, como veículos de preparação para a Missão;

4.4- pesquisas para uma contínua avaliação do material didático usado na Igreja, a fim de manter o equilíbrio entre as necessidades do povo metodista e as diretrizes e ênfases bíblico-teológicas do Plano para a Vida e a Missão;

4.5- pesquisa para conhecer a realidade do povo brasileiro;

4.6- pesquisa entre o povo metodista, visando a conhecer sua realidade e potencialidade;

4.7- aproveitamento do Instituto Metodista de Ensino Superior e outras instituições de ensino para a produção de recursos audiovisuais e o treinamento de obreiros e obreiras na área de comunicação social, na medida de suas possibilidades;

4.8- organização de um cadastro de todas as pessoas da Igreja Metodista que trabalham nos meios de comunicação social;

4.9- preparo de pessoas para a utilização dos meios de comunicação social como instrumento da Missão;

4.10- organização de um cadastro dos meios de comunicação que são utilizados pela Igreja Metodista, relacionando-os;

4.11- utilização de uma assessoria de imprensa para o Colégio Episcopal e a COGEAM, para divulgar pronunciamentos e informações oficiais da Igreja Metodista;

4.12- utilização de espaços disponíveis em veículos de comunicação social para divulgação de matérias e assuntos da Igreja;

4.13- municiamento da igreja local com sugestões e ideias para atividade da comissão de comunicação local;

4.14- dinamização da atividade musical, inclusive instrumental, como veículo de comunicação na adoração, proclamação, testemunho e serviço.

C. ÁREA DE EDUCAÇÃO

A educação, como parte da Missão, é o processo que visa a oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometido com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade segundo o modelo de Jesus Cristo e questionando os sistemas de dominação e morte à luz do Reino de Deus.

C.1. Educação Cristã

1) **Conceito:** A Educação Cristã é um processo dinâmico para a transformação, libertação e capacitação da pessoa e da comunidade. Ela se dá na caminhada da fé e se desenvolve no confronto da realidade histórica com o Reino de Deus, num comprometimento com a Missão de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo, que revela Jesus Cristo segundo as Escrituras.

2) **Objetivos:**

2.1- proporcionar a formação cristã da pessoa em comunidade, levando-se em consideração as diversas fases de seu desenvolvimento;

2.2- preparar a pessoa cristã para viver no Espírito de Deus nas suas relações, anunciar o Evangelho e cumprir seu ministério no mundo;

2.3- ajudar a comunidade a saber o que é e o que significa sua situação humana a partir do indivíduo que integra o processo social;

2.4- levar os cristãos e cristãs a se integrarem na prática missionária à luz do Evangelho e da realidade social.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Educação Cristã atuando nos seguintes campos:

- 3.1- no lar;
- 3.2- na igreja local;
- 3.3- nas instituições de ensino da Igreja, escolas oficiais do Estado e universidades, grupos comunitários;
- 3.4- na sociedade.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Educação Cristã usando os seguintes meios:

- 4.1- criação de instrumentos de análise da realidade social e da Bíblia, de modo a permitir uma compreensão cristã da pessoa e da história para o cumprimento da Missão;
- 4.2- adequação dos instrumentos que favorecem a Educação Cristã na igreja local à luz do Plano para a Vida e a Missão (Escola Dominical, sociedades, pregação, liturgia, vida comunitária);
- 4.3- revisão do estilo de vida da família, adequando-o ao exercício da Missão;
- 4.4- organização de grupos comunitários para estudo (conforme 4.1) e ação comunitária;
- 4.5- Educação Cristã abrangente nas escolas da Igreja e ensino religioso nas escolas oficiais e da Igreja;
- 4.6- classes permanentes de catecúmenos, preparando para a Missão;
- 4.7- cursos visando à orientação de pais e testemunhas para batismo de crianças;

- 4.8- cursos visando à orientação de noivos para o casamento;
- 4.9- dinamização da organização e das atividades do setor de laicato, visando à Missão;
- 4.10- criação de serviços de apoio e sustentação cristã de jovens na universidade;
- 4.11- incentivo às atividades criativas especiais e às expressões artísticas relacionadas com a Missão;
- 4.12- desenvolvimento de uma nova hinologia engajada na Vida e na Missão da Igreja;
- 4.13- funcionamento de Seminários Regionais Teológicos como centros de formação e enriquecimento bíblico, doutrinário e teológico de professores, professoras, obreiros e obreiras de Educação Cristã da Escola Dominical e formação de professores e professoras de ensino religioso nas escolas públicas e instituições da Igreja;
- 4.14- estímulo da consciência da Igreja ao cumprimento do compromisso de sustentação financeira da Missão;
- 4.15- desenvolvimento de novas formas de Educação Cristã.

C.2. Educação Teológica

1) **Conceito:** A Educação Teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus, à luz da Bíblia e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo Metodismo Histórico como instrumento de reflexão e ação para capacitar o povo de Deus, leigos(as) e clérigos(as) para a Vida e Missão numa dimensão profética.

2) Objetivos

- 2.1- criar instrumentos para a reflexão teológica que propiciem a ação pastoral de todo o povo de Deus;

2.2- preparar pastores e pastoras, bem como leigos e leigas para a Missão;

2.3- capacitar o pastor e a pastora para o preparo dos membros com vistas à Missão;

2.4- analisar os fundamentos bíblico-teológicos das doutrinas cristãs enfatizadas pelo Metodismo, à luz da sociedade brasileira;

2.5- preparar obreiros e obreiras para exercer ministérios em áreas especiais;

2.6- manter o ministério pastoral e leigo atualizado para a Missão;

2.7- aprofundar a pesquisa teológica no contexto brasileiro e latino-americano;

2.8- integrar a Educação Teológica em um programa nacional de educação teológica.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Educação Teológica atuando nos seguintes campos:

3.1- Faculdade de Teologia e outras instituições de ensino teológico;

3.2- instituições de ensino secular da Igreja, por meio de departamento de Teologia, pastorais escolares e capelanias, cursos e outros;

3.3- Igreja local.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Educação Teológica usando os seguintes meios:

- 4.1- criação de instrumentos que aprimorem a compreensão da ação de Deus (Bíblia e História) na sociedade brasileira;
- 4.2- programa de atualização a fim de alcançar a todos os pastores e pastoras;
- 4.3- cursos de Bacharel em Teologia, Educação Cristã e outros, segundo as necessidades da Missão;
- 4.4- cursos básicos de Teologia;
- 4.5- cursos de formação de obreiros e obreiras especiais, em regime formal e não formal, visando às novas fronteiras na Missão;
- 4.6- cooperação com instituições de ensino teológico de outras igrejas, visando a interesses e serviços comuns.

C.3. Educação Secular

1) **Conceito:** É o processo que oferece formação mais bem qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade segundo a Missão de Jesus Cristo.

2) Objetivos

- 2.1- capacitar a comunidade para cooperar no processo de transformação da sociedade, na perspectiva do Reino de Deus;
- 2.2- ser a instituição educacional agente para atuar na sociedade na perspectiva do Reino de Deus;
- 2.3- apoiar todas as decisões que promovam a vida, denunciar e combater todas as ações que destruam a vida;
- 2.4- responder às necessidades do povo pela criação de escolas em áreas geográficas em desenvolvimento e em áreas carentes;

2.5- propiciar possibilidades de estudos a alunos e alunas carentes;

2.6- deixar claro o chamado de Jesus Cristo para o comprometimento da fé num espírito não sectarista.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Educação Secular atuando nos seguintes campos:

3.1- na comunidade, sobretudo nas áreas carentes; 3.2- nas instituições de ensino em todos os graus;

3.3- no processo de reformulação do sistema educacional do país;

3.4- nos órgãos educacionais da Igreja.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Educação Secular usando os seguintes meios:

4.1- estabelecimento de programas para as atividades educacionais da Igreja, inclusive de suas instituições, com base em filosofia educacional coerente com a Missão por ela aprovada;

4.2- adequação dos currículos de curso à filosofia educacional da Igreja Metodista;

4.3- estabelecimento de pastorais escolares nas instituições;

4.4- desenvolvimento de sistemas de bolsas que atendam alunos e alunas carentes e projetos de interesse da Missão;

4.5- capacitação e integração do pessoal da Escola na Missão;

4.6- preparo de pessoal qualificado para exercício das diversas funções docentes e administrativas nas instituições da Igreja.

D. ÁREA DE MINISTÉRIO CRISTÃO

1) Conceitos

1.1- Ministério Cristão, como parte da Missão, é serviço de todo o povo a partir do batismo e da vocação divina. O cumprimento da Missão, em todas as áreas da existência e da sociedade, sob ação do Espírito Santo, requer preparo oferecido pela Igreja.

1.2- Ministério Cristão também é exercido de modo especial por pessoas a quem Deus chama dentre os membros da Igreja, como pastores e pastoras, para a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar a comunidade de fé, capacitando-a para o cumprimento da Missão (Ef 4.11-12).

1.3- A Igreja afirma a existência de dons para o exercício de outros ministérios – tais como capelanias, serviços sociais, evangelismo, música etc.–, cabendo-lhe perceber e definir prioridades e facilitar o desenvolvimento e o uso desses dons (Ef 4.7-13; Rm 12.12-14; 1Co 12, 13 e 14; 1Pe 4).

2) Objetivos

2.1- proporcionar à pessoa cristã a oportunidade de confrontar-se com o mundo como fermento, sal e luz para a construção do Reino de Deus;

2.2- proporcionar o encontro da pessoa com Deus e o reencontro da Igreja com sua Vocação e Missão;

2.3- desenvolver a consciência de que, pelo batismo, profissão de fé ou confirmação, a pessoa cristã se torna membro do corpo de Cristo; por isso, participa da Missão;

2.4- o ministério pastoral visa à capacitação e ao desenvolvimento da vida e ação dos membros da Igreja em todas as áreas de existência.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Ministério Cristão atuando nos seguintes campos:

- 3.1- na sociedade;
- 3.2- na Igreja em geral;
- 3.3- na igreja local;
- 3.4- nas instituições da Igreja;
- 3.5- nas áreas de ministérios especiais, particularmente com jovens, juvenis e crianças;
- 3.6- no exercício profissional consciente de estar operando os sinais do Reino de Deus.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Ministério Cristão usando os seguintes meios:

- 4.1- a comunidade cristã em geral e a pessoa cristã em particular, encarnando o Reino de Deus nas mais diferentes situações humanas;
- 4.2- currículo de Escola Dominical voltado para o preparo missionário de leigos e leigas;
- 4.3- pastorais, proclamações, documentos e outros que orientem a ação dos membros da Igreja, respondendo a situações concretas;

4.4- cursos, encontros apropriados e literatura específica para o preparo do leigo, da leiga, do pastor e da pastora para o exercício dos diferentes ministérios;

4.5- Comunicação Social: televisão, rádio, jornal, telefone etc.;

4.6- cursos e programas de educação continuada, visando à capacitação do laicato, organizados pela Faculdade de Teologia e Seminários Regionais, tendo em vista melhor desempenho no cumprimento da Missão;

4.7- celebração do culto como forma de adoração, testemunho e serviço.

E. ÁREA DE EVANGELIZAÇÃO

1) Conceito: A Evangelização, como parte da Missão, é encarnar o amor divino nas formas mais diversas da realidade humana, para que Jesus Cristo seja confessado como Senhor, Salvador, Libertador e Reconciliador. A evangelização sinaliza e comunica o amor de Deus na vida humana e na sociedade pela adoração, proclamação, testemunho e serviço.

2) Objetivos:

2.1- confrontar o ser humano e as estruturas sociais com Jesus Cristo e o Reino por Ele proclamado, a fim de que as pessoas e a sociedade O confessem como Senhor, Salvador e Libertador e as estruturas sejam transformadas segundo o Evangelho;

2.2- libertar a pessoa e a comunidade de tudo o que as escraviza e conduzi-las à plena comunhão com Deus e o próximo.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Evangelização atuando nos seguintes campos:

- 3.1- pessoas, grupos e estruturas;
- 3.2- lares e instituições;
- 3.3- zona rural, suburbana e urbana;
- 3.4- grupos periféricos, marginalizados e minorias étnicas (pessoas pobres, menores, idosas, presas, toxicômanas, alcoólatras prostitutas, e outras).

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Evangelização usando os seguintes meios:

- 4.1- presença de Jesus Cristo, por meio da pessoa e da comunidade de fé, nas mais diferentes situações da vida humana;
- 4.2- conscientização e preparo da pessoa cristã para o exercício da Missão;
- 4.3- estudos bíblicos com pessoas capacitadas;
- 4.4- literatura adequada, visando ao preparo e à tarefa de evangelista;
- 4.5- pontos missionários locais;
- 4.6- campos missionários regionais e gerais, com envolvimento das igrejas locais;
- 4.7- atividades e programas regulares da igreja local;
- 4.8- culto comunitário e familiar;
- 4.9- serviço de capelania em hospitais, prisões, escolas e outros;
- 4.10- visitação aos lares;

4.11- realização de séries de pregações que incluam o preparo, a realização e o acompanhamento de pessoas que se mostrem interessadas na nova vida em Cristo;

4.12- igreja local como comunidade solidária em situações de crise;

4.13- veículos de comunicação social;

4.14- Escolas Dominicais.

F. ÁREA DE PATRIMÔNIO E FINANÇAS

1) **Conceito:** Patrimônio e Finanças, como parte da Missão, são todos os recursos materiais, como móveis, imóveis, veículos e financeiros, a serviço da Missão, pela ação da Igreja (Ag 1.9; Ne 5).

2) Objetivos

2.1- providenciar e organizar os recursos patrimoniais e financeiros para o cumprimento da Missão (1Rs 5.15-9.25);

2.2- administrar o patrimônio e os recursos financeiros da Igreja, mantendo-os a serviço da Missão (1Rs 4);

2.3- desenvolver programas de captação de recursos, visando às exigências da Missão dentro da perspectiva bíblica da mordomia cristã (Lv 25; 1Co 9.7-8);

2.4- desenvolver uma política cristã de pessoal (serventúrios e outros) à luz do Credo Social da Igreja (Sl 82; 2Sm 8.15; Lv 19.9-14);

2.5- observar os princípios da ética cristã no uso do patrimônio e das finanças (Êx 23.1-9; Pv 2.6-9);

2.6- manter todos os recursos patrimoniais e financeiros em nome da Associação da Igreja Metodista e em regularidade legal.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Patrimônio e Finanças atuando nos seguintes campos:

- 3.1- concílio e coordenação geral, regional e local;
- 3.2- órgãos e instituições gerais, regionais e locais;
- 3.3- igrejas locais;
- 3.4- programas e atividades da Igreja.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Patrimônio e Finanças usando os seguintes meios:

- 4.1- utilização do patrimônio da igreja, inclusive os das instituições, a serviço da Missão, extensiva à comunidade em que a Igreja ou instituições estão localizadas;
- 4.2- desenvolvimento de programas de conservação e reparos das propriedades;
- 4.3- utilização das dependências dos templos e outros prédios para proveito da comunidade, na formação de creches, jardins de infância, capacitação profissional e outros;
- 4.4- aquisição de novas propriedades e aceitação de doações e legados patrimoniais, sem ônus e encargos, para a Missão;
- 4.5- participação generosa nas contribuições na perspectiva bíblica da mordomia cristã, visando à manutenção e ao avanço da Missão, incluindo ofertas, dízimos, legados e outras formas de contribuição (At 5.4-34; Fp 4.15-19);
- 4.6- aplicação responsável dos recursos financeiros de acordo com os objetivos da Missão (At 4.35);

4.7- busca e aplicação de recursos externos oriundos das igrejas cooperantes, de outras agências, da comunidade e dos poderes públicos, para uso na Missão;

4.8- construções para uso polivalente, de acordo com as exigências da Missão;

4.9- valorização dos ministérios especializados, mediante o sustento dos respectivos obreiros e obreiras, inclusive de leigos e leigas, pelas igrejas locais (1Co 9.1-15; Mt 10.9-10; Dt 25.4).

G. ÁREA DE PROMOÇÃO DA UNIDADE CRISTÃ

1) Conceito: A busca e vivência da unidade da Igreja, como parte da Missão, não são optativas, mas uma das expressões históricas do Reino de Deus. Elas procedem do Senhor Jesus Cristo e são realizadas por meio do Espírito Santo, pela rica diversidade de dons, ministérios, serviços e estruturas que possibilitam aos cristãos e cristãs trabalharem em amor na construção do Reino de Deus até a sua concretização plena (Jo 10.17; 17.17-23; 1Co 1.10-13, 12.4-7, 12 e 13; Ef 4.3-6; 2.10-11).

2) Objetivos

2.1- cumprir a ordem do Senhor Jesus Cristo: “que todos sejam um para que o mundo creia”;

2.2- fortalecer o sistema de conexão por meio de um processo dinâmico de inter-relacionamento das Igrejas Metodistas em termos locais, regionais e gerais;

2.3- cultivar a identidade histórica do Metodismo como contribuição para a unidade do corpo de Cristo;

2.4- dentro da unidade cristã, cultivar a riqueza da diversidade de dons e serviços cristãos, na unidade do Espírito (1Co 12.4-11; Ef 4.3-6; Rm 12.1);

2.5- dar continuidade aos esforços e à participação da Igreja Metodista em favor da unidade cristã, bem como incentivo à participação e cooperação da Igreja em sinais visíveis que enriqueçam a unidade cristã;

2.6- dar continuidade à tradição metodista, reconhecendo que ela oferece uma base própria e condizente para o diálogo entre posições.

3) Campos de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Unidade Cristã atuando nos seguintes campos:

3.1- áreas de ação mencionadas neste Plano;

3.2- Metodismo brasileiro, latino-americano e mundial;

3.3- outras igrejas, organizações e movimentos cristãos;

3.4- movimentos e organizações ecumênicos;

3.5- comunidade local: em atividades de alcance social e comunitário nas quais igrejas ou grupos de diferentes confissões encontrem uma missão comum.

4) Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Unidade Cristã usando os seguintes meios:

4.1- divulgação e análise, nos órgãos de comunicação, das decisões do Concílio Geral;

4.2- desenvolvimento de uma teologia que fortaleça nossa identidade wesleyana, visando a uma prática pastoral comum e uma abertura para a unidade do povo cristão;

4.3- ação permanente do Colégio Episcopal, dos Bispos e Bispos, Pastores e Pastorais, leigos e leigas em geral na direção da unidade da Igreja;

4.4- continuação e fortalecimento da integração da Igreja Metodista brasileira com o Metodismo latino-americano e mundial;

4.5- participação em organizações cristãs nacionais, continentais e mundiais, visando a uma ação profética comum;

4.6- formação de consciência de uma identidade metodista, em nível comum na Missão com outros grupos cristãos, respeitadas as diversidades de dons e estruturas;

4.7- diálogo com as demais igrejas de tradição metodista existentes no Brasil, para conhecimento mútuo e busca de caminhos de aproximação;

4.8- declarações oficiais, definições doutrinárias e pastorais emanadas do Colégio Episcopal.

Parágrafo único. Os organismos integrantes de Administração Básica, Intermediária e Superior elaboram os Planejamentos e Programas Nacionais, Regionais e Locais, respectivamente, com base no Plano para a Vida e a Missão, consubstanciados em seus níveis correspondentes.

CAPÍTULO VI

DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO NA IGREJA METODISTA

Art. 26. O 13º. Concílio Geral aprovou as seguintes diretrizes para a educação na Igreja Metodista:

PREFÁCIO HISTÓRICO

Na continuidade de um processo iniciado há longo tempo e de projetos elaborados anteriormente, e tentando responder a anseios já existentes, a Igreja Metodista iniciou, em 1979, um processo formal para definir posições que servissem como diretrizes para a tarefa educativa de suas escolas. Após pesquisas em igrejas e instituições metodistas no país, realizou-se um seminário no Rio de Janeiro, em julho de 1980, convocado pelo Conselho Geral, quando se elaborou um documento intitulado *Fundamentos, Diretrizes e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista*. Esse documento, voltado para as instituições de ensino secular e teológico, foi publicado pelo *Expositor Cristão* e encaminhado a várias igrejas, instituições e órgãos regionais e gerais para que fosse avaliado.

Enquanto se desenrolava esse processo, a Secretaria Executiva de Educação Cristã do Conselho Geral promovia, a mando deste, a busca de um posicionamento acerca da educação cristã. Certas afirmações básicas, intituladas *A Educação Cristã: um posicionamento metodista*, foram também publicadas e propostas à Igreja em 1981. Por outro

lado, tendo em vista a necessidade de preparação do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, o Conselho Geral procurou também definir a maneira metodista de entender a vida e a missão da Igreja. Isso foi levado a efeito por meio de pesquisa da Igreja e, especialmente, por meio de uma Consulta sobre Vida e Missão. Um documento sobre essa compreensão também foi elaborado e publicado no órgão oficial da Igreja. Tendo em vista as colocações alcançadas, o Conselho Geral determinou que elas fossem consideradas quando da revisão final dos *Fundamentos, Diretrizes, Políticas e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista*. Esses deveriam ser ampliados, de modo a incluir também as responsabilidades da Igreja no campo de Educação Cristã. Com essa finalidade, em janeiro de 1982, reuniu-se o seminário Diretrizes para um Plano Nacional de Educação, no Instituto Metodista de Ensino Superior. Foram convocados os bispos, os membros do Conselho Geral, representantes dos Conselhos Regionais, das Federações Regionais de Homens, Senhoras, Jovens e Juvenis, bem como das respectivas Confederações. Cada instituição de ensino (secular e teológico) foi convidada a enviar dois representantes. Os alunos e alunas de cada instituição de ensino teológico também foram convidados a enviar um representante.

O seminário pretendia elaborar um posicionamento que levasse em conta, além das propostas dos documentos acima citados, a análise do opinamento recebido das igrejas, órgãos e instituições. A complexidade da matéria mostrou que não se alcançaria a redação apropriada. Uma comissão foi então eleita pelo seminário e encarregada de reunir essas conclusões, aproveitando também os estudos ali realizados.

O documento *Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista* é o resultado do trabalho, aprovado pelo Conselho Geral e sancionado pelo 13º. Concílio Geral da Igreja Metodista.

I - O QUE ESTAMOS VENDO

A educação tem sido um dos instrumentos sempre presentes na ação da Igreja Metodista no Brasil. Como instrumento de transformação social, ela é parte essencial do envolvimento da Igreja no processo da implantação do Reino de Deus.

A ação educativa da Igreja acontece de diversas maneiras: por meio da família, da igreja local em todas as suas agências (comissões, Escola Dominical, o púlpito, os grupos societários etc.), das suas instituições de ensino secular, teológico, de ação comunitária e de comunicação.

Levando-se em conta o Evangelho e sua influência sobre todos os aspectos da vida, a ação educativa metodista trouxe muitas contribuições positivas. Especialmente por meio da igreja local, muitas pessoas foram convertidas e transformadas, modificando suas vidas e seu modo de agir. Por intermédio das instituições, a Igreja buscou a democratização e a liberalização da educação brasileira. Suas propostas educacionais eram inovadoras e humanizantes, pois ofereciam um tipo de educação alternativa aos rígidos sistemas jesuíta e governamental.

A ação educativa da Igreja, entretanto, deu muito mais valor às atitudes individualistas em relação à sociedade. O mais importante era uma participação pessoal e isolada. No caso específico das nossas escolas, à medida que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, elas perderam suas características inovadoras e passaram a ser reprodutoras da educação oficial. Esvaziaram-se, perdendo sua percepção de que o Evangelho tem também dimensões políticas e sociais, esquecendo, assim, sua herança metodista. Em razão de suas limitações históricas e culturais, a ação educativa metodista tornou-se prejudicada em dois pontos importantes: primeiro, porque não se identificou plenamente com a cultura brasileira; segundo, por ter apresentado pouca

preocupação em descobrir soluções em profundidade para os problemas das pessoas pobres e desvalidas, que são a maioria do nosso povo.

Hoje, no Brasil, vivemos situações que exigem de nós resposta concreta. Os problemas que afligem nosso povo, desde a família até os aspectos mais amplos da vida nacional, colocam um grande desafio, e todos precisamos contribuir para encontrar as soluções que atendam aos verdadeiros interesses da maioria da nossa população. Percebemos que muitas são as forças contrárias à vida.

Mas também acreditamos que o Evangelho nos capacita a encontrar aquelas soluções que possibilitam a realização dos verdadeiros interesses do povo brasileiro. Por isso, nós, metodistas, à luz da Palavra de Deus, examinamos nossa ação educativa presente, dispondo-nos a buscar novas linhas para essa ação.

II - O QUE NOS DIZ A BÍBLIA

O Deus da Bíblia – que é Pai, Filho e Espírito Santo – se revela na história humana como Criador, Senhor, Redentor, Reconciliador e Fortalecedor.

Esse Deus Trino, em Seu relacionamento com o ser humano, cria uma nova comunidade, sinalizada historicamente por meio da vida do povo de Israel e da Igreja. A ação divina sempre nos aponta para a realização plena do Reino de Deus.

A esperança desse Reino é vivida e experimentada parcialmente na vida do povo de Deus, na promessa a Abraão (Gn 12.1-4, 13.14-17, 17.8-9, 22.15-18), na experiência do Êxodo (Êx 3.7-8, 12.1-9, 13.21-22, 14.15-16, 15.26, 16.4; Dt 7.6-8), na conquista da terra (Js 1.1-9, 13-15, 24.14-25; Lv 25.8-55), na pregação dos profetas (Is 49.8-26, 55.1-13; Ez 36.22-37; Jl 2.12-32; Mq 2.12, 3.1-13) e em outras formas.

Essa esperança foi manifestada de maneira completa na vida de Jesus de Nazaré (Mc 1.15; Mt 6.9-13; Lc 4.16-21; Mc 14.23-25; 1Co 11.23-26). Por meio da vitória de Jesus Cristo sobre o pecado e a morte, temos a certeza de que se completará a realização total do Reino de Deus (Mt 28.1-10; 1Co 15.50-58; Ap 21.18).

A ação de Deus se realiza por meio do Espírito Santo (Jo 16.7-14). O dom do Espírito é a força e o poder que faz brotar entre nós os sinais do Reino de Deus e sua justiça, da nova criação, do novo homem, da nova mulher, da nova sociedade (2Co 5.5,14-17). O Espírito nos revela que o Reino de Deus é maior que qualquer instituição ou projeto humano (Mt 12.1-8).

Toda a nossa prática deve estar de acordo com o Reino de Deus (Mt 6.33; Jo 14.26), e o Espírito Santo é quem nos mostra se essa concordância existe ou não. O Espírito de Deus age onde, como e quando quer (Jo 3.5-8) a fim de criar as condições para o estabelecimento do Reino. Só quando compreendemos isso é que nos comprometemos com o projeto de Deus. Então percebemos claramente que Deus quer dar ao ser humano uma nova vida, à imagem de Jesus Cristo, pela ação e poder do Espírito Santo. Por isso, Ele condena o pecado individual e social, gerador das forças que impedem as pessoas e os grupos de viver plenamente.

Sendo assim, a salvação é entendida como resultado da ação de Deus na História e na vida das pessoas e dos povos. Biblicamente, ela não se limita à ideia da salvação da alma, mas inclui a ação de Deus na realidade de cada povo e de cada indivíduo. Isso atinge todos os aspectos da vida: religião, trabalho, família, vizinhança, meios de comunicação, escola, política, lazer, economia (inclusive meios de produção), cultura, segurança e outros. A salvação é o processo pelo qual somos libertados e libertadas por Jesus Cristo para servir a Deus e ao próximo e para participar da vida plena no Reino de Deus.

A revelação do Reino de Deus em Jesus Cristo é motivo de esperança para todos nós (Rm 8.20- 25). O Reino se realiza parcialmente na História (Mt 12.28) por meio de sinais que apontam para a plenitude futura. Ele é o modelo permanente para a ação do povo de Deus (Mt 20.24-28), criando em nós consciência crítica (1Co 2.14-16), capaz de desmascarar todos os sistemas de pensamento que se julgam donos exclusivos da verdade. A esperança no Reino permite que participemos de projetos históricos que visam à libertação da sociedade e do ser humano. Ao mesmo tempo, liberta-nos da ideia de que os projetos humanos são autossuficientes e nos leva a qualquer atitude de endeusamento de instituições.

A ação de Deus atinge, transforma e promove as pessoas, à medida que as desafia a um relacionamento pleno e libertador com Ele e o próximo, para o serviço concreto na comunidade. A natureza do Reino exige compromisso do novo homem e da nova mulher e sua sociedade, na direção da vida abundante da justiça e da liberdade oferecidas por Cristo.

Deus se manifesta sempre em atos de amor, pois Ele é amor (1Jo 4.7-8) e quer alcançar a toda a criação, pois nada foge à graça divina. Em Cristo, Deus nos ama de tal maneira que dá Sua vida por todas as pessoas, alcançando especialmente as pobres, as oprimidas e as marginalizadas, das quais assume a defesa com justiça e amor. Seu amor quebra as cadeias da opressão e do pecado, em todas as suas formas. Por Seu amor, Ele nos liberta do egoísmo para uma vida de comunidade em amor e serviço ao próximo.

O Reino de Deus alcança qualquer tipo de pessoa, quaisquer que sejam suas ideias, suas condições sociais, culturais, políticas, econômicas ou religiosas. Alcança igualmente a pessoa como um todo: corpo, mente e espírito, com todas as suas exigências.

Os atos de Deus, pelos quais Ele revela e inaugura o Seu Reino, nos ensinam também como devemos agir e são o critério para a ação missionária da Igreja.

III - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DAS QUAIS DEVEMOS NOS LEMBRAR

Toda a ação educativa se baseia numa filosofia, isto é, numa visão a respeito do mundo e das pessoas. Em nosso caso, a filosofia é iluminada pela fé, estando por isso sempre relacionada com a reflexão teológica à luz da revelação bíblica, em confronto com a realidade.

Até o momento, nossa ação educativa tem sido influenciada por ideias da chamada filosofia liberal, típicas de nossa sociedade, resultando num tipo de educação com características acentuadamente individualistas.

Alguns dos elementos fundamentais dessa corrente são:

- preocupação individualista com a ascensão social;
- acentuação do espírito de competição;
- aceitação do utilitarismo como norma de vida;
- colocação do lucro como base das relações econômicas.

Nenhum desses elementos está de acordo com as bases bíblico-teológicas sobre as quais se deve fundamentar a prática educativa metodista.

A educação, na perspectiva cristã, “como parte da Missão, é o processo que visa a oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade segundo o modelo de Jesus Cristo e questionando os sistemas de dominações e morte à luz do reino de Deus” (Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista, *Cânones*

2007, p. 93). Por isso, a Igreja precisou definir novas diretrizes educacionais, voltadas para a libertação das pessoas e da sociedade.

A partir dessas diretrizes, a Igreja desenvolverá sua prática educativa, de tal modo que os indivíduos e os grupos:

- desenvolvam consciência crítica da realidade;
- compreendam que o interesse social é mais importante que o individual;
- exercitem o senso e a prática da justiça e solidariedade;
- alcancem a sua realização como fruto do esforço comum;
- tomem consciência de que todos têm direito a participar de modo justo dos frutos do trabalho;
- reconheçam que, dentro de uma perspectiva cristã, útil é aquilo que tem valor social.

IV - O QUE DEVEMOS FAZER

A ação educativa da Igreja tem de estar mais firmemente ligada aos objetivos da Missão de Deus, visando à implantação do Seu Reino. Além disso, nossos esforços educacionais de todo tipo têm também de se identificar mais com a cultura brasileira e atender às principais necessidades do nosso povo. Por isso, é preciso que busquemos novos caminhos.

A busca desses novos caminhos deve procurar a superação do modelo educacional vigente. Não se pode mais aceitar uma educação elitista, que discrimina e reproduz a situação atual do povo brasileiro, impedindo transformações substanciais em nossa sociedade. Também não podemos nos conformar com a tendência que favorece a imposição da cultura dos poderosos, impedindo a maior participação das pessoas e aumentando cada vez mais seu nível de dependência.

Uma tomada de decisão nesse sentido não deve ser entendida como simples reação às falhas que encontramos na ação educativa, mas como uma atitude necessária de uma Igreja que deseja ser serva fiel, participando ativamente da construção do Reino de Deus.

A partir dessas constatações, declaramos que a ação educativa da Igreja Metodista – realizada por todas as suas agências, isto é, a Escola Dominical, comissões, púlpito, grupos societários, instituições de ensino secular, teológico, de ação comunitária etc. – terá por objetivos:

1. dar continuidade, sob a ação do Espírito Santo, ao processo educativo realizado por Deus em Cristo, que promove a transformação da pessoa em nova criatura e do mundo em novo mundo, na perspectiva do Reino de Deus;
2. motivar educadores, educadoras e educandos e educandas a se tornarem agentes positivos de libertação, com uma prática educativa de acordo com o Evangelho;
3. confrontar permanentemente as filosofias vigentes com o Evangelho;
4. denunciar todo e qualquer tipo de discriminação ou dominação que marginalize a pessoa humana e anunciar a libertação em Jesus Cristo;
5. respeitar e valorizar a cultura das pessoas participantes do processo educativo, na medida em que estejam de acordo com os valores do Reino de Deus;
6. apoiar os movimentos que visem à libertação das pessoas oprimidas dentro do espírito do Evangelho libertador de Jesus Cristo;
7. despertar a consciência crítica e sensibilizada para o problema da justiça num mundo marcado pela opressão.

Com base nesses posicionamentos, ficam estabelecidas as seguintes Diretrizes Gerais:

1. toda e qualquer iniciativa educacional da Igreja, especialmente a organização de novos cursos e projetos, levará sempre em consideração os objetivos da Missão, de acordo com os documentos oficiais da Igreja e as necessidades locais;
2. quanto aos cursos, currículos e programas já existentes, as agências da Igreja se empenharão para que, no menor prazo possível, estejam de acordo com as orientações estabelecidas neste documento;
3. será buscado um estreito relacionamento com as comunidades em que nossos trabalhos estão localizados, compartilhando com elas os seus problemas;
4. em todos os lugares em que a Igreja atua serão colocadas, à disposição da comunidade, das organizações de classe e das entidades comunitárias, as instalações de que dispomos, tanto para a realização de programas quanto para a discussão de temas de interesse comunitário, de acordo com os objetivos da Missão;
5. as igrejas e instituições devem atuar também por meio de programas de educação popular, destinando, para isso, recursos financeiros específicos;
6. toda a ação educativa da Igreja deverá proporcionar às pessoas participantes condições para que se libertem das injustiças e males sociais que se manifestam na organização da sociedade, tais como: a deterioração das relações na família e entre as pessoas, a deturpação do sexo, as situações enfrentadas pelas crianças, adolescentes e pessoas idosas e marginalizadas, a opressão das mulheres, a prostituição, o racismo, a violência, e o êxodo rural resultante do mau uso da terra e da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras do

campo, a usurpação dos direitos dos povos indígenas, o problema da ocupação desumanizante do solo urbano e rural, o problema dos toxicômanos e toxicômanas, alcoólatras e outros;

7. a educação da criança deverá merecer especial atenção, notadamente na faixa pré-escolar (de 0 a 6 anos), e de preferência voltada para os setores mais pobres da população;
8. visando à unidade educacional da Igreja em sua Missão, as igrejas locais e instituições se esforçarão no sentido de uma ação conjunta em seus projetos educacionais;
9. a Igreja e suas instituições estabelecerão programas destinados à formação de pessoas capacitadas para todas as tarefas ligadas à ação educacional e social;
10. todas as agências de educação da Igreja Metodista, tanto igreja local quanto instituição, procurarão orientar as pessoas que participam de seu trabalho sobre as diretrizes ora adotadas, empenhando-se igualmente para que elas sejam vividas na prática.

A – No caso específico da Educação Secular

A Igreja entende a Educação Secular que promove como o “processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade segundo a Missão de Jesus Cristo” (Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista – *Cânones 2007*, página 100). Por isso:

1. o ensino formal praticado em nossas instituições não se limitará a preparar para o mercado de trabalho, mas, além disso, igualmente, deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade;

2. as instituições superarão a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e da expectativa do povo;
3. terá prioridade a existência de pastorais escolares que atuem como consciência crítica das instituições, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções profética e sacerdotal dentro e fora delas;
4. toda a prática das instituições se caracterizará por um contínuo aperfeiçoamento no sentido de democratizar cada vez mais as decisões;
5. os órgãos competentes farão com que essas diretrizes sejam cumpridas em suas instituições;
6. as instituições participarão em projetos da Igreja compatíveis com suas finalidades estatutárias, atendendo aos fins da Missão.

B – No caso específico da Educação Teológica

1. “A Educação Teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus à luz da Bíblia e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo Metodismo Histórico como instrumento de reflexão e ação para capacitar o povo de Deus, leigos(as) e clérigos(as) para a Vida e a Missão, numa dimensão profética” (Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista – *Cânones 2007*, página 98).
2. Os currículos serão fundamentados nas bases teológicas reconhecidas pela Igreja Metodista como identificadas no presente documento, com vistas a mudanças na metodologia do trabalho teológico a partir das necessidades do povo.
3. No recrutamento e seleção dos professores de Teologia, observar-se-á não apenas a sua adequada qualificação aos cursos

a serem ministrados, mas também a sua vivência pastoral e a consciência que tenham de que a tarefa teológica deve ser feita a partir da revelação, no contexto do povo brasileiro e tendo em vista o atendimento de suas necessidades.

4. O processo de recrutamento dos membros que aspiram ao pastorado incluirá, sistematicamente, um programa pré-teológico de estudos, que os iniciará no processo de reflexão sobre as preocupações da Igreja como definidas nos seus documentos.
5. A Educação Teológica será desenvolvida observando-se os seguintes relacionamentos:
 - Relacionamento com o contexto social: a metodologia do trabalho teológico, em todos os níveis, terá relação direta com a realidade da sociedade brasileira, na perspectiva da pessoa oprimida, visando ao processo de sua libertação.
 - Relacionamento com outras áreas do conhecimento humano: o trabalho teológico deverá ser desenvolvido de uma forma integrada a outras áreas do conhecimento, incluindo tanto as ciências humanas como as áreas de tecnologia, de ciências exatas, de saúde, ciências aplicadas e outras.
 - Relacionamento entre as instituições de ensino: o trabalho teológico deverá ser realizado de maneira integrada, de tal modo que todo o ensino teológico na Igreja promova a sua unidade de pensamento e ação naquilo que seja fundamental.
 - Relacionamento ecumênico: a Educação Teológica será enriquecida pelo contato com outras igrejas cristãs, inclusive de outros países.
6. As instituições de ensino teológico oferecerão cursos de formação e atualização teológica para o corpo pastoral e o laicato com a

finalidade de ajudar cada pessoa a reexaminar continuamente seu ministério e serviço, desde a perspectiva do Reino de Deus.

7. As instituições de ensino teológico desenvolverão esforços de pesquisa na igreja local e em outras fontes para a renovação litúrgica, levando em conta as características culturais do povo brasileiro.
8. Os órgãos competentes estudarão uma maneira de uniformizar o tratamento de seminaristas pelas regiões eclesiásticas, em termos de ajuda financeira (bolsas), apoio e requisitos de estudantes para ingresso e continuação dos estudos na Faculdade de Teologia e nos Seminários.

C – No caso específico de Educação Cristã

1. “A Educação Cristã é um processo dinâmico para transformação, libertação e capacitação da pessoa e da comunidade. Ele se dá na caminhada da fé e se desenvolve no confronto da realidade histórica com o Reino de Deus, num comprometimento com a Missão de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo, que revela Jesus Cristo segundo as Escrituras” (Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista – *Cânones 2007*, página 94).
2. O currículo de Educação Cristã na Escola Dominical será fundamentado na Bíblia e tratará de relacionar os relatos bíblicos com a realidade na qual a Igreja se encontra.
3. As Secretarias Executivas Regionais de Educação Cristã estabelecerão cursos e programas com vistas à formação e aperfeiçoamento dos obreiros e obreiras da Escola Dominical, para que desenvolvam uma metodologia de ensino compatível com as diretrizes contidas neste documento.
4. A Igreja retomará especial cuidado para com as crianças e adolescentes, redefinindo a organização desses grupos e provendo material educativo adequado para essas idades.

5. Os grupos societários desenvolverão estudos e programas que auxiliem seus participantes a compreender e viver a ação libertadora do Evangelho, e serão municiados pela Igreja com literatura e sugestões apropriadas para alcançar esse objetivo.
6. Tendo em vista o fato de que a liturgia é um processo educativo, os pastores, as pastoras, as obreiras e os obreiros leigos serão incentivados a descobrir novas formas litúrgicas que promovam a educação do povo de Deus.
7. O Conselho Geral estabelecerá programas mínimos de educação religiosa para as instituições metodistas de ensino secular, em todos os níveis, levando em conta as diretrizes aqui estabelecidas.
8. O Conselho Geral providenciará programas mínimos de educação religiosa a serem desenvolvidos, quando isso for possível, em escolas públicas.
9. O Conselho Geral providenciará material educativo a ser utilizado na igreja local e capacitação de catecúmenos, pessoas novas convertidas, pais e testemunhas quanto ao batismo, e noivos quanto ao casamento.
10. O Conselho Geral providenciará material educativo a ser utilizado na igreja local visando a conscientizar a família acerca de seu papel à luz da Missão.

Parágrafo único. As instituições educacionais da Igreja, de qualquer nível e grau, são regidas pelas Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista, devendo toda a sua vida administrativa e acadêmica ser planejada e desenvolvida segundo os ditames contidos nessas Diretrizes.

CAPÍTULO VII

DO PLANO DIRETOR MISSIONÁRIO

Art. 27. O 13º. Concílio Geral aprovou o seguinte Plano Diretor Missionário:

I – OBJETIVO

1) Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Diretor Missionário da Igreja Metodista é estabelecer medidas e diretrizes que visem a ordenar a ação missionária da Igreja, nas áreas onde ainda não há trabalho metodista regular, desde uma perspectiva da Missão tal como conceituada pelo Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

2) Objetivos Setoriais

- 2.1- Explicar a filosofia do trabalho missionário;
- 2.2- Definir critérios para: seleção de áreas prioritárias à ação missionária; recrutamento, seleção e capacitação de obreiros e obreiras;
- 2.3- Dar orientação administrativa e pastoral ao Trabalho Missionário.

II – CRITÉRIO DO TRABALHO MISSIONÁRIO

O Trabalho Missionário:

1. será calcado no conceito de Missão do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, e suas ênfases serão as mencionadas no referido Plano;
2. somente será validado pela contribuição específica metodista a ser dada à comunidade;
3. inovará e procurará outras áreas de serviço e testemunho ainda não atendidas, não se limitando a repetir o que outras Igrejas estão fazendo;
4. será precedido de minucioso levantamento das necessidades das comunidades que se pretenda alcançar, visando a atendê-las;
5. dará preferência ao povo simples e às regiões mais carentes econômica e socialmente, procurando descobrir e desenvolver lideranças locais;
6. visará à promoção integral da pessoa humana por intermédio da implantação de serviços de evangelização, ação comunitária e educação;
7. deverá envolver toda a comunidade metodista;
8. será calcado em uma perspectiva da Igreja UNA de Jesus Cristo, que leve a sério a confissão de fé ecumênica.

III – ÁREAS PREFERENCIAIS

A Igreja Metodista dará prioridade a:

1. ampliação e consolidação dos trabalhos já existentes;
2. abertura de novos trabalhos, após o atendimento à prioridade 1, acima, observando-se como critérios preferenciais:

- 2.1- áreas onde a carência econômica e social se revele mais aguda;
- 2.2- áreas onde já haja um pequeno número de metodistas;
- 2.3- áreas onde não há trabalho de denominação evangélica;
- 2.4- área urbana onde haja uma grande concentração populacional.

IV – O OBREIRO MISSIONÁRIO OU

A OBREIRA MISSIONÁRIA

O obreiro e a obreira missionários são pessoas clérigas ou leigas, com preparo apropriado e experiência profissional específica, que se colocam a serviço da Igreja, assumindo alguma forma de responsabilidade direta no planejamento e execução da obra missionária em um campo missionário.

1) Categorias

Para efeito da estruturação da obra missionária, poderão ser recrutados:

1 - Missionário ou Missionária de Dedicção Exclusiva - É o obreiro ou obreira que se dispõe a servir em tempo integral à obra missionária, segundo a legislação canônica e nos termos do Pacto Missionário (cujo modelo foi proposto pelo Conselho Geral), e recebe comissionamento (no caso de leigo ou leiga) ou nomeação (no caso de clérigo ou clériga) pela autoridade episcopal responsável pelo campo missionário.

1.2 - Missionário Colaborador ou Missionária Colaboradora - É o membro clérigo inativo ou membro leigo da igreja Metodista que é escolhido e comissionado para exercer funções ou prestar serviços nos campos missionários.

2) Normas de Recrutamento de Missionário ou Missionária de Dedicção Exclusiva

2.1- O recrutamento de obreiros ou obreiras para os programas missionários é da responsabilidade da respectiva Coordenação de Ação Missionária em nível geral, regional, distrital e local – COGEAM, COREAM, CODIAM, CLAM –, que administra o Campo Missionário por meio da respectiva Secretaria Executiva de Missões e de acordo com o Colégio Episcopal ou Bispo ou Bispa, segundo o nível da Coordenação.

2.2- O recrutamento é feito por meio de comunicação pública das necessidades a serem atendidas e/ou convites individuais a pessoas que porventura se interessem pelo atendimento a essas necessidades.

2.3- O candidato ou candidata que se apresente para o trabalho missionário deve:

- a. ser membro da Igreja Metodista há, pelo menos, seis anos consecutivos para clérigos ou clérigas, e quatro para leigos ou leigas;
- b. no caso de clérigo ou clériga, ter experiência de dois anos, pelo menos, de trabalho pastoral, em igreja local, após ordenação;
- c. dar provas de sua vocação para o trabalho missionário, testemunhado por recomendação da igreja local, órgão ou instituição a que tenha servido e, no caso de clérigo ou clériga, de seu Bispo ou Bispa;
- d. possuir atestado favorável de sanidade física e psicológica emitido por profissionais indicados pelo Conselho que promove a ação missionária;
- e. possuir preparo intelectual de acordo com o padrão estabelecido pela Igreja, comprovado por documentação hábil, e realizar estágio de treinamento em instituição de ensino teológico metodista, por indicação do Conselho Geral;

- f. comprometer-se a seguir as orientações do Plano Diretor Missionário da Igreja Metodista em seu trabalho, cumprindo o Pacto Missionário, a legislação canônica e demais normas oficiais.

3) *O Obreiro Estrangeiro ou a Obreira Estrangeira*

Quando as características do trabalho ou as necessidades o indicarem, poderá se recrutar para o seu atendimento obreiro estrangeiro ou obreira estrangeira, membro de Igrejas ou Agências Cooperantes, observadas as seguintes normas:

3.1- O obreiro estrangeiro ou a obreira estrangeira será solicitado(a) para atender a uma necessidade específica;

3.2- O obreiro estrangeiro ou a obreira estrangeira será submetido(a) a um período de treinamento especial, que incluirá:

- a. aprendizado da língua portuguesa, em escola localizada no próprio país, de preferência em ambiente ecumênico;
- b. imersão na cultura nacional através de vivência e estudos dos costumes, características e problemática do Brasil, programados pelo Conselho Geral, por intermédio da Secretaria Executiva de Educação Cristã;
- c. estágio com duração não menor que um ano em igreja ou instituição metodista já estabelecida no país, concomitante com estudos sobre posições doutrinárias, história, costumes, liturgia e legislação metodistas, em Seminário Regional ou Faculdade de Teologia.

4) *Capacitação dos Obreiros e Obreiras dos Campos Missionários*

Recrutados para trabalho em campos missionários, os obreiros e obreiras, quer nacionais, quer estrangeiros(as), se submeterão a um período inicial de capacitação e deverão se submeter, caso desejem renovação de seu Pacto Missionário, a um programa de estudos e reciclagem de três em três anos, para sua constante atualização, observando-se o seguinte:

4.1- Capacitação inicial:

- a. Obreiros e obreiras nacionais - cumprirão, antes de seguirem para o campo missionário, estágio de preparação e estudo, cujo programa e duração serão estabelecidos pelo Conselho Geral;
- b. Obreiros e obreiras estrangeiros - cumprirão estágio semelhante ao exigido para nacionais, observado o disposto no item 3.2 deste capítulo.

4.2- Capacitação Continuada (reciclagem)

- a. Obreiros e obreiras nacionais cumprirão um programa de estudos e reciclagem a cada três anos de trabalho, visando à sua atualização, de duração e conteúdo a serem definidos pelo Conselho Geral, ouvida a Comissão de Avaliação do Trabalho Missionário do Conselho ao qual se subordinar o obreiro ou a obreira;
- b. Obreiros e obreiras estrangeiros, além de cumprirem programa semelhante ao exigido aos obreiros e obreiras nacionais, e de atenderem às exigências de atualização requeridas por suas próprias Igrejas ou Agências de origem, frequentarão cursos de

aperfeiçoamento de comunicação em língua portuguesa e de aprofundamento do conhecimento da realidade brasileira, a serem definidos pelo Conselho Geral.

5) *Avaliação do Obreiro Missionário ou Obreira Missionária*

Haverá uma Comissão de Avaliação do Trabalho Missionário, nomeada pelo Conselho que contrata obreiro ou obreira, a qual terá a seguinte competência:

5.1- manter contato periódico com o campo missionário e com o obreiro ou a obreira para lá enviado(a), através dos meios que julgar necessários;

5.2- encaminhar anualmente ao Conselho que o(a) nomeou sua avaliação dos trabalhos missionários realizados, fazendo recomendações a respeito;

5.3- avaliar o desempenho do obreiro missionário ou da obreira missionária à vista do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, dos princípios da filosofia do Trabalho Missionário e dos programas específicos estabelecidos para o campo, fazendo recomendações para sua capacitação continuada;

5.4- dar parecer acerca da conveniência da continuidade do obreiro ou da obreira no campo missionário.

V - MODELO DE IGREJA DO CAMPO MISSIONÁRIO

A Igreja é a comunidade de fé que vive em amor, sob a ação do Espírito Santo na comunhão da Palavra e dos Sacramentos, e se estende em evangelização e testemunho ao mundo ao seu redor.

A Igreja a ser desenvolvida no Campo Missionário deverá incorporar, em seu modo de ser e agir, os pressupostos estabelecidos na filosofia do trabalho missionário, constantes deste Plano Diretor, e apresentará, portanto, as seguintes características:

1. a Igreja do Campo Missionário estará vinculada à Igreja Metodista e obedecerá a seus Cânones e posicionamentos definidos pelo Concílio Geral;
2. os problemas da comunidade na qual se insere, se constituirão em elemento importante de suas preocupações e programação;
3. os valores positivos existentes na comunidade mais ampla ao seu redor serão devidamente apreciados e assimilados pela Igreja nascente;
4. a Igreja desenvolverá um posicionamento isento de preconceitos
5. (sociais, religiosos e culturais) para com a comunidade maior;
6. o sentimento de solidariedade, especialmente para com as camadas social e economicamente carentes da população, deverá estar presente na Igreja Metodista em crescimento no campo missionário;
7. a Igreja será aberta à comunidade e oferecerá suas instalações e recursos às associações e agências que estejam voltadas para o atendimento aos interesses do povo;
8. atenção especial deverá ser dada pela Igreja à educação cristã de seus próprios membros e às necessidades educacionais gerais da população ao seu redor;
9. a Igreja dará atenção ao desenvolvimento de lideranças leigas para o trabalho evangelizante, educacional e social e cultivará lideranças populares que atuem efetivamente na comunidade mais ampla ao seu redor;

10. a igreja local participará gradativa e crescentemente da cobertura de suas despesas, de modo a alcançar seu sustento próprio dentro do prazo previsto no seu projeto;
11. o trabalho missionário será periodicamente avaliado à luz dos objetivos propostos; caso não tenham sido alcançados, o respectivo Conselho redimensionará o projeto em desenvolvimento.

VI – NORMAS DE FUNCIONAMENTO

Os Campos Missionários, quer no âmbito local, quer no âmbito distrital, regional ou geral, serão operacionalizados observando-se os seguintes itens:

1) *Manutenção*

1.1- Manutenção Regular

Entende-se por manutenção regular do Campo Missionário a cobertura das despesas com o subsídio do obreiro ou da obreira, aluguel de casa, aluguel de propriedade para a promoção das atividades missionárias e verba *pró-labore* (calculada em vista das condições do local onde se localiza o Campo), as quais são incluídas no Orçamento-Programa Anual do Conselho que administra o respectivo Campo.

- a. O subsídio do obreiro missionário ou da obreira missionária será calculado na base em que são calculados os subsídios de outros obreiros ou obreiras na mesma categoria, acrescido de eventuais ajudas de custos e incentivo missionário, a serem definidos pelo Conselho que o contrata.

- b. A manutenção regular será mantida pelo tempo que o Conselho determinar, prevendo-se que, pelo crescimento gradual do trabalho missionário, o campo venha a se tornar autossuficiente.

1.2- Projetos Especiais

Entende-se por projetos especiais a realização de programas ou projetos que visem à consolidação ou aceleração dos trabalhos do Campo Missionário (compra de propriedades, veículos, equipamento, realização de cursos, séries de pregações e outros) e que dependam de levantamento de custos extras, levantados na forma de um programa de Promoção Missionária, anexo a este Plano, ou de solicitações a Igrejas ou Agências Cooperantes.

1.3- Fontes de Recursos

Os recursos para o sustento e implementação do Campo Missionário advirão de:

- a. verba incluída no Orçamento-Programa do Conselho que sustenta o Campo;
- b. ofertas levantadas no próprio Campo Missionário;
- c. ofertas missionárias levantadas nos cultos públicos realizados aos quartos domingos de cada mês, distribuídas proporcionalmente aos Campos Missionários gerais, regionais, distritais e locais pela Tesouraria do Conselho Regional;
- d. contribuições de Igrejas e Agências Cooperantes;
- e. levantamento de recursos extras, por meio de campanhas especiais, nos termos do Programa de Promoção Missionária;
- f. doações e legados;
- g. outras fontes.

VII – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos respectivos.

§ 1º. Os organismos integrantes da Administração Superior, Intermediária e Básica, especialmente as igrejas locais, elaboram seus planejamentos e programas de evangelização e afins segundo os ditames do Plano Diretor Missionário.

§ 2º. O Programa de Promoção Missionária e o Pacto Missionário, apresentados ao 13º. Concílio Geral como instrumentos do Plano Diretor Missionário, não integram o texto destes Cânones porque são instrumentos que devem ser ajustados de acordo com a experiência, segundo decisão do Conselho Geral, ouvido o Colégio Episcopal.

CÂNONES DA IGREJA METODISTA

PARTE ESPECIAL

Lei ordinária da Igreja Metodista, organizada no Brasil em 2 de setembro de 1930 como parte da Igreja Universal de Jesus Cristo, continuação do Metodismo Histórico, caracterizada pela adoção do sistema da conexidade e representada institucional e juridicamente pela Associação da Igreja Metodista, com Sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

TÍTULO I

DA IGREJA METODISTA

CAPÍTULO I

DO HISTÓRICO E DENOMINAÇÃO

Art. 1º. Em 2 de setembro de 1930, constituiu-se no Brasil uma igreja autônoma, ramo da Igreja Universal de Jesus Cristo, denominada Igreja Metodista, continuação do movimento iniciado na Inglaterra por John Wesley, no século XVIII.

CAPÍTULO II

DA MISSÃO

Art. 2º. A missão da Igreja Metodista é participar da ação de Deus no seu propósito de salvar o mundo.

Parágrafo único. A Igreja Metodista cumpre a sua Missão:

- a. realizando o culto a Deus, pregando a sua Palavra, ministrando os Sacramentos, promovendo a fraternidade e a disciplina cristãs e proporcionando a seus membros meios para alcançarem uma experiência cristã progressiva, visando ao desempenho de seu testemunho e serviço no mundo;

- b. prestando serviços de mensagens, sermões, palestras, orações, por todos os meios de comunicação disponíveis, e atendimento pastoral;
- c. ministrando Educação Cristã, Teológica e Secular, em todos os graus e níveis, e prestando serviços de ação comunitária, filantrópica e beneficente, por intermédio de suas regiões eclesásticas e missionárias, de suas igrejas, instituições e órgãos especializados por ela organizados, instituídos ou mantidos.

CAPÍTULO III

DAS DOCTRINAS

Art. 3º. A Igreja Metodista, quanto às doutrinas, adota os princípios de fé do Metodismo Universal, os quais têm por fundamento as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento – testemunho escrito da revelação divina, dado por pessoas movidas pelo Espírito Santo –, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação e são suficiente regra de fé e prática para os cristãos e cristãs.

Parágrafo único. A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social.

CAPÍTULO IV

DA PESSOA JURÍDICA E REGISTRO CIVIL

Art. 4º. A Associação da Igreja Metodista (AIM) é uma organização religiosa de fins não econômicos, como pessoa jurídica de direito privado, sendo a pessoa jurídica da Igreja Metodista da Área Nacional

constituída de acordo com a legislação civil, tendo como finalidade manter e orientar a administração patrimonial e econômica das igrejas locais, igrejas regionais e instituições, à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja (PVMI).

§ 1º. A Associação da Igreja Metodista é dirigida por um Conselho Diretor, composto pelos membros da Coordenação Geral de Ação Missionária (COGEAM).

§ 2º. A Associação da Igreja Metodista dispõe de uma Secretaria Nacional para a Vida e Missão, subordinada à COGEAM.

§ 3º. Anualmente, a Associação da Igreja Metodista, por meio de seu contador ou sua contadora, elabora o Balanço e os Demonstrativos das Receitas e Despesas, que consolidam contabilmente todos os pagamentos, recebimentos e demais transações que a Igreja Metodista da Área Nacional, instituições e parcerias tenham efetuado no exercício.

§ 4º. Anualmente, a Associação da Igreja Metodista de cada Região, por meio de seus contadores ou suas contadoras, elaboram os Balanços Regionais e Demonstrativos das Receitas e Despesas, que deverão consolidar contabilmente todos os pagamentos, recebimentos e demais transações das igrejas locais, instituições e parcerias, que tenham efetuado no exercício, devendo ser enviada cópia à Secretaria Nacional para a Vida e Missão.

§ 5º. A Associação da Igreja Metodista de cada Região dispõe de um Secretário Executivo ou uma Secretária Executiva Regional, subordinado(a) à Coordenação Regional de Ação Missionária (COREAM), que deve apresentar anualmente relatórios de compra e venda de imóveis em nome da AIM.

§ 6º. As condições de funcionamento das AIM nacional e regionais, assim como competência, organização e outras de caráter administrativo, inclusive a forma de relacionamento com as igrejas locais e instituições, são reguladas em estatutos e regulamentos, aprovados pelos seus respectivos concílios e, no interregno destes, pela COGEAM e COREAM.

§ 7º. Todas as despesas de funcionamento dos órgãos da AIM integram o orçamento-programa de nível correspondente – geral, regional ou local.

§ 8º. A Região Eclesiástica ou Missionária, quando desmembrada, terá todos os CNPJs a ela relacionados encerrados pela Região originária no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e, posteriormente, terão novo registro, conforme a legislação do país.

§ 9º. No estatuto da AIM deve ser considerado o mapa político-administrativo do Estado, com as regiões de governo identificadas pelo poder público, sem vínculo com organização eclesial em distritos.

CAPÍTULO V

DO TERRITÓRIO

Art. 5º. A Igreja Metodista tem como área de ação o território brasileiro e os campos missionários estabelecidos no exterior por decisão do Concílio Geral.

Art. 6º. O território ocupado pela Igreja Metodista, no Brasil, divide-se em Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários, estabelecidos pelo Concílio Geral, e subdivididos em Distritos e Igrejas Locais estabelecidos pelos Concílios Regionais.

§ 1º. Compete ao Concílio Geral a criação, desdobramento ou reagrupamento de Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários, ouvidos os Concílios Regionais e Assembleias dos Campos Missionários.

§ 2º. Compete à COREAM a criação, desdobramento ou reagrupamento de distritos e igrejas locais, ouvido o respectivo Ministério de Ação Episcopal (MAE).

§ 3º. Cada Região deve ter independência para fazer o seu trabalho missionário, cumprindo as suas obrigações com a Sede Nacional.

§ 4º. As Regiões poderão propor programas, projetos ou Campos Internacionais depois de atendidas suas obrigações em relação ao orçamento nacional e ouvidos o Colégio Episcopal e COGEAM.

§ 5º. Os projetos criados nestes convênios deverão ser contemplados nos respectivos orçamentos e programas regionais.

§ 6º. O Concílio Geral poderá referendar Campos Missionários criados na atividade missionária espontânea, por Regiões, ouvido o Colégio Episcopal e a COGEAM.

TÍTULO II

DOS MEMBROS DA IGREJA METODISTA

CAPÍTULO I

DOS MEMBROS EM GERAL

Art. 7º. São membros da Igreja Metodista as pessoas que satisfazem os requisitos canônicos e são recebidas de acordo com o Ritual da Igreja Metodista à sua comunhão, tendo os nomes arrolados numa igreja local.

§ 1º. Os membros da Igreja Metodista – leigos e leigas, clérigos e clérigas – dela participam segundo dons e ministérios por ela reconhecidos.

§ 2º. Os membros leigos são arrolados em uma igreja local e os membros clérigos em uma Região Eclesiástica.

§ 3º. Os membros leigos, referidos no § 2º. deste artigo, que ocupem cargos ou exerçam funções na administração superior, intermediária e básica o fazem em caráter de serviço voluntário, salvo disposição expressa em contrário nesta legislação.

§ 4º. Os membros clérigos que servem à Área Geral da Igreja continuam vinculados ao Concílio Regional que os tenha cedido.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS LEIGOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO E RECEPÇÃO DE MEMBRO LEIGO

Art. 8º. Constituem requisitos para Admissão de membro leigo:

- I. aceitar a Jesus Cristo pela fé, confessando-o como Senhor e Salvador pessoal;
- II. arrepender-se de seus pecados e ter disposição de viver vida nova, de acordo com os ensinamentos do Evangelho;
- III. aceitar os elementos básicos da Igreja Metodista;
- IV. comprometer-se a viver a mordomia cristã;
- V. prometer observar os preceitos do Evangelho e sujeitar-se às leis da Igreja Metodista;
- VI. ser batizado ou batizada, ou confirmar o pacto batismal, se o foi na infância.

§ 1º. A impossibilidade de regularização do estado civil não impede a admissão de membro leigo.

§ 2º. Pessoas vinculadas à Maçonaria e/ou demais sociedades secretas devem obrigatoriamente renunciar a esse vínculo antes de assumir votos de membro da Igreja Metodista. (CG 2021/2022)

Art. 9º. Os procedimentos para recepção de membro leigo são os seguintes:

- I. profissão de fé e batismo, para pessoas que não foram batizadas na infância e se convertem a Cristo, professam a fé e são batizadas;

II. confirmação, para pessoas que foram batizadas na infância, professam a fé e confirmam o pacto batismal;

III. assunção de votos, para pessoas que assumem os votos de membros da Igreja Metodista, de acordo com o Ritual da Igreja Metodista.

SEÇÃO II

DOS DEVERES E DIREITOS DO MEMBRO LEIGO

Subseção I

DOS DEVERES DO MEMBRO LEIGO

Art. 10. Os deveres de membro leigo da Igreja Metodista são:

- I. testemunhar Jesus Cristo ao próximo com seus dons;
- II. participar dos cultos públicos, da Escola Dominical (ED) e demais serviços da Igreja Metodista;
- III. contribuir regularmente com dízimos e ofertas para a manutenção da Missão de Deus, por meio dos ministérios da Igreja Metodista, nos termos da Carta Pastoral sobre o dízimo;
- IV. pautar seus atos pelos princípios do Evangelho e pelas Doutrinas e Costumes da Igreja Metodista;
- V. sujeitar-se às exortações pastorais;
- VI. esforçar-se para iniciar trabalho metodista, onde este não exista;
- VII. reconhecer seu chamamento como ministro ou ministra de Deus para as diversas áreas da Missão;
- VIII. exercer seus dons, participando dos ministérios e serviços da Igreja Metodista e da comunidade;
- IX. submeter-se à Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista.

Subseção II
DOS DIREITOS DO MEMBRO LEIGO

Art. 11. Os direitos de membro leigo da Igreja Metodista são:

I. participar do sacramento da Ceia do Senhor e receber da Igreja os demais meios da graça;

II. pedir o sacramento do batismo infantil para seus filhos e suas filhas e ser instruído sobre esse sacramento;

III. receber a bênção sobre seu casamento, segundo o Ritual da Igreja Metodista, depois de ser preparado ou preparada para esse ato;

IV. participar de cursos de formação cristã, segundo orientação da Igreja Metodista;

V. votar e ser votado ou votada para ocupar cargos eletivos na Igreja Metodista, respeitados os dispositivos canônicos;

VI. receber assistência pastoral;

VII. transferir-se para outra igreja local;

VIII. apresentar queixa ou denúncia, nos casos e na forma previstos nestes Cânones; (CG 2021/2022)

IX. apelar para instância superior, em grau de recurso, respeitados os dispositivos canônicos.

§ 1º. O membro leigo que receber qualquer nomeação episcopal para o exercício de função pastoral, perde o direito de ser eleito para participar como delegado ou delegada aos Concílios Regionais e Gerais. (CG 2021/2022)

§ 2º. O membro leigo não tem o direito de receber a bênção sobre seu casamento nos casos de união de pessoas do mesmo sexo ou transgênero, sendo vedado ao pastor ou pastora metodista celebrar ou participar de quaisquer atos da liturgia destas cerimônias, conforme vedação expressa no Art. 61, inc. VII, destes Cânones. (CG 2021/22)

SEÇÃO III

DO DESLIGAMENTO DE MEMBRO LEIGO

Art. 12. É desligada da Igreja Metodista e, por isso, perde seus direitos de membro leigo, a pessoa que:

- I. solicita, por escrito, seu desligamento;
- II. abdica dos votos feitos, assumindo os de outra Igreja, sabida e confirmadamente, sem prévio aviso de sua decisão à igreja local, tendo o seu nome cancelado pela Coordenação Local de Ação Missionária (CLAM);
- III. se torna desconhecida ou de paradeiro ignorado, tendo o seu nome cancelado pela CLAM.
- IV. sem justificativa, deixe de comparecer pelo período superior a 1 (um) ano e após contato pastoral não volte a frequentar as reuniões da igreja local, tendo o seu nome cancelado pela CLAM;
- V. é excluída por julgamento;
- VI. tenha falecido.

SEÇÃO IV

DA READMISSÃO

Art. 13. É readmitida como membro leigo da Igreja Metodista a pessoa que:

- I. por voto do Concílio Local, tem parecer favorável ao seu retorno;
- II. recebe aprovação da CLAM, após retornar à comunidade por iniciativa própria, com frequência ativa há mais de seis (6) meses, no caso de ter sido desligada do rol de membros pelos critérios do Art. 12, incisos III e IV.

§ 1º. A readmissão de membro leigo por determinação do Concílio Local é efetuada por votação da maioria dos membros presentes, mediante solicitação da pessoa interessada, nos seguintes casos:

- a. aquela que tiver solicitado, por escrito, seu desligamento;
- b. aquela que tiver seu nome cancelado por falta de cumprimento de votos e der prova de reabilitação.

§ 2º. Nenhuma pessoa cujo nome foi cancelado do rol de uma igreja local pode ser arrolada em outra, sem que haja entendimento prévio entre os respectivos pastores e pastoras.

SEÇÃO V

DA CAPACITAÇÃO DO LAICATO

Art. 14. Visando ao exercício dos Dons e Ministérios, a Igreja Metodista aplica, permanente e preferencialmente, recursos para a capacitação de leigos e leigas.

Parágrafo único. A capacitação do laicato tem por objetivo atender às necessidades dos ministérios das igrejas locais e outros serviços eclesiais, definidos por órgãos previstos nesta legislação, sendo que os respectivos programas são elaborados e executados pelos setores competentes, por indicação dos órgãos regionais.

SEÇÃO VI

DO MINISTÉRIO DE EVANGELISTA

Art. 15. O Ministério de Evangelista, exercido por membro leigo, homem ou mulher, é reconhecido por sua igreja local e acolhido pela Igreja Metodista, com autoridade e direção do Espírito Santo para, em nome de Deus, auxiliar no desenvolvimento da evangelização.

§ 1º. É admitida como evangelista a pessoa que:

- a. seja membro da Igreja Metodista por mais de 2 (dois) anos consecutivos;
- b. tenha revelado, na igreja local onde está arrolada, dons e graça para os serviços que irá executar;
- c. tenha sido eleita pelo Concílio Local da igreja onde está arrolada;
- d. tenha formação teológica oferecida pelas instituições regionais, de acordo com o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação Teológica (PNET);
- e. seja consagrada pelo pastor ou pela pastora titular nos termos do Ritual da Igreja Metodista.

§ 2º. O pastor ou a pastora titular da igreja local é responsável pela supervisão do trabalho do(a) evangelista.

§ 3º. Para atender a eventuais necessidades dos campos missionários locais, distritais, regionais e nacionais, bem como das igrejas locais, evangelistas podem receber designação, mediante votos religiosos, como missionários ou missionárias, conforme regulamentação do Colégio Episcopal.

SEÇÃO VII

DO MINISTÉRIO DO MISSIONÁRIO E DA MISSIONÁRIA

Art. 16. O ministério do missionário ou missionária exercido pelo laicato é reconhecido e acolhido pela Igreja Metodista, sob a autoridade e direção do Espírito Santo para, em nome de Deus, servir à Igreja Metodista, nos níveis local, distrital, regional, nacional e internacional, à luz do Plano Diretor Missionário e de regulamentação específica.

§ 1º. Para o exercício deste ministério, é requerida a recomendação da igreja local.

§ 2º. O Colégio Episcopal estabelecerá a regulamentação mencionada no *caput*.

§ 3º. Egressos e egressas dos Cursos de Teologia da Igreja Metodista, nas suas diversas modalidades, incluindo bacharéis, a critério do Bispo ou Bispa Presidente da Região Eclesiástica ou Missionária, podem ser designados e designadas como Missionários e Missionárias. (CG 2021/2022; A/C 02/2018)

§ 4º. A designação de bacharel em Teologia da Igreja Metodista como Missionário e Missionária pode acontecer em Ponto Missionário, Congregação ou Campo Missionário. A designação ocorre a critério do Bispo ou Bispa Presidente da Região Eclesiástica ou Missionária, de acordo com a solicitação da igreja local ou Regimento Regional. (CG 2021/2022; A/C 02/2018)

§ 5º. O Missionário Designado ou a Missionária Designada pode ser designado(a) para Igrejas Locais em processo de revitalização. (CG 2021/2022; A/C 02/2018)

§ 6º. A designação de Missionário ou Missionária pode acontecer como titular ou coadjutor(a), com ônus ou sem ônus. (CG 2021/2022; A/C 02/2018)

§ 7º. Igreja em processo de revitalização é a comunidade local que no dia da nomeação cumpre no mínimo dois dos requisitos previstos no artigo 50 dos Cânones. (CG 2021/2022; A/C 02/2018)

SEÇÃO VIII

DA ORDEM DIACONAL

Art. 17. Ordem Diaconal é a categoria eclesiástica leiga, na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, pessoas que ela reconhece vocacionadas para a prestação de ministérios especiais, reconhecidos pela Igreja, sem distinção de sexo, consagrando-as ao desempenho da Missão.

§ 1º. O exercício do diaconato na Igreja Metodista é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

§ 2º. O regulamento estabelecido pelo Colégio Episcopal será adequado em sua estrutura e organização ao âmbito regional e homologado pelo Bispo ou Bispa da Região.

Subseção I

DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 18. O padrão de formação profissional estabelecido para ingresso na Ordem Diaconal exige título de habilitação de ensino médio ou superior, bem como formação teológica de acordo com o Plano Nacional de Educação Teológica (PNET).

Parágrafo único. A critério do Concílio Regional e mediante parecer favorável da Ordem Diaconal, o membro leigo da Igreja Metodista, homem ou mulher, que não

possua habilitação de ensino médio completo, mas cuja capacidade profissional seja de reconhecida qualificação, pode ser admitido à Ordem Diaconal.

Subseção II DA ADMISSÃO NA ORDEM

Art. 19. A admissão à Ordem Diaconal exige:

I. preparo técnico-profissional, nas áreas de interesse da Igreja Metodista;

II. formação teológica conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação Teológica (PNET);

III. período probatório em uma das áreas de serviço da Igreja, com duração de, no mínimo, 1 (um) ano, com o cumprimento de 300 (trezentas) horas e, no máximo, 3 (três) anos após o cumprimento do Inciso I.

IV. recomendação do Bispo ou Bispa Presidente e voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional;

V. assunção de votos de membro da Ordem e consagração segundo o Ritual da Igreja Metodista.

Parágrafo único. O Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Regional, que é responsável pela supervisão, registros e controles da Ordem, expede a competente credencial de membro da Ordem Diaconal.

Subseção III

DOS DEVERES E DIREITOS

Art. 20. Os deveres e direitos do membro da Ordem Diaconal são os seguintes:

- I. colocar-se à disposição do Bispo ou Bispa Presidente para prestação de serviço não pastoral;
- II. cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;
- III. receber subsídio quando nomeado com ônus;
- IV. gozar vitaliciedade na Ordem, respeitados os dispositivos canônicos;
- V. gozar de todos os direitos de membro leigo da Igreja;
- VI. desligar-se, voluntariamente, da Ordem;
- VII. ser membro do Concílio Regional, quando nomeado ou nomeada.
- VIII. servir à Igreja Metodista na condição de missionário ou missionária, nos níveis local, distrital, regional, nacional e internacional, à luz do Plano Diretor Missionário e de regulamentação específica.
- IX. Cumprir as orientações do Código de Ética da Ordem Diaconal.

Parágrafo único. O membro da Ordem Diaconal não exerce funções pastorais.

Subseção IV

DA MANUTENÇÃO DOS MEMBROS DA ORDEM DIACONAL

Art. 21. O membro da Ordem Diaconal, nomeado com ônus, é mantido pelo órgão ou instituição para o qual foi nomeado, ou diretamente pela igreja local, ou, ainda, pelo resultado da sua atividade profissional.

§ 1º. A remuneração é estabelecida pela igreja local, órgão ou instituição, conforme cada caso.

§ 2º. Qualquer que seja o modo de manutenção do membro da Ordem Diaconal, sua vinculação previdenciária é sempre com o órgão de previdência social governamental.

Subseção V DA PERDA DOS DIREITOS

Art. 22. O membro da Ordem Diaconal perde seus direitos quando:

- I. se desliga da Igreja Metodista;
- II. por livre vontade, abdica dos seus direitos e se desliga da Ordem;
- III. é excluído da Ordem, por julgamento.

Parágrafo único. O membro da Ordem Diaconal que, por qualquer motivo, se desliga da Ordem, devolve a credencial ao Bispo ou Bispa Presidente, que a declara cancelada e sem efeito, caso a devolução não ocorra.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS CLÉRIGOS

SEÇÃO I

DO MEMBRO CLÉRIGO

Art. 23. Membro clérigo é a pessoa que a Igreja Metodista reconhece chamada por Deus, dentre os seus membros, homens ou mulheres, para a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar a comunidade de fé, capacitando-a para o cumprimento da missão.

§ 1º. É admitida como membro clérigo a pessoa cujo dom pastoral é reconhecido e confirmado pela comunidade local; conclui o respectivo programa de formação, de acordo com o estabelecido pela Coordenação Nacional de Educação Teológica (CONET); satisfaz as demais exigências contidas nesta legislação e é consagrada ou ordenada para a missão.

§ 2º. Os membros clérigos são admitidos e arrolados:

- a. na Ordem Presbiteral;
- b. no Ministério Pastoral.

Subseção I

DA CLASSIFICAÇÃO DO MEMBRO CLÉRIGO

Art. 24. O membro clérigo é classificado como:

I. ativo, quando serve à Igreja Metodista mediante nomeação episcopal;

II. inativo, quando não tem nomeação episcopal, em razão de aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, com ou sem ônus para a Igreja, de licença ou de disponibilidade.

§ 1º. A nomeação episcopal é para cargo eclesiástico ou função sempre direta e explicitamente relacionada com o Ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros por ela reconhecidos.

§ 2º. A nomeação episcopal estabelece o regime de tempo parcial ou integral e o respectivo ônus, respeitadas as normas pertinentes.

§ 3º. Por regime de tempo integral entende-se tempo exclusivo para as ações pastorais, além de outras funções atribuídas por órgãos superiores da Igreja.

§ 4º. A nomeação em regime de tempo integral do corpo pastoral e presbiteral é feita com ônus, com garantia dos direitos previstos nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones. Para os casos de nomeação para instituições e similares, estas regras não se aplicam.

§ 5º. A nomeação de tempo parcial deve observar os critérios estabelecidos no regime regional de nomeações pastorais.

§ 6º. Quando a avaliação feita pela igreja local e pelo pastor ou pela pastora, presbítero ou presbítera for positiva, indicando a continuidade da nomeação, prevalecem os interesses da Região Eclesiástica, e a palavra final é sempre a do Bispo ou Bispa.

§ 7º. O membro clérigo cujo regime seja o de tempo integral e deseje realizar atividade não vinculada à nomeação deve observar o disposto nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo, constantes destes Cânones.

§ 8º. No caso de autorização para estudos vinculados à ação pastoral, deve haver concordância da CLAM ou do Conselho Diretor e parecer favorável do Ministério de Ação Episcopal (MAE) ou do Colégio Episcopal.

§ 9º. Criada uma nova Região Eclesiástica ou Missionária, o membro clérigo passa a integrar o rol da Região em que recebeu nomeação.

- a. É garantida ao corpo pastoral e presbiteral a opção pela Região em que deseja se fixar, seja ela a originária ou a desmembrada, obedecendo-se, neste caso, o disposto no Art. 46 e seus parágrafos.
- b. Os membros clérigos em licença ou cessão vinculam-se à Região ou Distrito em que tiveram sua última nomeação.
- c. O valor correspondente ao pagamento do benefício previsto no § 1º. do Art. 231 dos Cânones, durante os 3 (três) primeiros anos da criação da nova Região, será rateado entre as duas Regiões, conforme a média das arrecadações do ano anterior.
- d. Transcorrido o período mencionado na alínea anterior, as pessoas que integram o sistema de previdência interna passam à responsabilidade da Região ou Distrito em que tiveram sua última nomeação.

SEÇÃO II

DA ORDEM PRESBITERAL

Art. 25. Ordem Presbiteral é a categoria eclesiástica clériga na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e a direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, sem distinção de sexo, os membros em que reconhece a vocação para o Santo Ministério da Palavra e dos Sacramentos e

outros ministérios por ela reconhecidos, ordenando-os para o desempenho da Missão.

§ 1º. Compete ao Colégio Episcopal estabelecer os princípios, fundamentos, organização e contornos da Ordem Presbiteral.

§ 2º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral permanece na condição de membro leigo e não tem os mesmos direitos do Presbítero ou Presbítera com ordenação.

§ 3º. Todas as questões relacionadas ao Presbiterado e ao Ministério Pastoral devem ser encaminhadas e decididas pela Ordem Presbiteral.

§ 4º. O Bispo ou Bispa Presidente da Região, que é a pessoa responsável pela supervisão, registro e controle da Ordem Presbiteral, expede a competente credencial de membro da Ordem.

Subseção I

DO PADRÃO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA ORDEM PRESBITERAL

Art. 26. O padrão de formação profissional estabelecido para o ingresso na Ordem Presbiteral exige, do candidato ou candidata, a graduação de Bacharel em Teologia ou graduação no Curso Teológico Pastoral, prioritariamente obtida em instituição da Igreja Metodista, credenciada pela CONET.

§ 1º. Para ingressar no Curso de Bacharel em Teologia, programa de formação de Presbítero ou Presbítera, é indispensável que o candidato ou candidata seja membro da Igreja Metodista por, pelo menos, 3 (três) anos consecutivos, cumprindo mais 1 (um) ano de Programa de Orientação Vocacional (POV), oferecido por Instituição Teológica Regional;

§ 2º. O Curso de Bacharel em Teologia, na Igreja Metodista, é oferecido por instituições teológicas metodistas que integram o Sistema Metodista de Educação, nos termos das normativas da CONET devidamente aprovadas pelo Colégio Episcopal.

Subseção II

DA ADMISSÃO DE ASPIRANTE À ORDEM PRESBITERAL

Art. 27. A Admissão de candidato ou candidata à Ordem Presbiteral pressupõe a existência de vaga no quadro da Ordem e exige:

I. preparo teológico de acordo com o padrão estabelecido pela Igreja Metodista;

II. período probatório em um dos ministérios reconhecidos pela Igreja, vinculado ao Ministério da Palavra e ministração dos Sacramentos;

III. certificado do término do período probatório, expedido pelo Bispo ou Bispa Presidente, atestando a realização e o pleno aproveitamento do(a) Aspirante, que o(a) habilitará a pleitear seu ingresso na Ordem;

IV. para ingressar como Aspirante à Ordem Presbiteral é indispensável que a pessoa que se candidata seja membro da Igreja Metodista por, pelo menos, 8 (oito) anos consecutivos com participação efetiva nas atividades desta;

V. prestação de exames, preparados pela Ordem Presbiteral, a serem realizados nos termos das normas estabelecidas pelo Colégio Episcopal;

VI. recomendação favorável da Comissão Ministerial Regional;

VII. voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional;

VIII. assunção dos votos de membro da Ordem Presbiteral e ordenação segundo o Ritual da Igreja Metodista.

§ 1º. Os alunos e alunas do último ano das Faculdades de Teologia da Igreja Metodista, quando solicitado pela Região, podem receber nomeação episcopal e a titulação de pastores acadêmicos e pastoras acadêmicas.

§ 2º. O período probatório é de tempo integral, vinculado ao Ministério da Palavra e à ministração dos Sacramentos, com duração de:

- a. no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do Curso de Teologia, em instituição de ensino teológico da Igreja Metodista, integrante da CONET; ou de,
- b. no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do Programa de Complementação para candidatos e candidatas com formação em instituição teológica não Metodista.

§ 3º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral não tem os mesmos direitos do Presbítero ou Presbítera com ordenação, não podendo, inclusive, participar como delegado ou delegada dos Concílios Regionais e Gerais, mesmo permanecendo na condição de membro leigo.

§ 4º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral poderá ser nomeado(a), excepcionalmente, de tempo parcial, para atender ao interesse da Igreja Metodista, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região.

§ 5º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral só pode cumprir o período de experiência fora da Região de origem por iniciativa e interesse da Igreja Metodista.

§ 6º. A admissão de Aspirante à Ordem Presbiteral exige:

- a. recomendação favorável da Comissão Ministerial Regional;
- b. recomendação favorável do Concílio Regional ou órgão que o substitua;
- c. assunção de votos religiosos na categoria de Aspirante à Ordem Presbiteral;
- d. nomeação episcopal.

§ 7º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral permanece como membro na igreja local de origem que o recomendou para estudos teológicos até que seja ordenado(a);

§ 8º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral, com nomeação episcopal, recebe o título de Pastor ou Pastora;

§ 9º. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral passa a exercer funções pastorais compatíveis com categoria eclesiástica requerida;

§ 10. É vedado ao(à) Aspirante à Ordem Presbiteral, enquanto permanecer nessa categoria, votar e ser votado(a) para cargos eletivos na Igreja Metodista;

§ 11. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral tem seu nome cadastrado na Região Eclesiástica à qual está vinculado(a).

§ 12. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral tem de estar vinculado(a) ao sistema de previdência social oficial do país, considerando que ele(a) assume votos de religioso(a);

§ 13. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral tem subsídio específico, estabelecido pelo Concílio Regional ou o órgão que o substitua;

§ 14. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral, no exercício de sua nomeação, é acompanhado(a), avaliado(a), admoestado(a) pelo Bispo ou Bispa, Superintendente Distrital, Supervisor ou Supervisora e Comissão Ministerial Regional.

§ 15. Havendo queixa ou denúncia disciplinar contra o(a) Aspirante à Ordem Presbiteral, no exercício de sua nomeação, observar-se-ão as Normas da Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista, estabelecida nos Cânones, sendo competente para receber a ação disciplinar o Bispo ou Bispa Presidente da Região a que esteja vinculado(a).

§ 16. Por estar no exercício de função pastoral, a Comissão de Disciplina será composta de membros clérigos nos termos do parágrafo único do Art. 255, § 1º, destes Cânones.

§ 17. O(a) Aspirante à Ordem Presbiteral que for descontinuado(a) ou reprovado(a) poderá, após 3 (três) anos, mediante as mesmas recomendações originais, pleitear retorno àquela condição.

§ 18. O período mínimo para eleição ao Presbiterado é de 10 (dez) anos.

Subseção III

DOS DEVERES E DIREITOS DOS PRESBÍTEROS E PRESBÍTERAS

Art. 28. Os deveres pertinentes ao Presbítero ativo e à Presbítera ativa, além daqueles dos membros leigos da Igreja Metodista, são os seguintes:

- I. aceitar nomeação episcopal;
- II. cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;
- III. aceitar o regime da itinerância;
- IV. comparecer e participar das reuniões do Concílio Distrital e Regional; (CG 2021/2022)
- V. participar dos trabalhos programados como formação continuada;
- VI. comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais;
- VII. comprovar, periodicamente, que está em dia com as contribuições ao sistema de previdência do país;

VIII. cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral;

IX. contribuir regularmente, com dízimos e ofertas, para a manutenção da Igreja Metodista e de suas instituições, nos termos da Carta Pastoral do Dízimo.

X. sujeitar-se à disciplina da Igreja Metodista. (CG 2021/2022)

Parágrafo único. Os deveres dos presbíteros inativos e das presbíteras inativas são:

- a. os mesmos do membro ativo da Ordem Presbiteral, no que couber;
- b. comunicar-se com o Bispo ou Bispa Presidente.

Art. 29. Os direitos do corpo presbiteral ativo são os seguintes:

I. ser nomeado(a) como Titular ou Coadjutor(a) para uma igreja local, pelo Bispo ou Bispa Presidente, desde que haja avaliação positiva de desempenho, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região Eclesiástica;

II. gozar vitaliciedade na Ordem Presbiteral, respeitados os dispositivos canônicos;

III. ser membro nato de seu respectivo Concílio Distrital;

IV. ser membro nato do Concílio Regional de sua Região Eclesiástica;

V. transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os respectivos Bispos e Bispas e Concílios Regionais, respeitados o interesse da Igreja Metodista e estes Cânones;

VI. votar e ser votado(a) para cargos e funções na Igreja;

VII. aposentar-se, de acordo com as Normas de Administração de Pessoal destes Cânones;

VIII. licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones;

IX. apelar para instância superior em grau de recurso;

X. desligar-se voluntariamente da Ordem e receber certidão a fim de arrolar-se numa igreja local;

XI. gozar 30 (trinta) dias de férias anualmente;

XII. residir à conta da igreja local, órgão ou instituição, na sua respectiva área geográfica, quando sua nomeação é de tempo integral;

XIII. usufruir da licença-maternidade, sendo Presbítera, e da licença-paternidade, sendo Presbítero, de acordo com a legislação vigente no país, conforme o Art. 225; (CG 2021/2022)

§ 1º. Os membros da Ordem Presbiteral que se encontrem em licença ou em disponibilidade não recebem nomeação episcopal.

§ 2º. O Presbítero ou a Presbítera com avaliação negativa de desempenho é colocado(a) em disponibilidade.

§ 3º. Todos os membros da Ordem Presbiteral recebem nomeação episcopal, ainda que sem ônus, exceto os que se encontrem em licença, aposentadoria ou em disponibilidade.

§ 4º. O Presbítero inativo ou a Presbítera inativa tem os seguintes direitos:

- a. gozar vitaliciedade na Ordem Presbiteral, respeitados os dispositivos canônicos;
- b. ser membro nato do Concílio Regional, sem direito a voto;
- c. ser membro nato do Concílio Distrital, na área em que reside, sem direito a voto;

- d. receber nomeação episcopal, desde que haja necessidade de aproveitamento de seu trabalho, observadas as normativas aprovadas pelo Colégio Episcopal.

Art. 30. O membro da Ordem Presbiteral perde o direito de nomeação quando:

I. for comprovada sua inabilidade para o Ministério Pastoral, por avaliação pastoral regional, mediante:

II. 3 (três) avaliações consecutivas negativas no prazo máximo de 6 (seis) meses cada uma, por parte da igreja local ou ministério específico onde atue;

III. parecer favorável ao desligamento dado pelo Bispo ou Bispa e Ministério de Apoio Episcopal;

IV. parecer favorável da Ordem Presbiteral;

V. se for comprovado comportamento imoral e/ou não ético, conforme normas da disciplina eclesiástica;

Parágrafo único. A avaliação bienal, que as igrejas locais fazem do Plano de Ação da Igreja e atividades pastorais, será um processo contínuo por meio de Comissão de Avaliação Permanente, indicada pela COREAM e nomeada pelo Bispo ou Bispa Presidente da Região para acompanhar e avaliar os clérigos e clérigas de forma contínua e integral.

Subseção IV

DO AFASTAMENTO DA ORDEM PRESBITERAL

Art. 31. O membro da Ordem Presbiteral se afasta do serviço ativo por aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, licença ou disponibilidade, com ou sem ônus para a Igreja, passando à condição de inativo, nos termos destes Cânones.

Parágrafo único. A concessão de aposentadoria, licença ou disponibilidade é regulada nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

Subseção V

DO DESLIGAMENTO DA ORDEM PRESBITERAL

Art. 32. O membro da Ordem Presbiteral perde seus direitos quando:

- I. se desliga da Igreja Metodista;
- II. abdica de seus direitos, por livre vontade, e se desliga da Ordem;
- III. deixa de comunicar-se com o Bispo ou Bispa da respectiva Região, por 2 (dois) anos consecutivos, estando em disponibilidade;
- IV. é excluído da Ordem por julgamento;
- V. não reverte à condição de ativo estando em disponibilidade, conforme as Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

Parágrafo único. Se o membro da Ordem Presbiteral, por qualquer motivo, dela se desligar e não devolver sua credencial no prazo de trinta (30) dias, o Bispo ou Bispa Presidente a declara cancelada e de nenhum efeito, dando publicidade deste ato.

Subseção VI

DA READMISSÃO NA ORDEM PRESBITERAL

Art. 33. O ex-membro da Ordem Presbiteral que, por qualquer motivo, dela foi desligado, poderá ser readmitido, mediante requerimento, desde que satisfaça os seguintes requisitos:

I. estar em pleno gozo dos direitos de membro da Igreja Metodista;

II. ter, no mínimo, 2 (dois) anos como membro ativo, antes do período probatório;

III. ter recomendação do Concílio Local a que pertença;

IV. apresentar razões que justifiquem sua readmissão na Ordem Presbiteral da Igreja Metodista;

V. obter voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional para reingressar no período probatório à Ordem Presbiteral;

VI. submeter-se, uma vez aprovado, aos critérios estabelecidos no Art. 28.

§ 1º. O ex-membro da Ordem Presbiteral, excluído por julgamento, mediante prova de arrependimento, de nova disposição de vida ou de inculpabilidade, pode ser readmitido para período probatório, por escrutínio, devendo obter 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis do plenário do Concílio Regional, mediante parecer favorável da Comissão Ministerial Regional.

§ 2º. A pessoa readmitida na Ordem Presbiteral tem sua credencial restaurada.

Subseção VII

DA ADMISSÃO NA ORDEM PRESBITERAL DE MINISTRO OU MINISTRA ORDENADO(A) POR OUTRA IGREJA

Art. 34. A Igreja Metodista admite Ministro ou Ministra ordenado(a) de outra Igreja, que cumpra as seguintes condições:

- I. apresente sua documentação em perfeita ordem;
- II. apresente razões que justifiquem sua admissão na Igreja Metodista;
- III. satisfaça as exigências canônicas para a admissão na Ordem Presbiteral, estabelecidas nestes Cânones;
- IV. obtenha por escrutínio, voto favorável de 2/3 (dois terços) do plenário do Concílio Regional, após recomendação da Comissão Ministerial Regional.

§ 1º. O Ministro ou Ministra, acolhido(a) nos termos deste artigo, assume os votos de membro da Ordem Presbiteral da Igreja Metodista, perante o Concílio Regional, e recebe do Bispo ou Bispa Presidente da respectiva Região a credencial para o exercício do Ministério ordenado.

§ 2º. Fazem exceção às exigências deste artigo:

- a. o Ministro ou Ministra com ordenação, proveniente de Igrejas Cooperantes, cedido(a) à Igreja Metodista, cuja admissão se faz na forma destes Cânones;
- b. o Ministro ou Ministra com ordenação de outros ramos do Metodismo, que mantém o mesmo padrão teológico e intelectual, sendo a admissão mediante:
 1. a apresentação de suas credenciais;
 2. recomendação do Bispo ou Bispa Presidente;
 3. recomendação da Comissão Ministerial Regional.

Art. 35. O Ministro ou Ministra com ordenação em Igreja Cooperante, cedido(a) à Igreja Metodista, pode ingressar na Ordem Presbiteral, durante a vigência do contrato de cessão ou ao seu término, desde que obedecidas as seguintes condições:

- I. manifestação formal de vontade do Ministro ou Ministra à Igreja Metodista e à Igreja Cooperante;
- II. concordância prévia da Igreja Cooperante respectiva e da comunicação do seu desligamento;
- III. recomendação do Bispo ou Bispa Presidente ao Concílio Regional a que pertença;
- IV. voto favorável da maioria do rol do Concílio Regional;
- V. expedição de credencial de membro da Ordem Presbiteral da Igreja Metodista, pelo Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Regional.

Parágrafo único. A admissão, na forma deste artigo, dispensa a exigência de realização do período probatório.

SEÇÃO III DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 36. Ministério Pastoral é a categoria eclesiástica clériga na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e a direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, sem distinção de sexo, os membros que reconhece vocacionados para o Santo Ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros ministérios por ela reconhecidos, consagrando-os para o desempenho da Missão.

Subseção I DA FORMAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 37. O padrão mínimo de formação para o ingresso no Ministério Pastoral é o Curso Teológico de Formação Pastoral, oferecido pelas instituições teológicas metodistas.

Parágrafo único. Pode solicitar ingresso no Ministério Pastoral o candidato ou a candidata com formação teológica realizada em instituição não metodista, desde que apresente certificado de conclusão do programa de complementação oferecido por instituições teológicas metodistas credenciadas pela CONET.

Subseção II

DA ADMISSÃO AO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 38. A admissão de candidato ou candidata ao Ministério Pastoral pressupõe a existência de vaga no quadro regional e exige:

I. 5 (cinco) anos ininterruptos como membro com efetiva participação na Igreja Metodista;

II. cumprir o programa de formação pastoral conforme estabelecem as normativas da CONET;

III. cumprir período probatório de, no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos, a se iniciar após a conclusão do programa de formação pastoral exigido pela CONET;

IV. obter parecer favorável da Comissão Ministerial Regional, a quem cabe o acompanhamento do candidato ou candidata desde sua apresentação até sua aprovação ou descontinuação pelo Concílio Regional;

V. prestar exames, de acordo com normativas estabelecidas pela CONET, a serem realizados após a conclusão do período probatório;

VI. apresentar certificado comprobatório do término do período probatório, expedido pelo Bispo ou Bispa Presidente, atestando sua realização e seu aproveitamento, com o qual estará habilitado(a) a pleitear o ingresso no Ministério Pastoral;

VII. obter aprovação da maioria dos membros votantes no Concílio Regional, à luz do relatório da Comissão Ministerial Regional;

VIII. assumir os votos do Ministério Pastoral;

IX. ser consagrado ou consagrada de acordo com o Ritual da Igreja Metodista.

§ 1º. O Bispo ou Bispa Presidente da Região, responsável pela supervisão, registro e controle do Ministério Pastoral, expedirá a competente credencial de membro do Ministério Pastoral.

§ 2º. O período probatório completo em um dos ministérios reconhecidos pela Igreja, vinculado ao Ministério da Palavra e ministração dos Sacramentos é de:

- a. no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do Curso Teológico de Formação Pastoral, em instituição de educação teológica da Igreja Metodista, integrante da Coordenação Nacional de Educação Teológica;
- b. ou de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do programa de complementação para candidatos e candidatas com formação em instituição teológica não metodista.

§ 3º. O período probatório, referido neste artigo, é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

§ 4º. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral continua na condição de membro leigo e não tem os mesmos direitos do Pastor consagrado e da Pastora consagrada.

§ 5º. A admissão de Aspirante ao Ministério Pastoral pressupõe a existência de vaga no respectivo quadro e exige:

- a. recomendação favorável da Comissão Ministerial Regional;
- b. recomendação favorável do Concílio Regional ou órgão que o substitua;
- c. assunção de votos religiosos na categoria de Aspirante ao Ministério Pastoral;
- d. nomeação episcopal.

§ 6º. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral permanece como membro na igreja local de origem, que o(a) recomendou para estudos teológicos.

§ 7º. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral com nomeação episcopal recebe o título de Pastor ou Pastora.

§ 8º. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral passa a exercer funções pastorais compatíveis com a categoria eclesiástica requerida.

§ 9º. É vedado ao(à) Aspirante ao Ministério Pastoral, enquanto permanecer nessa categoria, votar e ser votado(a) para cargos eletivos na Igreja Metodista.

§ 10. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral tem seu nome cadastrado na Região Eclesiástica à qual está vinculado(a).

§ 11. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral tem de estar vinculado(a) ao sistema oficial de previdência do país, considerando que ele ou ela assume votos de religioso(a).

§ 12. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral tem subsídio específico estabelecido pelo Concílio Regional ou órgão que o substitua.

§ 13. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral, no exercício de sua nomeação, é acompanhado(a), avaliado(a), admoestado(a) pelo Bispo ou Bispa, Superintendente Distrital, Supervisor(a) e Comissão Ministerial Regional.

§ 14. Havendo queixa ou denúncia disciplinar contra o(a) Aspirante ao Ministério Pastoral no exercício de sua nomeação, observar-se-ão as Normas da Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista estabelecidas nestes Cânones, sendo competente para receber a ação disciplinar o Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Regional.

§ 15. Por estar no exercício de função pastoral, a Comissão de Disciplina será composta de membros clérigos nos termos do Art. 256 destes Cânones.

§ 16. O(a) Aspirante ao Ministério Pastoral que for descontinuado(a) ou reprovado(a) poderá, após 3 (três) anos, mediante as mesmas recomendações originais, pleitear retorno àquela condição.

Subseção III

DOS DEVERES E DIREITOS DE INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 39. Os direitos da pessoa que integra o Ministério Pastoral são os seguintes:

I. ser nomeada como Titular ou Coadjutor(a), para uma igreja local, pelo Bispo ou Bispa Presidente, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região Eclesiástica, havendo avaliação positiva de desempenho.

II. ser membro de seu respectivo Concílio Distrital;

III. ser membro do Concílio Regional de sua respectiva região;

IV. transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os respectivos Bispos e Bispas e Concílios Regionais, respeitados os interesses da Igreja Metodista;

V. votar e ser votada para cargos e funções da Igreja Metodista, respeitadas as disposições canônicas;

VI. licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal, previstas nestes Cânones, permanecendo na situação de integrante do Ministério Pastoral, sem nomeação em igreja local;

VII. usufruir da licença-maternidade, sendo pastora, e da licença-paternidade, sendo pastor, de acordo com a legislação vigente no país, conforme o Art. 225;

VIII. aposentar-se, sem ônus para a Igreja Metodista, conforme Normas de Administração de Pessoal Clérigo(a), previstas nestes Cânones;

IX. apelar para instância superior em grau de recurso;

X. desligar-se voluntariamente do Ministério Pastoral, reintegrando-se às condições plenas de membro leigo;

XI. solicitar reingresso ao Ministério Pastoral, após período de desligamento, de acordo com o que dispõem estes Cânones;

XII. gozar 30 (trinta) dias de férias anualmente;

XIII. residir à conta da igreja local, órgão ou instituição, na sua respectiva área geográfica, quando sua nomeação for de tempo integral.

Art. 40. O membro do Ministério Pastoral perde o direito de nomeação quando:

I. for comprovada sua inabilidade para o Ministério Pastoral, por avaliação pastoral regional, mediante:

II. 3 (três) avaliações consecutivas negativas no prazo máximo de 6 (seis) meses cada uma, por parte da igreja local ou ministério específico onde ele(a) atue;

III. parecer favorável ao desligamento dado pelo Bispo ou Bispa e Ministério de Ação Episcopal.

IV. se for comprovado comportamento imoral e/ou não ético, conforme normas da disciplina eclesiástica.

Parágrafo único. A avaliação bienal que as igrejas locais fazem do Plano de Ação da Igreja e atividades pastorais será um processo contínuo por meio de Comissão de Avaliação Permanente, indicada pela COREAM e nomeada pelo Bispo ou Bispa Presidente da Região para acompanhar e avaliar os clérigos e clérigas de forma contínua e integral.

Art. 41. Os deveres pertinentes ao(à) integrante do Ministério Pastoral, além daqueles dos membros leigos da Igreja, são os seguintes:

- I. aceitar nomeação episcopal;
- II. cumprir as obrigações inerentes à nomeação para o pastorado;
- III. comparecer e participar das reuniões do Concílio Distrital e Concílio Regional;
- IV. participar dos trabalhos programados como formação pastoral continuada;
- V. comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais;
- VI. sujeitar-se à disciplina da Igreja Metodista;
- VII. comprovar, periodicamente, que está em dia com as contribuições ao sistema de previdência do país;
- VIII. cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral;
- IX. contribuir regularmente com dízimos e ofertas para a manutenção da Igreja Metodista e de suas instituições, nos termos da Carta Pastoral do Dízimo.
- X. aceitar o regime da itinerância (CG 2021/2022)

Subseção IV

DO AFASTAMENTO DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 42. Afasta-se do serviço ativo o(a) integrante do Ministério Pastoral que solicitar aposentadoria, sem ônus para a Igreja, licença ou disponibilidade, passando à condição de inativo(a) , nos termos destes Cânones.

Parágrafo único. A concessão de aposentadoria, licença e a disponibilidade é regulamentada pelas Normas de Administração de Pessoal Clérigo, constantes destes Cânones.

Subseção V

DO DESLIGAMENTO DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 43. Perde seus direitos o(a) integrante do Ministério Pastoral quando:

- I. se desliga da Igreja Metodista;
- II. abdica, por livre vontade, de seus direitos de membro clérigo;
- III. deixa de comunicar-se com o respectivo(a) Bispo ou Bispa por 2 (dois) anos consecutivos, estando em disponibilidade;
- IV. é excluído(a) do Ministério Pastoral por julgamento;
- V. não reverte à condição de ativo(a) estando em disponibilidade, nos termos das Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

Subseção VI
DA READMISSÃO AO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 44. A readmissão poderá acontecer, mediante requerimento, quando o(a) integrante que, por qualquer motivo, foi desligado(a) do Ministério Pastoral, desde que satisfaça os seguintes requisitos:

I. estar em pleno gozo dos direitos de membro da Igreja Metodista;

II. ter, no mínimo, 2 (dois) anos como membro ativo, antes do período probatório;

III. ter recomendação do Concílio Local a que pertença;

IV. apresentar razões que justifiquem a sua readmissão no Ministério Pastoral;

V. obter voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional, para ingressar novamente no período probatório ao Ministério Pastoral;

VI. submeter-se, uma vez aprovado(a), aos critérios estabelecidos no Art. 38.

Parágrafo único. Integrante do Ministério Pastoral, excluído(a) por julgamento, pode ser readmitido(a) para o período probatório ao exercício pleno do Ministério Pastoral, mediante prova de arrependimento e de nova disposição de vida ou de inculpabilidade, por escrutínio, devendo obter 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis do plenário do Concílio Regional, à vista de parecer favorável da Comissão Ministerial Regional.

SEÇÃO IV

DOS MISSIONÁRIOS E MISSIONÁRIAS DAS IGREJAS COOPERANTES

Art. 45. A Igreja Metodista recebe Missionários ou Missionárias cedidos(as) por outras Igrejas com as quais mantém relações, mediante as seguintes condições:

I. existência prévia de contrato ou convênio de cooperação celebrado entre a Igreja Metodista, representada pelo Colégio Episcopal, e a Igreja cedente, que contenha os objetivos, as condições da cooperação e as reciprocidades;

II. a estada do Missionário ou Missionária é pelo prazo de 3 (três) anos, para participação em projeto previamente aprovado pelo Colégio Episcopal;

III. assinatura de contrato de cessão pela Igreja Metodista, pela Igreja Cooperante e pelo Missionário ou Missionária, cujas cláusulas são estabelecidas pelas partes.

§ 1º. As cláusulas contratuais cobrem as questões financeiras, o trabalho a ser executado pelo Missionário ou Missionária cedido(a), as condições desse trabalho, os critérios de avaliação de desempenho e as responsabilidades das partes signatárias.

§ 2º. Concluído o projeto, ou terminado o prazo de cessão do Missionário ou Missionária, o Colégio Episcopal pode renovar o contrato para continuidade do mesmo projeto ou cessão destes para outro projeto.

§ 3º. A cessão do Missionário ou Missionária pode ser aceita a título gratuito ou com ônus para a Igreja Metodista.

§ 4º. O Missionário ou Missionária cedido(a) é designado(a) pelo Colégio Episcopal para uma Região Eclesiástica ou

Missionária e o seu desempenho é supervisionado pelo(a) respectivo(a) Bispo ou Bispa Presidente .

§ 5º. O Missionário ou Missionária cedido(a) integra o Concílio Regional na qualidade de membro fraterno, com direito a assento e voz, exceto os membros clérigos cedidos até o 14º. Concílio Geral, que podem votar e ser votados.

§ 6º. Quando a cessão for sem ônus para a Igreja Metodista, esta assume os demais encargos decorrentes do projeto ou da nomeação, incluindo moradia.

SEÇÃO V

DA TRANSFERÊNCIA DE REGIÃO, CESSÃO E COMISSONAMENTO DE MEMBRO CLÉRIGO

Subseção I

DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE MEMBRO CLÉRIGO

Art. 46. O processo de transferência de membro clérigo, de uma Região Eclesiástica para outra, tem a seguinte tramitação:

I. a pessoa interessada solicita transferência, por escrito, ao Bispo ou Bispa Presidente da Região de origem, com a justificativa;

II. o Bispo ou Bispa Presidente, após ouvir o Ministério de Ação Episcopal, encaminha o pedido de transferência com a documentação resultante e o seu parecer favorável para a Comissão Regional de Relações Ministeriais;

III. a Comissão Regional de Relações Ministeriais dá seu parecer favorável sobre a transferência e envia a documentação ao Concílio Regional;

IV. o Concílio Regional, por escrutínio, decide sobre o pedido de transferência;

V. o Bispo ou Bispa Presidente, de posse da deliberação resultante da votação, mencionada no inciso anterior, encaminha a documentação pertinente ao Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Regional de destino, para tramitação do pedido na sua Região Eclesiástica;

VI. havendo decisão favorável do Concílio Regional, referido no inciso anterior, o nome da pessoa transferida é imediatamente arrolado no respectivo rol da Ordem Presbiteral ou do Ministério Pastoral da Região de destino.

§ 1º. O processo de transferência deve respeitar, obrigatoriamente, os interesses da Igreja Metodista, que são:

- a. obediência ao sistema de itinerância, por força do que dispõem a Constituição da Igreja Metodista e o Art. 28, inciso III, destes Cânones;
- b. fortalecimento da conexidade da Igreja Metodista;
- c. suprimento de necessidade da Região Eclesiástica ou Missionária prevista em seu projeto missionário.

§ 2º. Os membros licenciados para tratar de interesses pessoais, para estudo ou em disponibilidade não podem ser cedidos ou nomeados para órgãos, instituições, pastorais, trabalhos missionários no país ou no exterior, entre outros, a não ser que se observe a tramitação estabelecida nos Cânones de retorno ao Ministério ativo e sejam obedecidos, quando for o caso, os critérios estabelecidos no processo de seleção.

§ 3º. O membro clérigo transferido para outra Região tem o direito de retornar à Região de origem, cumprido o seu acordo de transferência, conforme regulamentação estabelecida pelo Colégio Episcopal.

Subseção II

DA NOMEAÇÃO OU CESSÃO DO MEMBRO CLÉRIGO PARA OUTROS MINISTÉRIOS

Art. 47. O membro clérigo pode ser nomeado ou cedido para outras áreas de serviço que exijam dons para o exercício de ministérios específicos reconhecidos pela Igreja Metodista, em conformidade com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista.

§ 1º. A nomeação, referida no *caput*, é precedida de entendimentos entre a pessoa interessada, o Bispo ou Bispa Presidente e, se for o caso, o serviço, órgão ou instituição em que ela exercerá seus dons e ministérios, para tratar das condições desse processo, bem como das responsabilidades das partes envolvidas.

§ 2º. O membro clérigo que se encontre nas condições deste artigo não perde a classificação de ativo, desde que também exerça o Ministério da Palavra e dos Sacramentos.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA IGREJA

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 48. A administração da Igreja Metodista é estruturada em 3 (três) níveis, a saber:

I. Administração Básica, exercida pelas Coordenações Locais de Ação Missionária (CLAM) e Coordenações Distritais de Ação Missionária (CODIAM) e Concílios Locais e Distritais.

II. Administração Intermediária, exercida pelos Concílios Regionais e Coordenações Regionais de Ação Missionária (COREAM);

III. Administração Superior, exercida pelo Concílio Geral, Colégio Episcopal e COGEAM.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO BÁSICA

SEÇÃO I

DA IGREJA LOCAL

Art. 49. A igreja local, comunidade de fé, é base do sistema metodista e parte do corpo de Cristo, que vive e anuncia o Evangelho do Reino de Deus:

I. no exercício de dons e ministérios do Espírito Santo;

II. na prática da adoração a Deus, testemunho, apoio, amor e serviço ao próximo;

III. na evangelização do mundo, dentro da realidade em que vive;

IV. no crescimento em frutos e sinais concretos do Reino, que caminha para sua plenitude.

§ 1º. A igreja local é jurisdicionada por um Concílio Local, à qual corresponde uma área territorial.

§ 2º. As igrejas locais são unidas entre si pelo princípio da conexidade, característica fundamental do Metodismo.

§ 3º. O conceito de sustentabilidade material da igreja local tem parâmetros regulamentados pela COREAM.

§ 4º. Os locais de culto da Igreja Metodista devem ser identificados somente com a logomarca padronizada – a cruz e a chama – e a inscrição “Igreja Metodista”, exceto as catedrais oficiais, nas quais pode ser “Catedral Metodista”.

SEÇÃO II

DO RECONHECIMENTO DE IGREJA LOCAL

Art. 50. Um Ponto Missionário ou Congregação são organizados em igreja local, por iniciativa sua, do Concílio Local ou da própria comunidade do Ponto Missionário ou Congregação, mediante o credenciamento do Concílio Regional, obedecidos os seguintes critérios:

- I. ser capaz de exercer atos de piedade e obras de misericórdia;
- II. ter em funcionamento pelo menos os ministérios das áreas Missionária, Administrativa, de Educação, de Ação Social e de Trabalho com Crianças;
- III. ter disponibilidade de pessoal e de recursos financeiros para o seu funcionamento, inclusive remuneração pastoral e cotas orçamentárias;
- IV. manter, pelo menos, 1 (uma) Escola Dominical em pleno funcionamento, com, no mínimo, 4 (quatro) classes para atender crianças, juvenis, jovens e pessoas adultas.

§ 1º. A organização de um Ponto Missionário ou Congregação em igreja local deve receber parecer favorável da Superintendência Distrital.

§ 2º. O Concílio Regional pode criar igrejas em condições diversas das indicadas neste artigo, por iniciativa própria ou por proposta do Bispo ou Bispa Presidente, desde que razões assim o justifiquem e que uma ou mais igrejas locais se responsabilizem pela sua manutenção.

§ 3º. Congregações e Pontos Missionários fazem parte da organização de uma igreja local, e sua criação é regulamentada pelo Concílio Regional.

SEÇÃO III

DO DESCREDECIMENTO DE IGREJA LOCAL

Art. 51. Uma igreja local é descredenciada pela COREAM ou pelo Concílio Regional:

I. se o número de membros decrescer, tornando-se impossível o funcionamento dos Ministérios citados no Art. 50, inciso II;

II. se a disponibilidade de pessoal e de recursos financeiros forem insuficientes para sua manutenção e não houver outras igrejas locais que arquem com suas despesas.

III. o não cumprimento dos critérios estabelecidos no Art. 50 descredencia a igreja local.

Parágrafo único. A igreja local descredenciada tem seus membros arrolados em outra igreja local, podendo voltar a ser uma Congregação ou um Ponto Missionário nos termos de resolução da COREAM ou do Concílio Regional, após parecer favorável do Distrito a que pertence.

SEÇÃO IV

DO ARROLAMENTO E CADASTRAMENTO DE MEMBROS DA IGREJA LOCAL

Art. 52. A igreja local, como comunidade de fé, é integrada pelos membros nela arrolados e outras pessoas, especialmente as menores batizadas e as que regularmente participam dos seus trabalhos.

§ 1º. A igreja local dispõe de um Livro de Rol de Membros, e arquivo digitalizado, admitidos à Igreja Metodista e a ela vinculados.

§ 2º. O Livro de Rol de Membros da igreja local, que não pode ser alterado ou rasurado, contém os seguintes dados:

- a. número de registro em ordem sequencial;
- b. nome por extenso;
- c. sexo;
- d. data e local de nascimento;
- e. data e modo de recepção;
- f. alteração de nome;
- g. data e motivo de desligamento;
- h. observações.

§ 3º. O Livro de Rol de Membros da igreja local pode ser recopiado, mediante autorização prévia da COREAM, nos termos do Art. 102, inciso XII.

§ 4º. Cada igreja local organiza um Cadastro de pessoas Metodistas não arroladas como Membros, nos termos do Art. 65, § 8º, mas que integram a comunidade de fé, participantes habituais do culto, de Grupos Societários e de outras atividades regulares, incluindo crianças e adolescentes batizados(as).

SEÇÃO V

DA TRANSFERÊNCIA DE MEMBRO LEIGO PARA OUTRA IGREJA LOCAL

Art. 53. Não pode ser negada a transferência de membro leigo para outra igreja local Metodista ou o seu recebimento.

§ 1º. Nenhum Pastor ou Pastora pode registrar membro leigo por transferência sem tê-lo recebido, por escrito, do Pastor ou da Pastora responsável pelo rol da igreja local de origem.

§ 2º. O Pastor Titular ou a Pastora Titular assina as transferências expedidas e acusa, por escrito, as recebidas.

§ 3º. A igreja local de destino efetua a transferência e a comunica à igreja local de origem, que o lança no seu Livro de Rol de Membros.

§ 4º. A data de arrolamento de membro leigo transferido é a mesma do seu desligamento do rol da igreja local da qual se transfere.

§ 5º. O conceito de sustentabilidade material da igreja local tem parâmetros regulamentados pela Coordenação Regional de Ação Missionária.

SEÇÃO VI DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 54. O Concílio Local é o órgão deliberativo e administrativo da igreja local.

Subseção I DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 55. O Concílio Local compõe-se dos membros leigos inscritos no Rol de Membros da igreja local.

Subseção II DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 56. Compete ao Concílio Local:

I. inteirar-se e posicionar-se, à vista da realidade da comunidade local e na perspectiva da Missão, sobre o desempenho e a situação da igreja local, em todas as suas áreas, com base no relatório conjunto do Pastor ou da Pastora e da Coordenação Local de Ação Missionária (CLAM), no qual se incluem os dados dos demais órgãos e instituições da igreja local;

II. tomar conhecimento, discutir e aprovar o Plano Local de Ação Missionária (PLAM), proposto pela CLAM à vista do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e Plano Nacional Missionário, com as linhas de ação, projetos e orçamento-programa, enviando cópia para o Bispo ou Bispa Presidente;

III. reconhecer os dons das pessoas que se apresentam para exercê-los nos Ministérios da igreja local;

IV. readmitir pessoas ou cancelar nomes no Livro de Rol de Membros da igreja local, respeitados os dispositivos destes Cânones;

V. indagar dos responsáveis sobre a administração patrimonial e decidir a respeito dela;

VI. eleger, dentre os inscritos no Livro de Rol de Membros da igreja local:

- a. Comissão de Indicações, eleita sem indicação e sem debate, que elabora, sob a presidência do Pastor ou da Pastora Titular, a lista de nomes a serem submetidos a votos no Concílio Local;
- b. Evangelista;
- c. delegados e/ou delegadas ao Concílio Distrital dentre os membros leigos da igreja local, conforme o Art. 77, inciso III, destes Cânones;

- d. delegados e/ou delegadas ao Concílio Regional, dentre os membros leigos da igreja local, conforme o Art. 84, V, destes Cânones;
- e. o Conselho Fiscal da igreja local, composto por 3 (três) membros, dos quais pelo menos 1 (um) deve ser, preferencialmente, contabilista.

VII. homologar nomes indicados pela CLAM, para as funções de:

- a. secretário ou secretária da igreja local;
- b. tesoureiro ou tesoureira da igreja local;
- c. coordenador ou coordenadora da Escola Dominical;
- d. coordenador ou coordenadora do Ministério de Trabalho com Crianças;
- e. coordenadores ou coordenadoras de outros Ministérios;
- f. outras funções da organização local.

VIII. organizar a igreja local, à vista dos planos de trabalho e de acordo com as características dos Ministérios existentes;

IX. apresentar ao Bispo ou Bispa Presidente, por votação de maioria absoluta da CLAM, membros da igreja local, há mais de 3 (três) anos, na qual se percebe que apresentam dons de uma vocação pastoral e cujo testemunho na igreja local evidencia zelo e amor pelas doutrinas da Igreja;

X. recomendar ao Concílio Regional pessoas que se candidatam:

- a. às Ordens da Igreja Metodista, arrolando-as e referindo-as ao Bispo ou Bispa Presidente;
- b. ao Ministério Pastoral;
- c. à readmissão nas Ordens da Igreja Metodista.

XI. recomendar ao Bispo ou Bispa Presidente candidato(a) aos cursos teológicos, mediante votação secreta, de acordo com os regulamentos pertinentes;

XII. receber relatório de Pastores e Pastoras, de ocupantes de cargos, de instituições e de órgãos previstos em sua organização;

XIII. avaliar o Plano Local de Ação Missionária;

XIV. autorizar a criação de Pontos Missionários e de Congregações nos termos do Regimento Regional;

XV. aprovar o Orçamento-Programa da igreja local, incluindo nele as cotas orçamentárias e missionárias, distritais e regionais;

XVI. informar ao(à) Superintendente Distrital o estado das propriedades da Igreja Metodista, sua legalidade, impostos e seguros e se estão em dia;

XVII. informar ao(à) Superintendente Distrital sobre a remessa de cotas orçamentárias, cotas missionárias e outras enviadas à Tesouraria Regional;

XVIII. informar ao(à) Superintendente Distrital e ao Bispo ou Bispa Presidente sobre a situação da igreja local, bem como da eficiência das atividades pastorais, mediante relatório escrito;

XIX. participar do processo de eleição episcopal, nos termos do Art. 63, parágrafo 2º., destes Cânones;

XX. indicar ao Concílio Regional nome de candidato(a) a delegado(a) leigo(a) ao Concílio Geral, na proporção de um para cada 500 (quinhentos) membros arrolados no Livro de Rol de Membros da igreja local, assegurado o mínimo de 1 (uma) indicação;

XXI. aprovar estatutos, regulamentos e regimentos no âmbito da igreja local;

XXII. aprovar o balanço geral da igreja local e enviar cópia para o Bispo ou Bispa Presidente, Superintendente Distrital e Secretaria Executiva Regional da AIM;

XXIII. aprovar construções, reformas, demolições, bem como as respectivas plantas e campanhas financeiras;

XXIV. adquirir, alienar ou permutar imóveis, de acordo com o Plano Local de Ação Missionária, nos termos dos Arts. 203 e 204 destes Cânones, relativos às suas Congregações;

XXV. regulamentar o uso das dependências da igreja local;

XXVI. decidir questões de administração patrimonial e econômico-financeira, respeitadas as disposições destes Cânones.

§ 1º. A organização da igreja local é instalada e implantada pelo Pastor ou pela Pastora Presidente do Concílio Local, nos termos do regimento da referida igreja.

§ 2º. O Regimento, mencionado neste artigo, é o conjunto de normas que regem o funcionamento interno da igreja local, especificando, dentre outros, órgãos, instituições, *quorum* para reuniões do Concílio Local e dos Ministérios, horários, local e uso de instalações, número de profissionais e outros.

§ 3º. A lista de candidatos e candidatas elaborada pela Comissão de Indicações é divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data das eleições, contemplando também nomes indicados pelo Concílio Local.

§ 4º. O Conselho Fiscal é eleito pelo Concílio Local e tem sua competência definida pelo Regimento da igreja local.

§ 5º. De 2 (dois) em 2 (dois) anos, o Concílio Local reúne-se, sob a presidência do(a) Superintendente Distrital ou de outro(a) Presbítero(a) que o(a) represente, a fim de avaliar o Plano Local de Ação Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão.

§ 6º. A Igreja pastoreada pelo(a) Superintendente Distrital é avaliada pelo Bispo ou Bispa Presidente ou outro(a) Superintendente Distrital que o(a) represente.

§ 7º. Todas as pessoas responsáveis por cargos individuais, assim como órgãos e instituições locais, só podem executar projetos de trabalho que tenham sido aprovados pelo Concílio Local e incluídos no Plano Local de Ação Missionária.

§ 8º. No relatório anual, mencionado no inciso XII deste artigo, devem constar as informações sobre a situação espiritual, moral e material da igreja local, especialmente este último aspecto, quanto à administração financeira e patrimonial nos termos destes Cânones, sem prejuízo de outras estabelecidas pelos órgãos superiores.

Subseção III

DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 57. O Concílio Local reúne-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes por ano, por convocação do Pastor ou da Pastora Titular e, extraordinariamente, as vezes que forem necessárias, por iniciativa dele(a), ou por solicitação da CLAM ou de 1/3 (um terço) dos membros arrolados na igreja local.

Parágrafo único. As reuniões são convocadas com a antecedência mínima de 14 (quatorze) e 7 (sete) dias para as reuniões ordinárias e extraordinárias, respectivamente.

SEÇÃO VII

DA MESA DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 58. A mesa do Concílio Local compõe-se do(a) Presidente, que é o Pastor ou a Pastora Titular, e do Secretário ou Secretária da igreja local.

Parágrafo único. No impedimento ou ausência do Pastor ou da Pastora Titular para presidir o Concílio Local:

- a. ele(a) indica quem o(a) substituirá;
- b. caso não possa indicar, assume a presidência o Pastor Coadjutor ou a Pastora Coadjutora com mais tempo de Ministério Pastoral;
- c. não havendo Pastor Coadjutor ou Pastora Coadjutora, ainda na ausência do Secretário ou Secretária da igreja local, o Concílio Local elege seus substitutos(as), *ad hoc*.

Subseção I DO PASTOR E DA PASTORA

Art. 59. A atividade de Pastor ou Pastora, regulamentada nestes Cânones, é exercida por membros clérigos integrantes da Ordem Presbiteral ou do Ministério Pastoral.

Art. 60. Compete ao Pastor e à Pastora, sob a ação do Espírito Santo:

- I. como presidente do Concílio Local (área administrativa): convocar e presidir as reuniões do Concílio Local e da CLAM;
- a. decidir questões de ordem suscitadas nas reuniões do Concílio Local;
- b. supervisionar o funcionamento da organização local e coordenar o trabalho desenvolvido pelos Ministérios locais;
- c. organizar a pauta dos assuntos para as reuniões do Concílio Local, em conjunto com o(a) Secretário(a);
- d. cuidar para que o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Meto-

- disto, o Plano Nacional Missionário, o Plano Regional de Ação Missionária e o Plano Distrital de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos Concílios, sejam a base para o Plano Local de Ação Missionária, em todas as suas áreas;
- e. determinar o horário dos cultos regulares, ouvindo o Concílio Local;
 - f. fazer a escrituração dos livros e registros sob sua responsabilidade;
 - g. expedir documentos, tais como: certidão de batismo, de recepção de membro, de casamento, de ofício fúnebre, cartas de transferência, atas e outros que venham a ser oficializados;
 - h. conceder transferência de membro, para outra igreja local, solicitada por escrito e dar baixa no rol da igreja local, após obter a comunicação do recebimento de transferência pelo Pastor ou pela Pastora da igreja de destino;
 - i. presidir a Comissão de Indicações;
 - j. relatar, anualmente, os trabalhos e a situação da igreja local ao Concílio Local e ao Concílio Distrital, enviando cópia ao(a) Superintendente Distrital e Bispo ou Bispa Presidente;
 - k. cumprir e fazer cumprir, na igreja local, os Cânones, as Pastorais do Colégio Episcopal e as decisões e resoluções dos Concílios Local, Distrital e Regional;
 - l. preencher os formulários estatísticos e enviá-los à Sede Regional nos prazos previstos, com cópias para o(a) Superintendente Distrital;
 - m. dar posse às pessoas eleitas pelo Concílio Local e convocar os órgãos coletivos para organizá-las;
 - n. atender às convocações episcopais;
 - o. receber ação disciplinar contra membro leigo;

- d. receber as pessoas responsáveis pelos Ministérios e Instituições locais, e com elas discutir propostas e projetos de atividades e de material necessário ao cumprimento de seus programas de trabalho, para incorporação ao Plano Local de Ação Missionária;
- e. coordenar o trabalho desenvolvido pelas áreas da igreja local, como canais da ação pastoral e expressão dos dons e ministérios dos seus membros.

II. como função pastoral:

- a. ministrar os sacramentos, officiar as cerimônias do Ritual e pregar o Evangelho em conformidade com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista, zelando pela seriedade da pregação e da liturgia;
- b. exercer a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar os membros da igreja local, visando à sua capacitação sob ação do Espírito Santo, para o cumprimento da Missão, em todas as áreas da existência e da comunidade humana;
- c. participar da elaboração do Plano Local de Ação Missionária, incluindo nele seu Plano de Ação Pastoral;
- d. cuidar para que o Plano para a Vida e a Missão da Igreja, o Plano Nacional Missionário e o Plano Regional de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos Concílios, sejam a base para a ação missionária da igreja local, em todas as suas áreas;
- e. dar especial atenção ao fiel cumprimento, pelas pessoas responsáveis sob sua supervisão, das atribuições nos Ministérios, órgãos e instituições, especialmente cuidando para que a formação, integração e dinâmica de dons e ministérios sejam constantes na vida da igreja local;

- f. zelar pelo nome, doutrinas e práticas da Igreja Metodista;
- g. orientar e usar todo o material de Educação Cristã Metodista para a Escola Dominical e demais trabalhos da igreja local;
- h. esforçar-se para que as relações interpessoais da igreja local sejam procedidas de acordo com o Manual de Disciplina;
- i. exortar os membros da igreja local à fidelidade nos dízimos, subsidiando-se da Pastoral do Dízimo.
- j. dar assistência aos membros da igreja, visitando-os, fortalecendo-os na fé e animando-os na prática das virtudes cristãs, exortando-os e admoestando-os em casos de necessidade;
- k. dar especial atenção às pessoas enfermas, ministrando-lhes conforto espiritual;
- l. acolher e instruir candidatos e candidatas a membros da igreja, segundo as normas estabelecidas, e receber membros à comunhão da Igreja, outorgando-lhes a respectiva certidão;
- m. instruir, segundo normas estabelecidas, os noivos para o rito do matrimônio e para os deveres da vida conjugal;
- n. instruir o pai e a mãe, ou responsáveis, a respeito de seus compromissos ao pedir o batismo de uma criança;
- o. acolher pessoas que se sentem vocacionadas, orientá-las e apresentá-las ao Concílio Local como candidatas à Ordem Presbiteral ou ao Ministério Pastoral;
- p. cumprir e fazer cumprir os Cânones em sua jurisdição;
- q. comparecer aos Concílios Distrital e Regional correspondentes, a Institutos Ministeriais e a outras reuniões consideradas obrigatórias;
- r. relatar ao Concílio Local, ao(à) Superintendente Distrital e ao Bispo ou Bispa Presidente especialmente quanto à situação moral e espiritual da igreja local;

- s. desafiar e instruir o membro da igreja a iniciar um Ponto Missionário no local para o qual se mudou e onde não exista trabalho metodista;
- t. cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral;
- u. comissionar os coordenadores e coordenadoras de ministérios;
- v. consagrar Evangelista.

§ 1º. As tarefas indicadas no inciso I, alíneas “e”, “k”, “q” e “r” deste artigo, são executadas por intermédio de Ministérios coordenados pelo Pastor ou Pastora titular.

§ 2º. Para o cumprimento das atribuições, o Pastor ou Pastora se utiliza dos recursos da igreja local e da comunidade à qual está vinculado(a).

§ 3º. As normas relativas ao inciso II, alíneas “l”, “m” e “n” deste artigo, são outorgadas pelo Colégio Episcopal.

Art. 61. É vedado ao Pastor ou Pastora:

- I. deixar de conceder transferência solicitada, por escrito, por membro metodista da igreja local;
- II. deixar de receber transferência de membro metodista de outra igreja local;
- III. assumir responsabilidade financeira, a favor de terceiros, sem que, para isso, tenha recursos próprios;
- IV. realizar ofício religioso em outra igreja local sem prévio entendimento com o respectivo Pastor ou Pastora;
- V. sublocar a residência pastoral;
- VI. celebrar o rito do matrimônio de pessoas que não sejam legalmente casadas;

VII - Celebrar a bênção do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo ou transgênero, assim como participar em algum momento da liturgia de tal celebração, por ser incompatível com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista. Assim, a Igreja Metodista reafirma as Escrituras como sua única regra de Fé e Prática, e sua crença que Deus nos fez homem e mulher, e se reserva o direito de não celebrar união de pessoas do mesmo sexo ou transgênero. (CG 2021/22)

Subseção II

DO SECRETÁRIO OU SECRETÁRIA DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 62. Compete ao Secretário ou Secretária do concílio local, como Ministério:

I. lavrar as atas das reuniões do Concílio Local, da CLAM, registrá-las e assiná-las com o(a) Presidente;

II. conservar, devidamente arquivados e digitalizados, os documentos da Secretaria e os demais documentos da igreja local;

III. comunicar à igreja local e pessoas interessadas, as deliberações tomadas pela CLAM e pelo Concílio Local;

IV. comunicar à Secretaria Executiva Regional da AIM as resoluções que demandem a sua atuação, incluindo o traslado da ata que consigne o pedido para alienação de bens patrimoniais ou outra providência que demande o seu pronunciamento ou do Concílio Regional;

V. enviar ao Bispo ou Bispa Presidente os nomes de candidatos e candidatas:

- a. aos cursos teológicos da Igreja Metodista;
- b. às Ordens da Igreja Metodista;
- c. à readmissão de ex-membro clérigo;
- d. à consagração como Evangelista, de membro leigo.

VI. apresentar os livros e documentos da Secretaria para exame, em papel ou digitalizados, na forma determinada pelo Concílio Local;

VII. arrecadar e arquivar os livros encerrados e os documentos que lhe são confiados;

VIII. zelar pela conservação do material em seu poder;

IX. entregar ao seu sucessor ou sucessora os livros e documentos em uso e todo o material de arquivo da igreja local.

SEÇÃO VIII

DA NOMEAÇÃO DO PASTOR E PASTORA PARA A IGREJA LOCAL

Art. 63. O Pastor ou Pastora é nomeado(a) pelo Bispo ou Bispa Presidente, como decorrência da conexão da Igreja Metodista, uma de suas características, segundo critérios estabelecidos nesta legislação, assegurada, no processo da nomeação, a participação da igreja local, da Região, do Bispo ou Bispa Presidente e do Pastor ou Pastora.

§ 1º. A nomeação do Pastor ou Pastora leva em conta o Plano Local de Ação Missionária que a igreja local pretenda executar no prazo da nomeação, formulado à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, do Plano Nacional Missionário e Plano Regional de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos Concílios.

§ 2º. O processo de nomeação previsto neste artigo não invalida o critério da itinerância e o exercício de outros cargos ou

serviços previstos na organização eclesiástica, em especial os privativos dos membros clérigos.

§ 3º. Todas as igrejas locais são supridas de Pastor nomeado ou Pastora ou nomeada pelo Bispo ou Bispa Presidente.

§ 4º. Quando mais de um Pastor ou Pastora receber nomeação para uma mesma igreja local, o Bispo ou Bispa Presidente determina quem é o(a) Titular, sendo os demais considerados Pastores e Pastoras Coadjuutores, com tarefas a eles(as) atribuídas pelo(a) Titular.

§ 5º. O Bispo ou Bispa Presidente determina o local da residência do casal, quando forem nomeados cônjuges Presbítero e Presbítera para igrejas locais diferentes.

§ 6º. O Concílio Regional regulamenta o processo de nomeação, em face das características e necessidades regionais, respeitadas as disposições canônicas.

§ 7º. O regime de nomeação é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

§ 8º. A posse na igreja local para a qual ocorreu a designação pastoral será realizada entre o último domingo de janeiro e o primeiro domingo de fevereiro do respectivo ano.

SEÇÃO IX

DOS MINISTÉRIOS LOCAIS

Art. 64. O trabalho desenvolvido nas igrejas locais toma a forma de Ministérios por elas reconhecidos, devendo figurar, dentre eles, obrigatoriamente, os das áreas de Expansão Missionária, Administrativa, de Educação, de Ação Social e o Ministério Local de Trabalho com Crianças.

Parágrafo único. O funcionamento dos Ministérios locais, coordenados pelo Pastor ou Pastora Titular, é determinado em Regimento e normas aprovadas pelo Concílio Local, segundo as diretrizes dos órgãos superiores.

Art. 65. O Concílio Local estabelece a organização da igreja local, segundo os dons concedidos pelo Espírito Santo e Ministérios de seus membros, homens e mulheres, e as necessidades de serviço da comunidade.

§ 1º. As pessoas eleitas pelo Concílio Local, ou as que tiverem seus nomes homologados para exercer funções da organização local, são pessoas integrantes do Livro de Rol de Membros da igreja local, maiores de 15 (quinze) anos, que na igreja local desempenham dons e ministérios reconhecidos pela Igreja Metodista.

§ 2º. As funções individuais obrigatórias são: as de Presidente do Concílio Local, Secretário(a) da igreja local e Tesoureiro(a) da igreja local.

§ 3º. O Concílio estabelece a organização da Escola Dominical, com as diretrizes estabelecidas no Regimento aprovado pela COGEAM e pela COREAM.

§ 4º. Havendo órgãos coletivos, são os mesmos dirigidos por coordenadores e coordenadoras, escolhidos(as) nos termos do Regimento da igreja local.

§ 5º. Nos prazos determinados, o Pastor ou Pastora Titular, as Coordenações de Ministérios e pessoas ocupantes de funções individuais, Presidência de grupos societários e instituições locais, preparam os relatórios e planos de trabalho que são apresentados à CLAM, submetidos à aprovação do Concílio Local e incorporados ao Plano Local de Ação Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão.

§ 6º. A pessoa eleita ou cujo nome tenha sido homologado pelo Concílio Local, que se ausenta por mais de 3 (três) meses sem motivo justificado ou é desidiosa no cumprimento de suas obrigações, é substituída a critério do Concílio Local, a partir de proposta da CLAM.

§ 7º. As funções de Secretário ou Secretária e de Tesoureiro ou Tesoureira da igreja local são preenchidas por maiores civilmente capazes, integrantes do Livro de Rol de Membros da igreja local.

§ 8º. As pessoas integrantes do Cadastro de Metodistas não arroladas como membros da Igreja Metodista podem exercer seus dons e ministérios na igreja local, ouvido o Pastor ou Pastora Titular e observada a legislação canônica.

SEÇÃO X

DAS INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO LOCAL

Art. 66. Subordinam-se ao Concílio Local as instituições locais de educação, ação social e outras, nos termos da organização por esse aprovada.

§ 1º. Os projetos e ações desenvolvidos pelas instituições locais integram o Plano Local de Ação Missionária, mencionado no Art. 56, inciso II, destes Cânones, elaborado à luz do Plano para a Vida e a Missão.

§ 2º. Todas as definições de competência e de funcionamento das instituições locais constam de estatuto e regulamento próprios elaborados pelo Ministério respectivo e aprovados pelo Concílio Local, que pode alterá-los por iniciativa própria.

§ 3º. O desenvolvimento do trabalho das instituições locais é supervisionado e controlado pelo Pastor ou Pastora Titular.

SEÇÃO XI DOS ÓRGÃOS DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 67. Subordinam-se ao Concílio Local:

- I. CLAM;
- II. Pontos Missionários;
- III. Congregações;
- IV. Tesouraria local;
- V. Grupos Societários;
- VI. outros órgãos que a organização local estabelecer.

Parágrafo único. Os projetos e ações dos órgãos subordinados ao Concílio Local integram o Plano Local de Ação Missionária, mencionado no Art. 56, inciso II destes Cânones, e são elaborados e executados à luz do Plano para a Vida e a Missão e das linhas de ação traçadas pelos órgãos superiores, sob a supervisão do Pastor ou Pastora Titular.

Art. 68. Ponto Missionário é o local de trabalho pioneiro de evangelização e educação cristã, mantido por uma igreja local, em sua área geográfica, ainda sem estruturação, que se constitui etapa inicial de uma Congregação.

Parágrafo único. A igreja local pode manter, quando solicitada ou autorizada pela COREAM, Ponto Missionário em área geográfica distinta da sua, com recursos próprios

ou em parceria com outra igreja local, Distrito ou Região Eclesiástica.

Art. 69. A Congregação é uma subunidade da igreja local, em cuja jurisdição se localiza e desenvolve, regularmente, parte das atividades da igreja local, sem número de membros suficientes ou autonomia financeira para tornar-se igreja local.

§ 1º. O Concílio Local estabelece a organização da Congregação, à luz do Art. 67 e seguintes, destes Cânones.

§ 2º. A Congregação se reúne em Assembleia para definir sua proposta de programa de trabalho a ser apresentada à deliberação do Concílio Local, por meio do Plano Local de Ação Missionária.

§ 3º. O Regimento da igreja local inclui disposições relativas às suas Congregações.

§ 4º. O Concílio Regional regulamenta a criação das Congregações.

Art. 70. Compete à Tesouraria da igreja local a execução dos seguintes serviços:

I. encarregar-se da contabilidade e escrituração (em papel ou formato digital) dos livros de “movimentação diária” (livro-caixa, livro de conta-corrente ou livro eletrônico) e “livro grade”;

II. receber e depositar, em bancos que o Concílio Local determinar, os recursos financeiros da igreja local;

III. efetuar o pagamento das despesas orçadas pelo Concílio Local assim como das despesas eventuais;

IV. apresentar mensalmente o relatório financeiro (em papel ou formato digital) à CLAM;

V. remeter, mensalmente, à Tesouraria do Concílio Regional as cotas orçamentárias, ofertas e outras importâncias destinadas a fundos distritais, Regionais e Gerais ou a outros destinatários quando se tratar de ofertas vinculadas;

VI. descontar taxas e contribuições recolhidas na fonte e os encargos sociais devidos à Previdência, dos pagamentos que efetue, os impostos sociais e recolhê-los à entidade correspondente, de acordo com as leis em vigor;

VII. relatar ao Concílio Local e à CLAM, enviando cópia do seu relatório anual ao Bispo ou Bispa Presidente, Superintendente Distrital e Secretaria Executiva Regional da AIM, na forma por ela determinada, para fins de declaração de rendimentos da AIM, juntando as segundas vias de todos os recibos que resultem em dedução de imposto de renda;

VIII. divulgar o balancete financeiro, mensalmente, no âmbito da igreja local e encaminhar cópia ao órgão regional competente;

IX. movimentar conta bancária em nome da AIM, assinando com outros procuradores indicados pela CLAM e homologados pelo Concílio Local e, na ausência destes, pelos substitutos legais.

Art. 71. Os grupos societários compõem-se de pessoas que se reúnem por faixas etárias definidas ou agrupamentos específicos para tratar de necessidades próprias deles.

§ 1º. A integração dos grupos societários é feita pela inclusão de seus projetos e ações no Plano Local de Ação Missionária, à luz dos princípios dos dons e ministérios adotados pelo Concílio Local.

§ 2º. Os grupos societários são reconhecidos pelos respectivos Concílios Locais e por estes supervisionados.

§ 3º. As igrejas locais, à luz das diretrizes gerais, regionais e locais, aprovam o Regulamento dos grupos societários.

SEÇÃO XII

DA COORDENAÇÃO LOCAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 72. A CLAM é o órgão que substitui o Concílio Local, no interregno de suas reuniões, e exerce a administração da igreja local, segundo Regimento aprovado pelo Concílio Local.

Art. 73. Compete à CLAM:

I. preparar, coordenar e avaliar o Plano Local de Ação Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e do Plano Nacional Missionário, com os enfoques e prioridades estabelecidos pelos Concílios Regional e Distrital;

II. nomear a Comissão de Disciplina, de acordo com a legislação constante nestes Cânones;

III. determinar o desligamento de membro leigo de acordo com o Art. 12, inciso II, destes Cânones.

Parágrafo único. A Comissão de Disciplina, referida no inciso II, é de caráter transitório, não podendo acumular mais de um processo e sendo extinta ao final deste.

Art. 74. A CLAM é composta pelos Pastores e Pastoras, Secretário ou Secretária, Tesoureiro ou Tesoureira, Coordenadores e Coordenadoras de Ministérios Locais, 1 (um) representante de cada grupo societário local, Presidentes dos Conselhos Diretores das instituições locais e outros, nos termos do Regimento da igreja local.

Parágrafo único. As pessoas candidatas a Tesoureiro ou Tesoureira e Secretário ou Secretária são escolhidas pela CLAM, considerando também sugestões enviadas pela igreja local, e terão seus nomes homologados pelo Concílio Local.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO BÁSICA

SEÇÃO I

DO DISTRITO

Art. 75. Distrito é a área sob supervisão de um(a) Superintendente Distrital e jurisdição do Concílio Distrital para integrar, articular e promover a ação missionária das igrejas locais.

§ 1º. O Distrito inclui duas ou mais igrejas, a juízo do Concílio Regional.

§ 2º. A estrutura, organização e funcionamento do Distrito são regulamentados no Regimento Regional.

SEÇÃO II

DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 76. O Concílio Distrital, convocado e presidido pelo(a) Superintendente Distrital, reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias.

Subseção I

DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 77. O Concílio Distrital compõe-se de:

- I. Presbíteros ativos e Presbíteras ativas;
- II. Pastores e Pastoras com nomeação episcopal;

III. delegadas leigas e delegados leigos eleitos pelas igrejas locais, na proporção de 1 (um) para cada 200 (duzentos) membros, ou fração igual ou superior a 100 (cem) membros, garantindo-se a representação mínima de 1 (um) delegado ou delegada e máxima de 4 (quatro) delegados(as) para cada igreja local e Campos Missionários existentes no distrito;

IV. um(a) dirigente de cada grupo societário do Distrito;

V. Aspirantes à Ordem Presbiteral, com nomeação episcopal;

VI. Aspirantes ao Ministério Pastoral, com nomeação episcopal;

VII. Presbíteros e Presbíteras, Pastores e Pastoras aposentados(as), residentes na área distrital, membros do respectivo Concílio Regional, sem direito a voto;

VIII. Missionários designados e Missionárias designadas, com designação episcopal na área distrital.

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 78. Compete ao Concílio Distrital aprovar, acompanhar, fazer executar e avaliar o Plano Distrital de Ação Missionária à luz das ênfases e diretrizes do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, do Plano Nacional Missionário e nos termos estabelecidos pelo Concílio Regional.

SEÇÃO III

DA SUPERINTENDÊNCIA DISTRITAL

Art. 79. A Superintendência Distrital é exercida por um Presbítero Ativo ou Presbítera Ativa sendo a nomeação advinda do Bispo ou Bispa Presidente da Região Eclesiástica para superintender um Distrito.

Parágrafo único. A Superintendência Distrital é responsável pela unidade, orientação doutrinária, supervisão das atividades pastorais, fidelidade do corpo pastoral e laicato às decisões conciliares, em especial à Doutrina e à Missão.

Subseção I

DA COMPETÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DISTRITAL

Art. 80. Compete à Superintendência Distrital:

- I. assessorar o Bispo ou Bispa Presidente em assuntos pastorais e outros previstos na legislação;
- II. promover e fortalecer iniciativas missionárias das igrejas locais e do Distrito;
- III. oferecer assistência pastoral ao Corpo Pastoral do Distrito e respectivas famílias;
- IV. zelar pela conexidade das igrejas locais do Distrito;
- V. zelar pelo cumprimento do Código de Ética do Ministério Pastoral;
- VI. incentivar a promoção de encontros de capacitação missionária no Distrito;
- VII. supervisionar os interesses da Igreja Metodista no Distrito;
- VIII. representar o Bispo ou Bispa Presidente no Distrito;
- IX. orientar o Corpo Pastoral do Distrito nos seus trabalhos, conforme Plano Regional de Ação Missionária;
- X. relatar ao Bispo ou Bispa Presidente sobre a situação da Igreja Metodista no Distrito;
- XI. encaminhar ao Concílio Regional, com seu parecer, pedidos de organização de novas igrejas no Distrito;
- XII. encaminhar ao Bispo ou Bispa Presidente a avaliação dos Pastores e Pastoras e igrejas do Distrito;

XIII. supervisionar o envio de cotas orçamentárias e de ofertas levantadas pelas igrejas locais, por determinação superior, à Tesouraria Regional;

XIV. examinar os livros e registros das igrejas locais do Distrito e informar aos respectivos Pastores e Pastoras as irregularidades porventura encontradas.

Parágrafo único. O processo de nomeação episcopal tem a presença efetiva da pessoa nomeada para a Superintendência Distrital, como Secretário ou Secretária Distrital (SD) na fase de avaliação e de entendimentos.

SEÇÃO IV

DA COORDENAÇÃO DISTRITAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 81. A Coordenação Distrital de Ação Missionária (CODIAM) é responsável pela elaboração do Plano Distrital de Ação Missionária (PDAM) e pelo seu acompanhamento e execução, em consonância com a orientação conciliar e com a COREAM.

Art. 82. O Concílio Distrital elege os membros clérigos e leigos para a CODIAM de acordo com o Regimento Regional.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

SEÇÃO I

DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 83. O Concílio Regional é o órgão deliberativo e administrativo de uma Região Eclesiástica.

§ 1º. Região Eclesiástica é a área sob a jurisdição do respectivo Concílio Regional e supervisão de um Bispo ou Bispa Presidente.

§ 2º. A Região Eclesiástica compreende 2 (dois) ou mais Distritos Eclesiásticos, a juízo do respectivo Concílio Regional.

§ 3º. O Concílio Regional estabelece a organização da Região Eclesiástica de acordo com as suas características, não podendo, entretanto, suprimir cargos, órgãos ou instituições expressamente criados por esta legislação canônica.

§ 4º. O Concílio Regional se instala, ordinária e extraordinariamente, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros votantes.

§ 5º. A Região resultante de desmembramento ocorrido em Concílio Geral deve ter seu Concílio Regional de instalação realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento do Concílio que a criou.

§ 6º. A COGEAM, ao realizar o desmembramento de uma Região, deve estabelecer o prazo para a realização de seu Concílio Regional de instalação.

Subseção I
DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 84. O Concílio Regional compõe-se de:

- I. Presbíteros ativos e Presbíteras ativas;
- II. Pastores e Pastoras, com nomeação episcopal;
- III. Diáconos e Diaconisas, com nomeação episcopal;
- IV. Pastores e Pastoras suplentes, com nomeação episcopal;
- V. Delegados e delegadas eleitos(as) pelas igrejas locais e campos missionários regionais, na proporção de 1 (um) para até 500 (quinhentos) membros, e, no máximo, 2 (dois) para igrejas locais com número de membros superior a esse; para Região que tiver mais de 50.001 (cinquenta mil e um) membros, a proporção é de um(a) delegado(a) para até 300 (trezentos) membros, e, no máximo, 3 (três) para igrejas locais com número de membros superior a esse;
- VI. Presidente do Conselho Diretor de cada instituição regional ou seu substituto legal;
- VII. Presidentes ou Vice-Presidentes das Federações de Grupos Societários e na impossibilidade desses(as), 1 (um) representante das respectivas Federações dentre os(as) integrantes das mesas diretoras, por indicação do(a) próprio(a) presidente. (CG 2021/2022)
- VIII. Conselheiro(a) Regional de Juvenis e Coordenador(a) do Departamento Regional do Departamento de Trabalho com Crianças;
- IX. Presbíteros inativos e presbíteras inativas, sem direito a voto;
- X. Pastores suplentes inativos e Pastoras suplentes inativas, sem direito a voto;

XI. membros da COREAM, sem direito a voto, salvo se eleitos delegados e delegadas ;

XII. Presidente da Ordem Diaconal.

§ 1º. Só podem ser eleitos delegados e delegadas maiores de 16 (dezesesseis) anos que estejam arrolados (as) há mais de 2 (dois) anos como membros da Igreja Metodista.

§ 2º. Nas votações de matéria regulada pelo Direito Civil, só podem votar os delegados e delegadas civilmente capazes e os(as) emancipados(as), de acordo com a lei vigente.

§ 3º. O Livro de Rol da Ordem Presbiteral, além dos dados de membro leigo, mencionados nestes Cânones, contém também data de ordenação e nomeações recebidas (Art. 52, § 2º).

§ 4º. O Livro de Rol do Ministério Pastoral, além dos dados de membro leigo, mencionados nestes Cânones, contém data de consagração e nomeações recebidas (Art. 52, § 2º).

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 85. Compete ao Concílio Regional:

I. inteirar-se e posicionar-se sobre o desempenho e a situação da Igreja Metodista na Região, em todas as suas áreas, com base nos relatórios do Bispo ou Bispa Presidente e da COREAM, à vista da realidade da comunidade regional, na perspectiva da Missão;

II. aprovar objetivos, metas, enfoques especiais e prioridades que servirão de subsídios ao Plano Regional de Ação Missionária (PRAM), harmonizado com o Plano Nacional Missionário e Plano para a Vida e a Missão da Igreja, nos termos do anteprojeto proposto pela COREAM;

III. tomar conhecimento, discutir e aprovar o Plano Regional de Ação Missionária, bem como o Orçamento-Programa correspondente, à luz do Plano para a Vida e a Missão e do Plano Nacional Missionário, a partir de anteprojeto apresentado pela COREAM;

IV. decidir sobre a organização da Região e estabelecer as jurisdições territoriais das igrejas locais;

V. organizar as Coordenações Regionais de Expansão Missionária, Educação, Ação Administrativa e Ação Social.

VI. organizar o Departamento da Escola Dominical e o Departamento Regional de Trabalho com Crianças, regulamentando-os;

VII. criar e supervisionar Campos Missionários regionais;

VIII. criar distritos e igrejas locais;

IX. determinar o número de membros clérigos necessários a médio e longo prazos para atender ao Plano Regional;

X. criar ou extinguir áreas prioritárias para o trabalho de evangelização, de acordo com o Plano Regional;

XI. eleger:

- a. 4 (quatro) leigos ou leigas que tenham mais de 5 (cinco) anos ininterruptos como membros da Igreja Metodista e 3 (três) presbíteros ou presbíteras, para compor a COREAM, independentemente do número de membros da Região. (CG 2021/2022)
- b. Comissão de Indicações;
- c. delegados e delegadas titulares e suplentes dos membros leigos e Presbíteros ativos e Presbíteras ativas ao Concílio Geral;
- d. Presbíteros e Presbíteras;
- e. Pastores e Pastoras;

- f. Diáconos e Diaconisas;
- g. membros das comissões permanentes e transitórias em nível regional ou outra forma adotada, de acordo com a organização regional aprovada;
- h. Secretário(s) ou Secretária(s) de Atas e outras pessoas necessárias ao funcionamento das reuniões do Concílio;
- i. outras que a organização regional estabelecer;
- j. os(as) integrantes do Conselho Fiscal Regional. (CG 2021/2022)

XII. recomendar Aspirantes ao Ministério Pastoral, Diaconato e Presbiterado, bem como as pessoas candidatas aos cursos teológicos, que se destinem às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral, conforme regulamentação do Colégio Episcopal;

XIII. admitir ou readmitir:

- a. candidatos e candidatas, inclusive Ministros ou Ministras ordenados de outras Igrejas que desejem ingressar na Ordem Presbiteral da Igreja Metodista;
- b. candidatos e candidatas, inclusive Ministros ou Ministras de outras Igrejas, que desejem ingressar no Ministério Pastoral da Igreja Metodista;
- c. candidatos e candidatas à Ordem Diaconal.

XIV. decidir sobre transferência de membro clérigo para outra região, mediante solicitação da parte interessada, concordância do membro clérigo e parecer respectivo do Bispo ou Bispa Presidente, nos termos destes Cânones;

XV. decidir sobre aposentadoria, disponibilidade e licença de membro clérigo, ou sua reversão à categoria de ativo, nos termos desta legislação;

XVI. por meio da Comissão Ministerial Regional, proceder aos exames de suficiência e de habilitação, verificando o preparo doutrinário e teológico das pessoas candidatas ao Ministério Pastoral, inclusive de Ministros(as) ordenados(as), oriundos de outras Igrejas e que desejem ingressar no Ministério Pastoral da Igreja Metodista;

XVII. examinar os pedidos de aposentadoria e a situação de cada um dos membros clérigos, aposentados por invalidez, ainda ligados à previdência interna da Igreja Metodista, verificando a possibilidade de sua reversão à atividade, assim como dos membros aposentados por tempo de serviço que requeiram essa providência;

XVIII. aprovar o ingresso na categoria de Aspirante ao Ministério Pastoral ou Aspirante ao Presbiterado, nos termos desta legislação;

XIX. aprovar a base de remuneração dos membros clérigos;

XX. decidir todas as questões referentes à administração patrimonial e econômico-financeira da Região;

XXI. intervir, em caso de necessidade, em órgão ou instituição da Região, pelo prazo máximo de 6 (seis) meses;

XXII. aprovar estatutos e respectivos regulamentos dos órgãos e instituições regionais;

XXIII. regulamentar a criação de Pontos Missionários e Congregações;

XXIV. receber e avaliar os relatórios do Bispo ou Bispa Presidente e do Tesoureiro ou Tesoureira Regional.

§ 1º. A eleição indicada no inciso XI, alínea “c”, deste artigo, se processa na reunião do Concílio Regional imediatamente anterior à reunião ordinária do Concílio Geral.

§ 2º. Esgotado o quadro de suplentes ao Concílio Geral, as vagas verificadas na delegação regional são preenchidas por nomeação da COREAM correspondente.

§ 3º. A eleição de delegados e delegadas titulares e suplentes dos membros leigos ao Concílio Geral se processa por maioria absoluta até o segundo escrutínio e maioria simples no terceiro, sem debate, à vista de indicações de nomes pelas igrejas locais, nos termos do Art. 56, inciso XX, destes Cânones.

§ 4º. A eleição de delegados e delegadas titulares e suplentes dos Presbíteros e Presbíteras Ativos ao Concílio Geral processa-se por maioria absoluta até o segundo escrutínio e por maioria simples no terceiro, sem indicação e sem debate, concorrendo todos os Presbíteros Ativos e Presbíteras Ativas.

§ 5º. Nas eleições em que a Comissão de Indicações apresentar nomes, o Concílio Regional tem o direito de apresentar outros nomes, incluindo autoindicação.

§ 6º. Os candidatos e as candidatas ao Ministério Pastoral, durante o período probatório, comparecem anualmente à Comissão Ministerial Regional, a fim de serem verificados o seu aproveitamento intelectual, suas condições físicas e mentais e sua idoneidade moral.

§ 7º. Os candidatos e as candidatas à Ordem Presbiteral, durante o período probatório, comparecem anualmente à Comissão Ministerial Regional, a fim de serem avaliadas as suas condições físicas e mentais e sua idoneidade moral.

§ 8º. Do relatório conclusivo da Comissão Ministerial Regional cabe recurso à Comissão Regional de Justiça, visando a novo exame perante comissão especial do Concílio Regional.

§ 9º. Os candidatos e as candidatas à Ordem Presbiteral que terminarem o curso de Bacharel em Teologia em instituição da Igreja Metodista ou outro por ela reconhecido apresentam sua documentação ao Bispo ou à Bispa Presidente para nomeação episcopal, no exercício eclesiástico, na forma destes Cânones.

§ 10. A Comissão de Indicações é eleita sem indicação e sem debate, na primeira sessão plenária do Concílio.

§ 11. Os atos próprios de governo da Igreja Metodista, praticados pelo Bispo ou pela Bispa Presidente, são submetidos ao Concílio a que preside, devendo ser avaliados no mesmo órgão e não ensejando a aplicação da disciplina eclesiástica.

Subseção III

DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 86. O Concílio Regional reúne-se por iniciativa e convocação do Bispo ou da Bispa Presidente, ordinariamente, uma vez por biênio e, extraordinariamente, nas vezes necessárias.

§ 1º. O local das reuniões é determinado pelo Bispo ou Bispa Presidente, e a data é por ele(a) fixada e anunciada com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para as reuniões ordinárias e 30 (trinta) dias para as extraordinárias.

§ 2º. Os trabalhos conciliares são disciplinados por regimento aprovado pelo Concílio Regional.

Subseção IV

DA MESA DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 87. A Mesa do Concílio Regional constitui-se do(a) Presidente e dos Secretários e/ou Secretárias.

§ 1º. A Presidência é exercida pelo Bispo designado ou pela Bispa designada para a Região Eclesiástica.

§ 2º. No impedimento ou ausência do Bispo ou Bispa Presidente às reuniões do Concílio Regional, o(a) decano(a) dos membros ativos da Ordem Presbiteral preside a eleição de um(a)

Presidente *pro tempore*, para exercer as funções do(a) Presidente do Concílio Regional, nos termos do Art. 88, incisos I, IV e XXII, destes Cânones;

§ 3º. Elegem-se, dentre os membros clérigos ou leigos, delegados(as) ou não, o(s) Secretários e a(s) Secretária(s) à medida da necessidade.

Art. 88. Compete ao Bispo ou à Bispa Presidente do Concílio Regional:

I. convocar e presidir o Concílio Regional, supervisionando a sua organização;

II. relatar ao Colégio Episcopal e ao Concílio Regional;

III. certificar, para fins de registro, as ordenações e as consagrações ministeriais;

IV. decidir questões de ordem nas reuniões do Concílio Regional;

V. dar parecer sobre a transferência de membro clérigo para outra Região Eclesiástica;

VI. supervisionar todo o trabalho realizado na Região Eclesiástica e adotar as providências cabíveis previstas na legislação em geral;

VII. nomear os(as) Superintendentes Distritais;

VIII. proceder às nomeações pastorais, atendendo às disposições canônicas;

IX. fazer nomeações para Pastorais Escolares e supervisioná-las, de acordo com regulamentação aprovada pelo Colégio Episcopal;

X. dar licença a membros clérigos nos casos previstos nesta legislação;

XI. zelar pela unidade de orientação doutrinária e pastoral da Igreja Metodista na Região Eclesiástica;

XII. supervisionar e avaliar as atividades pastorais e prestar assistência pastoral na Região Eclesiástica;

XIII. opinar sobre permissão para o(a) Aspirante à Ordem Presbiteral realizar seu período de experiência em outra Região Eclesiástica;

XIV. opinar sobre a necessidade e conveniência da admissão de membro leigo como Diácono ou Diaconisa, levando em consideração sua escolaridade, formação cultural e teológica e cumprimento de regulamentação específica;

XV. determinar o local de residência de cônjuges (Presbítera e Presbítero) nomeados para igrejas locais diferentes;

XVI. opinar sobre a admissão de Ministro(a) Ordenado(a) de outros ramos do Metodismo e de igrejas cooperantes;

XVII. certificar a aprovação do(a) Aspirante à Ordem Presbiteral em seu período probatório;

XVIII. certificar a aprovação do(a) Aspirante ao ingresso no Ministério Pastoral em seu período probatório;

XIX. expedir ou declarar canceladas e sem efeito credenciais de membros da Ordem Diaconal, membros da Ordem Presbiteral e de membros do Ministério Pastoral na forma desta legislação;

XX. dar parecer ao Concílio Regional sobre os pedidos de licença de membro clérigo, conforme as Normas de Administração de Pessoal constantes destes Cânones;

XXI. supervisionar o trabalho das Comissões e da Secretaria do Concílio Regional;

XXII. supervisionar o trabalho desenvolvido pelos Ministérios e Pastorais Regionais;

XXIII. convocar encontros regionais, nos anos em que não se realizem reuniões ordinárias dos Concílios Regionais, com a finalidade de conagração dos membros e realização de trabalhos evangelísticos;

XXIV. cumprir e fazer cumprir os Cânones, as decisões e resoluções do Colégio Episcopal e Concílio Geral na Região Eclesiástica, no que for de sua competência;

XXV. cumprir e fazer cumprir as decisões do Concílio Regional;

XXVI. convocar Pastores, Pastoras e ocupantes de cargos regionais, individualmente, para tratar de interesses da Igreja Metodista na Região Eclesiástica;

XXVII. executar outras funções a ele(a) reservadas nestes Cânones.

Parágrafo único. Os órgãos subordinados ao Bispo ou à Bispa Presidente relatam suas atividades na forma de prazos determinados por ele(a).

Art. 89. Compete aos Secretários ou Secretárias:

I. lavrar as atas das sessões e, após rubricadas pelo(a) Presidente, providenciar cópias para o plenário;

II. providenciar cópias dos documentos aprovados pelo plenário;

III. encaminhar as atas e documentos ou as cópias destes à Comissão de Exame de Atas;

IV. distribuir, nos limites do Concílio, relatórios, documentos ou quaisquer outros papéis a critério do(a) Presidente;

V. fazer a correspondência e as comunicações do Concílio;

VI. executar outras tarefas previstas nesta legislação e no Regimento Regional ou determinadas pelo Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Regional.

Subseção V
DAS COMISSÕES REGIONAIS

Art. 90. O Concílio Regional elege as seguintes comissões permanentes:

- I. Comissão Regional de Justiça;
- II. Comissão Ministerial Regional;
- III. Comissão Regional de Relações Ministeriais;
- IV. outras, a juízo do Concílio Regional.

§ 1º. As comissões permanentes preenchem suas próprias vagas, *ad referendum* do Concílio Regional.

§ 2º. Após a abertura do Concílio Regional, as comissões permanentes somente são obrigadas a se manifestarem sobre matéria proveniente do plenário se lhes for encaminhada por intermédio da mesa do Concílio.

§ 3º. As comissões permanentes organizam-se dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do Concílio Regional que as elege, em reunião convocada e presidida pelo(a) Presidente do Concílio Regional, com a maioria de seus membros.

§ 4º. As comissões relatam ao Concílio Regional.

§ 5º. Criada uma Região Eclesiástica ou Missionária por desmembramento, os membros de comissões permanentes continuam em seus cargos nas Regiões das quais forem parte, até o Concílio Regional, cabendo à COREAM eleger os membros necessários para que as comissões atendam aos dispositivos canônicos.

Art. 91. Compete à Comissão Regional de Justiça:

- I. julgar, em primeira instância, petições de direito formuladas pelos órgãos e instituições regionais ou por membros da

Igreja Metodista em assuntos no âmbito da administração intermediária ou básica;

II. julgar, em primeira instância, petições de direito contra decisão do Bispo ou da Bispa Presidente, ou de outra autoridade regional;

III. declarar a existência ou inexistência do direito ou da relação jurídica em questões de lei propostas por membros da Igreja Metodista que envolvam, originariamente, situações jurídicas da administração intermediária e básica, recorrendo *ex officio* da decisão à Comissão Geral de Constituição e Justiça;

IV. receber e encaminhar à Comissão Geral de Constituição e Justiça recurso contra sentença por ela proferida em primeira instância;

V. julgar, em segunda instância, recurso de membro da Igreja Metodista no caso de sentença proferida contra ele por Comissão de Disciplina de igreja local.

§ 1º. A Comissão Regional de Justiça é composta de membros leigos e clérigos, devendo ser, pelo menos 1 (um) deles, Bacharel em Direito.

§ 2º. Revogado.

§ 2º-A. O regulamento da Comissão Regional de Justiça é aprovado pelo Concílio Regional e, no seu interregno, pela CO-REAM e homologado pelo Concílio subsequente.

§ 3º. A Comissão Regional de Justiça, ao encaminhar recursos à Comissão Geral de Constituição e Justiça, junta as peças necessárias ao julgamento do feito na instância superior.

§ 4º. As sentenças ou acórdãos da Comissão Regional de Justiça entram imediatamente em vigor, salvo quando ocorrer recurso recebido pela Comissão Geral de Constituição e Justiça com efeitos devolutivo e suspensivo.

§ 5º. As decisões da Comissão Regional de Justiça, prolatadas no exercício, são submetidas ao Concílio Regional, que as homologa, com a finalidade de cessação de instância.

§ 6º. A Comissão Regional de Justiça, antes de julgar, determina às partes interessadas que apresentem suas razões no prazo de 15 (quinze) dias, no interregno das reuniões do Concílio Regional, ou em 24 (vinte e quatro) horas durante elas.

§ 7º. Os recursos, quando interpostos, devem ser apresentados dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da sua divulgação ou conhecimento oficial, comprovado mediante recebimento assinado ou cientificado ou, ainda, certificação pela autoridade competente.

§ 8º. As sentenças e acórdãos da Comissão Regional de Justiça transitam em julgado quando não recorridas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 92. À Comissão Ministerial Regional compete:

I. verificar o aproveitamento intelectual, as condições físicas e mentais e a idoneidade moral de Aspirantes à Ordem Diacônica e ao Ministério Pastoral, durante o período probatório;

II. verificar as condições físicas e mentais e a idoneidade moral de Aspirantes à Ordem Presbiteral, durante o período probatório;

III. recomendar a readmissão de membro clérigo, Diácono ou Diaconisa, excluído por julgamento;

IV. dar parecer sobre pedido de admissão de Ministro(a) ordenado(a) por outra Igreja;

V. acompanhar os exames de suficiência e de habilitação, verificando o preparo bíblico-teológico de candidatos e candidatas, inclusive de Ministros ordenados e Ministras ordenadas de

outras Igrejas, que desejem ingressar nas Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral da Igreja Metodista, respeitadas as disposições desta legislação (Arts. 18, 19, 23, 26, 27, 37 e 38);

VI. recomendar ao Concílio Regional o ingresso e a permanência no período probatório de Aspirantes às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral;

VII. recomendar ao Concílio Regional candidatos e candidatas às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral;

VIII. recomendar ao Concílio Regional, para os cursos teológicos, pessoas que se candidatam às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral.

§ 1º. Do relatório conclusivo da Comissão Ministerial Regional cabe recurso à Comissão Regional de Justiça, visando a novo exame perante comissão especial do Concílio Regional.

§ 2º. As pessoas que se candidatam à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral, que concluíram seus cursos em instituições teológicas da Igreja Metodista ou em programas de complementação oferecidos por instituições teológicas metodistas, apresentam sua documentação ao Bispo ou Bispa Presidente, que dá o encaminhamento previsto.

§ 3º. Os exames previstos no inciso VI, no caso de candidatos ou candidatas que desejam ingressar na Ordem Presbiteral, são realizados pela própria Ordem, conforme regulamentação do Colégio Episcopal.

§ 4º. A Comissão Ministerial Regional é composta por Presbíteros e Presbíteras.

§ 5º. A Ordem Diaconal assessora a Comissão Ministerial Regional nas questões pertinentes ao diaconato.

Art. 93. À Comissão Regional de Relações Ministeriais compete:

- I. examinar os pedidos de aposentadoria;
- II. verificar, anualmente, a situação dos membros clérigos aposentados por invalidez, quanto à possibilidade de sua reversão ao ministério ativo, e a dos aposentados por tempo de serviço que requeiram sua reversão à atividade, e relatar ao plenário, com parecer sobre cada caso;
- III. dar parecer sobre licença e disponibilidade de membros clérigos.
- IV. dar parecer sobre a transferência de membro clérigo, Diácono ou Diaconisa, de uma para outra Região;

Parágrafo único. A Ordem Diaconal assessora a Comissão Regional de Relações Ministeriais nas questões pertinentes ao diaconato.

Art. 94. O Concílio Regional elege, por indicação da Comissão de Indicações, as comissões necessárias ao funcionamento das suas reuniões, na forma do Regimento.

Subseção VI

INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 95. Subordinam-se ao Concílio Regional as seguintes instituições:

- I. regionais de educação;
- II. regionais de ação social;
- III. outras, de acordo com a organização aprovada pelo Concílio Regional.

§ 1º. O desenvolvimento do trabalho das instituições regionais é supervisionado pela COREAM, por intermédio dos Conselhos Diretores, que relatam ao plenário os assuntos a elas referentes.

§ 2º. Todas as definições de competência e funcionamento das instituições regionais constam de estatuto e de seu regulamento, aprovados pelo Concílio Regional, que pode alterá-los por iniciativa própria.

§ 3º. O programa de trabalho das instituições regionais integra o Plano Regional de Ação Missionária mencionado no Art. 85, inciso III, destes Cânones, à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

§ 4º. Os Conselhos Diretores das instituições regionais de qualquer tipo, natureza ou porte são organizados e instalados pelo Bispo ou pela Bispa Presidente, na forma prevista nesta legislação e nos estatutos e regulamentos de cada uma delas.

Subseção VII

DOS ÓRGÃOS REGIONAIS DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 96. Subordinam-se ao Concílio Regional os seguintes órgãos:

- I. a COREAM;
- II. os Campos Missionários Regionais;
- III. a Tesouraria Regional;
- IV. a Secretaria Executiva Regional da AIM;
- V. outros, que a organização regional determinar.

§ 1º. Os programas de trabalho dos órgãos subordinados ao Concílio Regional integram o Plano Regional de Ação Missionária, mencionado no Art. 85, inciso III, destes Cânones, e são elaborados à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

§ 2º. Todas as definições de competência e funcionamento dos órgãos regionais constam de estatutos, regulamentos e regimentos aprovados pelo Concílio Regional.

Subseção VIII

DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS REGIONAIS

Art. 97. Os Campos Missionários, sob responsabilidade da Região Eclesiástica, são criados pelo Concílio Regional ou por ele recebidos do Concílio Geral, segundo o Plano Regional de Ação Missionária ou Plano Nacional de Ação Missionária, conforme o caso, e o Plano Diretor Missionário.

§ 1º. Entende-se por Campo Missionário Regional todo o trabalho que a Igreja Metodista realiza, por iniciativa da administração Distrital, Regional ou Geral.

§ 2º. Os Campos Missionários Regionais subordinam-se ao Concílio Regional, cabendo a este tomar todas as providências necessárias ao funcionamento deles.

§ 3º. Cada Região, cumprindo as suas obrigações com a Área Nacional, tem independência de fazer o seu trabalho missionário.

§ 4º. As Regiões, depois de atendidas suas obrigações em relação ao orçamento nacional e ouvido o Colégio Episcopal e a COGEAM, podem propor programas, projetos ou campos internacionais.

§ 5º. Os projetos e convênios criados nas condições deste artigo devem ser contemplados nos respectivos Orçamentos-Programas regionais.

§ 6º. O Concílio Geral poderá referendar campos missionários criados na atividade missionária espontânea, por Regiões, ouvido o Colégio Episcopal e a COGEAM.

§ 7º. Podem ser recebidos pelas Regiões Eclesiásticas, os Campos Missionários Nacionais criados pelo Concílio Geral, passando a ser integrados às Regiões Eclesiásticas como Campos Missionários Regionais. A COGEAM deverá atuar no processo de transição dos Campos em sua integralidade ou parcialidade. (CG 2021/2022)

- a. caberá à COGEAM trabalhar parcerias bilaterais entre os Campos Missionários e Regiões Eclesiásticas visando a contribuição no avanço da missão nestes campos. (CG 2021/2022)
- b. caberá ao Colégio Episcopal editar Ato Complementar com o objetivo de suprir casos omissos de representatividade dos Campos Missionários. (CG 2021/2022)

Subseção IX

DOS MINISTÉRIOS E PASTORAIS DA ÁREA REGIONAL

Art. 98. O trabalho desenvolvido na área regional, sob a supervisão do Bispo ou da Bispa Presidente, pode também tomar a forma de Ministérios ou Pastorais reconhecidos pela Igreja Metodista, para executar o Plano Regional de Ação Missionária e demais tarefas dele decorrentes.

§ 1º. O funcionamento dos Ministérios Regionais é disciplinado em regimento aprovado pelo Concílio Regional, segundo diretrizes dos órgãos superiores.

§ 2º. Os Ministérios Regionais são exercidos por pessoas convidadas e designadas pelo Bispo ou Bispa Presidente.

Subseção X
DO MINISTÉRIO DE AÇÃO EPISCOPAL

Art. 99. O Ministério de Ação Episcopal (MAE) é órgão de assessoramento do Bispo ou da Bispa Presidente para assuntos pastorais e outros previstos nesta legislação e compõe-se dos(as) Superintendentes Distritais.

§ 1º. Ao MAE compete:

- a. formar uma comunidade íntima de oração e reflexão sobre a Igreja, sua Vida e Missão;
- b. cuidar do bem-estar dos Pastores e Pastoras e de suas famílias, particularmente em momentos de dificuldade;
- c. assessorar o Bispo ou a Bispa Presidente em assuntos pastorais e outros selecionados, inclusive nomeações pastorais;
- d. despertar e capacitar Pastores e Pastoras para o exercício de dons e ministérios, visando a melhor participação na Missão;
- e. receber o Plano de Ação das igrejas locais com os respectivos Planos de Ação de Pastores e Pastoras e criar instrumentos de avaliação e acompanhamento do seu desenvolvimento;
- f. opinar ao Bispo ou Bispa Presidente sobre a transferência de membro clérigo para outra Região Eclesiástica;
- g. dar parecer sobre o pedido de licença formulado por membro clérigo;
- h. opinar sobre a admissão e readmissão de candidatos(as), inclusive de outras igrejas, à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral;
- i. opinar, por solicitação do Bispo ou Bispa Presidente, sobre nomeação de membro clérigo aposentado;
- j. decidir sobre o afastamento temporário do clérigo ou clériga que tenha infringido gravemente a disciplina eclesiástica.

§ 2º. O MAE reúne-se por convocação do Bispo ou Bispa Presidente.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 100. A COREAM exerce a administração da Região, no interregno das reuniões do Concílio Regional.

Parágrafo único. As reuniões da COREAM, das Assembleias Regionais das Instituições Metodistas de Educação da Área Regional da Igreja Metodista, são realizadas em conjunto ou em separado, dependendo da convocação do(a) Presidente, com atas separadas quanto às questões que se referem a uma ou a outra.

Subseção I

DA COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 101. A COREAM é composta, além do Bispo ou Bispa Presidente, por 3 (três) presbíteros ou presbíteras e 4 (quatro) membros leigos, todos eleitos ou eleitas pelo Concílio Regional. (CG 2021/2022)

§ 1º. A COREAM elege, dentre seus membros, um Secretário ou Secretária de Atas.

§ 2º. Na ausência do Bispo ou Bispa Presidente, preside a reunião da COREAM o presbítero ou presbítera mais idoso(a) que a compõe.

§ 3º. Os(as) representantes da Região Eclesiástica na CO-GEAM têm assento na COREAM em sua respectiva Região Eclesiástica, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 4º. O mandato dos membros da COREAM é de até 2 (dois) períodos consecutivos, com carência de 1 (um) período para novo mandato, não se aplicando este procedimento ao Bispo ou Bispa Presidente.

§ 5º. A COREAM de cada Região, originária ou desmembrada, é constituída conforme o disposto no Art. 85, inciso XI, alínea “a”, dos Cânones, a partir de seu primeiro Concílio Regional.

§ 6º. Com o fim de garantir o exercício do mandato, integrantes de ambas as Regiões contidas no processo de desmembramento permanecem como parte da COREAM eleita até o Concílio de instalação da Região desmembrada.

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 102. Compete à COREAM:

I. exercer a administração em substituição ao Concílio Regional, no interregno das reuniões deste, podendo deliberar sobre todos os assuntos da sua alçada, inclusive no que diz respeito a transações imobiliárias, segundo regulamentação própria aprovada pelos respectivos Concílios, desde que não conflite com decisão anterior nem exija voto qualificado do Concílio Regional.

II. aprovar o Plano Regional de Ação Missionária, após receber das pessoas responsáveis pelos ministérios, órgãos e instituições regionais e com elas discutir propostas de projetos,

atividades e de material necessário ao cumprimento de suas áreas ou linhas de ação;

III. supervisionar o funcionamento da organização regional;

IV. tomar as providências indispensáveis ao funcionamento harmônico da administração intermediária;

V. executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Regional que lhe estejam afetas;

VI. preparar todo o material necessário ao funcionamento pleno do Concílio Regional, estudando previamente os assuntos a serem submetidos e elaborando anteprojetos necessários para sua aprovação;

VII. prestar relatório de suas atividades ao Concílio Regional e de outros órgãos e instituições subordinados ao Concílio Regional;

VIII. supervisionar, coordenar e controlar instituições subordinadas ao Concílio, por intermédio de seus respectivos Conselhos Diretores, zelando para que cumpram suas funções de maneira plena, cobrando as providências necessárias;

IX. nomear:

- a. o Secretário Executivo ou a Secretária Executiva de cada área regional, de:
- b. Expansão Missionária;
- c. Educação Cristã;
- d. Ação Social;
- e. Administração.
- f. o Conselheiro ou a Conselheira Regional de Juvenis, dentre os nomes constantes de lista tríplice, proposta pelo Congresso Regional de Juvenis;
- g. o Coordenador ou a Coordenadora Regional do Departamento Regional de Trabalho com Crianças, dentre os nomes

- indicados pelos Coordenadores ou Coordenadoras Distritais de Trabalho com Crianças;
- h. o Secretário Executivo ou a Secretária Executiva do Departamento Regional para a Escola Dominical, dentre os nomes indicados pela Secretaria Regional para a Escola Dominical;
 - i. o Tesoureiro ou a Tesoureira Regional;
 - j. o Secretário ou a Secretária Regional da AIM;
 - k. a Comissão Regional de Disciplina, com existência transitória, em consonância com o § 4º. deste artigo;
 - l. outras funções previstas nestes Cânones e no Regimento Regional.

X. administrar a área econômico-financeira nos termos das decisões do Concílio Regional;

XI. elaborar relatórios para o Concílio Regional;

XII. conceder autorização para a igreja local recopiar o Livro de Rol de Membros e recolher o livro original;

XIII. receber e analisar os relatórios dos órgãos e instituições subordinados ao Concílio Regional;

XIV. supervisionar e controlar os serviços de Tesouraria do Concílio Regional;

XV. elaborar e encaminhar ao Concílio Regional parecer sobre a criação ou extinção de áreas prioritárias para o trabalho de evangelização na Região Eclesiástica.

§ 1º. Os relatórios, mencionados no inciso VII deste artigo, referem-se principalmente à situação material e administrativa da Região Eclesiástica e contêm uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinam.

§ 2º. A COREAM, no interregno dos Concílios Regionais, pode decidir as recomendações de Acadêmicos e Acadêmicas de teologia, de candidatos e candidatas Aspirantes à Ordem Presbiteral e Aspirantes ao Ministério Pastoral, de pedidos de licença e aposentadoria, bem como sobre declaração de disponibilidade e pedido de transferência de membros clérigos em consonância com os pareceres das comissões competentes.

§ 3º. Fica vedada à COREAM a eleição de candidatos e candidatas à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral, sendo essa competência exclusiva do Concílio Regional.

§ 4º. A Comissão de Disciplina é de caráter transitório, sendo uma para cada processo e extinta ao encerramento do processo para o qual foi nomeada.

Subseção III

DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS À COREAM

Art. 103. Subordinam-se diretamente à COREAM:

I. as Secretarias das áreas de Expansão Missionária, de Educação Cristã, de Ação Administrativa e de Ação Social;

II. a Tesouraria Regional, a quem compete:

- a. executar todos os recebimentos e pagamentos, obedecida a legislação civil e fiscal em vigor;
- b. executar a escrituração contábil de todos os valores financeiros e patrimoniais, inclusive dos órgãos e instituições regionais sem personalidade jurídica própria, relatando ao Concílio Regional;
- c. movimentar os recursos financeiros em banco ou bancos determinados pela COREAM, em nome da AIM, mediante a

assinatura do Tesoureiro ou da Tesoureira e do Bispo ou Bispa Presidente ou, na falta destes, quem recebe o direito legal para a substituição.

III. as Federações de Grupos Societários, às quais compete:

- a. dinamizar, congregar, estimular, orientar, subsidiar, capacitar e manter a unidade do trabalho dos respectivos grupos societários nas igrejas locais;
- b. dinamizar, estimular e orientar seu trabalho no nível regional, no que lhe couber.

IV. o Conselheiro ou a Conselheira Regional dos Juvenis, a quem compete:

- a. apresentar plano de trabalho para aprovação e supervisão da COREAM;
- b. participar dos encontros da diretoria da Federação correspondente;
- c. supervisionar as atividades da Federação, nos termos do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e o Plano Regional de Ação Missionária;
- d. visitar as igrejas locais para incentivar a formação e dinamização do trabalho de juvenis;
- e. reunir periodicamente os Conselheiros ou Conselheiras locais de juvenis para estudo, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe.

V. o Coordenador ou a Coordenadora do Departamento Regional de Trabalho com Crianças, a quem compete:

- a. apresentar plano de trabalho para aprovação e supervisão da COREAM;
- b. promover estudos para capacitação de Coordenadores ou Coordenadoras locais de Trabalho com Crianças e outros obreiros e obreiras especializados(as);
- c. estimular e coordenar atividades sociais, devocionais, esportivas e artísticas das crianças em nível regional.

VI. o Departamento Regional de Escola Dominical, por meio da Coordenação Regional de Educação Cristã;

VII. outras entidades, de acordo com a organização aprovada pelo Concílio Regional, necessários à execução do Plano Regional de Ação Missionária.

§ 1º. Os órgãos subordinados à COREAM a ela relatam suas atividades, na forma e prazos determinados por ela.

§ 2º. As despesas de funcionamento da Presidência e dos órgãos que lhe são subordinados integram o Orçamento-Programa Regional.

§ 3º. Na organização e funcionamento das Federações são observados os seguintes aspectos:

- a. configuração e ação que expressem as diretrizes missionárias e a sua forma de ação por meio dos dons e ministérios;
- b. composição pelos agrupamentos das Sociedades locais, ministérios específicos ou grupos que objetivem o desenvolvimento do trabalho realizado pelas faixas etárias ou por grupos específicos;
- c. eleição de diretoria, nos respectivos congressos, cujos membros compõem a Federação;

- d. supervisão pela COREAM por meio do Bispo ou Bispa Presidente;
- e. aprovação dos estatutos, regulamentos, normas e demais atos, pela COREAM, na forma canônica, segundo diretrizes estabelecidas pelo Colégio Episcopal, Confederação e Concílio Regional;
- f. participação de seus(suas) presidentes na qualidade de membros dos Concílios Regionais.
- g. criada uma nova Região Eclesiástica ou Missionária por desmembramento, o mandato dos integrantes da diretoria das Federações de Grupos Societários será prorrogado até a realização dos respectivos Congressos Regionais para novas eleições.

§ 4º. Os programas de trabalho dos órgãos subordinados à COREAM integram o Plano Regional de Ação Missionária.

§ 5º. A COREAM autoriza o(a) Secretário(a) Executivo(a) Regional da AIM a outorgar os poderes necessários ao desempenho das funções referidas neste item, vedado o substabelecimento.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DO CONCÍLIO GERAL

Art. 104. O Concílio Geral é o órgão superior de unidade da Igreja, e suas funções são legislativas, deliberativas e administrativas.

Subseção I

DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO GERAL

Art. 105. O Concílio Geral compõe-se de:

I. 1 (um) delegado ou delegada para cada 1.000 (mil) membros da Igreja, de acordo com os róis apresentados no Concílio Regional que o antecede, devendo o número resultante, apurado na forma acima, ser múltiplo do número de Regiões, e as vagas distribuídas como segue:

- a. 50% (cinquenta por cento) pelas Regiões Eclesiásticas e Missionárias, em cotas iguais;
- b. 50% (cinquenta por cento) restantes pelas Regiões Eclesiásticas e Missionárias, na mesma proporção dos membros de cada Região em relação ao número total de membros da Igreja;
- c. apurado o número de delegados e delegadas que comporão o Concílio Geral, que se divida paritariamente entre leigos(as) e clérigos(as).

II. para efeito de fixação do número de delegados e delegadas estabelecido conforme letras 'a' e 'b' do inciso I, do artigo 105, uma vez feitas as divisões, serão desprezadas as frações resultantes dessas operações;

III. os percentuais previstos no inciso I devem ser considerados para base de cálculo e não para fixação do número final de delegados e delegadas ao Concílio Geral;

IV. quando o número de delegados e delegadas de uma Região for ímpar, acrescenta-se mais um ou uma, para garantir a paridade de clérigos(as) e leigos(as) na delegação regional.

V. Bispos e Bispas da Igreja Metodista, sem direito a voto;

VI. membros da COGEAM, sem direito a voto, salvo se delegados ou delegadas eleitos;

VII. Presidentes das Confederações de grupos societários, sem direito a voto, salvo quando delegados ou delegadas eleitos;

VIII. Conselheiro ou Conselheira Nacional dos juvenis e Coordenador ou a Coordenadora Nacional de Trabalho com Crianças, sem direito a voto, salvo se delegados ou delegadas eleitos;

IX. Presidente do Instituto Metodista de Serviços Educacionais (COGEIME), sem direito a voto, salvo quando delegado(a) eleito(a);

X. Presidente do Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ação Social (COGIMAS), sem direito a voto, salvo quando delegado(a) eleito(a);

XI. Presidente da Coordenação Nacional de Educação Teológica (CONET), sem direito a voto, salvo se delegado(a) eleito(a);

XII. Presidente da Coordenação Nacional de Educação Cristã (CONEC), sem direito a voto, salvo se delegado(a) eleito(a);

XIII. Presidente da Coordenação Nacional das Pastorais Escolares e Universitárias (CONAPEU), sem direito a voto, salvo se delegado(a) eleito(a).

§ 1º. O Bispo ou Bispa Presidente do Concílio Geral, que representa a Igreja Metodista como responsável por sua unidade, é eleito ou eleita pelo Colégio Episcopal, sendo presidente deste e também da COGEAM, do Conselho Diretor da AIM, da Assembleia do COGEIME e da Assembleia das Instituições Metodistas de Educação da Igreja Metodista (IMES).

§ 2º. Perde o mandato o(a) delegado(a) transferido(a) de Região ou que, na data da reunião do Concílio Geral, não esteja na plenitude de gozo de seus direitos como membro da Igreja Metodista.

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO GERAL

Art. 106. O Concílio Geral tem a seguinte competência:

I. receber e avaliar os relatórios do Colégio Episcopal, da COGEAM e da Tesouraria Geral;

II. inteirar-se e posicionar-se, à vista dos relatórios do Colégio Episcopal e da COGEAM, à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista (PVMI), sobre a situação da Igreja e discutí-la propondo encaminhamentos e estratégias para o crescimento qualitativo, quantitativo e orgânico da Igreja Metodista;

III. deliberar sobre:

a. o Plano Nacional Missionário (PNM) para o exercício seguinte, proposto conjuntamente pelo Colégio Episcopal e pela COGEAM, com base na filosofia, objetivos e metas estabelecidos pelo Colégio Episcopal, em consonância com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista (PVMI), na perspectiva de uma Igreja organizada em dons e ministérios;

- b. os estatutos e os respectivos regulamentos dos órgãos e instituições gerais, previstos nestes Cânones.

IV. homologar:

- a. a designação das Bispas e dos Bispos eleitos
- b. o relatório da Comissão Geral de Constituição e Justiça.

V. decidir:

- a. questões que lhe sejam submetidas pelo Colégio Episcopal e pela COGEAM;
- b. sobre matéria administrativa, econômico-financeira e patrimonial, nos termos destes Cânones.

VI. eleger ocupantes dos cargos da administração superior previstos nesta legislação, especialmente:

- a. Bispos e Bispas;
- b. membros da Comissão Geral de Constituição e Justiça;
- c. membros das Comissões Transitórias da Área Geral;
- d. secretário ou secretária de atas;
- e. secretários ou secretárias especializados.
- f. o Conselho Fiscal da Área Geral da Igreja Metodista, composto de 5 (cinco) membros, dos quais, pelo menos, 2 (dois) devem ser contabilistas;
- g. presbíteros e presbíteras e membros leigos para a COGEAM;
- h. outros cargos necessários à reunião do Concílio Geral.

Parágrafo único. A competência do Conselho Fiscal encontra-se prevista no Estatuto da Associação da Igreja Metodista.

VII. legislar para a Igreja Metodista;

VIII. compete exclusivamente ao Concílio Geral a criação, desdobramento, reagrupamento, extinção de Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários Nacionais e Internacionais, por proposta do Colégio Episcopal, da COGEAM, Concílio Regional originário correspondente ou do próprio Concílio Geral; (CG 2021/2022)

- a. Independentemente do órgão que der início ao pedido de criação, desdobramento e reagrupamento, o processo obrigatoriamente terá que incluir a motivação missionária, estudo de viabilidade, balanço patrimonial atualizado, parecer tributário e jurídico, além de análise demográfica. (CG 2021/2022)
- b. Outras exigências poderão ser requeridas pelo Colégio Episcopal, COGEAM, Concílio Regional originário ou Concílio Geral. (CG 2021/2022)

IX. revogado;

X. referendar atos complementares editados pelo Colégio Episcopal;

XI. intervir, em caso de necessidade, em órgãos e instituições gerais, nomeando interventores(as) para o prazo máximo de 6 (seis) meses;

XII. publicar o anuário com os dados estatísticos e financeiros de todas as Regiões Eclesiásticas e Missionárias, bem como outras informações relevantes;

XIII. outorgar título de Bispo Emérito e Bispa Emérita e seus respectivos diplomas ao presbítero e à presbítera que se aposente no exercício do episcopado;

XIV. outorgar os títulos da Ordem do Mérito Metodista e seus respectivos diplomas nos termos do Art. 269.

§ 1º. Os diplomas dos títulos referidos nos artigos anteriores são expedidos pelo Bispo ou Bispa Presidente do Concílio que os concede, conforme o disposto no Art. 271.

§ 2º. Nas eleições, o plenário do Concílio Geral tem o direito de apresentar outros nomes além dos citados pela Comissão de Indicação, exceto no caso de eleição de Bispos e Bispas.

§ 3º. A Comissão de Indicações é eleita, sem indicação e sem debate, na primeira sessão do Concílio Geral.

Subseção III

DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO GERAL

Art. 107. O Concílio Geral reúne-se ordinariamente a cada 5 (cinco) anos e, extraordinariamente, quando necessário.

§ 1º. As reuniões do Concílio Geral são convocadas pelo Bispo ou Bispa Presidente e realizadas nas datas e locais determinados.

§ 2º. As reuniões extraordinárias são convocadas por solicitação, devidamente fundamentada, do Concílio Geral, ou do Colégio Episcopal, ou da COGEAM.

§ 3º. O *quorum* da solicitação mencionada no § 2º. deste artigo é de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão solicitante.

§ 4º. A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias é feita com a antecedência mínima de 90 (noventa) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

§ 5º. O período das reuniões pode, excepcionalmente, ser modificado por deliberação de 2/3 (dois terços) do plenário.

§ 6º. Os trabalhos conciliares são disciplinados por Regimento.

Subseção IV DA MESA DO CONCÍLIO GERAL

Art. 108. A mesa do Concílio Geral constitui-se da Presidência do Colégio Episcopal, que é o seu Presidente ou sua Presidente e dos Secretários e Secretárias.

§ 1º. Podem ser eleitos Secretários ou Secretárias, à medida que se necessite, membros clérigos ou membros leigos, delegados(as) ou não.

§ 2º. Na falta, ausência ou impedimento da Presidência ou Vice-Presidência do Colégio Episcopal, esta indica um dos seus membros para presidir *pro tempore*.

Art. 109. Compete aos membros da Mesa, individualmente:

I. quando Presidente:

- a. convocar o Concílio Geral e presidir as sessões, desempatando as votações e decidindo questões de ordem suscitadas;
- b. supervisionar o funcionamento das Comissões.

II. quando Secretários e Secretárias:

- a. lavrar as atas das sessões e providenciar cópias para o plenário, após serem rubricadas pelo(a) Presidente;
- b. providenciar cópias dos documentos aprovados pelo plenário;
- c. encaminhar as atas e documentos, ou as cópias destes, à Comissão de Exame de Atas;
- d. distribuir, nos limites do Concílio Geral, relatórios, documentos ou quaisquer outros papéis com autorização do(a) Presidente;
- e. providenciar a correspondência e as comunicações do Concílio Geral;
- f. outras tarefas determinadas pelo(a) Presidente.

§ 1º. As demais tarefas de secretaria, posteriores à realização das sessões do Concílio Geral, são determinadas pelo Colégio Episcopal.

§ 2º. O Bispo ou a Bispa Presidente pode atribuir aos demais Bispos ou Bispas a presidência do plenário do Concílio Geral, os(as)quais podem desempatar votações e decidir questões de ordem suscitadas.

§ 3º. O Bispo ou a Bispa Presidente do Concílio Geral é aquele(a) eleito(a) Presidente do Colégio Episcopal, não podendo ser Presidente de outros órgãos gerais, exceto da COGEAM, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembleia Geral do COGEIME e das Assembleias das Instituições Gerais de Educação.

§ 4º. Para a convocação do Concílio Geral, o(a) seu(sua) Presidente ouve o Colégio Episcopal e a COGEAM.

Subseção V
DAS COMISSÕES DO CONCÍLIO GERAL

Art. 110. O Concílio Geral elege a Comissão Geral de Constituição e Justiça, à qual compete:

- I. julgar, à luz do Evangelho, dos Cânones e das leis do país;
- II. julgar, em instância superior, recursos de acórdãos ou sentenças proferidos pelas Comissões Regionais de Justiça;
- III. julgar, originariamente, petições de direito formuladas pelos órgãos e instituições gerais ou por membros da Igreja Metodista, em assuntos que envolvam interesses da administração superior;
- IV. decidir, em grau de recurso, da conformidade de regulamentos com os respectivos estatutos e, de ambos, com as leis da Igreja Metodista;
- V. decidir da constitucionalidade e juridicidade de leis e projetos de lei;
- VI. declarar, por sentença, a existência ou não do direito ou da relação jurídica em questões de lei apresentadas por membros da Igreja Metodista que envolvam, originariamente, situações jurídicas da administração superior.

§ 1º. No curso do exercício, as decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça têm força de lei e entram imediatamente em vigor.

§ 2º. As decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça são submetidas ao Concílio Geral e somente depois de homologadas têm força de coisa julgada.

§ 3º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça, antes de julgar recursos, determinará às partes interessadas que apresen-

tem suas razões no prazo de 15 (quinze) dias, no interregno da reunião do Concílio Geral, e de 24 (vinte e quatro) horas durante ela.

§ 3ºA. É vedado aos membros clérigos e leigos propor diretamente à Comissão Geral de Constituição e Justiça qualquer tipo de pedido ou parecer antes de proferida decisão pela Comissão Regional de Justiça.

§ 4º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça é composta de 10 (dez) membros clérigos ou membros leigos, representantes de cada Região Eclesiástica e Missionária, dos quais, pelo menos, 3 (três) devem ser bacharéis em Direito.

§ 5º. Os recursos, quando interpostos, devem ser apresentados dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após sua publicação no órgão oficial da Igreja Metodista.

§ 6º. O Regimento e Regulamentos da Comissão Geral de Justiça, propostos pelas próprias comissões, são aprovados pelo Concílio Geral e, no interregno dos concílios, são aprovados pela COGEAM com homologação no Concílio subsequente.

§ 7º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça preenche suas próprias vagas, com a aprovação da COGEAM.

§ 8º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça organiza-se dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do Concílio Geral que a elege, em reunião convocada pela Presidência do Concílio Geral, com a presença da maioria de seus membros.

§ 9º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça, após a abertura do Concílio Geral, somente é obrigada a se manifestar sobre matéria proveniente do plenário, por meio da mesa.

§ 10º. A Comissão Geral de Constituição e Justiça relata ao Concílio Geral.

§ 11º. Os acórdãos da Comissão Geral de Constituição e Justiça, nos recursos de sentenças em questões de lei, julgadas pelas Comissões Regionais de Justiça, aplicam-se a toda a Igreja Metodista, a partir da sua publicação.

§ 12. As sentenças de conteúdo declaratório da Comissão Geral de Constituição e Justiça, proferidas em questões de lei, levantadas com base no inciso V deste artigo, valem como preceito normativo, têm plena e efetiva força de coisa julgada, declarando o direito, mas não têm força de execução compulsória.

Art. 111. O Concílio Geral elege, dentre seus membros, as seguintes comissões transitórias:

I. Comissão de Indicações, à qual compete indicar ao plenário nomes para composição das comissões e outros cargos gerais;

II. Comissão de Exame de Atas, à qual compete examinar, imediatamente após a última sessão do Concílio Geral, as atas aprovadas pelo plenário, verificar sua exatidão, indicando as correções a serem feitas ao relatar conclusivamente ao Colégio Episcopal;

III. Comissão de Legislação, à qual compete:

- a. receber sugestões e formular propostas de reformas ou de emendas da legislação da Igreja Metodista, encaminhando-as ao plenário;
- b. harmonizar a legislação com as decisões tomadas no Concílio Geral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do último dia de reunião desse órgão.

§ 1º. A Comissão de Legislação é formada por um membro de cada Região Eclesiástica.

§ 2º. Propostas de emenda à legislação e projetos de lei apresentados no Concílio não podem ser considerados sem o parecer da Comissão de Legislação.

§ 3º. O plenário, pelo voto da maioria absoluta do rol dos membros votantes do Concílio Geral, pode deliberar contra o parecer da Comissão de Legislação.

IV. Comissão de Redação, à qual compete fazer a adequação de linguagem e dar redação final às leis aprovadas, entregando o projeto revisto ao Colégio Episcopal para aprovação final e publicação.

Subseção VI

DAS INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO GERAL

Art. 112. Subordinam-se ao Concílio Geral as seguintes instituições:

- I. Instituições Gerais de Educação;
- II. Instituições Gerais de Ação Social;
- III. Associação da Igreja Metodista;
- IV. revogado;

§ 1º. O conjunto de ações das instituições gerais integra o Plano Nacional de Ação Missionária, à luz do Plano para a Vida e a Missão e é executado sob a supervisão e coordenação da Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 2º. Revogado.

§ 3º. Todas as definições de competência e de funcionamento das instituições gerais constam de estatutos e respectivos regulamentos aprovados pelo Concílio Geral.

§ 4º. Os Conselhos Diretores das Instituições Gerais, de qualquer tipo, natureza ou porte, são organizados e instalados pela Coordenação Geral de Ação Missionária na forma prevista nesta legislação e nos estatutos e regulamentos de cada uma delas.

Subseção VII DOS ÓRGÃOS DO CONCÍLIO GERAL

Art. 113. Subordinam-se ao Concílio Geral:

- I. Colégio Episcopal;
- II. COGEAM;
- III. Regiões Eclesiásticas;
- IV. Regiões Missionárias;
- V. Campos Missionários Nacionais;
- VI. Campos Missionários Internacionais.

§ 1º. O conjunto de ações dos órgãos subordinados ao Concílio Geral, que integram o Plano Nacional de Ação Missionária, é elaborado à luz do Plano para a Vida e a Missão.

§ 2º. Todas as definições de competência e funcionamento dos órgãos gerais constam de regulamentos e regimentos aprovados pelo Concílio Geral.

Subseção VIII
DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS INTERNACIONAIS

Art. 114. Os Campos Missionários Internacionais são administrados pela COGEAM e supervisionados pelo Colégio Episcopal, segundo o Plano Nacional Missionário e o Plano Diretor Missionário.

Subseção IX
DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS NACIONAIS

Art. 115. Os Campos Missionários Nacionais são administrados pela COGEAM e supervisionados pelo Colégio Episcopal, segundo o Plano Nacional Missionário e o Plano Diretor Missionário.

Subseção X
DAS REGIÕES MISSIONÁRIAS

Art. 116. As Regiões Missionárias nacionais e internacionais são criadas pelo Concílio Geral, por proposta do Colégio Episcopal e/ou COGEAM, segundo o Plano Nacional Missionário e o Plano Diretor Missionário.

§ 1º. Região Missionária é um conjunto de campos missionários, localizados na mesma área geográfica, sem possibilidade de preencher todas as condições canônicas de uma Região Eclesiástica.

§ 2º. As Regiões Missionárias são administradas pela COGEAM e supervisionadas pelo Colégio Episcopal.

§ 3º. Aplica-se às Regiões Missionárias a legislação canônica referente às Igrejas Locais e às Regiões Eclesiásticas, no que couber.

§ 4º. As nomeações pastorais para as Regiões Missionárias são processadas de maneira análoga às procedidas pelos Bispos e Bispas das Regiões Eclesiásticas, no que couber, conforme disposições canônicas.

§ 5º. Nos assuntos de natureza econômico-financeira e patrimonial das Regiões Missionárias, a COGEAM, no que for aplicável, exerce poderes inerentes aos Concílios, previstos nesta legislação.

Subseção XI

DA CRIAÇÃO DA REGIÃO ECLESIASTICA

Art. 116A. A nova Região Eclesiástica deve cumprir o disposto no Art. 83 e seus parágrafos, observado o anexo I, destes Cânones, bem como os seguintes critérios:

- a. capacidade financeira para o seu autossustento, para fazer o seu trabalho missionário e cumprir as suas obrigações com a Sede Nacional;
- b. área geográfica com, no mínimo, 2 (dois) Distritos Eclesiásticos e condições de estabelecer a organização da Região Eclesiástica de acordo com as suas características, não podendo, entretanto, suprimir cargos, órgãos ou instituições expressamente criadas pela legislação canônica;
- c. número suficiente de presbíteros e/ou presbíteras para atender aos Distritos Eclesiásticos e representação da Região Eclesiástica como delegados(as) ao Concílio Geral e composição da COREAM.
- d. aprovação pelo Concílio Geral ou COGEAM, no interregno do Concílio Geral, por proposta do Colégio Episcopal, Art. 119, Inciso XXVIII, por iniciativa própria ou solicitação do Concílio Regional correspondente.

Parágrafo único. Quando o desmembramento de duas Regiões envolver áreas geográficas de outra Região Eclesiástica, haverá prévio entendimento entre respectivos Bispos e Bispas, bem como decisão dos seus Concílios ou COREAM.

SEÇÃO II DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 117. O Colégio Episcopal é o órgão responsável pela supervisão da ação missionária e pastoral da Igreja Metodista, assegurando o pleno cumprimento do Plano para a Vida e a Missão, preservando a unidade da Igreja Metodista no que se refere à área Teológica, Pastoral e de Educação Cristã.

Subseção I DA COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 118. O Colégio Episcopal compõe-se dos Bispos eleitos e das Bispas eleitas pelo Concílio Geral para as respectivas Regiões Eclesiásticas e Missionárias, conforme lista tríplice. (CG 2021/2022)

Subseção II DA COMPETÊNCIA DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 119. Compete ao Colégio Episcopal:

I. dar à Igreja a orientação quanto à doutrina e aos princípios de fé, moral e ética cristãs;

- II. zelar pela unidade da Igreja Metodista no Brasil;
- III. redigir e publicar pastorais;
- IV. analisar a realidade da Igreja e o desempenho dos seus órgãos e instituições, em função da Missão;
- V. tomar conhecimento da atuação da Igreja, comissões, órgãos e instituições de todos os níveis e verificar se eles se orientam na execução das atividades, pelos princípios teológicos da Igreja Metodista e pelo Plano para a Vida e a Missão da Igreja;
- VI. estabelecer a filosofia, objetivos e metas para o Plano Missionário Nacional;
- VII. elaborar, com a COGEAM, o anteprojeto do Plano Missionário Nacional, com base nos princípios do Plano para a Vida e a Missão da Igreja na perspectiva da dinâmica de dons e ministérios, assim como submetê-lo à aprovação do Concílio Geral;
- VIII. relatar ao Concílio Geral;
- IX. revogado
- X. eleger a mesa do Colégio Episcopal;
- XI. designar Bispos e Bispas, como membros *ex officio*, para órgãos gerais;
- XII. revisar e atualizar o Código de Ética do Ministério Pastoral e o Manual de Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista;
- XIII. regulamentar a Ordem Presbiteral;
- XIV. propor a criação de Ministérios e Pastorais para a área geral da Igreja Metodista, regulamentando-os;
- XV. relacionar-se com as Igrejas Cooperantes e outros organismos fraternos, naquilo que lhe couber;
- XVI. nomear pastores e pastoras para os Campos Missionários internacionais;
- XVII. estabelecer diretrizes para a atuação das pastorais escolares e universitárias;

XVIII. nomear os presbíteros e presbíteras das pastorais escolares e universitárias, no regime canônico de nomeação episcopal;

XIX. estabelecer diretrizes pedagógicas para o ensino religioso;

XX. estabelecer os princípios, os fundamentos, a organização e os contornos da Ordem Diaconal;

XXI. estabelecer os critérios para renovação de votos e reafirmação de fé de todos os membros da Igreja Metodista, leigos e leigas, consagrados(as) e ordenados(as);

XXII. estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral – Programa de Orientação Vocacional – para acompanhar os leigos e as leigas que aspirem ingressar num dos Cursos de Formação Teológica;

XXIII. estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral – Programa de Acompanhamento Vocacional – para oferecer, durante os estudos acadêmicos, apoio pastoral, psicológico e terapêutico, orientação pessoal e vocacional visando a atestar a vocação que subsidiará a Região de origem no processo de escolha dos candidatos e das candidatas ao ingresso no período probatório como Aspirantes às ordens eclesiásticas;

XXIV. estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral – Programa de Orientação Pastoral – para acompanhar os candidatos e as candidatas do ministério ordenado durante o período probatório;

XXV. receber relatório anual de todos os órgãos e instituições que lhe estejam subordinados;

XXVI. solicitar a convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral ou convocá-la por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver impedimento, ausência ou recusa do seu ou sua Presidente em fazê-lo;

XXVII. tomar providências junto às Igrejas Cooperantes, no que for de sua competência;

XXVIII. propor ao Concílio Geral, com a COGEAM, a criação, desmembramento ou reagrupamento de Regiões Eclesiásticas e Missionárias, ouvidas as Regiões;

XXIX. editar Atos Complementares a estes Cânones, a fim de cobrir lacunas que venham a ser constatadas ou situações novas, criadas em função de lei ou do próprio funcionamento dos trabalhos da Igreja, excetuando-se as que se referem à área administrativa;

XXX. opinar sobre a convocação do Concílio Geral;

XXXI. regulamentar o período probatório de Aspirantes ao Ministério Pastoral e à Ordem Presbiteral, mencionados nesta legislação;

XXXII. receber relatório da Comissão de Exame de Atas do Concílio Geral;

XXXIII. sancionar as leis aprovadas e autorizar a sua publicação;

XXXIV. propor a criação de campos missionários nacionais e internacionais;

XXXV. aprovar currículos de Educação Cristã e avaliar os seus resultados;

XXXVI. coordenar e supervisionar o trabalho dos órgãos que lhe são subordinados, avaliando os seus resultados;

XXXVII. aprovar os currículos dos cursos teológicos;

XXXVIII. aprovar os critérios para credenciamento de professores e professoras de Teologia das instituições de Educação Teológica;

XXXIX. aprovar o Ritual da Igreja Metodista;

XL. declarar o impedimento ou o afastamento de Bispo ou Bispa, na forma dos Arts. 131 a 136 destes Cânones, bem como a vacância do cargo;

XXI. outorgar poderes do Bispo ou da Bispa, conforme previsto nesta legislação, a um dos Presbíteros ativos ou Presbíteras ativas de uma Região Eclesiástica ou Missionária, nos casos de afastamento ou vacância previstos nos Arts. 131 a 136 destes Cânones;

XLII. regulamentar a autorização para o Acadêmico ou a Acadêmica de Teologia realizar estágio em igreja local;

XLIII. eleger o Conselho Diretor e Fiscal da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista;

XLIV. reconhecer a existência de uma Catedral;

XLV. designar Presbítero ativo ou Presbítera ativa da Região criada ou desmembrada para atuar como Superintendente, a quem serão outorgados poderes especiais, ficando a nova jurisdição sob a supervisão do Bispo ou Bispa da Região de origem até o próximo Concílio Geral.

§ 1º. O relatório referido no inciso VIII, deste artigo, corresponde a um estudo da situação material, moral e espiritual da Igreja e também a uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinaram.

§ 2º. O Colégio Episcopal deve promover ampla divulgação dos Atos Complementares editados, devendo estes ser homologados pelo Concílio Geral, em sua primeira reunião, com a finalidade de torná-los legalmente acabados e perfeitos.

§ 3º. Para o reconhecimento de uma Igreja Catedral, o Colégio Episcopal necessita receber proposta de um Concílio Regional ou, no seu interregno, da respectiva COREAM.

§ 4º. As despesas de funcionamento do Colégio Episcopal e de órgãos a ele subordinados, inclusive ministérios gerais e assessorias, integram o Orçamento-Programa Nacional.

§ 5º. O Colégio Episcopal presta contas à Igreja das suas atividades e dos órgãos a ele subordinados, anualmente, por meio de publicação oficial.

§ 6º. Os órgãos subordinados ao Colégio Episcopal a ele relatam suas atividades, na forma e prazos determinados por esse órgão.

Subseção III

DAS REUNIÕES DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 120. O Colégio Episcopal reúne-se tantas vezes quantas forem necessárias, por iniciativa de seu Presidente ou sua Presidente, ou a pedido da maioria dos seus membros.

Subseção IV

DA MESA DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 121. A mesa do Colégio Episcopal constitui-se do Presidente ou da Presidente, Vice-Presidente e Secretário ou Secretária.

Parágrafo único. A mesa é eleita por escrutínio e por maioria absoluta, dentre os Bispos e as Bispas eleitos(as) para o exercício eclesiástico seguinte.

Art. 122. Compete à mesa do Colégio Episcopal:

I. executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Geral que estejam afetas ao Colégio Episcopal;

II. estudar previamente os assuntos e elaborar os anteprojetos necessários, preparando todo o material pertinente, segundo as áreas de trabalho e decisão, para o funcionamento pleno do Colégio Episcopal, apresentando-os a este órgão para aprovação;

III. receber propostas de programas, projetos e atividades dos agentes dos ministérios gerais, das pastorais, órgãos e instituições que lhe são subordinados, dando-lhes os encaminhamentos devidos;

IV. relatar ao Colégio Episcopal e preparar os relatórios deste.

§ 1º. A mesa funciona no interregno das reuniões do Colégio, podendo apreciar e decidir, em casos de urgência, matéria da competência dele, desde que não conflite com decisão anterior do referido órgão ou do Concílio Geral.

§ 2º. As decisões referidas no parágrafo acima devem ser referendadas na primeira reunião subsequente do Colégio Episcopal.

Art. 123. Compete aos membros da mesa, individualmente:

I. quando Presidente:

- a. convocar e presidir reuniões, decidindo questões de ordem levantadas;
- b. representar a Igreja Metodista;
- c. colaborar pastoralmente, em conjunto, com os demais Bispos e Bispas;
- d. zelar pela unidade da Igreja Metodista no Brasil;
- e. coordenar a execução dos trabalhos de competência do Colégio Episcopal;
- f. supervisionar e coordenar o trabalho desenvolvido pelos ministérios gerais e pastorais.

II. quando Vice-Presidente:

- a. substituir o(a) Presidente em seus impedimentos e ausências;
- b. receber delegação de poderes da Presidência para cumprimento de responsabilidade desta.

III. quando Secretário(a):

- a. elaborar as atas;
- b. tomar as providências necessárias para o funcionamento do Colégio Episcopal.

§ 1º. O Bispo ou Bispa Presidente do Colégio Episcopal é o Presidente do Concílio Geral, da COGEAM, do Conselho Diretor da AIM, da Assembleia Geral do COGEIME e das Assembleias das Instituições Gerais de Educação, não podendo ser Presidente de outros órgãos gerais.

§ 2º. Sem prejuízo das competências indicadas nos incisos II e III deste artigo, o(a) Presidente pode atribuir outras funções aos membros da mesa, de acordo com a necessidade do trabalho.

Subseção V

DAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SUBORDINADOS AO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 124. Subordinam-se diretamente ao Colégio Episcopal:

- I. as faculdades, cursos e seminários de Teologia da Igreja Metodista;
- II. a Coordenação Nacional de Educação Teológica (CONET);
- III. a Coordenação Nacional das Pastorais Escolares e Universitárias (CONAPEU).

Parágrafo único. Os órgãos subordinados ao Colégio Episcopal a ele relatam suas atividades, na forma e prazos determinados por esse órgão.

Subseção VI

DAS IGREJAS CATEDRAIS

Art. 125. Igreja Catedral é aquela em que se encontra a cátedra do Bispo e Bispa.

§ 1º. A Igreja Catedral é orientada por toda a legislação canônica própria da igreja local.

§ 2º. Pode haver mais de uma Igreja Catedral numa Região Eclesiástica, desde que em diferentes estados brasileiros e que haja fundamentação histórica para seu reconhecimento.

§ 3º. O Colégio Episcopal regulamenta a criação e funcionamento da Igreja Catedral.

§ 4º. A iniciativa para o reconhecimento de uma Igreja Catedral pode ser de uma igreja local ou de uma Região Eclesiástica por intermédio de seus Concílios.

§ 5º. O Bispo ou a Bispa da Região Eclesiástica, na qual está localizada a Catedral, é o(a) Presidente desta e nomeia o Pastor ou a Pastora Titular responsável por sua gestão e também tantos Pastores ou Pastorais locais e coadjutores(as) quantos forem necessários(as) para o pastoreio dela, estabelecendo suas funções.

§ 6º. O Planejamento Pastoral inclui a participação do Bispo ou Bispa da Igreja Catedral.

Subseção VII

DO BISPO E DA BISPA

Art. 126. O Bispo é um Presbítero ativo eleito e a Bispa uma Presbítera ativa eleita pelo Concílio Geral e consagrado(a) de acordo com o Ritual da Igreja Metodista, responsável pela unidade de orientação doutrinária, supervisão das atividades pastorais e administrativas e demais funções estabelecidas nestes Cânones e por outras a ele(a) atribuídas pelo Colégio Episcopal.

§ 1º. Os Bispos e Bispas são nomeados(as) pelo Colégio Episcopal para funções próprias do cargo e outros trabalhos fora da região. (CG 2021/2022)

§ 2º. Revogado.

§ 3º. O bispo ou a bispa poderá ser nomeado(a) para uma Igreja Local (independente de condição de Catedral), Congregação, Campo Missionário ou Ponto Missionário, cabendo nesse caso específico à respectiva COREAM decidir sobre os encargos relativos à função episcopal. (CG 2021/2022)

Subseção VIII

DA ELEIÇÃO DO BISPO E DA BISPA

Art. 127. As eleições ao episcopado da Igreja Metodista se processam por escrutínio e são realizadas por meio de processo do qual participam os Concílios Locais, Distritais, Regionais e Geral da Igreja Metodista, em diferentes etapas, observando-se o seguinte:

I. o processo de escolha leva em conta as condições básicas mencionadas na Bíblia Sagrada, em 1 Timóteo 3.1-7 e Tito 1.7-9 e, em especial, os seguintes requisitos:

- a. integridade moral e espiritual;
- b. probidade;
- c. coerência entre discurso e prática;
- d. capacidade de liderança;
- e. facilidade de expressão oral e escrita;
- f. firmeza doutrinária, segundo os padrões da Igreja Metodista;
- g. reconhecida competência no exercício pastoral em igrejas locais, inclusive capacidade administrativa;
- h. boa condição de saúde física e mental;
- i. não ter pendências judiciais que o(a) desabonem para o exercício do Episcopado na Igreja Metodista.

II. o número de cargos é determinado pelo Concílio Geral, por proposta do Colégio Episcopal, ouvida a COGEAM e à vista do Plano Missionário Nacional aprovado, que contém as áreas reservadas aos Bispos e Bispas;

III. participam do processo de eleição episcopal presbíteros e presbíteras que tiverem completado, no mínimo, 10 (dez) anos como membros na Ordem Presbiteral, contados a partir do ano do ato de ordenação; (CG 2021/2022; A/C 01/2019)

IV. no prazo estabelecido pelo Ministério de Apoio Episcopal (MAE), antes dos Concílios Locais, a lista de presbíteros e presbíteras contempla os nomes indicados e auto indicados, podendo o presbítero ou presbítera indicada declinar da indicação;

V. na etapa da igreja local, a lista de presbíteros ativos e presbíteras ativas será divulgada, sob responsabilidade do MAE, no site regional, com histórico ministerial nos prazos estabelecidos;

Art. 128. O Ministério de Ação Episcopal de cada Região Eclesiástica estabelecerá prazos sucessivos para a Sede Regional preparar a lista de Presbíteros ativos e Presbíteras ativas sob a sua jurisdição, a ser enviada às igrejas locais e aos distritos para realizarem seus respectivos Concílios.

§ 1º. Os Concílios Locais, no tocante à sua participação, devem observar o seguinte:

1. na cédula de votação deverão constar apenas os nomes de Presbíteros e Presbíteras constantes na lista enviada pela Região, em ordem alfabética;
2. o processo eletivo, sem debate, se realiza por escrutínio;
3. reunido o Concílio Local, apresentada a cédula de votação, cada membro exercerá o direito de voto escolhendo até 3 (três) candidatos ou candidatas;
4. considerar-se-ão escolhidos(as) para compor a lista tríplice, a ser enviada ao(à) Superintendente Distrital, pelo(a) Presidente do Concílio Local, os 3 (três) Presbíteros ou Presbíteras mais votados por maioria simples dos votos.

§ 2º. Os Concílios Distritais, no tocante à sua participação, devem observar o seguinte:

1. na cédula de votação deverão constar, em ordem alfabética, apenas os nomes de Presbíteros e Presbíteras integrantes das listas tríplices enviadas pelas Igrejas Locais;
2. o processo eletivo, sem debate, se realiza por escrutínio;
3. reunido o Concílio Distrital, apresentada a cédula de votação, cada delegado(a) exercerá o direito de voto escolhendo até 3 (três) candidatos ou candidatas;
4. considerar-se-ão escolhidos para compor a lista tríplice, a ser enviada pelo(a) Superintendente Distrital ao Bispo ou Bispa da Região, os 3 (três) Presbíteros ou Presbíteras mais votados(as) por maioria simples dos votos.

§ 3º. Os Concílios Regionais, no tocante à sua participação, devem observar o seguinte:

1. na cédula de votação deverão constar, em ordem alfabética, apenas os nomes de Presbíteros ou Presbíteras integrantes das listas tríplexes enviadas pelos Concílios Distritais; o Bispo ou a Bispa que desejar ser candidato(a) tem o direito de ter seu nome incluído juntamente com os demais candidatos e candidatas e concorrer no pleito regional, constituindo, assim, a lista tríplex. (CG 2021/2022)
2. o processo eletivo, sem debate, se realiza por escrutínio;
3. reunido o Concílio Regional, apresentada a cédula de votação, cada delegado(a) exercerá o direito de voto escolhendo até 3 (três) candidatos(as);
4. considerar-se-ão escolhidos para compor a lista tríplex, a ser enviada ao Concílio Geral por meio da liderança da delegação eleita, os(as) 3 (três) primeiros(as) Presbíteros ou Presbíteras que alcançarem a maioria absoluta dos votos dos delegados e delegadas.

§ 4º. Revogado.

§ 5º. No Concílio Geral, o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente apresentará, ao plenário, os nomes dos Presbíteros e/ou Presbíteras que compõem as listas enviadas pelas Regiões, acompanhados dos respectivos históricos ministeriais, conforme modelo a ser preparado pela COGEAM, e uma vez terminada a leitura, dará início ao processo eleitoral, sem debate, por escrutínio, sendo eleitos os candidatos e as candidatas que obtiverem a maioria absoluta dos votos.

Art. 129. Além da Superintendência das Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários Nacionais, os Bispos e Bispas podem ser designados(as) para outras tarefas especiais de interesse da Igreja Metodista que, pela sua importância e representatividade, exijam a presença e participação de um Bispo ou Bispa da Igreja Metodista.

§ 1º. Para o Bispo reeleito e a Bispa reeleita é dispensada nova consagração.

§ 2º. Os Bispos eleitos e as Bispas eleitas são consagrados(as) em culto especial, sob a direção da Presidência do Colégio Episcopal, em data e local estabelecidos por esta.

§ 3º. Os Bispos eleitos e as Bispas eleitas tomam posse em data e local estabelecidos pelo Colégio Episcopal, por convocação de seu(sua) Presidente.

§ 4º. Ao Bispo ou Bispa que declare a sua intenção de se aposentar no exercício do episcopado e que não concorra à reeleição ser-lhe-á, a juízo do Concílio Geral, outorgado o título de Bispo Emérito ou Bispa Emérita.

§ 5º. No caso de empate, será aplicado o disposto no Art. 238, § 3º.

Subseção IX

DA COMPETÊNCIA DO BISPO E DA BISPA

Art. 130. Compete ao Bispo ou à Bispa, sob a ação do Espírito Santo:

- I. consagrar Bispos e Bispas e ordenar Presbíteros e Presbíteras;
- II. relatar ao Colégio Episcopal e ao Concílio Regional;
- III. zelar pela unidade de orientação doutrinária e pastoral da Igreja Metodista;
- IV. executar tarefas atribuídas pelo Colégio Episcopal e outras previstas nestes Cânones;

V. autorizar o missionário designado e a missionária designada a celebrar a cerimônia de matrimônio;

VI. designar pessoas como missionárias locais e evangelistas para o exercício da função pastoral local, como coadjutor(a) junto ao Pastor ou Pastora Titular, por solicitação da igreja local.

VII. proceder às nomeações pastorais, no âmbito da sua Região, até a data limite de 30 de novembro, resguardados os casos excepcionais.

Parágrafo único. O Bispo e a Bispa não podem acumular cargos regionais ou gerais, salvo nos casos expressos nesta legislação.

Subseção X

DA VACÂNCIA, AFASTAMENTO E IMPEDIMENTO DO BISPO E DA BISPA

Art. 131. Ocorrendo a vacância no cargo de Bispo e Bispa até 2 (dois) anos após a realização da reunião ordinária do Concílio Geral, o Colégio Episcopal convoca uma reunião extraordinária do Concílio Geral para eleição de novo Bispo ou Bispa.

Art. 132. Ocorrendo a vacância após 2 (dois) anos da realização da reunião ordinária do Concílio Geral, o Colégio Episcopal outorga poderes especiais, à luz do Art. 119, XL e XLI, dos Cânones, a um dos Presbíteros Ativos ou das Presbíteras Ativas da Região correspondente, que será supervisionado(a) em seu trabalho por um Bispo ou Bispa, designado(a) pelo Colégio Episcopal.

Art. 133. O afastamento ocorre quando o Bispo ou Bispa se desliga temporariamente do exercício do cargo.

Art. 134. O impedimento ocorre quando o Bispo ou Bispa se considera ou é considerado(a) suspeito(a), em uma questão que deva decidir ou orientar, em razão de grau de parentesco, participações anteriores, interesse particular ou outra pertinente que julgue por bem alegar, que possa prejudicar sua isenção ou o equilíbrio.

Parágrafo único. Ocorrendo o impedimento, é solicitada a participação da Presidência do Colégio Episcopal, em substituição temporária, ou de Bispo ou Bispa por ela designada.

Art. 135. As funções do Bispo designado ou da Bispa designada, em razão dos Arts. 133 e 134 dos Cânones, se encerram na data do retorno do Bispo ou Bispa afastado(a) ou impedido(a) de exercê-las.

Art. 136. O afastamento e o impedimento são informados pelo Bispo ou Bispa ao Colégio Episcopal para os efeitos desta legislação, salvo se estiver impossibilitado(a) de fazê-lo, quando, então, a sua declaração é suprida pelo Colégio Episcopal.

Subseção XI

DOS MINISTÉRIOS E DAS PASTORAIS DA ÁREA GERAL

Art. 137. Os Ministérios Gerais e Pastorais são exercidos por pessoas convidadas pelo Colégio Episcopal, para, sob sua supervisão, executar o Plano Nacional de Ação Missionária e outras tarefas dele decorrentes.

Art. 138. O trabalho desenvolvido na Área Geral, sob coordenação e controle da COGEAM e supervisão do Colégio Episcopal, pode tomar a forma de Ministérios reconhecidos pela Igreja.

Art. 139. As Instituições Metodistas de Educação têm Pastorais Escolares que atuam como consciência crítica, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções proféticas e sacerdotais dentro e fora delas.

Parágrafo único. As definições de estrutura, competência e funcionamento das Pastorais Escolares e Universitárias constam de regulamento aprovado pelo Colégio Episcopal.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 140. A Coordenação Geral de Ação Missionária, COGEAM, é o órgão de Administração Superior da Igreja.

§ 1º. A administração é expressa nos trabalhos de coordenação e execução do Plano para a Vida e a Missão e das atividades da Igreja na Área Geral.

§ 2º. A COGEAM atua em substituição ao Concílio Geral, no interregno das reuniões deste, podendo deliberar sobre todos os assuntos da alçada daquele, desde que não conflite com decisão anterior daquele órgão, exceto:

- a. aprovar o Plano Missionário Nacional;
- b. deliberar sobre os relatórios e decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça;
- c. eleger Bispos e Bispas;
- d. legislar para a Igreja; (CG 2021/2022)
- e. alterar, sobre qualquer pretexto, o número de vagas da composição dos membros do Colégio Episcopal, do Conselho Fiscal da Área Geral da Igreja Metodista, da Comissão Geral de Constituição e Justiça e da Coordenação Geral de Ação Missionária. (CG 2021/2022)

§ 3º. O conjunto de deliberações previsto no § 2º deste artigo deve ser referendado na reunião subsequente do Concílio Geral.

§ 4º. Para a Área Geral e gestão do Plano Missionário Nacional, é contratado apenas um Secretário ou uma Secretária Nacional, que será assessorado(a) por funcionários e funcionárias da Sede Nacional.

§ 5º. A COGEAM não pode decidir acerca da criação, desdobramento, reagrupamento, extinção de Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários Nacionais e Internacionais, uma vez que se trata de competência exclusiva do Concílio Geral. (CG 2021/2022)

Subseção I

DA COMPOSIÇÃO DA COGEAM

Art. 141. A Coordenação Geral de Ação Missionária é composta de:

I. Bispos e Bispas que integram a Mesa do Colégio Episcopal;

II. revogado;

III. 1 (um) presbítero ou 1 (uma) presbítera de cada Região Eclesiástica e de cada Região Missionária não representada na mesa do Colégio Episcopal;

IV. revogado;

V. 1 (um) leigo ou 1 (uma) leiga representante de cada Região Eclesiástica e de cada Região Missionária que tenha mais de cinco anos ininterruptos como membro da Igreja Metodista; (CG 2021/2022)

VI. revogado;

VII. revogado;

§ 1º. Os Bispos e Bispas que integram a mesa do Colégio Episcopal são escolhidos(as) segundo o Art. 121 destes Cânones e os demais membros da COGEAM são eleitos pelo Concílio Geral.

§ 2º. Revogado.

§ 3º. Os membros da COGEAM compõem a Assembleia Geral do COGEIME, as Assembleias de cada uma das Instituições Metodistas de Educação da Área Geral e o Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista.

§ 4º. O mandato da COGEAM é de até 2 (dois) períodos consecutivos, com carência de um período para novo mandato.

§ 5º. No caso de vacância na COGEAM, a vaga será suprida pelo nome mais votado depois dos eleitos.

§ 6º. Não se enquadram no parágrafo anterior os membros da mesa do Colégio Episcopal.

Subseção II DA COMPETÊNCIA DA COGEAM

Art. 142. Compete à COGEAM:

I. elaborar, com o Colégio Episcopal, o anteprojeto do Plano Missionário Nacional, com base nos princípios do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, e submetê-lo à aprovação do Concílio Geral;

II. aprovar o Plano Nacional de Ação Missionária e o respectivo Orçamento-Programa para o exercício eclesiástico, à luz do Plano Nacional Missionário e Plano para a Vida e a Missão da Igreja, após receber e discutir com as pessoas responsáveis pelas coordenações gerais, órgãos e instituições gerais as propostas de projetos, atividades e de material necessário ao cumprimento de suas áreas ou linhas de ação

- III. relatar ao Concílio Geral;
- IV. receber relatório anual de todos os órgãos e instituições que lhe estejam subordinados;
- V. viabilizar o preparo do Concílio Geral, tanto técnico como de expediente;
- VI. solicitar convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral, na forma prevista nestes Cânones;
- VII. propor ao Concílio Geral, em conjunto com o Colégio Episcopal, a criação, desdobramento ou reagrupamento de Regiões Eclesiásticas ou Missionárias, ouvidas as Regiões em conjunto com o Colégio Episcopal;
- VIII. opinar sobre convocação do Concílio Geral;
- IX. relacionar-se com as Igrejas Cooperantes e organismos fraternos, naquilo que couber;
- X. eleger o Secretário ou a Secretária Nacional para a Vida e Missão, conforme Art. 147, inciso I, responsável pela gestão das áreas: Expansão Missionária, Administração, Educação e Ação Social, ouvido o Colégio Episcopal;
- XI. organizar o Departamento Nacional de Escola Domínical e o Departamento Nacional de Trabalho com Crianças, regulamentando-os;
- XII. avaliar o resultado do trabalho dos órgãos, instituições e comissões gerais;
- XIII. exercer poderes análogos aos dos Concílios Regionais quanto às Regiões Missionárias, em assuntos de natureza econômico-financeira e patrimonial;
- XIV. aprovar a substituição de membros da Comissão Geral de Constituição e Justiça;
- XV. regulamentar a organização e o funcionamento das Regiões Missionárias;

XVI. decidir assuntos dos órgãos e instituições gerais, conforme previsto na legislação canônica, estatutos e regulamentos;

XVII. intervir, no interregno das reuniões do Concílio Geral, em órgãos e instituições gerais, em caso de necessidade, nomeando interventor(a) para o prazo máximo de 6 (seis) meses;

XVIII. contratar o Tesoureiro ou a Tesoureira Geral e o Secretário ou a Secretária Executivo(a) Geral da Associação da Igreja Metodista;

XIX. providenciar a execução das tarefas de secretaria, posteriores à realização do Concílio Geral;

XX. eleger o Conselheiro ou a Conselheira Nacional de Juvenis;

XXI. eleger o Coordenador ou a Coordenadora Nacional do Departamento Nacional de Trabalho com Crianças;

XXII. estabelecer a organização dos periódicos e sua forma de funcionamento;

XXIII. eleger Comissão de Disciplina;

XXIV. eleger, no interregno dos Concílios Gerais, a representação das Regiões criadas em todos os órgãos da Área Geral da Igreja Metodista.

§ 1º. Findo o prazo máximo de intervenção referido no inciso XVII deste artigo, persistindo os motivos que a determinaram, a COGEAM se reúne para resolver a questão.

§ 2º. O relatório referido no inciso III deste artigo corresponde a um estudo da situação material e administrativa da Igreja e também a uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinaram.

§ 3º. Cada Comissão de Disciplina é de caráter transitório e não pode acumular mais de um processo.

§ 4º. As despesas de funcionamento da COGEAM e de órgãos a ela subordinados, incluindo assessoria, integram o Orçamento-Programa Nacional.

§ 5º. A COGEAM presta contas à Igreja das suas atividades e dos órgãos a ela subordinados, anualmente, por meio de publicação no Órgão Oficial.

§ 6º. O Coordenador ou a Coordenadora do Departamento Nacional de Trabalho com Crianças é nomeado(a) por meio de uma lista tríplice encaminhada pelo próprio Departamento.

Subseção III DAS REUNIÕES DA COGEAM

Art. 143. A COGEAM reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por iniciativa de sua Presidência ou a pedido da maioria dos seus membros efetivos.

Parágrafo único. As reuniões da COGEAM, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembleia Geral do COGEIME, das Assembleias Gerais das Instituições de Educação da Área Geral da Igreja Metodista são realizadas em conjunto ou em separado, dependendo da convocação da Presidência, com atas separadas quanto às questões que se refiram a uma ou a outra.

Subseção IV DA MESA DA COGEAM

Art. 144. A mesa da COGEAM constitui-se de Presidente, Vice-Presidente e Secretário ou Secretária.

§ 1º. O(a) Presidente da COGEAM é o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente do Colégio Episcopal.

§ 2º. O(a) Vice-Presidente da COGEAM é eleito(a) por este colegiado entre seus membros.

§ 3º. O Secretário ou a Secretária de Atas da COGEAM é eleito(a) por este colegiado entre seus membros.

Art. 145. Compete à Mesa da COGEAM:

I. executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Geral e da COGEAM que lhe estejam afetas;

II. preparar todo o material necessário ao funcionamento da COGEAM, estudando previamente os assuntos e elaborando os anteprojetos necessários para aprovação daquela, segundo as suas áreas de trabalho e decisão;

III. receber propostas de programas, projetos e atividades da Secretaria Nacional para a Vida e Missão, órgãos e instituições que lhe são subordinados, fazendo os encaminhamentos devidos.

IV. relatar à COGEAM e preparar os relatórios desta.

§ 1º. A Mesa funciona no interregno das reuniões da COGEAM, podendo apreciar e decidir, em casos de urgência, matéria da competência dela, desde que não conflite com decisão anterior do referido órgão ou do Concílio Geral.

§ 2º. Essas decisões devem ser referendadas na primeira reunião subsequente da COGEAM.

Art. 146. Compete aos membros da mesa, individualmente:

I. à Presidência:

- a. convocar e presidir reuniões, decidindo questões de ordem levantadas;
- b. representar a Igreja Metodista;
- c. coordenar a execução dos trabalhos de competência da CO-GEAM;
- d. supervisionar e coordenar o trabalho desenvolvido pelas coordenações de áreas;
- e. tomar as providências relativas ao funcionamento da administração superior.

II. à Vice-Presidência:

- a. substituir o(a) Presidente em seus impedimentos e ausências, exclusivamente na direção de reuniões;
- b. receber delegação de poderes da Presidência para cumprimento de responsabilidade desta.

III. ao Secretário ou Secretária de Atas:

- a. elaborar as atas;
- b. tomar as providências necessárias ao funcionamento da CO-GEAM.

§ 1º. A Presidência relaciona-se diretamente com os responsáveis pelos órgãos e instituições gerais.

§ 2º. Sem prejuízo das competências indicadas nos incisos II e III deste artigo, a Presidência pode atribuir outras funções aos membros da mesa, de acordo com a necessidade do trabalho.

Subseção V
DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS À COGEAM

Art. 147. Subordinam-se diretamente à COGEAM:

I. o Secretário ou a Secretária Nacional para a Vida e Missão, que é responsável pelas áreas de Expansão Missionária, Educação, Ação Social e Administrativa, cujas atribuições, composição e funcionamento são estabelecidos em regulamento próprio, aprovado pela COGEAM;

II. a Tesouraria Geral, a qual compete:

- a. executar todos os recebimentos e pagamentos, obedecida a legislação civil e fiscal em vigor, bem como executar a escrituração contábil de todos os valores financeiros e patrimoniais da COGEAM e do Colégio Episcopal, comissões, órgãos e instituições gerais sem personalidade jurídica própria, relatando ao Concílio Geral;
- b. movimentar os recursos financeiros em banco ou bancos determinados pela COGEAM, em nome da AIM, mediante a assinatura do Tesoureiro ou da Tesoureira e do Bispo ou da Bispa Presidente, ou pessoa designada pela COGEAM, ou, na falta destes, por seus substitutos;

III. as pessoas responsáveis pelos periódicos da Igreja Metodista;

IV. as Confederações de grupos societários, às quais compete:

- a. congregar, estimular e dinamizar o trabalho das Federações;
- b. manter a unidade das Federações;
- c. zelar pelo desempenho de seus membros na obra missionária, considerando a especificidade de cada grupo em razão de sua faixa etária.

V. o Conselheiro ou a Conselheira Nacional dos Juvenis, a quem compete:

- a. apresentar o seu plano de trabalho para aprovação e supervisão da COGEAM;
- b. participar dos encontros da Diretoria da Confederação correspondente;
- c. acompanhar e supervisionar a Confederação correspondente em suas atividades, de acordo com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja e o Plano Nacional de Ação Missionária;
- d. reunir periodicamente os Conselheiros e/ou Conselheiras Regionais de Juvenis para estudo, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe.

VI. o Coordenador ou Coordenadora do Departamento Nacional de Trabalho com Crianças, a quem compete:

- a. apresentar o seu plano de trabalho para aprovação e coordenação da COGEAM;
- b. promover estudos para capacitação dos Coordenadores ou Coordenadoras dos Departamentos Regionais de Trabalho com Crianças e outros obreiros e obreiras especializados;
- c. estimular e coordenar atividades sociais, devocionais, esportivas e artísticas das crianças em nível geral;
- d. reunir periodicamente os Coordenadores e/ou Coordenadoras Regionais de Trabalho com Crianças para estudos, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe.

VII. o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ação Social (COGIMAS);

VIII. o COGEIME, por meio do Sistema Metodista de Educação;

IX. a Coordenação Nacional de Educação Cristã (CONEC) e o Colégio Episcopal naquilo que seja de sua competência;

X. o Departamento Nacional de Escola Dominical, por meio da CONEC, a quem compete fazer cumprir as diretrizes aprovadas pelo Concílio Geral;

XI. outros, necessários à execução do Plano Nacional de Ação Missionária.

§ 1º. Os órgãos mencionados nos incisos II a XI são coordenados pelo Secretário ou Secretária Nacional para a Vida e Missão, previsto no inciso I, responsável pelas deliberações emanadas da COGEAM;

§ 2º. A COGEAM aprova os atos constitutivos e regimentais e fixa as atribuições dos órgãos que lhe são subordinados.

§ 3º. A mesa da COGEAM autoriza a Secretaria Executiva Geral da Associação da Igreja Metodista a outorgar os poderes necessários ao desempenho das funções referidas neste artigo, vedado o substabelecimento.

§ 4º. A Tesouraria da Associação da Igreja Metodista é a Tesouraria do Concílio Geral.

§ 5º. Na organização e funcionamento das Confederações são observados os seguintes aspectos:

a. configuração e ação que expressem as Diretrizes Missionárias e a sua forma de ação em dons e ministérios;

- b. as diretorias das Confederações têm a sua constituição regulamentada por seus estatutos, com mandato de 4 (quatro) anos e eleição nos respectivos congressos nacionais, com exceção da Confederação de Juvenis, cujo mandato é de 2 (dois) anos;
- c. participação dos(as) Presidentes no Concílio Geral, na forma estabelecida nestes Cânones;
- d. inclusão no Plano Nacional de Ação Missionária, do programa de ação das Confederações;
- e. prestação de contas à COGEAM;
- f. aprovação dos estatutos, regulamentos, normas e demais atos, pela COGEAM, após proposta e parecer dos congressos nacionais ou suas diretorias.

§ 6º. O Secretário ou a Secretária Nacional para a Vida e Missão recebe os relatórios dos órgãos mencionados nos itens II a XI, integrando-os ao seu relatório a ser apresentado à COGEAM no prazo e na forma por esta determinados.

TÍTULO IV DAS INSTITUIÇÕES

CAPÍTULO I

DO SISTEMA METODISTA DE EDUCAÇÃO

Art. 148. O Sistema Metodista de Educação integra os organismos e instituições de educação da Igreja, a fim de articular e viabilizar a ação educativa da Igreja Metodista e compõe-se de 4 (quatro) áreas estratégicas de atuação, a saber:

- I. a Educação Teológica, coordenada pela CONET;
- II. a Educação Cristã, coordenada pela CONEC;
- III. a Educação Secular, desenvolvida pela Rede Metodista de Educação e coordenada pelo Instituto Metodista de Serviços Educacionais (COGEIME);
- IV. a área de Pastoral Escolar e Universitária, coordenada pela CONAPEU.

Art. 149. O Sistema Metodista de Educação subordina-se ao Colégio Episcopal e à COGEAM.

§ 1º. A Educação Teológica e a Área de Pastoral Escolar e Universitária, bem como seus órgãos de coordenação – CONET, CONEC e CONAPEU – subordinam-se diretamente ao Colégio Episcopal.

§ 2º. A Educação Cristã subordina-se ao Colégio Episcopal ou à COGEAM, no que esta legislação determina.

§ 3º. A Rede Metodista de Educação e seu órgão de coordenação, o COGEIME, subordinam-se diretamente à COGEAM, na forma estabelecida pelo Código Civil Brasileiro.

§ 4º. As 4 (quatro) áreas se articulam para projetos de cooperação e integração às estratégias educacionais da Igreja por meio da Coordenação Nacional de Educação.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES EM GERAL

Art. 150. As Instituições da Igreja Metodista são estabelecidas e organizadas para a realização da Missão, segundo as áreas do Plano para a Vida e a Missão.

Parágrafo único. As Instituições são criadas pelos Concílios Geral, Regional ou Local aos quais se subordinam.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 151. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo superior a constar, na forma da lei civil, do estatuto de cada Instituição Metodista, com personalidade jurídica própria, organizada na forma de associação com fins não econômicos e vinculada à COGEAM, à COREAM ou à CLAM, conforme seja o caso.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 152. Os Conselhos Diretores das Instituições vinculam-se às respectivas Assembleias Gerais.

§ 1º. A juízo da COGEAM ou COREAM, as Instituições que lhes são subordinadas poderão ter Conselho Diretor único para duas ou mais instituições, formados pelas mesmas pessoas, de modo a viabilizar a integração administrativa.

§ 2º. Os Conselhos Diretores devem relatar, no mínimo, 1 (uma) vez por ano, às respectivas Assembleias Gerais.

Art. 153. Compete aos Conselhos Diretores, na condição de órgãos representantes da Igreja Metodista e em consonância com as diretrizes e normas estabelecidas pela Igreja:

I. supervisionar e orientar as respectivas Instituições, zelando pelo cumprimento de suas finalidades;

II. estabelecer a política geral a ser observada pela Instituição, definindo diretrizes, metas e normas gerais reguladoras de suas atividades, respeitadas as orientações da Assembleia Geral;

III. aprovar:

- a. o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o orçamento da Instituição, encaminhando-os à Assembleia Geral para homologação;
- b. os documentos e relatórios a serem encaminhados aos órgãos competentes da Igreja Metodista;
- c. a política de gestão de pessoas, plano de cargos e remuneração, e quadro de pessoal;
- d. a alienação ou gravame de bens imóveis, submetendo-os à homologação dos órgãos competentes da Igreja Metodista.

IV. indicar à respectiva Assembleia Geral, em lista tríplice, para nomeação pelo Colégio Episcopal, Bispo ou Bispa Presidente ou Pastor ou Pastora Titular, candidatos e candidatas ao cargo de confiança de Diretor(a) Geral ou Reitor(a);

V. submeter à Assembleia Geral, para nomeação pelo Colégio Episcopal, Bispo ou Bispa Presidente ou Pastor ou Pastora Titular, candidato ou candidata ao cargo de confiança, de Vice-Diretor(a) Geral ou Vice-Reitor(a), indicado(a) pelo(a) Diretor(a) Geral ou Reitor(a);

VI. homologar:

- a. convênios, acordos com outras entidades, quando implicarem ônus extras e questões pertinentes aos princípios da Igreja Metodista;
- b. nomeação de ocupantes de cargos de confiança previstos nos respectivos Estatuto, Regimento e Regulamentos.

VII. autorizar doações;

VIII. aceitar legados e doações;

IX. encaminhar, à deliberação da Assembleia Geral, as contas da Instituição, com o seu parecer;

X. exercer outros encargos previstos em lei, nos Cânones e no Estatuto, Regimento e Regulamentos da Instituição.

§ 1º. Os cargos de Reitoria, Vice-Reitoria, Direção Geral e Vice-Direção Geral devem ser ocupados incondicionalmente por metodistas e os de coordenação preferencialmente por metodistas.

§ 2º. O COGEIME é responsável pela criação de uma política para aproveitamento e formação de metodistas para esses cargos.

Art. 154. Os Conselhos Diretores devem ser compostos por 5 (cinco) membros e mais 1 (um) suplente, sendo que 2 (dois) devem ser membros da Região em que a Instituição está localizada.

§ 1º. O membro suplente, nessa condição, pode participar de todas as reuniões, com direito a voz, para que possa acompanhar o andamento dos trabalhos do Conselho Diretor e os da própria Instituição.

§ 2º. O Conselho Diretor é considerado Ministério especial da Igreja Metodista, não tendo, portanto, seus membros qualquer vinculação contratual ou trabalhista.

§ 3º. O(a) Conselheiro(a) pode ser demitido(a) *ad nutum*, por decisão da Assembleia Geral, sem que assista ao(à) Conselheiro(a) desligado(a) qualquer direito a reivindicação em relação ao período restante do mandato.

§ 4º. A mesa Diretora tem mandato de 2 (dois) anos.

§ 5º. Para evitar a desestabilização do Conselho Diretor em sua atuação, a eleição dos Conselheiros e/ou Conselheiras deve garantir a renovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros a cada 2 (dois) anos.

§ 6º. Em caso de integração, fusão ou cisão de Instituições ou quando uma Instituição passa de uma jurisdição para outra (de local para regional ou de regional para geral e vice-versa) encerram-se os mandatos de todos os Conselheiros e Conselheiras, sendo o novo Conselho recomposto pela nova jurisdição.

§ 7º. Os membros dos Conselhos Diretores têm mandato gratuito, não percebendo qualquer remuneração, benefício ou vantagem.

Art. 155. Para que possa vir a ocupar cargo de direção na Instituição, o ex-membro de Conselho Diretor deve estar afastado há mais de 1 (um) ano de sua função nesse órgão.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, se a situação assim o requerer, o prazo mínimo de afastamento pode ser

desconsiderado, desde que tal decisão seja homologada pela Assembleia Geral.

Art. 156. As Instituições Metodistas de Educação têm estatuto e regulamento aprovados pela Assembleia Geral, na forma estabelecida nestes Cânones, nos quais são definidos foro, competência, finalidade, jurisdição e outros requisitos segundo a lei.

Art. 157. Quando houver necessidade ou conveniência, a critério do Concílio respectivo, pode ser outorgada personalidade jurídica à Instituição, na forma da lei civil, desde que observadas as seguintes condições:

- I. figurar no Estatuto a AIM como entidade instituidora;
- II. ter os contratos assinados em nome próprio da Instituição, que responde por eles em juízo e fora dele;
- III. ter matrícula ou registro próprio nos órgãos previdenciários e fiscais;
- IV. elaborar, segundo a lei, balanço patrimonial e de resultado econômico de cada exercício, com remessa de um exemplar ao Concílio respectivo, por intermédio da Secretaria Executiva da AIM, acompanhado do parecer de auditoria interna e, quando for o caso, externa independente;
- V. remeter habitualmente ao respectivo Concílio, por intermédio da Secretaria Executiva da AIM, avisos de lançamentos relativos às variações patrimoniais verificadas, para incorporar à sua contabilidade.

Art. 158. Os bens imóveis adquiridos poderão ser registrados em nome da Instituição, desde que haja prévia consulta à COGEAM ou COREAM e parecer favorável da AIM.

Parágrafo único. Antes de alienar bens imóveis registrados em seu nome, a Instituição requererá pareceres à AIM.

Art. 159. A COGEAM define como serão inscritas nos órgãos públicos e previdenciários as instituições que não dispõem de personalidade jurídica própria, ficando estas, entretanto, responsáveis por qualquer recolhimento de contribuições, impostos, taxas e outros ônus decorrentes do seu funcionamento.

Art. 160. Anualmente, em prazo e forma fixados pela COGEAM, as Instituições encaminham-lhe uma via do balanço patrimonial e de resultado econômico de cada exercício, além de outros documentos que lhes forem solicitados para a necessária consolidação contábil e elaboração da declaração anual de renda, exigida pela legislação fiscal.

Art. 161. Os serviços das Instituições, de qualquer natureza, integram o Plano Nacional Missionário e o Plano de Ação do Concílio respectivo, com a definição de sua participação e responsabilidades, respeitadas as exigências legais.

Art. 162. A COGEAM e o Colégio Episcopal prestam assistência e orientação às Instituições da Igreja Metodista, segundo suas áreas de atuação, cabendo ao Colégio Episcopal nomear, para as Instituições Metodistas de Educação da área geral, Diretor(a) Geral, Reitor(a), Vice-Diretor(a) Geral, Vice-Reitor(a), Coordenador(a) e agentes das Pastorais Escolares e Universitárias.

Art. 163. Fica vedada aos Concílios Distritais a criação de Instituições.

CAPÍTULO III

DA REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO

Art. 164. A Rede Metodista de Educação é constituída das Instituições Metodistas de Educação – IME e tem por objetivo oferecer uma educação de boa qualidade, com as marcas de sua confessionalidade.

§ 1º. As Instituições de Educação Secular da Igreja Metodista podem atuar em todos os seus graus e níveis, de acordo com as leis do país e com as Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista, sem fins econômicos, enfatizando sua característica confessional.

§ 2º. A Igreja Metodista entende a Educação Secular como o processo que oferece formação mais bem qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo.

§ 3º. O Colégio Episcopal e os Bispos e Bispas zelam para que se apliquem e se cumpram as Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista (DEIM) e do Plano para a Vida e a Missão da Igreja (PVMI), respectivamente, nas Instituições da Rede Metodista de Educação.

Art. 165. O Instituto Metodista de Serviços Educacionais (COGEIME) é o órgão da Igreja Metodista que planeja, coordena, supervisiona, integra, apoia, acompanha e controla obrigatoriamente todas as unidades da Rede Metodista de Educação, em qualquer nível ou natureza, subordinando-se ao Concílio Geral.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 166. A Assembleia Geral, eleita pelo Concílio respectivo, jurisdiciona, em nome da Igreja Metodista, as Instituições Metodistas de Educação e o COGEIME.

Parágrafo único. Os(as) representantes das associadas na Assembleia Geral das Instituições Metodistas de Educação gerais e regionais são os(as) mesmos(as) integrantes da COGEAM e COREAM, respectivamente.

Art. 167. São competências da Assembleia Geral:

I. supervisionar a respectiva Instituição, salvaguardando os interesses da Igreja Metodista, quer sejam relativos à Missão ou de caráter institucional geral;

II. nomear os membros do Conselho Diretor e, dentre eles, o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente do Conselho;

III. destituir os membros do Conselho Diretor;

IV. determinar a contratação de auditorias independentes para o exame e parecer sobre aspectos contábeis, fiscais e administrativos em geral da Instituição;

V. autorizar, por recomendação do Conselho Superior de Administração (CONSAD) do COGEIME, a integração, fusão, incorporação ou cisão de Instituições Metodistas de Educação;

VI. delegar atribuições das Instituições Metodistas de Educação para que sejam executadas auditorias pelo COGEIME, sempre que as estratégias otimizadoras de gestão o recomendarem, mediante contrato de prestação de serviços;

VII. aprovar e alterar o Estatuto e Regulamento da respectiva Instituição;

VIII. homologar o planejamento estratégico, o orçamento e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

IX. aprovar as contas consubstanciadas no balanço patrimonial e de resultado econômico do COGEIME e de cada Instituição Metodista de Educação, na forma da lei;

X. deliberar sobre a extinção de Instituição Metodista de Educação;

XI. apreciar e deliberar sobre relatórios anuais da Instituição; encaminhar, anualmente, relatórios econômico-financeiros e pedagógicos da Instituição às associadas;

XII. demais competências legais, canônicas, estatutárias e regulamentares.

§ 1º. Compete à Assembleia Geral do COGEIME nomear e destituir os membros do CONSAD e, dentre eles, o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente;

§ 2º. Para as deliberações a que se referem os incisos II, III, VII e X e o § 1º. deste artigo é exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados e associadas presentes à Assembleia Geral, não podendo esta deliberar sem a presença da maioria absoluta dos membros convocados.

SEÇÃO II Do COGEIME

Art. 168. O COGEIME vincula-se ao Concílio Geral e, no seu interregno, à COGEAM, cujos membros são os representantes das associadas na Assembleia Geral.

Art. 169. As competências do COGEIME, em relação às Instituições Metodistas de Educação da Rede Metodista de Educação, são definidas em seu Estatuto e abrangerão, entre outros, os seguintes aspectos:

I. planejar, coordenar, supervisionar, integrar, apoiar, acompanhar e controlar, obrigatoriamente, todas as unidades da Rede Metodista de Educação, de qualquer nível ou natureza, quer gerais, regionais ou locais, à luz das Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista;

II. apoiar a pesquisa e a produção científica e pedagógica; exercer a controladoria sobre o patrimônio imobilizado, movimento financeiro e regularidade fiscal das Instituições Metodistas de Educação;

III. estabelecer programas de capacitação de pessoal, em colaboração com as Instituições Metodistas de Educação;

IV. prestar assessoria jurídica e jurídico-educacional;

V. prestar serviços administrativos e fiscais;

VI. elaborar planejamento estratégico de novas iniciativas educacionais e de ocupação geográfica;

VII. elaborar o seu orçamento e o integrado da Rede Metodista de Educação para a homologação da Assembleia Geral;

VIII. exercer as funções de auditoria interna nas unidades da Rede Metodista de Educação;

IX. selecionar e contratar serviços de auditoria externa independente, para as unidades da Rede Metodista de Educação, nos casos de exigência legal ou de gestão;

X. encaminhar às Assembleias Gerais das Instituições Metodistas de Educação e aos órgãos competentes da Igreja Metodista relatório de auditorias realizadas;

XI. propor, em caso de necessidade, aos órgãos competentes da Igreja Metodista, intervenção em unidades da Rede Metodista de Educação;

XII. organizar e oferecer cursos de capacitação para candidatos e candidatas a membros de Conselhos Diretores;

XIII. assessorar os órgãos deliberativos da Igreja Metodista e das Instituições Metodistas de Educação, em seus diferentes níveis, na análise e apreciação dos Estatutos e Regulamentos, quando da sua elaboração ou alteração;

XIV. promover e apoiar programas, projetos e atividades, que visem à responsabilidade, à assistência social e à promoção da cidadania;

XV. desenvolver projetos de captação de recursos para a Rede Metodista de Educação e suas instituições;

XVI. exercer outras funções correlatas, inerentes à área de educação, bem como atribuições que venham a lhe ser designadas pelos órgãos competentes da Igreja Metodista.

Art. 170. A sede do COGEIME será na mesma cidade onde se localizar a Sede Nacional da Igreja Metodista, de modo a facilitar as atividades de coordenação, de integração, de comunicação e de articulações jurídicas, políticas e acadêmicas das Instituições Metodistas de Educação.

Parágrafo único. O COGEIME deve manter representação em Brasília, prestando serviços a todas as instituições da Rede Metodista de Educação.

Art. 171. O COGEIME tem a seguinte estrutura:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Superior de Administração (CONSAD);
- III. Superintendência;
- IV. Comitê Executivo Superior.

§ 1º. A Assembleia Geral do COGEIME tem sua competência estabelecida no Art. 167 e seus parágrafos, bem como em seu Estatuto e Regulamento.

§ 2º. O CONSAD é o órgão deliberativo superior do COGEIME e Conselho Diretor para a Rede Metodista de Educação.

Art. 172. O CONSAD é composto de:

I. membros votantes: 12 (doze) membros professores da Igreja Metodista, observado o disposto no Art. 188, incisos I a VI, sendo 10 (dez) titulares e 2 (dois) suplentes e obrigatória a representação regional.

II. membros não votantes:

- a. o(a) Secretário(a) Nacional para Vida e Missão;
- b. o(a) Diretor(a) Geral das Instituições Metodistas de Educação, conforme Art. 153 e seu parágrafo único, destes Cânones.

§ 1º. Os membros votantes do CONSAD têm mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos 1 (uma) vez.

§ 2º. A função de membro do CONSAD é de natureza voluntária, sem vínculo empregatício.

§ 3º. O(a) Conselheiro(a) pode ser destituído(a) *ad nutum*, por decisão da Assembleia Geral, sem que assista ao(à) Conselheiro(a) desligado(a) qualquer direito a reivindicação em relação ao período restante do mandato.

Art. 173. As deliberações do CONSAD são tomadas pelo plenário de seus membros ou pela mesa diretora, *ad referendum* do Conselho Pleno.

§ 1º. A mesa do CONSAD é composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário ou Secretária.

§ 2º. O(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente são nomeados(as) pela Assembleia Geral e o Secretário ou Secretária eleito(a) entre os seus pares.

Art. 174. São competências do CONSAD:

I. deliberar sobre a organização e o funcionamento do COGEIME e das Instituições Metodistas de Educação da Rede Metodista de Educação, no interregno das reuniões da Assembleia Geral, ou por delegação desta;

II. indicar à Assembleia Geral, em lista tríplice, nomes para escolha do Diretor ou da Diretora Superintendente e sua nomeação pelo Colégio Episcopal;

III. encaminhar à Assembleia Geral, por indicação do Diretor ou da Diretora Superintendente, nomes para escolha dos(as) vice-diretores(as)superintendentes, e sua nomeação pelo Colégio Episcopal;

IV. homologar as designações e demissões feitas pelo Diretor ou pela Diretora Superintendente de ocupantes de cargo de confiança, integrantes da estrutura organizacional do COGEIME, na forma do Estatuto e do seu Regulamento;

V. emitir pareceres e propor alterações nos Estatutos e Regulamento do COGEIME e das Instituições Metodistas de Educação;

VI. aprovar o planejamento estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional do COGEIME e o integrado da Rede Metodista de Educação;

VII. encaminhar à Assembleia Geral, com o seu parecer, o orçamento do COGEIME e o integrado da Rede Metodista de Educação;

VIII. assessorar tecnicamente as Instituições Metodistas de Educação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do orçamento;

IX. encaminhar as contas do COGEIME, com o seu parecer, à deliberação da Assembleia Geral;

X. estabelecer programas de desenvolvimento e expansão da Rede Metodista de Educação;

XI. demais competências legais, canônicas, estatutárias e regulamentares.

Parágrafo único. Os incisos I, VI e X são encaminhados para homologação da Assembleia Geral.

Art. 175. Aplicam-se ao CONSAD, no que couber, as demais disposições canônicas que regulamentam a atuação dos Conselhos Diretores.

Art. 176. A Superintendência do COGEIME compõe-se de:

I. Diretor ou Diretora Superintendente, autoridade executiva superior, responsável pela gestão do COGEIME;

II. Primeiro(a) Vice-Diretor(a) Superintendente, que substitui o Diretor ou a Diretora Superintendente em sua ausência, é

Vice-Presidente do COESU e supervisiona a área de educação superior da Rede Metodista de Educação.

III. Segundo(a) Vice-Diretor(a) Superintendente, que substitui o(a) 1º. Vice-Diretor(a) Superintendente e na ausência deste(a) e do Diretor ou da Diretora Superintendente assume a presidência do COESU e supervisiona a área de educação básica da Rede Metodista de Educação.

§ 1º. As Vice-Diretorias da Superintendência serão instaladas por autorização da Assembleia Geral, mediante solicitação do CONSAD.

§ 2º. Este artigo está intermitido pelo 20º. Concílio Geral.

Art. 177. O COESU, órgão colegiado de integração das Instituições Metodistas de Educação e de assessoramento ao CONSAD é composto pelos(as) titulares da Superintendência e pelos Diretores ou Diretoras Gerais, Reitores ou Reitoras das Instituições Metodistas de Educação da Área Geral.

Parágrafo único. Esse artigo está intermitido pelo 20º. Concílio Geral.

Art. 178. O COGEIME organiza-se por câmaras especializadas, que o auxiliam em suas decisões mediante pareceres.

Art. 179. O COGEIME pode estabelecer comissões assessoras, estimulando a participação de especialistas nos variados campos acadêmicos ou administrativos das Instituições Metodistas de Educação e da própria Igreja Metodista, para contribuir com estudos, avaliações e sugestões que embasem as suas decisões plenárias.

Art. 180. O COGEIME, para o exercício de suas funções estatutárias, estabelece sua estrutura orgânica por meio do Regulamento do seu Estatuto.

Art. 181. As receitas do COGEIME serão provenientes das contribuições obrigatórias das Instituições Metodistas de Educação, nas bases fixadas pela Assembleia Geral, por auxílios, subvenções, doações, patrocínios, rendas de prestação de serviços e rendas patrimoniais.

SEÇÃO III

DAS INSTITUIÇÕES METODISTAS DE EDUCAÇÃO

Art. 182. As Instituições Metodistas de Educação têm por Missão exercer influência na formação de crianças, jovens e pessoas adultas, em conformidade com os valores e as diretrizes educacionais da Igreja Metodista, exercendo suas atividades em todos os níveis.

Art. 183. Cada Instituição Metodista de Educação mantém-se como pessoa jurídica distinta, com estrutura e funcionamento de acordo com sua Missão e potencial instalado, subordinando-se à Assembleia Geral e ao COGEIME, como unidade central da Rede Metodista de Educação, nos aspectos definidos nestes Cânones e em seu Estatuto.

Parágrafo único. A criação das Instituições Metodistas de Educação, de educação básica ou ensino superior, por iniciativa de igreja local ou área regional, deve ser condicionada a parecer favorável do COGEIME.

Art. 184. As Instituições Metodistas de Educação, na forma da legislação civil, organizam-se como associações sem fins econômicos, podendo postular aos órgãos públicos para serem também entidades beneficentes de assistência social.

Parágrafo único. As Instituições Metodistas de Educação levarão na sua denominação jurídica o termo “Metodista”, de maneira a caracterizar sua vinculação e a marca da confessionalidade.

Art. 185. O Colégio Episcopal, a COGEAM, os Bispos e as Bispas Presidentes de Concílios Regionais, as COREAMs, o COGEIME e o Conselho Diretor de cada Instituição Metodista de Educação têm o dever de zelar para que se apliquem e se cumpram, na Rede Metodista de Educação, as diretrizes canônicas para a educação secular.

Art. 186. O(a) Diretor(a) Geral é membro não votante do Conselho Diretor da Instituição Metodista de Educação.

Parágrafo único. A Instituição Metodista de Educação com *status* de Centro Universitário ou Universidade tem um(a) Reitor(a), acumulando, sem ônus adicionais, a função de Diretor(a) Geral.

Art. 187. O Conselho Diretor é o órgão que congrega representantes da Igreja Metodista e administra cada instituição, subordinando-se à respectiva Assembleia Geral.

Art. 188. A Secretaria Nacional para a Vida e Missão é responsável por formar e manter cadastro de candidatos e candidatas a membros de Conselhos Diretores das Instituições de Educação gerais, que atendam, minimamente, aos seguintes critérios:

- I. ser membro da Igreja Metodista há, pelo menos, 5 (cinco) anos;

- II. ser civilmente capaz ou emancipado(a), de acordo com a lei vigente;
- III. ter formação em nível superior completo;
- IV. ter reconhecida experiência na área da Educação ou Administração;
- V. ser detentor(a) de outros conhecimentos, reputados importantes para desempenho do cargo;
- VI. atender às demais exigências canônicas;
- VII. atender a outros critérios determinados pelos órgãos competentes da Igreja.

Art. 189. A COGEAM é responsável por credenciar os candidatos as candidatas a membros de Conselhos Diretores de Instituições Metodistas de Educação gerais, a partir do cadastro mantido pela Coordenação Nacional de Educação.

§ 1º. Uma vez credenciados pela COGEAM, os candidatos e candidatas devem passar por Curso de Capacitação de Conselheiros(as), organizado e oferecido periodicamente pelo COGEIME.

§ 2º. A nomeação de membros dos Conselhos Diretores das Instituições Metodistas de Educação será feita pela COGEAM, na condição de Assembleia Geral de cada Instituição, entre os candidatos e as candidatas previamente credenciados(as) e aprovados(as) no Curso de Capacitação.

§ 3º. Salvo no caso previsto no Art. 152, § 1º., cada Conselheiro e Conselheira pode ser eleito(a) para apenas um Conselho Diretor, em nível geral, observado o seguinte:

- a. ex-funcionário(a) de Instituição Metodista de Educação só pode ser eleito(a) para o Conselho Diretor da Instituição em que tenha trabalhado após 5 (cinco) anos de seu desligamento;

- b. não pode ter cônjuge ou parentes até segundo grau exercendo qualquer cargo, função ou prestação de serviços remunerada na respectiva Instituição Metodista de Educação;
- c. não pode ser funcionário(a) de uma outra Instituição Metodista de Educação.

§ 4º. Este artigo está intermitido pelo 20º. Concílio Geral.

Art. 190. A COREAM é responsável por credenciar os candidatos e as candidatas a membros de Conselhos Diretores de Instituições Metodistas de Educação regionais, a partir do cadastro mantido pela Coordenação Regional de Educação Cristã.

Parágrafo único. Este artigo está intermitido pelo 20º. Concílio Geral.

Art. 191. O mandato de membro de Conselho Diretor é de 4 (quatro) anos, devendo-se coibir que o(a) Conselheiro(a) exerça mais de 2 (dois) mandatos consecutivos no mesmo Conselho Diretor.

SEÇÃO IV

DAS INSTITUIÇÕES DE PREPARO BÍBLICO-TEOLÓGICO

Art. 192. As Instituições de Educação Teológica são órgãos mantidos pela Igreja Metodista com o objetivo de capacitar seus membros para o exercício dos diversos ministérios necessários ao cumprimento da Missão.

Art. 193. O currículo mínimo, a estrutura dos cursos de formação teológica e os critérios para credenciamento de professores e professoras de Teologia nas instituições de ensino teológico da Igreja Metodista

são estabelecidos no Plano Nacional de Educação Teológica (PNET), preparados pela Coordenação Nacional de Educação Teológica (CONET) e aprovados pelo Colégio Episcopal.

§ 1º. As Instituições de Educação Teológica da Igreja Metodista integram-se por meio da CONET.

§ 2º. A CONET, órgão assessor do Colégio Episcopal na área de educação teológica, é composta por representantes do Sistema Metodista de Educação, Colégio Episcopal, Reitor ou Reitora da Faculdade de Teologia, diretores e diretoras dos Centros Teológicos Regionais e outras pessoas de reconhecido saber e experiência no campo da educação teológica, nomeadas pelo Colégio Episcopal, com a responsabilidade de preparar e implementar o desenvolvimento do PNET, nos termos da regulamentação aprovada pelo Colégio Episcopal.

§ 3º. A CONET estabelece, no PNET, critério de padrão para ministração dos cursos de formação teológica na Faculdade de Teologia e nos Centros Teológicos Regionais, submetendo-o à aprovação do Colégio Episcopal.

§ 4º. A instituição geral de preparo bíblico-teológico de nível superior é a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (FATEO).

§ 5º. A educação teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus, à luz da Bíblia e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo Metodismo Histórico, como instrumento de reflexão e ação, para capacitar o povo de Deus, leigos e leigas, clérigos e clérigas, para a Vida e a Missão na dimensão profética.

SEÇÃO V

DAS INSTITUIÇÕES DE AÇÃO SOCIAL

Art. 194. As Instituições de Ação Social da Igreja Metodista são por ela instituídas e têm por finalidade, como cumprimento da Missão, a prestação de serviços, na área de Ação Social, à luz do Plano para a Vida e a Missão.

Art. 195. As instituições e os ministérios de ação social da Igreja Metodista têm por objetivos:

I. conscientizar o ser humano de que é sua responsabilidade participar na construção do Reino de Deus, promovendo a vida, num estilo que seja acessível a todas as pessoas;

II. cooperar para que a pessoa e a comunidade se libertem de tudo quanto as escraviza;

III. participar na busca e efetivação de soluções de necessidades pessoais, socioeconômicas, de trabalho, de saúde, de educação e de outras fundamentais para a dignidade humana.

Art. 196. As Instituições e os Ministérios de Ação Social da Igreja Metodista não têm personalidade jurídica própria e se organizam como associação sem fins econômicos.

Art. 197. A criação de Instituições de Ação Social na Igreja Metodista obedece ao disposto nestes Cânones e na legislação civil, devendo ter seu funcionamento garantido pelo Concílio instituidor, ao qual caberá prover, no respectivo orçamento, a verba necessária para o seu sustento econômico-financeiro.

§ 1º. A criação de Instituição de Ação Social na Igreja Metodista pode ocorrer por iniciativa da igreja local ou da Região,

ficando condicionada a parecer favorável, respectivamente, da CLAM ou COREAM.

§ 2º. A expressão “Metodista” deve constar da denominação jurídica das Instituições de Ação Social da Igreja Metodista, de maneira a caracterizar sua vinculação e a marca da confessionalidade.

§ 3º. O Plano de Ação da Instituição Metodista de Ação Social integra o Plano de Ação da igreja local ou da Região, conforme seu órgão instituidor.

§ 4º. O Conselho Diretor de cada Instituição Metodista de Ação Social deve ser composto por membros da Igreja Metodista.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL

CAPÍTULO I

DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 198. A administração econômico-financeira é exercida pelos Concílios, Coordenações Geral, Regional e Local de Ação Missionária, Conselhos Diretores e Tesourarias.

Parágrafo único. A COGEAM estabelece as normas complementares a este capítulo.

SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Art. 199. O planejamento econômico-financeiro tem por finalidade o levantamento das possibilidades reais da Igreja Metodista, para disciplinar cada atividade e consolidar suas ações, como uma das expressões de sua integração como Igreja Metodista conexional.

§ 1º. O instrumento básico do planejamento é o Orçamento-Programa, que abrange todas as atividades da Igreja Metodista.

§ 2º. Os(as) Presidentes da COGEAM, COREAM e CLAM, segundo a organização de cada uma, elaboram propostas de seus Orçamentos-Programas, a serem aprovados pelos Concílios respectivos, dos quais constam todos os recebimentos e pagamentos previstos em função do Plano de Ação que será realizado no período.

§ 3º. As igrejas locais encaminham seus Orçamentos-Programa ao Presidente ou à Presidente do Concílio Regional, que os consolida em um único instrumento, após a inclusão do Orçamento-Programa deste órgão, remetendo-o à aprovação do respectivo Concílio.

§ 4º. A consolidação se faz conforme os planos de ação dos ministérios, para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação.

§ 5º. O Concílio Regional, ao estabelecer a cota orçamentária por igreja local, leva em conta a situação socioeconômica e o número de membros de cada uma, conforme Livro de Rol de Membros da igreja local.

§ 6º. A COGEAM aprova as normas técnicas para elaboração de Orçamento-Programa.

§ 7º. As despesas de viagem e hospedagem de representantes em Concílios, Conselhos e similares são pagas pelos respectivos órgãos representados.

§ 8º. Os recursos econômico-financeiros provenientes de Igrejas Cooperantes, órgãos paraeclesiais e similares são aplicados exclusivamente em projetos e programas aprovados pelos Concílios.

§ 9º. Quando criada uma nova Região Eclesiástica ou Missionária por desmembramento, o orçamento para o compromisso missionário nacional será rateado entre as Regiões envolvidas, conforme a média das arrecadações do ano anterior.

SEÇÃO II

DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

Art. 200. Cabe a cada órgão, na sua esfera de competência, proceder ao controle da execução do planejamento econômico-financeiro de sua jurisdição, mediante o acompanhamento de relatórios ou de outro instrumento aprovado pela COGEAM.

Parágrafo único. Nenhum órgão, instituição ou igreja local pode aplicar fundos a não ser para os fins para os quais foram feitas as contribuições, nem autorizar a particulares empréstimos de fundos que se destinam ao seu trabalho.

SEÇÃO III

DOS RECEBIMENTOS, PAGAMENTOS E GUARDA DE VALORES

Art. 201. Os recebimentos, pagamentos e guarda de valores são de competência dos(as) Tesoureiros(as), que utilizam livros contábeis para sua escrituração, de acordo com o plano de contas aprovado pelo Concílio Geral, para aplicação em todos os níveis da administração.

§ 1º. As Tesourarias são as seguintes:

- a. da igreja local;
- b. dos Concílios Regionais;
- c. do Concílio Geral;
- d. das instituições que funcionam em nome da AIM.

§ 2º. As pessoas, indicadas nesta legislação, recebem poderes especiais para movimentação de contas bancárias em nome da AIM, mediante procuração com validade máxima de 2 (dois) anos, autorizada pelo órgão competente, vedado o substabelecimento, sempre assinando em conjunto, nos termos destes Cânones.

§ 3º. As Tesourarias só podem manter conta em bancos autorizados pela COGEAM, COREAM e CLAM, conforme o caso.

§ 4º. Os órgãos das igrejas locais podem indicar pessoas credenciadas para proceder ao levantamento de recursos e pagamentos decorrentes de seu funcionamento, que sejam sujeitas à prestação de contas perante a Tesouraria.

§ 5º. Os Tesoureiros ou Tesoureiras são os(as) responsáveis finais pela qualidade e segurança do trabalho por eles(as) desenvolvido e pelos(as) seus(suas) prepostos(as), cabendo aos(às) primeiros(as) a fiscalização das atividades por estes(as) executadas em seu nome.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Art. 202. A administração patrimonial da Igreja Metodista é exercida pelos Concílios e Secretarias Executivas da AIM, nos termos desta legislação, tendo por finalidade disciplinar o uso adequado dos bens, sua conservação e manutenção, assim como estabelecer normas para a aquisição, troca, alienação, hipoteca e outras providências relativas ao patrimônio da Igreja.

§ 1º. Entendem-se como bens patrimoniais, para os efeitos deste capítulo, apenas os imóveis, veículos e títulos de crédito.

§ 2º. Em todos os casos, os imóveis que são de propriedade da AIM, utilizados por instituições da Igreja Metodista com personalidade jurídica própria, são entregues a elas sob a forma de locação.

§ 3º. Na hipótese do § 2º. deste artigo, as despesas com a manutenção e conservação são do órgão locatário, e qualquer acréscimo que seja feito ao imóvel cedido passa a integrá-lo sem que seja devido qualquer ressarcimento à instituição.

§ 4º. A realização dos acréscimos mencionados no § 3º. deste artigo dependem de autorização prévia da Secretaria Executiva da AIM à qual está vinculada a Instituição.

§ 5º. Os Concílios Geral e Regional decidem sobre a aquisição com ônus, assim como sobre alienação, troca, recebimentos de legados e doações, mediante parecer favorável da correspondente Secretaria Executiva da AIM.

§ 6º. As disposições do presente capítulo aplicam-se, no que couber, às instituições mantidas pela AIM e que tenham personalidade jurídica própria.

§ 7º. Todas as despesas decorrentes da administração patrimonial, nos termos do presente capítulo, correm à conta do órgão interessado ou responsável pelo bem.

§ 8º. Todas as providências legais referentes à transação aprovada são de responsabilidade do órgão interessado ou responsável pelo bem, especialmente no que tange à lavratura de escrituras, registros nos cartórios próprios, registro ou inscrição de documentos nos órgãos públicos e outras pertinentes a cada caso.

§ 9º. Todos os órgãos responsáveis por bens da AIM devem manter devidamente escriturado o livro de inventário, do qual extraem e mandam à Secretaria Executiva da AIM do seu nível, em 31 de dezembro de cada ano, relação dos bens existentes e com os comprovantes dos direitos da Igreja Metodista sobre imóveis, títulos nominativos adquiridos, assim como da averbação de construções realizadas no ano.

SEÇÃO I

DA AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO DE DOAÇÕES E LEGADOS E TROCA POR BEM DE MAIOR VALOR

Art. 203. O patrimônio da Igreja Metodista pode ser acrescido por aquisição, recebimento de doações, legados ou troca por bens de maior valor, obedecidas as seguintes condições:

- I. solicitação do órgão interessado;
- II. aprovação prévia pelo Concílio Regional ou Geral, conforme o caso;

III. comprovação da viabilidade financeira para realização da transação, quando se tratar de aquisição ou troca;

IV. não existência de cláusulas que obriguem a Igreja Metodista a tomar providências que contrariem suas finalidades ou lhe sejam excessivamente onerosas, nos casos de doação ou legado;

V. autorização para o substabelecimento de procuração pela AIM, pelo órgão competente, com a indicação da qualificação da pessoa proposta e os fins a que se destina

VI. remessa de ata da reunião do Concílio em que foi aprovada a transação à Secretaria Executiva da AIM do seu nível.

Art. 204. A Secretaria Executiva da AIM, Geral ou Regional, conforme o caso, examina os documentos recebidos e, se em ordem, concede o substabelecimento da procuração da AIM, quando não for indicada a participação direta da própria Secretaria Executiva.

SEÇÃO II

DA ALIENAÇÃO OU TROCA DE BENS IMÓVEIS POR OUTROS DE MENOR VALOR

Art. 205. Os bens livres da Igreja Metodista podem ser objeto de alienação ou troca por outros de menor valor, desde que obedecidas as seguintes condições:

I. solicitação do órgão interessado;

II. aprovação pelo Concílio Regional ou Geral, conforme o caso;

III. indicação do preço e do plano de aplicação do valor da alienação ou da finalidade do novo bem, quando se tratar de troca, e aplicação da diferença do preço;

IV. indicação do nome da pessoa que receberá o substabelecimento da procuração para os atos legais necessários e sua

qualificação, quando não for indicada a participação direta da Secretaria Executiva da AIM;

V. lavratura, pelos órgãos participantes da decisão, de ata especial da reunião, onde estejam perfeitamente identificados os bens ou o bem, o valor da transação, a forma de recebimento e os dados indicados nos incisos III e IV, deste artigo, nos termos do Art. 202, § 5º., destes Cânones;

VI. parecer favorável da Secretaria Executiva da AIM sob cuja jurisdição se encontra o imóvel.

§ 1º. O produto da alienação de um bem somente se aplica na aquisição ou melhoria de outro para o mesmo fim, salvo decisão em contrário dos Concílios Geral ou Regional, conforme for o caso.

§ 2º. Os Concílios Geral e Regional podem decidir contra o parecer da Secretaria Executiva da AIM, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 3º. O Concílio Local pode aplicar as normas previstas neste artigo, exclusivamente com relação aos imóveis utilizados por suas Congregações.

§ 4º. O parágrafo 1º. (primeiro) deste artigo está intermitido pelo 20º. Concílio Geral.

SEÇÃO III

DOS EMPRÉSTIMOS

Art. 206. Os bens imóveis da Igreja Metodista podem servir de garantia hipotecária a empréstimos contratados com a finalidade de aplicação patrimonial, seja para aquisição, construção ou ampliação nas Igrejas Locais ou instituições, obedecidas as condições do Art. 202 destes Cânones, no que couber.

Parágrafo único. Os empréstimos com ou sem garantia hipotecária dependem de autorização do Concílio Geral ou Regional ao qual o solicitante esteja vinculado, mediante parecer favorável da Secretaria Executiva da AIM do respectivo nível.

Art. 207. Em casos especiais, a AIM pode dar aval a transações financeiras de Igrejas Locais e de instituições, de acordo com a regulamentação baixada pelo Concílio Geral.

SEÇÃO IV DAS CONSTRUÇÕES

Art. 208. As construções obedecerão às seguintes condições:

- I. aprovação prévia dos Concílios Geral ou Regional ou do Conselho Diretor, quando se tratar de Instituição, e da Secretaria Executiva Geral ou Regional da AIM, nos demais casos;
- II. execução pelo órgão responsável, das seguintes medidas:
 - a. providenciar os projetos e plantas;
 - b. solicitar orçamentos, estudá-los e submetê-los à aprovação do Concílio ou Conselho Diretor correspondente, com parecer;
 - c. escolher a empresa construtora e a forma contratual;
 - d. verificar se o terreno está devidamente registrado em nome da AIM ou, se usado contrato, livre de qualquer risco;
 - e. submeter os projetos e plantas às aprovações legais;
 - f. verificar se toda a documentação relativa à construção está em nome da AIM;

- g. providenciar a inscrição da construção no órgão da Previdência Social competente, quando for o caso;
- h. contratar a execução da construção, por meio do representante legal;
- i. acompanhar o andamento da construção, verificando se os projetos e plantas são obedecidos;
- j. requerer nas repartições o “habite-se” e a correspondente certidão, providenciando sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis, com envio de cópia desta à Secretaria Executiva da AIM, Geral ou Regional, conforme o caso, com o relatório financeiro da obra;
- k. determinar o método de levantamento dos recursos necessários à construção, autorizar o estabelecimento bancário no qual os depósitos são efetuados em nome da AIM, quando não se tratar de instituição com personalidade jurídica própria.

§ 1º. Recursos para construções só podem ser levantados na área de outro Concílio, quando este conceder autorização expressa.

§ 2º. Os recursos destinados à construção são movimentados pelo(a) Tesoureiro(a) da área correspondente e depositados em conta bancária especial.

§ 3º. Os contratos de construção são assinados por procurador(a) escolhido(a) pelo Concílio correspondente, portador(a) de procuração com poderes especiais, substabelecida pelo(a) Secretário(a) Executivo da AIM da jurisdição, podendo ser firmados por empreitada ou administração, com ou sem financiamento.

§ 4º. Não é permitida a construção de qualquer natureza em terreno cuja propriedade não esteja assegurada por escritura lavrada em nome da AIM e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, salvo quando houver contrato de cessão aprovado e

assinado pelo órgão próprio da AIM, no qual estejam definidas as responsabilidades das partes e o prazo de utilização.

§ 5º. O órgão ou instituição pode contratar, com ou sem ônus, os(as) profissionais necessários(as) à administração das obras, quando a exigência legal assim o determinar.

§ 6º. As instituições da Igreja Metodista em geral aplicam, no que couber, as disposições deste artigo.

§ 7º. Em nenhuma hipótese é permitida a construção de terceiros em terrenos próprios da AIM.

SEÇÃO V

DO CADASTRO DE BENS IMÓVEIS

Art. 209. A Secretaria Executiva Geral da AIM, com o apoio das suas Secretarias Executivas Regionais, mantém cadastrados todos os bens imóveis que constituem o patrimônio da Igreja Metodista, desdobrados segundo os níveis da administração, ficando a cargo da primeira os controles referentes aos imóveis gerais, e aos segundos os demais, em suas respectivas jurisdições.

Parágrafo único. A AIM estabelece as normas necessárias à implantação e ao funcionamento do cadastro referido neste artigo.

CAPÍTULO III

DA LOCAÇÃO

Art. 210. Os atuais Contratos de Comodato de propriedades da AIM com as Instituições Metodistas de Educação são alterados para Contratos de Locação, paulatinamente, de acordo com as condições financeiras de cada uma destas.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

SEÇÃO I

DO SUSTENTO DOS MEMBROS CLÉRIGOS

Art. 211. O subsídio do membro clérigo é definido pelo Concílio Regional, podendo ser complementado a critério da igreja local, órgão ou instituição objeto da nomeação episcopal com ônus, respeitadas as condições estabelecidas pelo Concílio Regional e as normas destes Cânones.

§ 1º. O subsídio correspondente ao mês de nomeação é pago pela igreja local ou instituição de onde são transferidos os membros clérigos com ônus.

§ 2º. O subsídio é integrado pelo adicional por tempo de serviço, até seis (6) quinquênios, e dos encargos de família.

Art. 212. O subsídio dos membros clérigos nomeados com ônus não pode ser inferior ao valor mínimo aprovado anualmente pelo Concílio Regional, observado o seguinte:

I. adicional por encargo de família de 25% (vinte e cinco por cento) da base regional para o cônjuge e 10% (dez por cento) por filho(a) menor de 18 anos ou 21 anos, enquanto este(a) for dependente e estudante;

II. adicional por tempo de serviço de 10% (dez por cento) da base regional para cada quinquênio de trabalho, a contar da data da primeira nomeação de tempo integral subsidiada, até o limite de 60% (sessenta por cento) da base regional, descontadas as interrupções e licenças;

§ 1º. O adicional por encargo de família é mantido, independentemente de idade, para os(as) filhos(as) definitivamente incapazes para o trabalho e que vivam sob a dependência financeira do membro clérigo.

§ 2º. Quando ambos os cônjuges forem clérigos, somente um deles tem direito ao encargo de família e ao percentual por filho(a) dependente.

§ 3º. Aos membros clérigos nomeados com ônus é assegurada a remuneração de 1/3 (um terço) a mais do subsídio referente às férias.

§ 4º. É permitido à igreja local negociar com o membro clérigo valor de subsídio acima da base regional, cumpridas suas obrigações com as áreas Regional e Geral.

§ 5º. É permitido à igreja local negociar com o membro clérigo uma cota de custeio, adequada à realidade da igreja local, respeitados os limites mínimo de 50% (cinquenta por cento) e

máximo de 100% (cem por cento) referente aos custos de água, luz, telefone, seguro de vida e plano de saúde.

§ 6º. Aos membros clérigos nomeados com ônus é assegurada a formação de um pecúlio por tempo de serviço, regulamentado pelo Concílio Geral e calculado na base de 8% (oito por cento) da remuneração mensal.

§ 7º. O disposto no § 6º. deste artigo não se aplica aos membros clérigos nomeados sem ônus e aos que prestam serviços a instituições e similares.

§ 8º. Em caso de separação judicial, o cônjuge clérigo deixa de receber os 25% (vinte e cinco por cento) de encargo família, referido no inciso I deste artigo.

Art. 213. O membro clérigo, nomeado com ônus, tem direito a moradia em casa pastoral e reembolso de despesa com combustível usado no exercício da função.

§ 1º. Quando não houver casa pastoral, a igreja local, Região, Instituição ou órgão para o qual foi nomeado o membro clérigo com ônus assume o aluguel, dentro de suas possibilidades.

§ 2º. Quando houver casa pastoral e o membro clérigo quiser residir em outra casa, a igreja local, Região, Instituição assume parte do aluguel limitado ao valor da locação da casa pastoral.

SEÇÃO II

DO AFASTAMENTO

Art. 214. O membro clérigo se afasta do serviço ativo por aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja Metodista ou à conta do órgão de previdência social oficial, por licença, remunerada ou não, ou disponibilidade, passando à condição de clérigo inativo, conforme disposições destes Cânones.

Subseção I

DA APOSENTADORIA COM ÔNUS PARA A IGREJA

Art. 215. Aposentadoria, à conta da Igreja Metodista, é o afastamento do membro clérigo que tenha satisfeito as condições mínimas fixadas nesta subseção.

Art. 216. A aposentadoria pode ser concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja Metodista, aos membros clérigos que, admitidos antes de 1º de janeiro de 1975, continuaram vinculados exclusivamente à sua previdência interna, nas condições acordadas com seus respectivos Concílios Regionais, e com as estipuladas a seguir:

I. aposentadoria por tempo de serviço, quando o membro clérigo completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço remunerado, mediante nomeação episcopal;

II. aposentadoria por invalidez, quando o membro clérigo for considerado incapaz para o serviço ativo;

III. aposentadoria por idade, quando o membro clérigo atinge a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos.

§ 1º. O comparecimento de membro clérigo ativo a exame médico e psicológico com a finalidade de determinar sua invalidez para o serviço ativo ocorre por iniciativa do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente, motivada ou não por requerimento do(a) interessado(a).

§ 2º. No caso do § 1º. deste artigo, o membro clérigo se sujeita aos exames mencionados, feitos por profissionais indicados pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente.

§ 3º. A aposentadoria por invalidez pode ser concedida compulsoriamente pelo Concílio Regional, à vista das provas médicas

e psicológicas que a recomendem, por proposta do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente.

§ 4º. As aposentadorias por tempo de serviço e por idade podem ser concedidas compulsoriamente pelo Concílio Regional, por proposta do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente, ao membro clérigo que tenha satisfeito todas as condições exigidas, desde que a situação pessoal assim o recomende.

Subseção II

DA APOSENTADORIA SEM ÔNUS PARA A IGREJA

Art. 217. O Concílio Regional concede aposentadoria de qualquer tipo, sem ônus para a Igreja Metodista, aos membros clérigos desvinculados do sistema de previdência interna, desde que a requeiram e comprovem a correspondente concessão pelo órgão de previdência social oficial.

Art. 218. O Concílio Regional pode conceder aposentadoria por idade e sem ônus a membro clérigo que contribuir exclusivamente para a previdência social oficial, por proposta do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente, quando ele alcançar a idade de 65 (sessenta e cinco) anos.

§ 1º. Revogado.

§ 2º. Revogado.

Art. 218A. Aos 70 anos, o membro clérigo deixa de receber nomeação episcopal, sendo-lhe ressalvado o direito de concluir eventual mandato designado pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente.

§ 1º. Integrantes do Colégio Episcopal têm garantido o direito de terminar seu mandato.

§ 2º. o membro clérigo, com nomeação episcopal, ao completar 65 anos de idade, passa a receber mentoria, nomeada pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente, do quadro presbiteral, a fim de humanizar o processo de transição, facultando-se-lhe:

- a. iniciar oficialmente a mentoria;
- b. receber orientação quanto a atendimento psicológico, ocupacional ou outro, bem como no cuidado com sua nova realidade econômica, se necessário.

§ 3º. O Concílio Regional concede o título de Pastor Emérito ou Pastora Emérita, Presbítero Emérito ou Presbítera Emérita, ao membro clérigo com nomeação episcopal que se aposentar a pedido ou por idade.

Art. 219. A aposentadoria concedida pela previdência social oficial a membro clérigo não vinculado ao sistema de previdência interna da Igreja, não impede sua classificação como membro clérigo ativo, até que o Concílio Regional o desligue do serviço ativo.

Art. 220. Em caso de cessação da causa da invalidez, o Concílio Regional pode reclassificar o membro clérigo como ativo, mediante proposta do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente e parecer favorável da Comissão Regional de Relações Ministeriais, elaborado à vista de laudo médico.

Subseção III DA DISPONIBILIDADE

Art. 221. Disponibilidade é a condição do membro clérigo do serviço ativo, sem remuneração, por proposta do Bispo Presidente ou da

Bispa Presidente e decisão do Concílio Regional, quando o membro clérigo ativo revela incapacidade, ineficiência no exercício de função eclesiástica ou quando não se apresenta ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente ao fim do período de licença para tratar de interesses particulares.

§ 1º. O membro clérigo declarado em disponibilidade perde o mandato e cargo para o qual tenha sido eleito ou nomeado por sua condição de clérigo.

§ 2º. O membro clérigo em disponibilidade pode retornar ao serviço ativo, desde que reúna as condições para a prestação desse serviço, mediante proposta do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente e decisão do Concílio Regional, nos termos dos Arts. 222 e 223 desta legislação.

§ 3º. Depois de decorridos 2 (dois) anos em disponibilidade, o membro clérigo, sendo Presbítero ou Presbítera, é excluído da Ordem Presbiteral, sendo declarada sem efeito sua credencial, salvo justificativa apresentada ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente e submetida ao Concílio Regional para aprovação.

§ 4º. Depois de decorridos 2 (dois) anos em disponibilidade, o membro clérigo, não Presbítero(a) é desligado(a) do Ministério Pastoral, salvo justificativa apresentada ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente e submetida ao Concílio Regional para aprovação.

§ 5º. Anualmente, o Concílio Regional procede à avaliação dos membros clérigos colocados em disponibilidade.

Art. 222. Quando o membro clérigo ativo revela incapacidade e/ou ineficiência no exercício da função eclesiástica, o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente convoca-o para um diálogo pastoral.

§ 1º. Na impossibilidade de solução, sem a aplicação do instituto da disponibilidade, a autoridade episcopal nomeia uma Comissão de, pelo menos, 3 (três) clérigos, devendo, no mínimo, um destes componentes da Comissão ser Superintendente Distrital.

§ 2º. No prazo máximo de 8 (oito) dias, a partir do ato de nomeação, a Comissão se reúne com o(a) indiciado(a) para informar, de maneira detalhada, as razões do procedimento instaurado contra ele(a), dando-lhe, a seguir, a palavra para produzir a sua defesa oral, facultando-lhe também a juntada de documentos.

§ 3º. A Comissão elabora relatório circunstanciado e encaminha-o ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente; se o relatório concluir pela aplicação da disponibilidade e o Bispo ou Bispa concordar com as conclusões apresentadas, proporá ao Concílio Regional a aplicação da medida, o que se fará nos termos dos Arts. 221 a 224 dos Cânones.

§ 4º. A aplicação da disponibilidade em razão de o membro clérigo não ter retornado após período de licença, será precedida de notificação da autoridade episcopal, tornando-se automaticamente efetiva, caso não se apresente para reassumir as funções.

§ 5º. Todas as audiências e procedimentos previstos neste artigo serão formalizados, os documentos autuados e as manifestações orais reduzidas a termo, assegurando-se em tudo o sigilo.

Art. 223. A disponibilidade pode ser revogada pelo Concílio Regional que a decretou, quando os seus motivos forem superados.

Art. 224. A revogação da disponibilidade obedece às seguintes condições:

- I. proposta do Bispo Presidente ou Bispa Presidente;
- II. parecer favorável da Comissão Regional de Relações Ministeriais;
- III. estabelecimento de período de observação a ser efetuada pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente;
- IV. aprovação provisória pelo Concílio Regional, mediante votação da maioria absoluta de seus membros, pela qual o membro clérigo reverte ao serviço ativo, sob condição;
- V. aprovação final pelo Concílio Regional, à vista de pareceres favoráveis do Bispo ou Bispa Presidente e da Comissão Regional de Relações Ministeriais, após o cumprimento das condições estabelecidas nestes Cânones.

Parágrafo único. O membro clérigo que não obtenha a decisão final favorável do Concílio Regional reverte à condição de disponibilidade.

Subseção IV DA LICENÇA

Art. 225. Licença é o afastamento do serviço ativo de membro clérigo por decisão superior, por motivo de estudo, viagem, doença, interesse particular, maternidade ou paternidade.

§ 1º. A licença para estudar, viajar ou tratar de interesses particulares é concedida pelo Concílio Regional, mediante parecer favorável do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente.

§ 2º. A licença para tratamento de saúde ou para a maternidade/paternidade é concedida com ônus pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente, observado o disposto no Art. 231 destes Cânones.

§ 3º. As licenças para estudar, viajar ou para tratar de interesses particulares são solicitadas fundamentadamente ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente do Concílio Regional, mas só podem ser requeridas após o(a) solicitante ter completado 2 (dois) anos de membro da Ordem, no caso de Presbítero ou Presbítera, ou ter completado 2 (dois) anos do ingresso no Ministério Pastoral, no caso do Pastor ou Pastora.

§ 4º. A licença para tratar de interesses particulares é concedida pelo período de até 2 (dois) anos, podendo ser novamente concedida após o interstício de 2 (dois) anos de nomeação episcopal.

§ 5º. As demais licenças são concedidas com a data de reapresentação estipulada, podendo ser renovadas.

§ 6º. O membro clérigo licenciado pode retornar antes do término do prazo da licença, desde que mantenha entendimentos prévios com o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente.

§ 7º. O membro clérigo em licença para tratar de interesses particulares que não se apresenta ao Bispo Presidente ou à Bispa Presidente da Região Eclesiástica ao fim dela para retornar ao serviço ativo é colocado em disponibilidade.

§ 8º. A licença-maternidade é concedida pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente para um período de acordo com a legislação vigente do país, sem prejuízo do subsídio.

§ 9º. A licença-paternidade é concedida pelo Bispo Presidente ou Bispa Presidente para um período de acordo com a legislação vigente do país, contados a partir da data do parto, sem prejuízo do subsídio.

§ 10. As licenças para estudar e para viajar podem ser concedidas com ônus quando o Concílio Regional reconhece nelas o interesse da Igreja Metodista.

§ 11. As licenças para tratar de interesses particulares são sempre concedidas sem ônus para a Igreja Metodista.

§ 12. As licenças para estudar, viajar, tratar da saúde ou maternidade/paternidade são convertidas em licença para tratar de interesses particulares quando o membro clérigo não se reapresenta na data prevista para o seu retorno ao serviço ativo.

Art. 226. Quando o membro clérigo é declarado inválido para o serviço ativo pelo Concílio Regional, por ser portador de moléstia não reconhecida pela previdência social oficial para a concessão da aposentadoria, mas que impeça efetivamente o exercício para tratamento das suas funções na Igreja, o Concílio o licencia para tratamento de saúde, com ônus.

SEÇÃO III

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 227. Todos os membros clérigos em atividade na Igreja Metodista são contribuintes obrigatórios da previdência social oficial, em equiparação ao regime de trabalhador(a) autônomo(a) ou outro que a lei vier a determinar.

§ 1º. Os membros clérigos são regidos em suas relações com a previdência social oficial pela legislação federal.

§ 2º. A contribuição destinada ao órgão de previdência social oficial é de responsabilidade pessoal do membro clérigo.

Subseção I**DOS MEMBROS CLÉRIGOS NÃO VINCULADOS
AO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA INTERNA**

Art. 228. São membros clérigos não vinculados ao sistema de previdência interna todos os que foram admitidos a partir de 1º. de janeiro de 1975 e aqueles que perderam o direito de serem aposentados com ônus pela Igreja Metodista por não cumprimento de obrigações ou por terem celebrado acordo com ela, liberando-a dessa responsabilidade, mediante o pagamento de indenização.

§ 1º. Os membros clérigos que se encontram na situação mencionada neste artigo contribuem obrigatoriamente para o órgão de previdência social oficial, segundo as normas do referido órgão.

§ 2º. A igreja local, órgão ou instituição para onde tenha sido nomeado o membro clérigo com ônus o indeniza em metade do valor da contribuição, dentro dos limites fixados pelo Concílio Regional, salvo quando estiver vinculado ao sistema de previdência interna da Igreja Metodista.

Art. 229. Quando o benefício recebido da previdência social oficial em razão de licença para tratamento de saúde for inferior à remuneração básica aprovada pelo Concílio Regional, a sua fonte pagadora complementa o referido benefício até o valor básico aprovado, desde que o membro clérigo não tenha interrompido sua progressão nas classes de contribuição na categoria de trabalhador(a) autônomo(a), em razão do tempo de serviço e de contribuição, nem reduzido o valor dessa contribuição.

Art. 230. A Igreja não se responsabiliza pelos prejuízos financeiros que o membro clérigo sofrer, se este se inscrever na previdência social oficial, para fins de contribuição, em faixa inferior à que teria direito de estar, em razão de seu tempo de serviço.

Subseção II

DOS MEMBROS CLÉRIGOS VINCULADOS AO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA INTERNA

Art. 231. As normas previdenciárias tratadas nesta subseção aplicam-se, exclusivamente, aos membros clérigos inscritos no sistema de Previdência Interna da Igreja Metodista até 31 de dezembro de 1974 e que dele não se tenham desligado, por acordo, impontualidade ou outra causa qualquer, cujos direitos estão garantidos dentro dos limites das normas previdenciárias da Igreja Metodista, vigentes naquela data, ou dos acordos posteriores celebrados com esta.

§ 1º. O pagamento do benefício da aposentadoria é efetuado pelos Concílios Regionais à sua conta.

§ 2º. É garantido o direito ao benefício da aposentadoria, em qualquer de suas formas, ao membro clérigo que não tenha esse direito pela previdência social oficial, por estar fora do limite de idade por ela exigido, em 31 de dezembro de 1974, para inscrição como seu associado ou associada.

§ 3º. Todos os membros clérigos que continuem vinculados ao sistema previdenciário interno da Igreja Metodista devem continuar a contribuir mensalmente aos seus respectivos Concílios Regionais, na proporção da base regional e adicional por tempo de serviço, cabendo à igreja local, órgão ou instituição para a qual estejam nomeados a responsabilidade pelo recolhimento do equivalente ao que seria a contribuição patronal do sistema previdenciário.

§ 4º. A contribuição mensal referida no parágrafo anterior deste artigo é igual a 8% (oito por cento) do valor da remuneração e deve ser recolhida mensalmente pelo órgão pagador, que procederá ao desconto automático da importância devida, quando possível.

§ 5º. Os membros clérigos vinculados ativamente ao sistema de previdência interna da Igreja Metodista que deixarem de recolher 12 (doze) contribuições mensais consecutivas perdem todos os seus direitos.

§ 6º. A responsabilidade pelo pagamento do benefício previdenciário a membro clérigo que serviu a mais de uma Região ou à Área Geral é proporcional ao tempo em que prestou serviços a cada uma, salvo se, na última, o período for superior a 15 (quinze) anos, na data da aposentadoria, quando, então, correrá integralmente à conta desta última.

§ 7º. Os membros clérigos que servirem a mais de uma Região ou Área Geral, conforme parágrafo anterior deste artigo, mas que tenham servido à última por menos de 15 (quinze) anos, receberão seus benefícios por intermédio da Região de origem.

§ 8º. Os ex-serventuários e ex-serventuárias sem vínculo com a Igreja Metodista têm suas relações previdenciárias reguladas pelo Concílio Geral.

§ 9º. A igreja local, órgão ou instituição está sujeita às sanções legais quando deixar de recolher, em tempo próprio, as contribuições à previdência social oficial.

§ 10. Compete à COGEAM regulamentar as normas deste capítulo.

CAPÍTULO V

DA CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 232. Quando projeto aprovado exigir a prestação de serviços remunerados de profissionais ou técnicos de qualquer natureza, sua contratação obedece às leis trabalhistas e previdenciárias em vigor.

Art. 233. O contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social e outros documentos trabalhistas são assinados em nome da AIM, por procurador ou procuradora indicado(a) pelo Concílio que aprovou a contratação dos serviços.

Art. 234. A igreja local, órgão ou instituição contratante é responsável pelos recolhimentos de impostos, taxas e contribuições devidas em razão de contratos de trabalho que assine, bem como pela representação da AIM em juízo, nas eventuais reclamações trabalhistas e pelos ônus delas decorrentes, incluindo os advocatícios.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

SEÇÃO I

DOS EXERCÍCIOS ECLESIASTICO E CONTÁBIL

Art. 235. Exercício Eclesiástico é o período de tempo que se inicia no dia 1º. de janeiro e se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 236. Exercício Contábil é o período de tempo coincidente com o ano civil, para o cumprimento das disposições da legislação civil e fiscal a que se submetem as igrejas locais e instituições em geral.

SEÇÃO II

DO MANDATO

Art. 237. Os mandatos têm sua vigência igual ao exercício eclesiástico correspondente ao seu nível administrativo, a saber:

I. Local, Distrital e Regional – 2 (dois) anos, que correspondem a 2 (dois) períodos eclesiásticos consecutivos;

II. Geral – 5 (cinco) anos. que correspondem a 5 (cinco) períodos eclesiásticos consecutivos.

§ 1º. Os mandatos dos membros dos conselhos diretores das instituições são regulados nos respectivos estatutos.

§ 2º. Os mandatos dos membros de órgãos intermediários, quando o Concílio Regional Ordinário for realizado antes do dia 31 de dezembro, terão sua vigência a partir do dia 1º. do novo ano civil.

§ 3º. As nomeações pastorais não se sujeitam ao disposto neste artigo.

§ 4º. Perdem o mandato, por renúncia tácita, os delegados, as delegadas e as pessoas ocupantes de cargos:

- a. que não comuniquem a sua impossibilidade de comparecimento à reunião a que tenham sido regularmente convocadas;
- b. que, por decisão do órgão competente, são declaradas inadimplentes ou desidiosas no cumprimento de suas obrigações.

§ 5º. Perdem o mandato os membros clérigos transferidos para a inatividade, em qualquer uma de suas modalidades, quando ocupem cargos que exigem representação clériga.

Art. 238. As eleições mencionadas nestes Cânones se processam por escrutínio, salvo decisão em contrário.

§ 1º. As eleições se fazem:

- a. para cargos individuais, por indicação de pelo menos 3 (três) nomes;
- b. para órgãos coletivos ou colegiados, por indicação do número necessário de nomes e, pelo menos, mais 1/3 (um terço), garantido o acréscimo mínimo de 3 (três) nomes.

§ 2º. A eleição por maioria absoluta de votos se processa por turnos, cuja lista de concorrentes, a partir do terceiro turno, inclusive, pode ser reduzida mediante a eliminação das pessoas menos votadas, em ordem numérica crescente, segundo critérios pré-fixados pelo colégio eleitoral.

§ 3º. Havendo empate em eleição considerada relevante, é realizada votação de desempate, em cuja lista constem apenas os nomes dos que estejam nessa condição.

SEÇÃO III DO IMPEDIMENTO

Art. 239. Nos diversos níveis da hierarquia da Igreja Metodista observam-se os seguintes impedimentos:

I. a mesma pessoa não pode ocupar mais de 2 (dois) cargos no mesmo nível de administração, isto é, superior, intermediária e básica, nem ocupar, simultaneamente, cargos eletivos ou de nomeação episcopal em órgãos ou instituições hierarquicamente interdependentes, salvo nos casos previstos nestes Cânones;

II. a mesma pessoa não pode ocupar simultaneamente cargo/função quando suplente em órgãos subordinados hierarquicamente, devendo optar por um ou outro;

III. somente o membro leigo ou clérigo que contribua regularmente para o sustento espiritual e material da igreja local pode ocupar cargo, função ou representação da administração superior, intermediária ou básica;

IV. qualquer pessoa que exercer cargo na COGEAM, cargos diretivos de instituições e/ou Conselhos Diretores não pode ter mais de 2 (dois) parentes em linha reta, colateral, consanguíneos, ou afinidade, até 2º grau, ou cônjuge, exercendo atividades remuneradas em instituições ou órgãos da Igreja Metodista;

V. os componentes de órgãos gerais colegiados de deliberação e judicante da Igreja Metodista não podem ter vínculo laboral empregatício remunerado de qualquer espécie com instituições mantidas pela Igreja Metodista;

VI. membros clérigos e leigos da Igreja Metodista não se vinculam à Maçonaria e sociedades secretas.

Parágrafo único. As pessoas que já são membros da Maçonaria ou qualquer outra sociedade secreta são obrigadas a renunciar a participação e vínculos com tais grupos, sob pena de disciplina eclesiástica. (CG 2021/2022)

SEÇÃO IV DAS REUNIÕES

Art. 240. Reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas com antecedência mínima de 14 (quatorze) e 7 (sete) dias, respectivamente, salvo disposição expressa em contrário.

Parágrafo único. Quando a pauta de uma reunião não se esgotar ou quando houver necessidade de suspender algum assunto para exames mais profundos ou complementações indispensáveis à sua decisão, a reunião pode ser suspensa por horas ou dias, voltando o organismo a se reunir, independentemente de nova convocação, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, como segunda sessão.

Art. 241. As reuniões ordinárias e extraordinárias dos Concílios são convocadas com a antecedência estabelecida nesta legislação, sendo eles instalados com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros votantes, salvo o Concílio Local, que se reúne com a presença do *quorum* estabelecido em seu Regimento Local.

§ 1º. A reunião extraordinária trata somente da matéria que a motiva, a qual consta obrigatoriamente da convocação.

§ 2º. Os membros de uma reunião extraordinária do Concílio Geral ou Regional são os mesmos da reunião ordinária anterior, sendo as vagas verificadas no período, ocupadas por suplentes.

§ 3º. As decisões tomadas em reuniões extraordinárias exigem a maioria de 2/3 (dois terços) dos membros.

§ 4º. Entende-se por maioria simples o maior número de votos apurados numa reunião; por maioria absoluta, mais da metade dos votos dos delegados e delegadas votantes que compõem o rol do Concílio em questão; e por maioria qualificada, maioria especial superior à absoluta.

SEÇÃO V

DA REPRESENTAÇÃO DA IGREJA

Art. 242. A representação da Igreja Metodista ou de órgãos que integram sua estrutura, em organismos ou instituições paraeclesiais regionais, nacionais e internacionais, é oficial se houver parecer favorável do Concílio Geral ou Regional.

Art. 243. Em qualquer instância, toda a função ou cargo de representação da Igreja Metodista só é preenchido por eleição pelo grupo ou órgão representado, salvo casos expressos nestes Cânones.

Art. 244. Nenhum membro de Concílio ou órgão, em qualquer instância, pode exercer duplicidade de representação no mesmo nível de administração.

SEÇÃO VI

DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Art. 245. Os Concílios podem delegar poderes a outros órgãos segundo suas competências.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o órgão delegado pode tomar decisão que contrarie decisão anterior do órgão delegante.

SEÇÃO VII

DA RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS OCUPANTES DE CARGOS OU FUNÇÕES

Art. 246. Respondem civil e criminalmente as pessoas ocupantes de cargos ou funções que tenham sob sua guarda bens e valores da Igreja Metodista ou sejam responsáveis pela sua aplicação, que ajam com culpa (imperícia, negligência ou imprudência) ou cometam ilícitos civis ou criminais.

Parágrafo único. A pessoa que exerce a supervisão ou coordenação de atividades de responsabilidade de ocupantes de cargos ou funções referidos no *caput* que, tendo conhecimento de atos ilícitos, não tomar providências, responderá solidariamente ao infrator ou infratora.

SEÇÃO VIII

DA CENTRALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS GERAIS

Art. 247. Os órgãos gerais da Igreja Metodista funcionam centralizados em local determinado pelo Concílio Geral.

TÍTULO VI

DAS NORMAS DA DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA

SEÇÃO I

DA APLICAÇÃO

Art. 248. Disciplina eclesiástica é o meio pelo qual a Igreja Metodista procura, em amor, conduzir seus membros, homens e mulheres, ao arrependimento, à reconciliação, ao perdão, à integração mútua e ao testemunho cristão, conforme os ensinamentos de nosso Senhor Jesus Cristo e seus discípulos e discipulas (Mt 18.15-22; Jo 8.1-11; At 5.1-11; 1Co 5.1-13 e 6.1-8; 2Co 2.5-11; 1Tm 5.17-21 e Hb 12.4-17).

§ 1º. O exercício da disciplina da Igreja Metodista se faz de acordo com as orientações canônicas e pastorais do Colégio Episcopal, Manual de Disciplina e Código de Ética Pastoral.

§ 2º. O Manual de Disciplina e o Código de Ética Pastoral fazem parte integrante do processo de disciplina.

Art. 249. Será passível de processo disciplinar quem: (CG 2021/2022)

I. Deixar de cumprir os votos de membro clérigo ou membro leigo da Igreja Metodista;

II. Faltar aos deveres inerentes ao cargo que ocupar;

III. Desobedecer às determinações das autoridades superiores ou infringir as leis da Igreja Metodista;

- IV. Divulgar doutrinas contrárias aos padrões da Igreja Metodista;
- V. Praticar atos contrários à moral e à ética cristãs.

§ 1º. Revogado.

§ 2º. Revogado.

§ 3º. O Ministério de Ação Episcopal, no exercício de sua competência, decide sobre o afastamento temporário de clérigo ou clériga que tenha infringido gravemente a disciplina eclesiástica.

SEÇÃO II

DA AÇÃO DISCIPLINAR

Subseção I

DA QUEIXA E DA DENÚNCIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 250. A ação disciplinar é movida por Queixa ou Denúncia escrita por iniciativa exclusiva de membros da Igreja Metodista conforme os princípios estabelecidos no artigo 10 destes Cânones. (CG 2021/2022)

Art. 250-A. É autoridade competente para receber uma ação disciplinar: (CG 2021/2022)

I. O Pastor ou a Pastora Titular presidente do Concílio Local, contra membro leigo;

II. O Bispo Presidente ou Bispa Presidente do Concílio Regional, contra membro clérigo;

III. O Bispo Presidente ou Bispa Presidente ou Vice-Presidente do Colégio Episcopal, contra Presbítero ou Presbítera servindo como Bispo ou Bispa.

Parágrafo único. Quando a ação disciplinar contra membro leigo se referir a atos cometidos em nível regional ou geral, a autoridade competente para recebê-la é o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente do Concílio Regional, em nível regional, e o Bispo Presidente ou Bispa Presidente do Colégio Episcopal, em nível geral.

Art. 251. Considera-se Queixa a reclamação dirigida à autoridade competente sobre ofensas pessoais entre membros da Igreja Metodista, com apresentação do ato ou fato que caracterize a aplicação da disciplina conforme o Art. 249 destes Cânones. (CG 2021/2022)

Parágrafo único. A ação disciplinar motivada por Queixa obedecerá às seguintes fases: (CG 2021/2022)

- I. Conciliação;
- II. Investigação;
- III. Apresentação de defesa;
- IV. Instrução processual (depoimento pessoal e prova testemunhal);
- V. Razões finais e decisão.

Art. 251-A. Recebida a Queixa, a autoridade, em até 10 (dez) dias úteis, se reúne com as partes a fim de verificar a veracidade da mesma e, se for o caso, fazer a conciliação entre as partes, ver a possibilidade de correção e de perdão, de acordo com o Manual de Disciplina e Código de Ética Pastoral. (CG 2021/22)

§ 1º. Obtidos os objetivos previstos neste artigo, a Queixa é arquivada, dando-se como encerrada a questão, após leitura das Escrituras e aconselhamento pastoral.

§ 2º. Sendo frustrados os objetivos previstos com a tentativa de conciliação, a autoridade competente terá até 10 (dez) dias úteis a partir dessa reunião para convocar o respectivo órgão para nomeação da Comissão de Investigação.

§ 3º. A Comissão de Investigação vai apurar a procedência da Queixa e averiguar os indícios e provas. Após as diligências, a Comissão de Investigação encaminhará à autoridade o parecer pelo prosseguimento ou não do feito.

§ 4º. No caso de prosseguimento do feito, a partir da data de entrega do parecer da Comissão de Investigação, a autoridade competente terá até 10 (dez) dias úteis para convocar o respectivo órgão para nomeação de Comissão de Disciplina.

§ 5º. A Comissão de Disciplina, receberá a Queixa e o Parecer da Comissão de Investigação e notificará a parte querelada para apresentação de defesa em 15 (quinze) dias úteis.

§ 6º. Durante todo o trâmite processual da ação disciplinar movida por Queixa as autoridades competentes deverão promover a tentativa de conciliação entre as partes.

Art. 252. Considera-se Denúncia a apresentação à autoridade competente de um ato ou fato praticado por membro da igreja, que caracterize a aplicação da disciplina conforme o art. 249 destes Cânones, que prejudique os interesses da Igreja Metodista, não constituindo, como no caso da Queixa, qualquer ofensa pessoal ao(à) denunciante. (CG 2021/2022)

§ 1º. Não se admite conciliação para essa modalidade de ação disciplinar. (CG 2021/2022)

§ 2º. A ação disciplinar motivada por denúncia obedecerá às seguintes fases: (CG 2021/2022)

- I. Investigação;
- II. Apresentação de defesa;
- III. Instrução processual (depoimento pessoal e prova testemunhal);
- IV. Razões finais e decisão.

§ 3º. Após o recebimento da Denúncia, a autoridade competente terá até 10 (dez) dias úteis para convocar o respectivo órgão para nomeação da Comissão de Investigação. (CG 2021/2022)

§ 4º. A Comissão de Investigação vai apurar a procedência da Denúncia e averiguar os indícios e provas. Após as diligências, a Comissão de Investigação encaminhará à autoridade o Parecer pelo prosseguimento ou não do feito. (CG 2021/2022)

§ 5º. No caso de prosseguimento do feito, a partir da data de entrega do parecer da Comissão de Investigação, a autoridade competente terá até 10 (dez) dias úteis para convocar o respectivo órgão para nomeação de Comissão de Disciplina. (CG 2021/2022)

§ 6º. A Comissão de Disciplina receberá a Denúncia e o Parecer da Comissão de Investigação e notificará a parte denunciada para apresentação de defesa em 15 (quinze) dias úteis. (CG 2021/2022)

Subseção II DOS REQUISITOS DA QUEIXA

Art. 253. A ação disciplinar por Queixa inicia-se mediante a apresentação da reclamação perante a autoridade competente. São requisitos da Queixa: (CG 2021/2022)

I. reclamação datada e assinada, podendo ser por meio eletrônico, com descrição detalhada dos fatos que justifiquem a abertura de uma ação disciplinar; (CG 2021/2022)

II. nome e qualificação do(a) querelante e nome do(a) querelado(a);

III. rol de testemunhas, com nome completo e qualificação;

IV. fundamentação canônica, com citação dos artigos infringidos;

V. as provas com que o(a) querelante pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados. (CG 2021/2022)

VI. revogado.

§ 1º. É vedado à autoridade tomar conhecimento de qualquer Queixa anônima ou que não atende aos requisitos mencionados nesse artigo. (CG 2021/2022)

§ 2º. A autoridade, ao verificar que a Queixa não atende aos requisitos, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o(a) querelante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento. (CG 2021/2022)

Subseção III

DOS REQUISITOS DA DENÚNCIA

Art. 254. A ação disciplinar por Denúncia inicia-se mediante a apresentação do relato escrito perante a autoridade competente. São requisitos da Denúncia: (CG 2021/2022)

I. relato datado e assinado, podendo ser por meio eletrônico, com descrição detalhada dos fatos que justifiquem a abertura de uma ação disciplinar;

II. nome e qualificação do(a) denunciante e nome do(a) denunciado(a);

III. rol de testemunhas, com nome completo e qualificação;

IV. fundamentação canônica, com citação dos artigos infringidos;

V. as provas com que o(a) denunciante pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

§ 1º. É vedado à autoridade tomar conhecimento de qualquer Denúncia anônima ou que não atenda aos requisitos mencionados nesse artigo. (CG 2021/2022)

§ 2º. A autoridade, ao verificar que o relato não atende aos requisitos, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o(a) denunciante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento. (CG 2021/2022)

§ 3º. Havendo notícia relevante de inobservância das normas disciplinares da Igreja Metodista, a autoridade competente pode propor ao respectivo órgão a nomeação de uma Comissão de Averiguação para apurar a sua procedência. (CG 2021/2022)

§ 4º. A Comissão de Averiguação terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, para a conclusão do seu trabalho. (CG 2021/2022)

§ 5º. Confirmada pela Comissão de Averiguação a existência de ato que caracterize indisciplina eclesiástica, esta oferecerá à autoridade competente a Denúncia, observando o que preceitua os incisos desse artigo. (CG 2021/2022)

Subseção IV
DA COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO

Art. 255. A Comissão de Investigação é nomeada pelo órgão competente para apurar os fatos apresentados pela parte querelante ou denunciante, devendo produzir outras provas e evidências, se for o caso, e entregar o Parecer pelo prosseguimento ou não da ação disciplinar. (CG 2021/2022)

Art. 255-A. A Comissão de Investigação terá caráter transitório e será nomeada da seguinte forma: (CG 2021/2022)

- I. âmbito Local – CLAM;
- II. âmbito Regional – COREAM;
- III. âmbito Geral – COGEAM.

§ 1º. A Comissão de Investigação compõe-se de três (3) membros clérigos quando a queixa ou denúncia for contra clérigo ou clériga, e três (3) membros leigos quando a queixa for contra leigo ou leiga, sendo que o(a) Presidente da Comissão é eleito(a) pelos seus pares. (CG 2021/2022)

§ 2º. O(a) Relator(a) da Comissão de Investigação é escolhido(a) pelo(a) presidente da própria comissão. (CG 2021/2022)

Art. 255-B. Cabe à Comissão de Investigação: (CG 2021/2022)

- I. fazer investigações;
- II. ouvir as partes envolvidas;
- III. ouvir as testemunhas separadas entre si;
- IV. fazer acareações, se necessárias;
- V. em caso de Queixa, procurar levar a pessoa acusada ao arrependimento, quando há confissão;

VI. fazer relatório dos trabalhos, assinado pelos seus membros, e encaminhá-lo à autoridade competente que o repassará à Comissão de Disciplina.

Parágrafo único. A partir do momento que a Queixa ou Denúncia for entregue pela autoridade competente ao(à) Presidente da Comissão de Investigação, este(a) terá o prazo de quarenta e cinco (45) dias para concluir o trabalho, podendo ser prorrogado por mais quinze (15) dias.

Art. 255-C. Ao Relator ou à Relatora da Comissão de Investigação compete: (CG 2021/2022)

I. estudar a Queixa ou Denúncia e relatar na primeira sessão regular da Comissão para os devidos atos;

II. baixar os autos para novas diligências ou instruções complementares que se façam necessárias.

Subseção V DA COMISSÃO DE DISCIPLINA

Art. 256. A Comissão de Disciplina é nomeada pelo órgão competente quando o Parecer da Comissão de Investigação indicar pelo prosseguimento da ação disciplinar. A Comissão fará o processamento e julgamento da ação disciplinar, dando início ao contraditório e assegurando-se ampla defesa. (CG 2021/2022)

Art. 256-A. A Comissão de Disciplina terá caráter transitório e será nomeada da seguinte forma: (CG 2021/2022)

I. âmbito Local – CLAM;

II. âmbito Regional – COREAM;

III. âmbito Geral – COGEAM.

§ 1º. A Comissão de Disciplina compõe-se de cinco (5) membros clérigos quando a queixa for contra clérigo ou clériga e cinco (5) membros leigos quando a Queixa ou Denúncia for contra leigo ou leiga, sendo que o(a) Presidente da Comissão é eleito(a) pelos seus pares. (CG 2021/2022)

§ 2º O(a) Relator(a) da Comissão de Disciplina é escolhido(a) pelo(a) presidente da própria comissão. (CG 2021/2022)

§ 3º. Os(as) integrantes da Comissão de Disciplina não podem ser nomeados(as) para Comissão de Investigação da mesma ação disciplinar. (CG 2021/2022)

Art. 256-B. Cabe à Comissão de Disciplina: (CG 2021/2022)

I. analisar os documentos e provas produzidos pela Comissão de Investigação;

II. notificar à parte querelada ou denunciada para apresentar sua defesa;

III. ouvir as partes envolvidas;

IV. ouvir as testemunhas separadas entre si;

V. fazer acareações, se necessárias;

VI. em caso de Queixa, procurar levar a pessoa acusada ao arrendimento quando há confissão;

VII. fazer relatório dos trabalhos, assinado pelos seus membros, e encaminhá-lo à autoridade competente.

Art. 256-C. Ao Relator ou à Relatora da Comissão de Disciplina compete: (CG 2021/2022)

I. estudar a Queixa ou Denúncia e relatar na primeira sessão regular da Comissão para os devidos atos;

II. baixar os autos para novas diligências ou instruções complementares que se façam necessárias.

Subseção VI

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E JULGAMENTO

Art. 257. Após cumprida a fase preliminar de investigação, parecer da Comissão de Investigação e a fase de apresentação de defesa, passa-se à fase da instrução processual, que será conduzida pela Comissão de Disciplina, conforme o Art. 256. (CG 2021/2022)

Art. 258. A autoridade competente escolhe um membro da Igreja Metodista, designado como Promotor(a), para acompanhar o processo nesta fase, assumir a proteção dos interesses da Igreja Metodista e praticar os atos reservados às partes. (CG 2021/2022)

Art. 259. A Comissão de Disciplina julgará mediante o relatório produzido pela Comissão de Investigação, as razões apresentadas pelas partes e as provas produzidas no processo. (CG 2021/2022)

Art. 260. O(A) Presidente da Comissão deve assegurar o direito às partes de livre acesso ao processo, abrindo prazo para manifestação, sempre que for apresentada alguma petição ou prova pela parte contrária, sob pena de nulidade. (CG 2021/2022)

Art. 261. O(A) Presidente da Comissão de Disciplina deve intimar as partes para comparecimento da sessão de instrução, quando se dará a coleta dos depoimentos pessoais e das testemunhas. (CG 2021/2022)

Parágrafo único. No caso de depoimento testemunhal, deve ser oportunizado às partes a realização de perguntas, além daquelas realizadas pelos(as) integrantes da Comissão. (CG 2021/2022)

Art. 262. As partes serão intimadas pelo(a) Presidente da Comissão de Disciplina para a sessão de julgamento com prazo mínimo de quinze (15) dias. (CG 2021/2022)

Parágrafo único. Na sessão de julgamento, em caso exclusivo de Queixa, o(a) Presidente, antes de conceder a palavra ao(à) Relator(a), procederá a tentativa de conciliação, caso as partes estejam presentes. (CG 2021/2022)

Art. 262-A. Marcado o julgamento, a autoridade competente escolhe um membro da Igreja Metodista, designado como Promotor(a), para acompanhar o processo nesta fase, assumir a proteção do interesse da Igreja Metodista e praticar os atos reservados às partes. (CG 2021/2022)

Art. 263. Após a tentativa frustrada de conciliação, em caso exclusivo de Queixa, passa-se aos debates e julgamento da seguinte forma: (CG 2021/2022)

I. as partes, pessoalmente ou por procuradores e procuradoras, poderão usar a palavra pelo prazo máximo de vinte (20) minutos;

II. o(a) Relator(a) proferirá o seu voto e o(a) Presidente colherá os demais votos, o que, conforme decisão, far-se-á em sessão secreta e só será publicado no órgão oficial com consentimento do réu ou da ré;

III. as partes, se presentes, serão intimadas da decisão na própria audiência; se ausentes, por via postal com aviso de recebimento (AR) ou pela forma eletrônica; (CG 2021/2022)

IV. revogado;

V. cabe ao(à) Presidente da Comissão de Disciplina apenas voto de desempate.

Art. 263-A. As sessões previstas nas ações disciplinares, podem ocorrer de forma virtual, devendo contar com plataforma de fácil acesso a fim de possibilitar a participação de todos(as) os(as) integrantes da Comissão e as partes envolvidas. (CG 2021/2022)

Parágrafo único. Na impossibilidade da parte ter condições de participar da sessão virtual, esta deverá ocorrer obrigatoriamente na forma presencial. (CG 2021/2022)

Art. 263-B. Passada a fase preliminar de investigação, o prazo máximo para encerramento do processo disciplinar é de noventa (90) dias contados do recebimento da Queixa ou Denúncia pelo(a) Presidente da Comissão de Disciplina, podendo ser prorrogado por mais trinta (30) dias. (CG 2021/2022)

§ 1º. Fica suspenso o prazo para conclusão do trabalho das Comissões de Disciplina estabelecido no artigo 263-B, pelo período compreendido entre a data do processamento de Medidas Cautelares pelas Comissões Regionais de Justiça ou Comissão Geral de Constituição e Justiça, e a data de conclusão dessa mesma ação cautelar com a retomada do processo disciplinar. (CG 2021/2022; A/C 01/2018)

§ 2º. Quando a ação disciplinar envolver membros do Colégio Episcopal, será suspenso o prazo para convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral para suprimento de vacância episcopal, se for o caso, resguardado o período de 2 anos da última sessão ordinária, descontado o prazo da data de início da medida cautelar até o seu desfecho e a retomada do processo disciplinar. (CG 2021/2022; A/C 01/2018)

Subseção VII DA PRESCRIÇÃO

Art. 264. O prazo de prescrição de Queixa ou Denúncia será considerado: (CG 2021/2022)

I. no caso de Queixa, 6 (seis) meses a contar da data do fato ou da data em que se tomou conhecimento;

II. no caso de Denúncia, 2 (dois) anos a contar da data do fato ou da data em que se tomou conhecimento.

SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 265. A pessoa acusada tem direito a:

I. prazo de 15 (quinze) dias úteis, após receber da Comissão de Disciplina a notificação para promover seus elementos de defesa, por escrito; (CG 2021/2022)

II. apresentar as razões finais de defesa por escrito ou oralmente na sessão de julgamento, ou nomear alguém que o faça em seu lugar; (CG 2021/2022)

III. pedir a acareação de seus acusadores ou suas acusadoras e testemunhas contrárias, bem como das testemunhas entre si;

IV. apresentar quesitos para serem respondidos pela Comissão de Disciplina, na fase do contraditório. (CG 2021/2022)

Art. 266. As instâncias superiores, junto às quais pode haver recurso das partes, dentro de quinze (15) dias úteis a contar da data da ciência da sentença, são as seguintes:

I. Comissão Regional de Justiça, no caso de membro leigo, por atos praticados em nível local, distrital e regional;

II. Comissão Geral de Constituição e Justiça, no caso de membro de ordem eclesiástica e membro leigo por atos praticados em nível geral.

§ 1º. O julgamento, em grau de recurso, somente se faz à vista dos autos, acrescidos das razões, por escrito, das partes.

§ 2º. O promotor ou promotora poderá recorrer à instância superior; (CG 2021/2022)

§ 3º. A decisão a respeito de uma sentença dada por instância superior é final.

Art. 266-A. A parte poderá ser representada por procurador(a), desde que seja apresentada a devida procuração. (CG 2021/2022)

Art. 266-B. Duas ou mais pessoas podem ingressar com uma única ação disciplinar por Queixa ou Denúncia e duas ou mais pessoas podem ser acionadas num mesmo processo, quando se tratar do mesmo fato. (CG 2021/2022)

§ 1º. A autoridade competente poderá limitar o número de pessoas no mesmo processo, quando este comprometer a rápida solução ou dificultar a defesa, cabendo o fracionamento dos processos. (CG 2021/2022)

§ 2º. As Comissões de Investigação e de Disciplina que foram nomeadas para determinada ação disciplinar deverão ser as mesmas, no caso de processamento de outras ações que tratem do mesmo fato. (CG 2021/2022)

Art. 266-C. Os atos processuais serão preferencialmente realizados na forma digital, e as notificações podem ocorrer por correio ou por meio eletrônico. (CG 2021/2022)

§ 1º. Os prazos para defesa, manifestação ou recurso começam a correr no primeiro dia útil após o recebimento da notificação por correio ou após a confirmação do recebimento por meio eletrônico. (CG 2021/2022)

§ 2º. O presidente da Comissão certificará nos autos a confirmação do recebimento da notificação. (CG 2021/2022)

§ 3º. As partes devem manter atualizados seus dados de e-mail e telefone, enquanto o processo estiver em trâmite. (CG 2021/2022)

Art. 266-D. No caso de Queixa é possível a desistência do(a) querelante a qualquer tempo. No entanto, no caso de Denúncia não é possível a desistência da parte denunciante, cabendo às autoridades competentes o prosseguimento da ação. (CG 2021/2022)

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 267. Classificam-se as penalidades possíveis a que estão sujeitas as pessoas faltosas, na seguinte ordem:

- I. admoestação pela autoridade eclesiástica superior;
- II. suspensão, por tempo determinado, dos direitos de membro leigo ou clérigo e dos cargos ocupados;
- III. destituição dos cargos, funções e ministérios;
- IV. revogado;
- V. exclusão de Ordens Eclesiásticas;

VI. exclusão da Igreja Metodista.

§ 1º. Em caso de suspensão por tempo determinado de membro de Ordem eclesiástica, compete à Comissão de Disciplina respectiva determinar os direitos quanto à remuneração e moradia.

§ 2º. Os membros suspensos por tempo determinado voltam automaticamente ao gozo dos direitos e privilégios ou ao exercício de seus cargos, caso ainda tenham mandato ao findar o prazo de suspensão. (CG 2021/2022)

§ 3º. As penalidades impostas aos membros faltosos serão plenamente cumpridas sob pena de processo disciplinar para quem não fizer cumprir e/ou não as acatar. (CG 2021/2022)

Art. 268. Independentemente das penalidades disciplinares previstas no artigo anterior, o(a) infrator(a) que causar danos morais e/ou econômico-financeiros à Igreja Metodista deverá ser acionado(a) civil ou criminalmente, conforme o tipo da infração, e ressarcir os danos causados.

TÍTULO VII

DA ORDEM DO MÉRITO METODISTA

Art. 269. É criada a Ordem do Mérito Metodista em âmbito Geral e Regional, podendo ser agraciados Bispos e Bispas, membros clérigos e membros leigos da Igreja Metodista e de outras Igrejas.

Art. 270. Podem ser propostos em qualquer tempo e concedidos pela Ordem do Mérito Metodista os títulos de Emérito(a), Honorário(a) e de relevantes serviços prestados, a critério e por decisão do Concílio Geral ou de um Concílio Regional.

§ 1º. É privativa do Concílio Geral a concessão do título de Bispo Emérito ou Bispa Emérita.

§ 2º. A concessão de título de Bispo Emérito ou Bispa Emérita não acarretará ônus para a Igreja Metodista, no tocante ao pagamento de subsídios relativos às respectivas aposentadorias.

Art. 271. Os diplomas são expedidos pelo Bispo Presidente ou pela Bispa Presidente do Concílio que concede o título.

TÍTULO VIII

DO PASTOR OU PASTORA SUPLENTE

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA DE PASTOR OU PASTORA SUPLENTE

Art. 272. Pastor ou Pastora Suplente é categoria eclesiástica em extinção, na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, sem distinção de sexo, os membros que ela reconhece vocacionados para o santo Ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros Ministérios por ela reconhecidos, no desempenho da Missão.

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO DA CATEGORIA DE PASTOR OU PASTORA SUPLENTE

Art. 273. Os membros da categoria de Pastor ou Pastora Suplente são classificados como:

I. Pastor Suplente Ativo ou Pastora Suplente Ativa quando serve à Igreja Metodista mediante nomeação episcopal;

II. Pastor Suplente Ativo ou Pastora Suplente Ativa, quando não é portador(a) de nomeação episcopal, em razão de aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja ou não, de licença ou em disponibilidade.

§ 1º. Todos os Pastores e todas as Pastoras Suplentes que não estejam nas condições do inciso II, do *caput* deste artigo, recebem nomeação episcopal.

§ 2º. A nomeação episcopal é para cargo eclesiástico ou função da Igreja Metodista, sempre direta ou explicitamente relacionados com o Ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros por ela reconhecidos.

§ 3º. A nomeação episcopal define o regime de tempo parcial ou integral e os seus ônus.

SEÇÃO II

DOS DEVERES E DOS DIREITOS DO PASTOR OU DA PASTORA SUPLENTE

Art. 274. Os deveres do Pastor Suplente ativo e da Pastora Suplente ativa, além dos de membro leigo que lhe sejam pertinentes, são os seguintes:

- I. aceitar nomeação episcopal;
- II. cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;
- III. aceitar o regime da itinerância;
- IV. frequentar as reuniões do seu Concílio Regional;
- V. comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais da sua Região;
- VI. participar dos trabalhos de atualização, programados como formação continuada.

Art. 275. Os direitos do Pastor Suplente e da Pastora Suplente são os seguintes:

- I. gozar da vitaliciedade nas funções, respeitados os dispositivos canônicos;
- II. ser membro nato dos Concílios Distrital e Regional de sua Região Eclesiástica;
- III. transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os respectivos Bispos e Bispas, respeitado o interesse da Igreja Metodista;
- IV. votar e ser votado(a) para cargos e funções na Igreja Metodista;
- V. ser nomeado(a) nos termos das disposições destes Cânones;
- VI. aposentar-se, à conta da Igreja Metodista, de acordo com as Normas de Administração de Pessoal, constantes destes Cânones;
- VII. licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal destes Cânones;
- VIII. gozar licença-maternidade, quando Pastora Suplente casada ou licença-paternidade, quando Pastor Suplente casado;
- IX. gozar trinta (30) dias de férias anualmente;
- X. residir à conta da igreja local, órgão ou instituição, na respectiva área geográfica, quando sua nomeação for de tempo integral;
- XI. assumir votos de membro de outra igreja evangélica ou seita religiosa, abdicando dos votos de membro da Igreja Metodista;
- XII. apelar para instância superior em grau de recurso;
- XIII. desligar-se voluntariamente da categoria e receber certidão, a fim de arrolar-se numa igreja local.

Art. 276. O Pastor Suplente inativo e Pastora Suplente inativa têm os seguintes direitos:

- I. gozar de vitaliciedade na categoria, respeitados os dispositivos canônicos;

- II. ser membro nato do Concílio Regional, sem direito a voto;
- III. apelar para instância superior em grau de recurso;
- IV. colocar-se à disposição de uma igreja local para a realização de trabalhos especiais.

Art. 277. O Pastor Suplente inativo e a Pastora Suplente inativa têm os seguintes deveres:

- I. os mesmos do Pastor Suplente ativo ou Pastora Suplente ativa, no que couber;
- II. o de comunicar-se com o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente.

SEÇÃO III

DO AFASTAMENTO DO PASTOR OU DA PASTORA SUPLENTE

Art. 278. O Pastor Suplente ou Pastora Suplente se afasta do serviço ativo por aposentadoria, concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja Metodista ou não, licença ou disponibilidade, passando à classificação de Pastor Suplente inativo ou Pastora Suplente inativa, conforme o Art. 275, incisos VI e VII, destes Cânones.

Parágrafo único. Aplicam-se ao Pastor ou Pastora Suplente todas as Normas de Administração de Pessoal, previstas nestes Cânones, que se refiram à aposentadoria, licença, disponibilidade e contribuições previdenciárias.

SEÇÃO IV

DO DESLIGAMENTO DO PASTOR SUPLENTE OU DA PASTORA SUPLENTE

Art. 279. O Pastor Suplente ou a Pastora Suplente perde seus direitos quando:

- I. se desliga da Igreja Metodista;
- II. por sua livre vontade, nada havendo contra ele ou ela, abdica de seus direitos e se desliga da categoria;
- III. deixa de se comunicar com o Bispo Presidente ou a Bispa Presidente respectivo(a), por dois (2) anos consecutivos, estando em disponibilidade.

CAPÍTULO II

DA ORDEM DIACONAL CLÉRIGA

Art. 280. Revogado.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS

Art. 281. As alterações introduzidas nestes Cânones pelo 21º. Concílio Geral entram em vigor em 1º. de janeiro de 2023, sem prejuízo dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas não expressamente alterados, modificados ou revogados que não sofrem solução de continuidade temporal.

Art. 282. Revogam-se as disposições em contrário.

ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2017

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 119, inciso XXIX, dos Cânones, Lei Ordinária de 2012, considerando que:

1. Foi constatada lacuna na legislação da Igreja por não constar proposta aprovada pelo 20º Concílio Geral, conforme a gravação das plenárias;
2. Que as atas do 20º Concílio Geral foram aprovadas e publicadas sem constar esta decisão;
3. Que os Cânones 2017 aprovados e publicados de acordo com as atas do 20º Concílio Geral não contemplaram esta decisão;
4. Que o suprimento desta lacuna é vital para o cumprimento da Missão e respostas aos desafios postos pelo Programa de Expansão Missionária da Igreja;

Decide:

editar este Ato Complementar 01/2017 nos seguintes termos:

Estabelecer o inciso VIII no Art. 77 dos Cânones 2017 e dar a ele a seguinte redação:

Missionários designados e Missionárias designadas, com designação episcopal na área distrital.

Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 24 de outubro de 2017.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa Ferreira de Freitas

Secretária do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2018

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 119, inciso XXIX dos Cânones, Lei Ordinária de 2017, considerando que:

1. Queixas e Denúncias são elementos que compõem processos disciplinares, portanto, atos pastorais na Igreja Metodista, segundo os Cânones 2017, as Normas de Disciplina Eclesiástica e Manual de Disciplina;

2. Deve ser assegurado o princípio do contraditório e ampla defesa de todas as pessoas que vierem a ser alvos de Queixa ou Denúncia, inclusive respeitando o direito de usar remédios jurídicos que se julgar necessários;

3. Não obstante respeitar medidas jurídicas diversas, o Colégio Episcopal precisa preservar órgãos e instituições caras para nós, como o processo disciplinar e pastoral e Comissões de Disciplina nomeadas;

4. A interposição de Medidas Cautelares com liminares concedidas inclusive em antecipação de tutelas são possibilidades de extrema exceção e judicialização de processos disciplinares e pastorais;

5. A ausência, nos Cânones 2017, aprovados e publicados de acordo com o 20º Concílio Geral, de aplicação de prazos para processos disciplinares suspensos por Medidas Cautelares;

6. A suspensão de processo disciplinar e pastoral por interposição de Medida Cautelar sem regulamentação específica de prazos conflita com disposto no artigo 263, inciso IV, que prevê o limite máximo de 120 dias (90 dias com possibilidade de prorrogação por mais 30 dias) para encerramento dos trabalhos das Comissões de Disciplina;

7. Não é pacífica a interpretação que enquanto as Medidas Cautelares estiverem sendo julgadas todos os prazos são automaticamente interrompidos em relação ao fato que está sub judice;

8. Zelando para que diante da ausência de normativa canônica uma ação disciplinar e pastoral não venha simplesmente ser extinta por prescrição, dependendo do tempo que correr tal interrupção por processo de Medida Cautelar;

Decide, diante das lacunas observadas:

editar este Ato Complementar 01/2018 nos seguintes termos:

I. Fica suspenso o prazo para conclusão do trabalho das Comissões de Disciplina estabelecido no artigo 263, inciso IV, pelo período compreendido entre a data do processamento de Medidas Cautelares pelas Comissões Regionais de Justiça ou Comissão Geral de Constituição e Justiça, e a data de conclusão dessa mesma ação cautelar com a retomada do processo disciplinar.

II. Quando a ação disciplinar envolver membros do Colégio Episcopal, será suspenso o prazo para convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral para suprimento de vacância episcopal, se for o caso, resguardado o período de 2 anos da úl-

tima sessão ordinária, descontado o prazo da data de início da medida cautelar até o seu desfecho e a retomada do processo disciplinar.

Pretendendo sanar dúvidas, reparar lacunas na Lei Ordinária, e promover a ordem, este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 22 de junho de 2018.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa de Freitas Ferreira

Secretária do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR 02/2018

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art.119, inciso XXIX, dos Cânones da Igreja Metodista de 2017, considerando que:

1. Foi constatada lacuna na legislação atual da Igreja nos Cânones 2017
2. Que o suprimento desta lacuna é vital para o cumprimento da Missão e respostas aos desafios postos pelo Programa de Expansão Missionária da Igreja;

Decide:

Editar o Ato Complementar 02/2018 nos seguintes termos:

São estabelecidos os §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º no Art. 16 dos Cânones 2017 com a seguinte redação:

§ 3º. Egressos e egressas dos Cursos de Teologia da Igreja Metodista, nas suas diversas modalidades, incluindo bacharéis, a critério do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente da Região Eclesiástica ou Missionária, podem ser designados e designadas como Missionários ou Missionárias.

§ 4º. A designação de bacharel em Teologia da Igreja Metodista como Missionário e Missionária pode acontecer em Ponto

Missionário, Congregação ou Campo Missionário. A designação ocorre a critério do Bispo Presidente ou da Bispa Presidente da Região Eclesiástica ou Missionária, de acordo com a solicitação da igreja local ou Regimento Regional.

§ 5º. O Missionário Designado ou a Missionária Designada pode ser designado(a) para igrejas locais em processo de revitalização.

§ 6º. A designação de Missionário ou Missionária pode acontecer como titular ou coadjutor(a), com ônus ou sem ônus.

§ 7º. Igreja em processo de revitalização é a comunidade local que no dia da nomeação cumpre no mínimo dois dos requisitos previstos no artigo 50 dos Cânones 2017.

Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 23 de julho de 2018.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa Ferreira de Freitas

Secretária do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR

01/2019

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 119 inciso XXIX dos Cânones 2017 da Igreja Metodista, emite o seguinte Ato Complementar:

1. Considerando que, quanto à eleição episcopal, o Art. 127 define o processo de eleição em diferentes etapas, desde os Concílios Locais, Distritais, Regionais até o Concílio Geral;

2. Considerando que se faz necessário dirimir dúvidas quanto ao início do tempo de contagem de prazo, quanto à exigência expressa no inciso III, deste artigo supracitado, para o tempo mínimo de 10 anos na Ordem Presbiteral, como condição necessária para participar do processo;

3. Considerando que o CE, em 23 de novembro de 2018, definiu as datas para a realização dos Concílios Locais, e, em consequência, autorizou que o MAE, de cada Região Eclesiástica e Missionária estabelecesse as listas dos candidatos e candidatas para serem consideradas e votadas nas igrejas locais;

O Colégio Episcopal decide:

Que o processo de eleição episcopal tem início nos Concílios Locais, e somente farão parte da lista de candidatos e candidatas as pres-

bíteras e presbíteros que tiverem completado, no mínimo, 10 anos como membros da Ordem Presbiteral, contados a partir do ano do ato de ordenação.

Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 24 julho de 2019.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa Ferreira de Freitas

Secretária do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR 01/2020

Reuniões por Videoconferência

Considerando que:

- a) Devido à pandemia de Covid 19 (Coronavírus), conjectura-se que alguns desafios serão enfrentados para a adaptação de novas formas de atuação da Igreja em todos os seus níveis, incluindo a necessidade de novas habilidades;
- b) A situação estabelecida pela pandemia é atípica e transitória, no entanto não é possível estabelecer quando findará;
- c) A Igreja Metodista, em razão da essencialidade do exercício dos dons e ministérios na vida da comunidade local e a necessidade de assegurar o andamento e manutenção das suas diversas atividades em todos os níveis, depende de tomada de decisões nos vários órgãos colegiados;
- d) As reuniões na vida da Igreja são espaço de manifestação, debate, deliberações e democratização de decisões, e por isso necessitam de efetividade e segurança que, pela excepcionalidade do momento, podem ser comprometidas, comprometendo consequentemente a caminhada da Igreja;

e) Não há regulamentação quanto às reuniões virtuais dos órgãos colegiados e comissões permanentes e transitórias da Igreja Metodista;

f) Apesar do processo acentuado de informatização na sociedade, gerado pela ampliação dos meios eletrônicos, torna-se necessário conferir lisura e respaldo institucional às reuniões virtuais;

g) Os benefícios trazidos com as reuniões virtuais – como economia de tempo e de recursos financeiros, sobretudo com deslocamentos, hospedagens e alimentação – somam-se à diminuição dos riscos à saúde, e surgem como resultado de medidas de prudência essenciais à comunidade metodista;

h) A tecnologia usada no período da pandemia, incluindo a realização de reuniões virtuais, mostra-se eficaz para o desenvolvimento da Missão da Igreja em todos os seus níveis, podendo, a partir de regulamentação, ser usada na caminhada da Igreja em diferentes momentos, conforme a necessidade e visando o melhor desempenho dos ministérios, colegiados, e comissões da Igreja.

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 119 – inciso XXIX dos Cânones 2017 da Igreja Metodista, emite este Ato Complementar nos seguintes termos:

Art.1º. Todos os órgãos colegiados da Igreja Metodista (administração básica, intermediária e superior), bem como as instituições e comissões permanentes e transitórias da denominação, devem optar pelas reuniões por meio de videoconferência.

Parágrafo único: O presente ato não se aplica aos concílios, devido à sua complexidade de atuação.

Art.2º. As reuniões por videoconferência devem contar com o suporte técnico necessário para a participação de todos os membros devidamente convocados.

Art.3º. Os(as) presidentes dos órgãos colegiados, instituições e comissões devem oferecer as condições e meios para que nenhum membro deixe de participar das reuniões.

Art.4º. As atas das reuniões por videoconferência são necessárias para dar publicidade aos atos e gerar os efeitos delas decorrentes, mas estão dispensadas de registro notarial, salvo quando a legislação do país dispuser de outro modo.

Art. 5º. O(a) secretário(a) fará constar o nome de todas as pessoas participantes da reunião junto à ata.

Art. 6º. As reuniões poderão ser gravadas, a critério do(a) presidente ou a pedido de qualquer dos(as) componentes, sendo vedada qualquer divulgação da gravação, a não ser por consentimento de todos(as) os(as) participantes ou por força de lei.

Art.7º. Em casos de gravação, as reuniões ficarão guardadas até a aprovação das respectivas atas.

Art.8º. Respeitados os critérios deste Ato Complementar, reuniões virtuais podem ser realizadas na caminhada da Igreja em diferentes ocasiões, por qualquer ministério, colegiado ou comissão, visando efetivi-

dade e bom desempenho da Missão, a critério das lideranças da Igreja e possibilidade de participação de todos(as) os(as) componentes.

Parágrafo único: Normalizado o funcionamento de cartórios e órgãos competentes, os registros notariais das atas devem ser retomados, quando for o caso, conforme previsto nos regulamentos e leis da Igreja.

Este Ato Complementar entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Paulo, 29 de maio de 2020.

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa de Freitas Ferreira

Secretária do Colégio Episcopal

ADITIVO DO ATO COMPLEMENTAR 01/2020

Reuniões por Videoconferência

Considerando a manutenção do cenário pandêmico desde a edição do Ato Complementar nº 01/2020, o Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições, resolve aditá-lo para autorizar sua incidência também para a realização de concílios locais, quando necessário, observando-se as disposições do Art. 57 dos Cânones.

Este Aditivo do Ato Complementar nº 1/2020 entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Paulo, 04 de maio de 2021.

Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal

José Carlos Peres

Vice-Presidente do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR Nº 01/2021

CONCÍLIO GERAL ON-LINE

Considerando que os Cânones 2017 da Igreja Metodista determinam que as reuniões ordinárias do Concílio Geral:

- acontecem a cada 5 (cinco) anos (Art. 107, *caput*);
- são convocadas pelo(a) Bispo(a) Presidente com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e realizadas nas datas e locais determinados (Art. 107, §§ 1º e 4º), devendo, para tanto, ouvir o Colégio Episcopal (Art. 119, XXX) e a COGEAM (Art. 142, VIII);

Considerando que cabe a COGEAM viabilizar o preparo do Concílio Geral (Art. 142, V);

Considerando que, para tal preparo, fora designado pela COGEAM/CE um Grupo de Trabalho;

Considerando, em razão da situação excepcional da pandemia de Covid-19, que o GT de assessoria ao CE e COGEAM entende que, para que o Concílio Geral seja realizado em segurança, todos os delegados e delegadas estejam devidamente vacinados(as);

Considerando que o processo para vacinação da população não nos permite ter a segurança de que até o final de 2021 as delegações estejam totalmente vacinadas;

Considerando que, em resposta à Consulta de Lei formulada pela presidência do Colégio Episcopal, a Comissão de Constituição e Justiça da Igreja Metodista entende que é possível a realização de uma sessão do Concílio Geral de forma telepresencial;

Considerando que já existe ato complementar editado no período pandêmico autorizando a realização, excepcionalmente, de reuniões on-line para suprir o exercício das atividades da Igreja, assegurando os seus andamentos e respectivas manutenções, preservando as decisões necessárias de órgãos colegiados e que os benefícios trazidos com as reuniões virtuais – como economia de tempo e de recursos financeiros, sobretudo com deslocamentos, hospedagens e alimentação – somam-se à diminuição dos riscos à saúde, e surgem como resultado de medidas de prudência essenciais à comunidade metodista dentro de um cenário pandêmico;

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 119 – inciso XXIX dos Cânones 2017 da Igreja Metodista, emite este Ato Complementar nos seguintes termos:

Art.1º. Fica estabelecida a realização de sessão on-line do 21º Concílio Geral.

Art.2º. A sessão em questão contará com o suporte técnico necessário para a participação de todos os delegados e todas as delegadas devidamente convocados.

Este Ato Complementar entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Paulo, 9 de julho de 2021.

Luiz Vergílio Batista da Rosa
Presidente do Colégio Episcopal

ATO COMPLEMENTAR Nº01/2022

ELEIÇÕES DAS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE AÇÃO MISSIONÁRIA

O Colégio Episcopal, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art.119, inciso XXIX, dos Cânones 2017 da Igreja Metodista, considerando que:

1. O plenário do 21º Concílio Geral aprovou que todas as Coordenações Regionais de Ação Missionária serão compostas por 8 (oito) integrantes, com quatro (04) membros leigos e três (03) Presbíteros ou Presbíteras, onde os Bispos e/ou Bispas já as integram como presidentes;

2. Não existindo uma regra de transição, todas as propostas aprovadas no 21º Concílio Geral que interferem diretamente em decisões dos Concílios Regionais que ocorrem no interregno entre o Concílio Geral e o início da vigência da nossa legislação, se tornam ‘situações novas’, conforme o inciso do artigo supracitado;

3. O suprimento diante de uma ‘situação nova’ e que impacta em eleições dos Concílios Regionais é vital para que o desejo da Igreja através de seu órgão máximo seja satisfeito e cumprido.

4. Não é razoável que a vontade expressa pela maioria de votos do 21º Concílio Geral não seja observado pela falta de uma regra de transição, fazendo com que algumas Coordenações Regionais de Ação Missionária sejam eleitas para um período eclesiástico em desacordo com tal decisão.

Decide:

Que diante da nova situação criada com a decisão supracitada, o Colégio Episcopal edita o Ato Complementar 01/2022 nos seguintes termos:

- Que todas as Coordenações Regionais de Ação Missionária devem ser eleitas considerando a composição de 8 (oito) integrantes, com quatro (04) membros leigos e três (03) Presbíteros ou Presbíteras, onde os Bispos e/ou Bispas já as integram como presidentes.

Este Ato Complementar entra em vigor imediatamente a partir de sua publicação.

São Paulo, 03 de novembro de 2022.

Luiz Vergílio Batista da Rosa

Presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista

Apresentamos os Cânones 2023 da Igreja Metodista, que contemplam as alterações introduzidas pelo 21º Concílio Geral realizado de forma on-line, partir da Sala do Edifício Sigma da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, através da Plataforma Zoom e com Sistema VIS de votação remota, no dia 11 de dezembro de 2021 (1ª sessão); de forma presencial, no Salão de Convenções e Eventos do Golden Park Hotel Sorocaba, Sorocaba, SP, nos dias 04 a 10 de julho de 2022 (2ª a 8ª sessões), e nos dias 08 e 09 de outubro de 2022 (9ª e 10ª Sessões) na forma on-line.

Esta edição, a exemplo de edições anteriores, além da Lei Ordinária, também contempla a Proclamação da Autonomia da Igreja Metodista, a Constituição da Igreja Metodista e, na sua parte geral, os Elementos Básicos da Igreja Metodista, a saber: Doutrinas do Metodismo, Costumes do Metodismo, Credo Social, Normas do Ritual, Plano para a Vida e a Missão, Diretrizes para a Educação e Plano Diretor Missionário.

Para facilitar a localização e identificação das matérias contempladas na legislação, estão mantidas as referências de número de artigos, incisos e itens da edição de 2017.

Espera-se que esta legislação contribua para a vida e a missão da Igreja, que se dispõe ao serviço de Deus como “discípulas e discípulos nos caminhos da Missão”, com os desafios enfatizados no quinquênio 2023 a 2027, de “viver a Santidade Integral – Pessoal e Social”, “empenhar-se pelo fim do Racismo e do Preconceito”, “praticar a sabedoria e a simplicidade do Evangelho”, “cuidar de toda a Criação” e “praticar a evangelização pessoal e comunitária, anunciando as Boas Novas às minorias e às multidões”.